

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE HISTÓRIA, DIREITO E SERVIÇO SOCIAL**

MARCO ANTÔNIO BALDIN

**O PACIFICADOR BELIGERANTE: ALBERTO JOSÉ
GONÇALVES – UM PADRE NA POLÍTICA PARANAENSE
DA 1ª REPÚBLICA (1892 -1896)**

FRANCA – SP
2006

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – CAMPUS DE FRANCA
FACULDADE DE HISTÓRIA, DIREITO E SERVIÇO SOCIAL**

MARCO ANTÔNIO BALDIN

**O PACIFICADOR BELIGERANTE: ALBERTO JOSÉ
GONÇALVES – UM PADRE NA POLÍTICA PARANAENSE
DA 1ª REPÚBLICA (1892 -1896)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História, no Programa de Pós-Graduação, da Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista.

Orientador: Prof. Dr. Ivan Aparecido Manoel

FRANCA – SP
2006

MARCO ANTÔNIO BALDIN

**O PACIFICADOR BELIGERANTE: ALBERTO JOSÉ GONÇALVES –
UM PADRE NA POLÍTICA PARANAENSE DA 1ª REPÚBLICA (1892 -
1896)**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História, da Faculdade de História, Direito e Serviço Social, da Universidade Estadual Paulista – Campus Franca.

Orientador: Prof. Dr. Ivan Aparecido Manoel
Departamento de História, Unesp – Franca.

Prof. Dr.

Prof. Dr.

Franca

2006

DEDICATÓRIA

Em memória de minha mãe, Dona Guiomar.
Foi assim que o pensamento se encontrou com o
sentimento, aquecendo como um cobertor.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi feito a conta-gotas. No mais das vezes, sob a inspiração do longo silêncio das noites. Pesquisar é um ato solitário. Essa é também uma verdade relativa, pois solitárias foram apenas as noites do escrevinhador, ancorado no remanso da presença de todos aqueles que diretamente participaram do nosso trabalho. Sou imensamente grato a todos, apesar da injusta condição de não citá-los inteiramente:

À Daniela, minha irmã, que simplesmente acalentou toda a pesquisa em seus ternos braços. Sem você, nada faria;

Ao Professor Ivan, não apenas meu orientador, mas também o Pedagogo, o arcanjo das provocações com quem reaprendi a aprender;

Ao Professor Ferrarini, que, literalmente, me entregou as chaves do Arquivo do Círculo de Estudos Bandeirantes, de Curitiba, cujo gesto tornou possível a existência deste trabalho.

À Lúcia e Angelita, funcionárias do mesmo arquivo, pela atenção e dedicação a este estrangeiro;

A todos os funcionários da Biblioteca Pública do Paraná, em especial à querida Lídia, cujas sugestões deram um novo alento à pesquisa. Foram infinitos telefonemas de Ribeirão a Curitiba à procura da investigadora.

A você, compartilho este trabalho;

Ao Professor Ernani, do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, pelo espírito de liberdade de pesquisa.

À Jussara, da Casa da Memória de Curitiba, mais que grato.

A Dom Pedro Fedalto, Arcebispo Emérito de Curitiba, pelo desprendimento, atenção, receptividade e pela confiança depositada na seriedade de nossa pesquisa, que já havia sido começada por ele;

A Dom Arnaldo Ribeiro, Arcebispo Emérito de Ribeirão Preto, que me concedeu sua apresentação em todas as igrejas;

Aos funcionários do Arquivo Histórico Estadual do Paraná, em especial à Ana Paula, pela amizade, modéstia e a vulcânica vontade pela pesquisa;

À Sra Mari do pensionato Veneza, de Curitiba, que me acolheu e me tratou como irmão e onde me senti abrigado pelo estudo. Sou-lhe eternamente grato;

Ao Maurinho e Tânia, amigos do Arquivo Histórico Municipal de Ribeirão Preto, com os quais aprendi os primeiros passos da pesquisa em estado bruto;

Aos amigos da pós-graduação, Vasni, Nainôra, Wlaumir, Carlos, Marcelo, Lucas e Igor, pelo apoio, sugestões e críticas sobre as constantes dúvidas;

A todos os funcionários da pós-graduação da Unesp, em especial à Luzinete, Alan e Maísa, pela paciência “volumosa” de seu trabalho;

A todos os funcionários da biblioteca da Unesp pelo lógico e pelo irresistível desregramento que os livros nos provocam;

À Professora Aparecida da Unesp, pelo rigor das críticas que nos puseram em alerta;

Ao Badu (Professor Ubaldo) que, num reencontro casual de viagem, me incentivou a voltar a estudar;

Aos amigos de sempre, pelo apoio diante das angústias telúricas da vida: Divino e Jocélia, Carlos Alberto, Humberto, Roberto, Mane, Giba Tupinambá e Cidinha, Olavo e Ida, Marta (Sertãozinho).

À Professora Cleuza, a lírica dos Pampas paranaenses, pela paciência de traduzir meus hieróglifos e pelo incentivo de chamar minha atenção à clareza dos caminhos trilhados. Agréable, Lírica;

À Professora Cidinha, pelas orientações ortográficas e pela disponibilidade;
Ao Alexandre, meu querido sobrinho;

Ao Pesquisador Hiran L. Zoccoli, pelas riquíssimas informações sobre a maçonaria do Paraná, a quem devo parte significativa de perspectivas novas na minha pesquisa;

A todos os Professores de Jaciara (M.T.), pela simplicidade da vida de serem mestres. Em especial ao Joaquim, Eliser, Edvaldo, meus irmãos na procura...

À Vera, do Museu Paranaense, pela amizade e profissionalismo apaixonante;

À Solange, pela amizade e partilha da experiência da pesquisa.

EPÍGRAFE

“A Igreja não morre e existe para sempre, como o Império.”
Andréas de Isérnia

“A certeza enlouquece.”

F. Nietzsche

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 IGREJA E POLÍTICA NO TEMPO DO IMPÉRIO	33
1.1 A Igreja católica no tempo do Império.....	33
1.2 A Força da Tradição Cristã ou a Persuasão do Consenso ?.....	42
1.3 A Política Partidária no Império.....	49
1.4 Igreja e Política Partidária no Império.....	55
2 A PROVÍNCIA DO PARANÁ E A IGREJA CATÓLICA	68
2.1 PARANÁ ECONÔMICO.....	68
2.2 PARANÁ DOS IMIGRANTES E DOS ESCRAVOS.....	79
2.2.1 Escravos Negros.....	79
2.2.2 Imigrantes.....	92
2.3 VIDA POLÍTICA E PODER DOMINANTE NO PARANÁ IMPÉRIO E REPÚBLICA.....	99
2.4 A IGREJA CATÓLICA NO PARANÁ.....	120
3 A VIDA POLÍTICO-PARLAMENTAR DE PADRE ALBERTO NO PARANÁ	136
3.1 SOLDADO DE CRISTO: O BELIGERANTE DO PÚLPITO.....	136
3.2 CONCILIADOR DO CONSENSO: O PACIFICADOR NA TRIBUNA.....	171
CONCLUSÃO	209
BIBLIOGRAFIA GERAL	222
ANEXO A	233
ANEXO B	239
ANEXO C	242
ANEXO D	246

RESUMO

Retratamos, aqui, a vida política de Pe Alberto José Gonçalves, em seus dois primeiros mandatos de Deputado Estadual (1892 – 1896), no Paraná. Formado nos meios daquilo que seria o berço da Reforma Romanizadora, o Seminário Diocesano de São Paulo, Pe Alberto ascendeu rapidamente ao cargo de Vigário Geral Forense, posto que lhe rendeu a liderança do clero paranaense, mediante a qual o projetou na carreira política. Nos seus dois primeiros mandatos como Deputado Estadual, Pe Alberto apresentou vários Projetos de Lei, dentre os quais destacamos os mais importantes, todos aprovados: - Sobre a aposentadoria dos funcionários públicos; - Sobre alteração no plano e tabela das loterias para subvencionar o término da construção da Igreja Matriz, bem como a construção do Seminário Diocesano do Paraná e a Fundação da sua Diocese; - Sobre o regimento interno da Casa Legislativa; - Reforma do Ensino Público. Para demonstrar a atuação de Pe Alberto na Assembléia Legislativa, dividimos a pesquisa em três capítulos: 1) Igreja e política no tempo do Império e República; 2) Igreja e política no Paraná no século XIX; 3) A vida político-parlamentar de Pe Alberto no Paraná. Nosso problema gira em torno da idéia de que Pe. Alberto foi o grande responsável pela implantação do ultramontanismo no Paraná, através da sua atuação como deputado estadual.

Palavras-chave: Padre Alberto José Gonçalves – Vida Pública; Igreja Católica; Reforma Romanizadora; Ultramontanismo; Igreja e Política; Clero e Vida Parlamentar; 1ª República.

ABSTRACT

We portrayed here, the public life of Pe. Alberto José Gonçalves, in his two first mandate of Congressman's State (1892 – 1896) in Paraná. Formed amongst what would be the bases of a Romanizing Reform. São Paulo's Diocesan Seminary, Pe. Alberto rising so fast to be in charge of the General Vicars Forence position that relieve him the paranaense clergy's leadership, by means of that project him so the political career. In his two first mandate of Congressman's State, Pe. Alberto presented several law projects, in the midst of distinction the most important, all of them approved: - about of the civil servant's retirement. Concerning alteration in plan a lottery's chart so subsidize the end of the main Church's construction, as well the Paraná Diocesan Seminary's and the Foundation of his Diocese. About the Legislative house's intern regiment, we divided the search in three chapters: 1) Church and politics in the Impere and Republic's time; 2) Church and Paraná's politics in XIX century; 3) The parliamentary life of Pe. Alberto in Paraná. Our problem turns over of the idea that Pe. Alberto was the biggest responsible about the implantation of the ultramontainous in Paraná, through his actuation as congressman.

Key-words: Pe. Alberto José Gonçalves – Public Life; Catholic Church; Romanizing Reform; Ultramontainous; Church and Politic; Clergy and Parliamentary life; 1st Republic.

INTRODUÇÃO

Padre Alberto era natural de Palmeira, Paraná. Nasceu em 20 de julho de 1859. Filho de Francisco José Gonçalves e de Constança Gonçalves. O pai era natural de Caminha, Portugal, nascido em 18 de abril de 1816 e falecido em Curitiba a 2 de março de 1894, comerciante. A mãe era natural de Curitiba, Paraná, filha do Capitão Tobias Pinto Rebello.

Aos 15 anos, em 1874, matriculou-se no Seminário de São Paulo, fundado em 1856, por Dom Antônio Joaquim de Mello, bispo iniciador das Reformas ultramontanas¹ em São Paulo.

Terminando seus estudos eclesiásticos em 1879, com apenas 20 anos de idade, Pe Alberto foi nomeado Professor no mesmo Seminário, onde lecionou durante 10 anos. Escreveu, neste período, várias obras, dentre elas, um “Compêndio de Geometria” e uma “Gramática Latina”². Foi ordenado padre, em 17 de setembro de 1882, pelo bispo de São Paulo Dom Lino Deodato Rodrigues de Carvalho, sucessor e continuador das Reformas Ultramontanas iniciadas por Dom Antônio Joaquim de Mello.³

Como a região do Paraná ainda fazia parte do Bispado de São Paulo, e como ainda se vivia no regime do Padroado,⁴ a Princesa Regente Isabel apresentou ao bispo D. Lino

¹ A história da Igreja no Brasil é indelevelmente marcada pela Reforma Romanizadora e ultramontana, abrangendo a metade do século XIX e os últimos decênios do século XX. Empregado no século XI para denominar os cristãos que buscavam a liderança de Roma (do outro lado da montanha), ou do Papa, o termo reapareceu no século XIX com o objetivo duplo de reorganizar a Igreja de forma a empreender mudanças na administração, no clero (contra os regalistas) e na cultura devocional, centralizando tudo a partir de Roma, bem como servir de reação às mudanças trazidas pelo mundo moderno (galicanismo, jansenismo, liberalismo, protestantismo, deísmo, maçonaria, racionalismo, socialismo) (GAETA, Maria A. J.V. **Os percursos do ultramontanismo em São Paulo no Episcopado de D. Lino Deodato R. Carvalho**, São Paulo: F.F.L.C.H., USP, 1991, p.30 e seg.).

² FEDALTO, Pedro. **A Arquidiocese de Curitiba em sua história**. Curitiba: Cúria Metropolitana, 1958, p.200-201.

³ Há de se notar que, depois de iniciadas as Reformas Romanizadoras, a escolha do candidato a padre passou a ter um rigor maior, inclusive com a avaliação pessoal do Imperador D. Pedro II. Cf. WERNET, A. **A Igreja paulista no século XIX**, São Paulo: Ática, 1987, p. 88.

⁴ No tempo do Império, o padroado dava condições ao Imperador de manter a religião católica como religião oficial do Império. Além disso, o padroado lhe concedia o direito também de nomear Bispos, aprovar ou negar qualquer lei vinda da Igreja de Roma.

o nome de Pe Alberto para ser pároco colado⁵ de Curitiba, da Paróquia de Nossa Senhora da Luz, que seria, com a criação da Diocese, a matriz. Sua nomeação se deu em 16 de julho de 1888.

Candidatou-se ao cargo de Deputado Provincial, em 1889⁶. Mesmo vencendo as eleições, não tomou posse por conta da Proclamação da República, ocorrida no mesmo ano.

É importante observar que Pe Alberto teve, durante este período, concorrentes padres na política, como, por exemplo, o Pe Antônio Joaquim Ribeiro, na legislatura de 1888-89, que era o Vigário Geral Forense, e Pe José Antônio de Camargo Araújo que, apesar de ter sido Deputado em seis legislaturas consecutivas (1880–1891)⁷, foi derrotado nas eleições de 1892 ao concorrer novamente ao cargo.

Pe Alberto adiantara-se na liderança do clero do Paraná, cuja reputação deste não era das melhores, por ser de tendência liberal⁸. Suas injunções não se reduziram ao clero, mas também se aproximou das elites política e empresarial,⁹ buscando afirmação pessoal e amarrando relações entre a Igreja e o Estado.¹⁰

Foi nomeado, em 16 de setembro de 1888, pelo Presidente da Província Dr. Balbino Candido da Cunha, ao cargo de Presidente da Comissão de obras da Matriz, depois da

⁵ A expressão colado se refere ao Padre efetivo, cuja cadeira seria permanente na paróquia. O vigário colado deveria pertencer, obrigatoriamente, a um partido político, no tempo do Império. Cf. WERNET, op. cit. p. 69 e seg. Sobre Pe. Alberto não foi encontrada nenhuma evidência que confirme essa condição. Já o padre encomendado assumia uma paróquia indicado por terceiros, geralmente por influência de algum chefe político, o que não acontecia com o padre colado.

⁶ FEDALTO, P. op. cit. p. 200-201

⁷ NICOLAS, M. **Cem anos de vida parlamentar**, Curitiba: Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, 1954, p. 165 e 175.

⁸ AZZI, R. **A Igreja e os Migrantes**, vol. 1, São Paulo: Paulinas, 1987, p.203 e seg.

⁹ Jornais da situação revelam um círculo amplo de relações de Pe Alberto com a elite política e empresarial. Entendo por elite política pessoas que ocupam posição de dirigentes nas instituições do Estado, ou fora dele. No Paraná, boa parte da elite empresarial compunha a elite política, como era o caso de Ildefonso Pereira Correia, o Barão do Serro Azul, um dos maiores ervateiros do Paraná. Cf. alguns exemplos nos jornais. “**Gazeta Paranaense**”, Curitiba, 14/fev./1889, n. 36, p. 1; “**A República**”, Curitiba, 8/jun./1892, n. 695, p.2 e outros.

¹⁰ Acordo celebrado entre o governo do Estado do Paraná e o Padre Alberto José Gonçalves, presidente da Comissão de Obras da Matriz da Capital. **Ofícios**, 1893, vol.5, Arquivo Público do Estado do Paraná (APEP)

exoneração do Pe. José Joaquim do Prado, um regalista liberal¹¹. Em março de 1889 foi nomeado Presidente da Comissão de Estatística do Paraná¹² pelo Presidente da Província, Dr. Balbino.

Pouco tempo depois, em 16 de dezembro de 1890, foi escolhido para assumir o cargo de Vigário Geral Forense, no lugar do Pe. Antônio Joaquim Ribeiro,¹³ e, alguns meses mais tarde, Diretor Geral de Ensino,¹⁴ substituindo a Vicente Machado, líder do Partido Republicano do Paraná.

Segundo Ruy C. Wachowicz, em sua obra “As moradas da Senhora da Luz”, mesmo com os problemas que a Proclamação da República havia causado entre a Igreja e o Estado, Pe. Alberto conseguiu usar sua influência junto ao governo Republicano Estadual para obter uma verba de **150:000\$000** (cento e cinquenta contos de Réis) para construir a matriz.¹⁵ Coincidentemente, Pe. Alberto haveria de ser eleito Deputado Estadual em 1892, cargo que ocuparia até 1896, que é o nosso objeto de estudo.¹⁶

Ruy C. Wachowicz salienta que a quantia de dinheiro para a construção da Matriz não foi usada inteiramente, ficando sua parte maior para fins da instalação do Bispo

¹¹ Pe Alberto comunica que aceita a nomeação para Comissão de Obras da Matriz. **Ofícios**, 1888, vol. 14, p.25 APEP, cf. também AZZI, R. **A Igreja e os migrantes**. vol. 1, p. 210, sobre a vida afamada de Pe José J. do Prado, narrada pelo Pe ultramontano Pedro Colbachini, missionário scalabriniano e responsável pelas colônias italianas.

¹² “**Gazeta Paranaense**”, Curitiba, 19/ março/ 1889, p. 2. cf. também **Ofícios**, 1889, vol. 5, p.28 APEP (Arquivo Público do Estado do Paraná).

¹³ FEDALTO, Pedro. **A Arquidiocese de Curitiba na sua história**, p. 201, 1956 e cf. também na mesma obra sobre a função do Vigário Geral Forense, p. 14 e 15. A função do Vigário Geral Forense era ocupada por um padre que se destacava em meio ao clero e que tinha como papel substituir juridicamente o Bispo em determinada região pertencente à Diocese, no caso, a de São Paulo. D. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho era o Bispo na época.

¹⁴ “**A República**”, Curitiba, 6 / maio / 1891, n° 397, 1ª p.

¹⁵ WACHOWICZ, Ruy C., **As Moradas da Senhora da Luz**, Curitiba: Gráfica Vicentina, 1993, p.66

¹⁶ Pe. Alberto, que se declarava Monarquista, foi filiado ao Partido Conservador, tradicionalmente considerado o Partido do Clero no tempo do Império, visto que a tendência dos funcionários públicos, como os padres, era filiar-se ao Partido Conservador (CARVALHO, José Murilo. **A Construção da ordem**, Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 1996, p. 191). No caso específico, Pe. Alberto se elegeu pelo Partido Republicano, o que lhe rendeu críticas ferrenhas dos adversários, como também mostrava as contradições do Regime Republicano Brasileiro, da formação ultramontana dos Padres que, segundo a Santa Sé, exigia que ficassem afastados da vida político-partidária, quando o próprio Regime do Padroado, no Império, obrigava o contrário, e contradição da sua postura pessoal, como monarquista convicto que era Pe. Alberto. Cf. “**Diário do Comércio**”, Curitiba, 26 / fev. / 1891, n. 46, p.3

do Paraná, “criado em 27 de abril de 1892, pela Bula ‘Ad Universas Orbis Ecclesias’, do Papa Leão XIII. Devido à Revolução Federalista a instalação do Bispado deu-se em 30 de setembro de 1894, tomando posse de sua catedral D. José Camargo de Barros”¹⁷, por sinal, companheiro de estudo de Pe. Alberto, no Seminário de São Paulo, berço das sementes Ultramontanas.

Há de se notar que, sendo Pe. Alberto eleito Deputado Estadual (1892-94), os outros padres que compunham a Assembléia há bastante tempo, como era o caso de Pe. José Antônio Camargo de Araújo, não conseguiram se reeleger. Durante os primeiros anos de sua vida político-partidária na Assembléia Legislativa, Pe. Alberto tornou-se amigo do grande líder do Partido Republicano no Paraná, Dr. Vicente Machado, do qual se tornou correligionário e com o qual aprendeu os macetes da vida parlamentar.¹⁸

Em seu segundo mandato (1895-1896), Pe. Alberto seria eleito Presidente da Mesa Legislativa por duas vezes ao cabo de 1896, quando foi eleito Senador ao lado exatamente de Vicente Machado.

Pe. Alberto, dentro da Assembléia Legislativa do Paraná, teve uma participação relativamente pequena em termos de apresentação de projetos, mas nem por isso irrelevante. Ao contrário, todos de importância vital para a sociedade paranaense, mas, principalmente, determinantes para a Igreja Católica do Paraná, tais como: - Reforma do Ensino Público - Alteração no Plano e Tabelas das loterias para o término da Igreja Matriz, bem como para a fundação da Diocese do Paraná e da Construção do Seminário, aprovados em 1894, quando Pe. Alberto ocupou a Presidência da Mesa do Congresso Legislativo.

¹⁷ WACHOWICZ, Ruy C. op.cit. 1993, p.66

¹⁸ PARANÁ. Congresso Constituinte Legislativo, *Anais...* 1892, passim.

PARANÁ. Congresso Legislativo, *Anais...* 1894 – 96, passim. Cf. também “**A Federação**”, Curitiba, 13/fev./1892, n.3, p. 2

Na 1ª legislatura (1892-1894) Pe Alberto ocupou o lugar de 2º Secretário da Mesa Executiva como também das Comissões Permanentes da Instrução, Catequese e Civilização dos Índios e da de Estatística.

Na 2ª legislatura (1895-96) Pe. Alberto foi eleito 1º vice-presidente da Mesa Executiva e, conseqüentemente, Presidente da Mesa Executiva, compôs a Comissão de Constituição e Justiça (da qual pediu afastamento por excesso e acúmulo de funções), também da Instrução, Catequese e Civilização dos Índios e a de Redação.¹⁹

Quando pensamos na relevância de um trabalho sobre a Igreja católica e, mais especificamente, sobre a vida política de um padre no começo da 1ª República, originário de uma região política e economicamente secundária, como era o caso do Paraná, vem à baila que a Igreja, como Instituição, saíra mais viva do que nunca das supostas turbulências avassaladoras na passagem do Regime Monárquico para o Republicano, no Brasil.

A contragosto das expectativas, caindo por terra o sistema escravocrata, definhando o Regime Monárquico, sua alma justificadora e companheira quase perpétua, a Igreja Católica, deveria ruir junto ao sustentáculo medieval.

A postura do Papa Leão XIII ²⁰ em relação às mudanças radicais do mundo moderno, anticlerical, indiferente e totalmente laico, seria uma postura, vinda de onde vinha, surpreendentemente nova. O Papa sinalizava que admitia a legitimidade dos governos estabelecidos, mas que à Igreja cabia sua orientação e guia, num amálgama da “Teologia do Estado” ²¹, ou seja, um Estado gerindo o bem público, tendo como base a justiça cristã.

¹⁹ As referências principais estão contidas nos **Anais do Congresso Legislativo do Paraná**, passim (1892-94) (1895-96).

Outra referência pode ser encontrada no livro de Maria Nicolas, “**Cem Anos de vida Parlamentar**”, 1954, p. 197 e seguintes. Aqui contém alguns erros gráficos ou omissões de detalhes, como por ex. o caso de Pe. Alberto ter ocupado a 1ª vice-presidência da Casa e se tornar 2º secretário da Mesa Executiva, como consta nos Anais acima citados.

²⁰ Ver, para tanto, a Encíclica “**Diuturnum Illud**” (1881), 3. ed., Petrópolis: Vozes, 1951. (Sobre a Origem do Poder Civil). É a partir daí que vão se desenhar novos horizontes de aproximação e adaptação da Igreja ao mundo moderno, sem perder de vista as suas pretensões de primazia.

²¹ AUBERT, Roger. **A Igreja na Sociedade Liberal e no Mundo Moderno**. Petrópolis: Vozes, vol.5, p.46. In:ROGIER, L.; AUBERT, R. ; KNOWLES, M. **Nova História da Igreja**, 1975.

Já por sua vez, a encíclica “RERUM NOVARUM” traz em seu bojo o paroxismo da adaptação da Igreja Católica às regras capitalistas do mundo moderno, sem se esquecer da sempre terna intermediação da Igreja.²²

É justamente aí que chegamos na figura de Pe. Alberto.

O clero ultramontano, do qual fazia parte, havia sido orientado a não se envolver diretamente em assuntos político-partidários.²³ Acontece que, pela funcionalidade do Padroado, o padre, no tempo do Império, era a figura de proa da vida partidária como também das eleições que ocorriam nas paróquias.

No caso de Pe. Alberto, ao se inserir na vida política, como Deputado Estadual do Paraná, angariou frutos para a reorganização da Instituição segundo os moldes da Reforma Romanizadora. A tal ponto que a Igreja do Paraná, em pouco tempo, se tornaria a instituição mais sólida da região com o apoio e os recursos do Estado. Neste sentido, o ultramontanismo não pode ser visto como um obstáculo às relações de influência política do clero à sociedade como um todo, mas, ao contrário, seu reforço, sustentação, amparo e proteção. Padre e político era, naquela conjuntura do final do século XIX e início do Regime Republicano, ter uma condição vantajosa, não sobre a população, mas de assédio maior sobre as lideranças políticas do Paraná, quase todas católicas praticantes. Enfim, padre e político ultramontano era aquele que angariava recursos não só para si mesmo, mas, principalmente, para a Instituição Eclesiástica, embebido do voto de obediência à Santa Sé.

Nosso problema gira em torno disso. Tentamos mostrar que a ação política parlamentar de Pe. Alberto visava concretizar a Reforma Romanizadora e Ultramontana no Paraná, principalmente, a partir da fundação da sua diocese (1892 -94).

²² Leão XIII, Papa. **Sobre as Condições dos Operários**, Petrópolis: Vozes, 1954.

²³ Cf. notas 5 e 16

O Paraná de pe. Alberto possuía características muito particulares. A imigração deu uma dimensão organizativa à Província e a colocou nos eixos ascendentes das atividades comerciais, diga-se de passagem, dos mais dinâmicos do país em termos proporcionais.

A diversificação das culturas européias que aportaram no Paraná trouxeram consigo a força não só do catolicismo (italiano, alemão, polonês etc), mas da pujança especialmente presente no sistema financeiro altamente desenvolvido, para uma Província sempre vista como centro secundário, quando comparada às demais da tradição histórico-brasileira (São Paulo, Rio, Rio Grande do Sul, Pernambuco).

Nesse contrapeso, configuram-se setores sociais heterogêneos, portanto, sem rosto e com posições díspares que se enfraqueceriam frente aos desafios de se impor a um único propósito, que era o de desenvolver a Província. A conseqüência era óbvia, ou seja, ficava ausente o itinerário organizacional do Estado Paranaense.

Essa realidade começou a se dissipar com o surgimento da liderança política de Vicente Machado, muito embora essa liderança fosse sempre questionada pela oposição intransigente, motivada pela vanguarda da maçonaria paranaense, da qual Vicente Machado não pertencia.

Interpostos a essa contingência estavam os Partidos Políticos e as organizações sociais, estando as últimas em gestação, como era o caso da Associação Comercial do Paraná, criada em 1890. O propósito era, justamente, unificar todos os segmentos expressivos da representação comercial paranaense. Quanto aos Partidos, tinham fraco reflexo na sociedade. Podemos afirmar que eram inexpressivos e só permitiam espaço para a participação de lideranças dos próprios quadros partidários. Evidência disso é o fato de os políticos não terem uma posição partidária definida. Uns militavam nas cores do antigo Partido Conservador e se integraram ao Partido Republicano, e, por decorrência, Republicanos lutavam contra ideais públicos, como a continuidade de concessões e privilégios a parentes e amigos. Tanto é

verdade que grande parte de suas lideranças tinha em outras instâncias o apoio e sustentáculo para se firmar na arena política paranaense. Ou se constituíam nos quadros militares, ou nos clubes sociais, ou na imprensa, na educação, nos negócios comerciais, industriais e financeiros, nos empreendimentos empresariais e até mesmo na Igreja Católica. A Igreja continuou sendo, na República Paranaense, um dos referenciais que mediam a aceitabilidade da representação política das personalidades do Congresso Legislativo, do Executivo, do judiciário. Com a presença marcante de Pe. Alberto, tal situação se tornou ponto de convergência dos setores sociais dominantes em relação às pretensões do pacificador beligerante (o que justifica o título do nosso trabalho) e vice-versa. Isso resultou numa acentuada oposição entre o grupo Vicentista e a União Republicana, de Generoso Marques. É justamente nesse contexto que Pe. Alberto vai atuar. Se como padre era centralizador, como deputado era coadjutor, mas que, *pari passu*, foi se tornando também um centro aglutinador em todas as esferas que fossem possíveis. Essa é uma das marcas do padre ultramontano que havia em pe. Alberto.

O termo ultramontanismo é central em nosso trabalho. Tanto este termo quanto o termo Reforma Romanizadora aparece como complementar um ao outro.

Wernet²⁴ ressalta que o ultramontanismo foi uma reação dupla contra a perda de espaço da Igreja no começo do século XIX frente àquilo que se convencionou chamar de mundo moderno. De um lado, a Igreja de Roma reagiu fortalecendo a figura do Papa, dando-lhe o poder espiritual total; de outro lado, a Igreja desejava ansiosa a independência do poder civil.

No Brasil, a chamada Reforma Romanizadora, de caráter ultramontano, tinha como propósito ligar umbilicalmente a Igreja brasileira às diretrizes de Roma. Incentivados

²⁴ **A Igreja Paulista no Século XIX**, São Paulo: Ática, 1987, p.178

pela Santa Sé, os bispos brasileiros exigiriam uma certa autonomia perante o poder imperial (padroado).

A Reforma Romanizadora tinha como principal tarefa uma nova formação moral para o clero (ultramontanos conservadores, vida ilibada, cultivadores dos sacramentos, vida espiritual acima da material, grandes administradores das paróquias e, acima de tudo, obedientes à hierarquia) e a devoção aos santos e consagração do povo ao Sagrado Coração de Jesus, com quatro aspectos fundamentais:

1. Vinculação Sacramental (reforço da prática sacramental);
2. Hegemonia Clerical (o padre comandava);
3. Estímulo à santidade (vida santa e obediência);
4. Fidelidade à instituição eclesiástica.²⁵

Portanto, a formação e a conduta de um clero ultramontano incorruptível, representando a imagem do soldado de Cristo, obediente, abnegado às prerrogativas do Papa, suplantariam o clero regalista, liberal, nacionalista, dissoluto, materialista. Segundo Wernet,²⁶ esta mudança qualitativa do clero teria se dado numa velocidade maior que a esperada.

Estudos mais recentes têm demonstrado a necessidade de um aprofundamento sobre o termo ultramontanismo. Wlaumir D. de Souza²⁷ traz à discussão uma diferenciação bastante plausível para dar conta das constantes contradições do termo. Para ele, os ultramontanos se dividiam entre transigentes e intransigentes. Os primeiros, chamados por ele de neo-ultramontanos, vislumbravam posturas flexíveis diante da realidade secular e, principalmente, política, procuravam uma adaptação da Igreja ao mundo moderno, sem perder de vista o quinhão das benesses eclesiásticas. Já os intransigentes eram dogmaticamente

²⁵ AZZI, R. **As Romarias de Juazeiro: Catolicismo Luso-brasileiro versus catolicismo romanizado**, Reb., Rio de Janeiro, vol. 51, 1991, p. 334.

²⁶ **A Igreja Paulista no século XIX**, 1987, p. 85

²⁷ **Do Tridentino ao Pós-ultramontanismo romano: o neo-ultramontanismo, Pluris-Humanidades**, Ribeirão Preto, vol. 1, nº 1, 2000, p.87 e seg.

contrários a qualquer aproximação ao que eles consideravam ser o mundo moderno, considerado por estes como uma influência liberal, passível, portanto, de indisciplina do clero e desmoralização dos católicos.

Em nosso trabalho, utilizamos os termos Reforma Romanizadora e ultramontanismo como dois termos inseparáveis. A Romanização foi a mudança que a Santa Sé empreendeu nas Igrejas da América, mudanças de cunho administrativo, moral, sacramental, devocional, visando o controle sobre a laicidade, a substituição de um catolicismo luso-brasileiro autônomo da hierarquia, por um dependente e centralizado, a volta das irmandades ao controle do clero ultramontano, e, principalmente, um plano diretor de reestruturação institucional com a criação das dioceses nos principais centros urbanos, vetores das pujanças econômicas do Brasil, com o beneplácito e a colaboração de membros do Estado brasileiro. Simultaneamente, as Reformas Romanizadoras foram executadas pelo Episcopado e pelo clero ultramontanos, este último na sua maioria, de congregações estrangeiras. Portanto, ultramontanismo seria o motor que implantaria os planos e pretensões da Igreja de Roma. Ainda assim, o clero ultramontano mantinha atitudes altamente conservadoras diante das mudanças preconizadas pela sociedade, com vistas a manipular setores vitais, através da formação cultural (o caso da educação), para fins exclusivos de monopólio filosófico e político, em detrimento do pensamento científico, secular, liberal, representado pelos livre-pensadores. No Paraná, a Igreja vencera a batalha liderada por Pe. Alberto José Gonçalves contra os anticlericais.²⁸

Discutir o ultramontanismo tendo como objeto a vida de um único padre, é, no mínimo, um ponto que deve ser visto com reservas. No entanto, há elementos da vida eclesial (que repetidamente se enlaçam à vida política) de Pe. Alberto que podem nos ajudar a clarear um pouco suas contradições. Para começar, a Igreja de Roma sinalizava e

²⁸ MARCHETTE, Tatiana Dantas. **Corvos nos galhos das acácias: o movimento anticlerical em Curitiba**, Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999, passim.

orientava o clero a se afastar da vida política para, principalmente, evitar escândalos, apego aos bens materiais, descrédito e aviltamento dos padres. Pe. Alberto procurou fazer com que sua imagem permanecesse intocável. No entanto, muitas denúncias apareceram na imprensa, não apenas em forma de boatos, mas de fatos ²⁹, como a constatação de que ele estava recebendo salário correspondente ao cargo de Vigário Geral, mas ainda era padre colado.

Da mesma forma, quando chega ao Congresso Legislativo, age no sentido de buscar primeiro os interesses da Igreja. Coincidentemente, quando Deputado, a imprensa situacionista concede espaço maior aos eventos religiosos, - sem contar com o fato de que, no jornal “*A República*”, considerado oficial, mas pertencente a um particular, - os “Atos do Governo do Estado” vêm registrados na primeira página do jornal juntamente às celebrações litúrgicas, comemorações, doações ao Seminário, como se a Igreja ainda estivesse sob a guarda do Estado. ³⁰ Ademais, podemos afirmar que Pe. Alberto, como Deputado Estadual, manteve a Igreja dentro do Estado com suas respectivas injunções em forma de subvenções, ainda assim, com o beneplácito do bispo do Paraná, D. José Camargo de Barros ³¹, seu amigo de estudos no Seminário em São Paulo.

Enfim, ser ultramontano era sinônimo de ser fiel às diretrizes da Santa Sé. Ser ultramontano transigente significava que o padre (no caso, Pe. Alberto) estava ou violando as diretrizes da Igreja de Roma ao se tornar Deputado Estadual (portanto, um padre liberal), ou então estava acoplando e adaptando tais diretrizes aos interesses de Roma. Se assim o foi, ambos os caminhos conduziam a Roma.

²⁹ SOUZA, Manoel Pereira de. Documentos a que se refere o relatório apresentado pela comissão encarregada de examinar a escrituração do Tesouro do Estado. “*A República*”, Curitiba, 27/ jan /1891, n. 323, p. 3.

³⁰ O Estado, aqui, é tão somente um colaborador e apoiador da Igreja. Não há conflito entre ambos, como acentuam as interpretações de AZEVEDO. T. de. **Igreja e Estado em tensão e crise**. São Paulo: Ática, 1978; BRUNEAU, T. **O Catolicismo Brasileiro em época de transição**, São Paulo: Loyola, 1974; ROMANO, R. **Brasil: Igreja contra Estado-crítica ao Populismo católico**, São Paulo: Kairós, 1979; AZZI, R. **Dom Macedo Costa e a Reforma da Igreja no Brasil**, Reb, vol. 35, 1975.

³¹ **Mensagem de Agradecimento do Excelentíssimo Sr. Bispo do Paraná ao Congresso Legislativo**. Cf. PARANÁ. Congresso Legislativo, Anais 4 / dez. / 1894, 32ª sessão, p. 170.

Pode-se deduzir que o ultramontanismo não havia mudado, mas os padres e o episcopado o adaptaram segundo suas circunstâncias. Assim sendo, o ultramontanismo seria uma espécie de armadura que a Igreja se valia para se defender contra os ardis do mundo moderno. Em contrapartida, era uma arma com a qual a Igreja se coadunava e se ajustava ao mesmo mundo moderno, sob a égide intempestiva da política (= influência sobre as instâncias do poder). Tinha de ser assim, pois à Igreja não restava viver em outro lugar a não ser dentro do mundo. Se no discurso teológico a Igreja preparava o homem para viver a parusia, no concreto da história temporal, para sobreviver, ela, a organização, tinha de se servir do fomento do mundo e tirar dele seus instrumentos de luta. Ou seja, a Igreja incorporaria a si a ciência que deveria se dispor à verdade divina, da mesma forma a filosofia se disporia à teologia, a história à escatologia, sem perder de vista que a instituição estava no mundo e deveria se adaptar a ele. Secularizando-se, a Igreja deixaria o isolamento celestial e realizaria o progresso, agora visto como um processo da consumação cristã da perfeição humana que se materializava na história.³²

Essa forma de pensamento quebra e rompe com uma visão positivista-funcionalista especificamente da interpretação ultramontana, segundo a qual o padre ultramontano seria obrigatoriamente alguém moldado e fadado a cumprir o plano pré-estabelecido pelo Seminário de onde saíra formado. Sendo assim, o padre ultramontano teria as características seguintes: sagrado, imutável, espiritual, divino, padre (= servidor eclesiástico), moralidade, obediência. Já o padre liberal teria as seguintes características, segundo a visão funcionalista: mutável, maleável, materialista, profano, humano, político, imoral, dissoluto. A idéia positivista-funcionalista que espelha essa interpretação do ultramontanismo seria composta por um todo orgânico, no qual o poder político teria como funções a manutenção da ordem, do equilíbrio social, com uma postura social neutra e acima

³² MARRAMAO, Giacomo. *Céu e Terra: genealogia da secularização*, São Paulo: Unesp, 1997, passim.

de todos os conflitos. Com rigor, essa seria a interpretação idealizadora do padre ultramontano.

Como se reveste o ultramontanismo em pe. Alberto? Vivia em função dos critérios materialistas. Até mesmo sua vida eclesiástica estava cercada de afazeres materialistas. Havia por parte dele a necessidade pragmática de implantar as Reformas Romanizadoras e, para tanto, teve de se envolver em questão de dinheiro. Portanto, pode-se dizer que Pe. Alberto caminhava na direção contrária da antimodernidade, isto é, ele mergulhava no mundo moderno, tornando-se um agente nele. (acionista, político, Professor, padre com vida social ativa). Pe. Alberto seculariza sua vida sagrada, dando-lhe um cunho de referência para todos os que o procurassem, sem perder de vista que a sacralidade era a condição de validade do poder político.

Nessa perspectiva, a característica mais importante do ultramontanismo seria o agir político (diferente de ser político) que se traduzia no plasmar da colaboração entre a Igreja e o Estado, especificamente no Paraná.

Se fôssemos levar às últimas conseqüências (sem reducionismos), poderíamos afirmar que, do ponto de vista religioso, o líder de Canudos, Antônio Conselheiro, seria mais ultramontano que Pe. Alberto e seus séqüitos. Uma vez que Antônio Conselheiro fora coerente do começo ao fim de sua vida, pois cumprira à risca sua missão preconizada pela máxima político-teológica: “Todo poder legítimo é emanção da onipotência eterna de Deus e está sujeito a uma regra divina, tanto na ordem temporal como na espiritual, de sorte que, obedecendo ao pontífice, ao príncipe, ao pai, a quem é realmente ministro de Deus para o bem, a Deus só obedecemos”.³³ Ainda segundo Janotti,³⁴ o desencontro entre as esperanças frustradas dos grupos monarquistas, que desejavam restaurar o antigo regime, e os acordos de

³³ Apud. JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **Os subversivos da República**, São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 154.

³⁴ Ibid., passim

bastidores entre republicanos e prelados, revelavam a quintessência do contra-senso da natureza política brasileira. Monarquista não continha mais a prerrogativa católica, como o próprio Pe. Alberto ensinava, ao ingressar no Partido Republicano.

Por que pacificador? O atributo de intermediário entre a Igreja, os setores dominantes paranaenses e a política parlamentar o fizeram aparar arestas, diminuir distâncias, quebrar resistências, fortalecer laços comuns e contribuir para cada um, a seu modo e segundo seus critérios pessoais, o quinhão que lhe cabia do poder.

Por que beligerante? Tal postura está associada a seu comportamento eclesiástico, de veleidades ultra-eclesiásticas, isto é, se portava como homem de Deus e, ao mesmo tempo, era espontâneo “... *como se fosse igual a todos os homens*”.³⁵ Dentro da Igreja, agia convencido de que precisava dar lições de moral em todos. Reclamava a atenção dos jovens brincalhões dentro da igreja, porque estavam indiferentes à sua fala, punha a ferro e fogo os padres que não cumpriam com suas obrigações, ou que, segundo denúncias, não se coadunavam com suas posições políticas e nem aceitavam serem chantageados por ele. Pela imprensa, suas animosidades se evidenciavam sem censuras. Tanto é que José Pereira de Macedo comentava: “... *e como homem, em certas circunstâncias, não vacilou em servir-se dos seus braços de atleta para fazer respeitar a sua missão pacífica de conquistar almas para o bem*”.³⁶ Falando (ou escrevendo nos jornais) a respeito dos temas da religião a qual representava, exaltava-se e se expunha com sua verve de autoridade máxima nos embates da secularização dos cemitérios, na Comissão de obras da Matriz (sempre com falta de verbas), nas inomináveis discussões filosóficas sobre o casamento e os sacramentos, nas celeumas envolvendo as comunidades coloniais (italianas, polonesas), as ameaças contra os jornalistas de oposição, e as retumbantes discussões contra os chamados livre-pensadores. Mas a pecha

³⁵ MACEDO, José Pereira de. D. Alberto, **Revista da Academia Paranaense de Letras**, Curitiba, n. 11, 1946, p. 89.

³⁶ Id.

de brigão veio a galope quando das reformas paroquiais e administrativas da diocese paranaense. Talvez tenha sido também por isso (além dos supostos adversários de Ribeirão Preto) que Pe. Alberto, ao assumir a diocese de Ribeirão Preto como seu primeiro bispo, tenha escolhido o seu lema que se define por si mesmo: *“Dá-me forças contra teus inimigos”*.

Por fim, o beligerante e o pacificador não estão separados, da mesma forma que não estavam separados o padre e o político. Ambos os termos teriam duas dimensões táticas justapostas de uma mesma silhueta que Pe. Alberto se valia para se defender, para se resguardar, para persuadir.

A vida política de Pe. Alberto José Gonçalves no Congresso Legislativo do Paraná, em seus dois primeiros mandatos: 1892-94 / 1895-96 é o objeto de nosso trabalho.

Efetivamos a análise da prática parlamentar de Pe. Alberto em três direções dispostas a seguir:

- Os projetos de lei de maior relevância sócio-política e eclesiástica;
- Debates travados (chamados pelos congressistas de discussões) por Pe. Alberto no Congresso Legislativo como forma de manifestação das idéias defendidas por ele, mormente aquelas de interesse maior para a Igreja e que o caracterizavam como um padre ultramontano no contexto da Reforma Romanizadora.

- As repercussões destes debates na imprensa escrita (tanto nos jornais de oposição quanto nos jornais da situação), entre os quais destacamos: “A Federação” (oposição); “A República” (situação).

É necessário acrescentar que, na imprensa escrita, aparecem referências a Pe. Alberto não apenas participando de eventos religiosos, mas também tomando parte de eventos sociais diversos e diferentes de sua função profissional (vigário) e que lhe renderam um

círculo amplo de amizades na sociedade paranaense,³⁷ às quais podemos classificar, cautelosamente, de amizades políticas.

Outros destaques que se revelam na imprensa escrita são as atividades profissionais nas quais se envolveu Pe. Alberto:

- Ministrou aulas em várias escolas, inclusive do Estado;

- Foi acionista da Cia de Bonds chamada Ferro Carril, da qual o irmão de seu cunhado, e também maçom, era um dos proprietários acionistas.³⁸

Em tais atividades Pe. Alberto se envolveu quando já era Deputado Estadual, com a exceção de algumas escolas onde lecionou. Outros elementos ligados à imprensa escrita se referem aos embates do padre contra membros do próprio clero, muito importantes para o nosso trabalho³⁹ por mostrarem os conflitos entre padres regalistas e Pe. Alberto, da linha ultramontana.

Nosso objetivo geral é mostrar como as reformas empreendidas pela Santa Sé, as chamadas Reformas Romanizadoras, realizaram-se graças ao tráfego de influência política do clero, evidenciado na figura de Pe. Alberto como Deputado Estadual.

No que pesa ao objetivo específico, nosso propósito é estudar como Pe. Alberto chegou à liderança do clero paranaense, normatizando as atividades administrativas paroquiais, litúrgicas, devocionais, mormente as irmandades, pegando carona na imagem ilibada de padre cordato; recém-chegado do coração e centro irradiador ultramontano, o Seminário de São Paulo, escolhido pela Princesa Isabel e, portanto, com o beneplácito do

³⁷ Um exemplo disso foi sua conferência no “Club Curitybano” ao se pronunciar sobre o progresso na evolução das sociedades. O Club Curitybano, fundado em 1882, por Ildefonso Pereira Correia (Barão do Serro Azul) era o centro onde se reunia uma elite da intelectualidade e, principalmente, a nata da burguesia ervateira industrial. O Club promovia festas, jantares, bailes, conferências etc. O Club criara a Revista do Club Curitybano, da qual Pe. Alberto fora um de seus redatores. Cf. **Dicionário Histórico-Biográfico do Estado do Paraná**, Curitiba: Livraria do Chain, 1991, p.81-82.

³⁸ Sobre as aulas de Colégios de Curitiba há várias referências. Destaco uma: cf. “**Gazeta Paranaense**”, Curitiba, 11/jan./1889, n. 9, p.3. Sobre a Cia de Bonds, cf. “**Diário do Comércio**”, Curitiba, 11/mar./1891, n. 57, p.3.

³⁹ Um dos muitos exemplos foi o Pe. Tedeschi, liberal, proprietário e capelão, cf. “**Gazeta Paranaense**”, Curitiba, 14/fev./ 1889, n. 36, p.2.

Império, tão logo, ascendeu à carreira política. De vez que, no sabor da condição de líder eclesiástico (Vigário Geral Forense), procuramos mostrar como costurou acordos ⁴⁰ para se tornar Deputado Estadual, junto a quase todo o clero, a pessoas influentes da indústria ervateira e ao grupo político republicano encabeçado por Vicente Machado, líder do Partido Republicano. Como a fundação da Diocese, em 1894, levada a cabo com recursos do Estado se revelou fundamental para o arranque definitivo da implantação das Reformas Romanizadoras, nosso problema central.

Nosso referencial teórico é o enfoque político. Baseamo-nos nas disposições teóricas de René Rémond.⁴¹ Ressalta ele o processo de renovação e de legitimação do estudo do político e aponta também caminhos novos de abordagem, mesmo de temas já tradicionais, como partidos, eleições, biografias, no entanto, trabalhados numa nova perspectiva, quer seja, a noção do político como articulador do todo social.

Nessa linha, a história muda seu objeto e redescobre enfoques variados, procurando sair de uma postura reducionista, (amplamente criticada e com razão) na qual aparece apenas o factual, aquilo que fica na superfície dos fatos, para uma postura de amarração dos acontecimentos às suas causas profundas.

Ainda na mesma direção o autor comenta sobre as críticas feitas à noção de Estado, que não se limitaram a buscar nas entrelinhas sorrateiras do liberalismo, as ameaças das liberdades individuais dos homens, mas contra sua suposta auto-suficiência. O Estado não é, para o autor, imparcial e soberano, mas “é sempre açambarcado e não tem nem existência própria nem independência efetiva”.⁴² A ampliação das atribuições do Estado, com as chamadas políticas públicas (“poder de legislar, regulamentar, subvencionar, controlar a

⁴⁰ Cf. “**A Federação**”, Curitiba, 30/nov./1892, n. 80, p. 2; “**Gazeta Paranaense**”, Curitiba, 17/abr./1889, n. 87, p.2; “**A República**”, Curitiba, 06/maio./1891, n. 397, p.3

⁴¹ Uma história presente; _____ Do político, In: Remond, R. (org) **Por uma história política**, Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

⁴² REMOND, R. op.cit. p.20

produção, a construção de moradias, a assistência social, a saúde pública, a difusão da cultura”) ⁴³ passaram a compor os domínios da história política, a tal ponto de virmos no político o eixo em torno do qual, necessariamente, grande parte dos interesses de grupos sociais determinados gravitaram com uma finalidade de manter estes interesses, e a tentativa eterna de se lançarem em busca de variados outros interesses. Vê-se, assim, cada vez mais, o político e as relações de poder servirem de atração “sobre agrupamentos cuja finalidade primeira não era, contudo, política: associações de todos os tipos, organizações sócio-profissionais, sindicatos e igrejas, que não podem ignorar a política” ⁴⁴.

Ao procurar por uma definição do político, Rémond classifica tal tarefa como de difícil solução, mas confirma que, diante dos temas variados dispostos no livro (Por uma história política), há a convicção de que muitos dos temas, (que iriam além dos propostos no livro), têm, no político, o centro para o qual confluem.

As dificuldades no trato com o referencial político são diversas e se fazem presentes por conta de ser, este, um campo sem fronteiras fixas. ⁴⁵ Para qualificá-lo, o autor utiliza o termo poder. Aqui, não se impõe a idéia absoluta de que tudo parte das relações de poder. Novamente afirma Rémond que “*só é política a relação com o poder na sociedade global: aquilo que constitui a totalidade dos indivíduos que habitam um espaço delimitado por fronteiras que chamamos precisamente de políticas*” ⁴⁶. Assim sendo, o político vai além de qualquer fronteira, desde que não o compreendamos como um “domínio isolado”. ⁴⁷ E observa ainda que, se o político é o ponto mediante o qual todos os outros setores da sociedade convergem, então como se processa a influência e a pressão? “*É o político que tem em seu poder o religioso ou o social, ou o inverso?*” ⁴⁸

⁴³ Ibidem, p.24

⁴⁴ Ibidem, Ibidem

⁴⁵ RÉMOND, op. cit. , p. 443.

⁴⁶ Ibid., p. 444.

⁴⁷ Ibid., Ibid.

⁴⁸ Ibid., p. 445.

A margem entre o aparente e o real, no político, é tênue. É como correr sobre o fio da navalha. O político está na dependência das determinações externas e das decisões resultantes de múltiplos fatores. Portanto, cabe ao historiador do político não reivindicar para si o papel de hegemonia sobre o objeto, mas constatar que “o político é o ponto para onde conflui a maioria das atividades...”⁴⁹ Ao analisar a atuação política de Pe. Alberto no Congresso Legislativo do Paraná temos em vista que o referencial político é o campo teórico mais adequado por considerarmos este o agregador do conjunto das ações humanas. Nosso propósito é fazer um movimento circular ao redor da atuação de Pe. Alberto no Congresso Legislativo Paranaense, isto é, sua atuação como padre nas atividades litúrgicas, sacramentais, administrativas, sua atuação como professor das escolas, na imprensa, nos clubes sociais, esse conjunto de ações tinha um cunho político que pode explicar sua atuação na Assembléia Legislativa, assim como o inverso disso, convergindo para a finalidade da implantação da Reforma Romanizadora no Paraná.

A vida política do clero no século XIX e XX foi discutida por poucos teóricos. Em “A Elite eclesiástica brasileira”, Sérgio Miceli⁵⁰ retrata a origem social e o processo de escolha dos Prelados brasileiros que constituíram a chamada elite eclesiástica no Brasil. Miceli torna evidente, numa ótica sociológica, as coalizões do episcopado junto a setores da elite política e econômica do país, condição que trazia a possibilidade de fortalecimento da organização eclesiástica. É seu objeto também os hábitos, a formação do clero e suas finalidades políticas. Para o autor, a Igreja, após a Proclamação da República, teve de enfrentar dois obstáculos, a saber: as exigências centralizadoras da Santa Sé que queria impor um modelo de romanização pautado pelo Papa; de outro lado, os governos estaduais, lideranças políticas, clãs oligárquicos, que desejavam cercear a influência da Igreja sobre os negócios temporais. No Paraná, a Igreja teve de enfrentar um teimoso clero estrangeiro que

⁴⁹ Ibid. , p. 447

⁵⁰ Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988, passim.

desejava realizar por conta própria a romanização. Enquanto que, pelo lado das lideranças políticas e econômicas, sua postura em relação à organização eclesiástica era de apoio, conluio, aliança e dedicação recíproca. Destoa também a ênfase dada por Miceli daquela firme orientação doutrinária e disciplinar que Roma supostamente exercia sobre o clero brasileiro, visto que, no caso de Pe. Alberto, sua liberdade de ação era grande, tanto que podia se dedicar mais aos afazeres pessoais e mundanos do que, como ultramontano, das diligências espirituais.

Outro autor que trabalha na investigação da participação política do clero e do episcopado brasileiro é Frei Oscar Lustosa em sua obra “Política e Igreja: o Partido Católico no Brasil – mito ou realidade?”⁵¹

Lustosa faz um levantamento geral sobre as reações dos católicos frente ao avanço do liberalismo, do republicanismo e da promíscua relação do clero com a maçonaria, que culminou na conhecida “Questão Religiosa”. Lideranças leigas e o próprio clero iriam se unir numa tentativa de criar um programa ultramontano católico para dar conta de uma lacuna cada vez mais visível na sociedade brasileira: o Estado e a sociedade laica. No seu lugar, um Estado conservador orientado pelas luzes de Deus.

A obra de Lustosa analisa, no plano geral, como se constituiu a tentativa de se construir o Partido Católico em várias províncias e em vários Estados (período republicano), o que acabou esvaziando o conteúdo da obra por não mostrar como os partidos, especificamente, passaram pelo processo de gestação em cada região. No Paraná, não houve tal tentativa (pelo que se sabe até aqui). Apenas resquícios de manifestações pontuais que não chegaram a refletir o anseio geral do clero que se caracterizava como liberal. Pe. Alberto, pelo menos diante da documentação estudada, não se referiu à criação do Partido Católico no Paraná. Apenas muito tempo depois, quando já bispo de Ribeirão Preto, sugeria que os

⁵¹ São Paulo: Paulinas, 1982, passim.

católicos votassem em representantes favoráveis à causa da Igreja. Essa postura comprova a idéia de que para se atingir um fim poder-se-ia valer de qualquer meio, fosse válido ou não.

Valemo-nos de alguns jornais que foram vitais para se compreender o contexto das discussões que se deram no Congresso Legislativo, bem como dos acontecimentos que envolveram direta ou indiretamente a Pe. Alberto. O jornal “Gazeta Paranaense”, órgão pertencente ao Partido Conservador, foi, durante os primeiros anos da carreira política de Pe. Alberto, seu veículo de comunicação e de debates. O jornal “A República” foi predominante em nosso trabalho, visto que foi durante um bom tempo, depois de proclamada a República, o órgão oficial do governo do Estado do Paraná. O jornal “Diario do Commercio” tinha como proprietário o Barão do Serro Azul que apoiara Pe. Alberto durante seus primeiros anos de carreira política. Por último, o jornal “A Federação”, de vida efêmera, já que suas oficinas foram invadidas e fechadas pela polícia, pois fazia uma sistemática oposição aos principais membros do Partido Vicentista (de Vicente Machado).

O trabalho foi dividido em três capítulos.

O 1º capítulo é uma apresentação da questão; uma forma de se explicar os embates entre a Igreja e a política no Brasil, mostrando o histórico do Padroado português e as constantes tentativas da Igreja de Roma de querer modificar esta posição de subordinação da Igreja no Brasil. Destacamos algumas participações políticas do clero, não apenas restritas ao Parlamento, mas às formas de influência que o clero e o episcopado procuravam impor ao Governo Imperial. Também mostramos como funcionava a máquina do Estado Imperial e o jogo de arranjos e revezamentos políticos de D. Pedro II, bem como o processo dos padres para assumirem as respectivas paróquias, critério de escolha mais político do que espiritual. Por fim, o cenário político, com a Proclamação da República e participação da Igreja nesse cenário.

No 2º capítulo fazemos um apanhado sobre o Paraná para se entender quais eram os segmentos sociais dominantes, o processo da vinda dos imigrantes europeus, as mudanças no Paraná provocadas por esta imigração e a posição da Igreja do Paraná em relação à imigração. Ao final do Império, o Paraná já era uma província de importância econômica considerável (economia interna). Reflexo disso só se percebeu na mudança do regime político, através das muitas instituições nascentes e a reestruturação de outras (o caso da Igreja Católica). Por fim, revelamos a trajetória da Igreja no Império e começo da República, juntamente com a nova, mas nem tanto, configuração de forças do Paraná. Cabe uma observação quanto ao aspecto da análise da História da Igreja recair com ênfase maior sobre a Proclamação da República no Paraná, em detrimento de uma visão sobre a relação da Igreja com o Governo Federativo do Rio de Janeiro. Optamos em seguir os passos da Igreja do Paraná e sua relação com o Governo Republicano Estadual por ser o objeto principal do trabalho. Concomitantemente a isso, deixamos uma lacuna quanto à relação da Igreja com o Governo Federal Republicano o que demandaria um novo trabalho, em razão da escassa informação sobre as relações políticas do clero e do episcopado com o novo regime de 1889.

No 3º capítulo estudamos a vida política de Pe. Alberto José Gonçalves no Paraná (1892-96). Nosso enfoque gira em torno de sua atuação na Assembléia Legislativa do Estado. O objetivo é mostrar como foi sua ascensão à carreira política (sua simultânea atuação como sacerdote) e seu grau de influência junto à Assembléia Legislativa, onde colaborou para implantar a Diocese, reorganizando a Igreja segundo os moldes ultramontanos.

A vida política de Pe. Alberto se delineia entre 1892 – 1896⁵², nos dois primeiros mandatos como deputado estadual do Paraná; 1896 – 1905, no mandato como senador pelo estado do Paraná; 1906 – 1907, no último mandato como deputado estadual do

⁵² O 1º mandato dos deputados eleitos em 1892 foi de 3 anos, pois seguiu-se as determinações legais da Constituição Estadual de 1891. já o 2º mandato seguiu a Constituição de 1892 que estipulava o mandato de 2 anos.

Paraná. Nosso trabalho está estruturado dentro do recorte cronológico dos primeiros mandatos de Pe. Alberto (1892 – 1896). Isso se justifica pelo fato de que, ao início da carreira política, veio acompanhado todo um processo de amadurecimento político que desembocou na sua projeção como um dos políticos mais influentes do Paraná, simultaneamente, voltada sua atenção para a implantação da Diocese do Paraná e da incumbência de estabelecer as Reformas Romanizadoras na Igreja paranaense.

Assim sendo, sua experiência parlamentar no Senado lhe valeu um título prioritário do político mais visado do começo da República paranaense, imagem essa determinada por sua dedicação em construir, nos bastidores do poder federal, brechas, através das quais faziam aumentar sua importância política tanto no cenário regional quanto no cenário nacional, ou seja, um padre envolvido na política parlamentar no começo da República, fato raro, consideradas as condições históricas adversas à Igreja no mundo e no Rio de Janeiro, capital do país, como também reduto fortíssimo da maçonaria e dos positivistas. Esse é o quadro que poderemos abordar num eventual trabalho de doutorado.

1 IGREJA E POLÍTICA NO TEMPO DO IMPÉRIO

1.1 A Igreja católica no tempo do Império

Se há um estigma que caracteriza a aura da Igreja, vista enquanto instituição historicamente constituída, é a sua presença nas invectivas ações pelo poder temporal a despeito do espiritual que, inalienavelmente, lhe deu suporte e anuência.

A Igreja sempre esteve associada ao aspecto político. Podemos dizer, reforçando tal ligação, que a Igreja, enquanto instituição, cristalizou-se e congregou-se ao universo político, muitas vezes como colaboradora, como refratária, como protagonista, e como antagonista do poder político. Essas situações se constituíram na história ocidental conjuntamente. Foi o caso do período do qual nos ocupamos aqui, ou seja, da História do Brasil Imperial e do início da 1ª República, no século XIX.

Acuada e vivendo quase que passivamente sob os efeitos do padroado, a Igreja precisava de ajuda para reagir a esse quadro. A própria Santa Sé revelaria suas intenções ao estimular, no episcopado brasileiro, as razões eminentemente políticas para provocar uma ruptura que desencadearia a crise da “Questão Religiosa”.

Para a Igreja, tratava-se de alcançar autonomia suficiente não só com o fim de participar do poder político, mas também para que o poder político permitisse seu ingresso nele, completando uma postura de colaboração combinada com a gana de protagonismo ultramontano. Com o advento republicano, conquistava uma influência política, religiosa e social nunca vistas no Império. A Igreja do Paraná foi um exemplo disso. Pe. Alberto foi o principal mediador de aproximações sócio-políticas. Através de seus mergulhos no Congresso Legislativo, montou e organizou a Igreja católica romanizada no Paraná, demonstrando a conciliação plástica entre a política, Igreja, partidos, regimes e discursos.

As Igrejas Latino-americanas, desde sua origem, tiveram relações mais estreitas com os Estados ibéricos do que com o papado (com exceção da sociedade de Jesus), o que nos leva à conclusão inexorável de que a Igreja foi mais dependente do Estado do que da Santa Sé, principalmente no que diz respeito à política.¹

O padroado foi o elemento essencial que determinou essa relação. Em princípio, o padroado tinha a finalidade de ser um acordo explicitamente político para integrar a Igreja ao projeto de expansão colonizadora portuguesa, dando-lhe um matiz eminentemente cristão. Deve-se salientar que a relação entre ambos se esmiuçava em forma de coalizão, apesar do Estado estar em uma situação melhor para exercer o uso de suas estruturas na Colônia. Acontece que as transformações pombalinas e as miudezas intempestivas do exercício do poder alteraram substancialmente a relação de coalizão para uma relação de submissão² da Igreja frente ao Estado.

Em razão da importância significativa que a Igreja católica adquirira durante longos séculos, em função de sua simetria ao Estado a quem lhe coroou e sacralizou sua legitimidade e lhe garantiu um continuum, o qual abarcara não apenas a posse do poder, mas também a sua aceitação (nunca sem contestação e protestos) pela sociedade, o padroado passou a ser utilizado como instrumento de manipulação de interesses do Estado sobre os da Igreja.

Encontrava-se em vigor um tipo característico de regalismo à brasileira, mormente após a independência política com D. Pedro I. Uma complexa gama de regulamentos foi sendo criada, modelando a dependência da Igreja em relação ao Estado. Sem

¹ BRUNEAU, Thomas. **O Catolicismo brasileiro em época de transição**, São Paulo: Loyola, 1974.

² Cabe lembrar que esta submissão não era irrestrita. Possuía privilégios que alguns clérigos e Bispos assumiam com deferência desavergonhada. Por outro lado, a Igreja nunca se rendeu totalmente aos formalismos legais, mas procurou dar um realce a mais ao seu quinhão de benefícios particulares. Tanto no tocante à coalizão quanto à submissão, a relação entre a Igreja e o Estado se fazia presente mediante a cooperação, a garantia de privilégios e até dos conflitos, em nome dos quais assegurava mais privilégios. Confira: MICELI, Sérgio. **A ELITE Eclesiástica Brasileira**, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. p. 11 e seg. BRUNEAU, Thomas. Op. cit, 1974. p. 25 e seg. ROMANO, Roberto. **Igreja Contra Estado**, São Paulo: Kairós, 1979. p. 81 e seg.

partidarismos, a Igreja acabara sendo incorporada à máquina não como um membro a mais do Estado, mas, simplesmente, um dos principais pilares de sustentação do governo imperial, apesar do estado deplorável em que ela se encontrava.

Assim sendo, o direito da Coroa de intervir em casos de disciplina eclesiástica, o chamado Placet, o direito de nomear novos prelados, padres, a cobrança do dízimo, que se tornara o principal imposto real desde a Colônia e, sobretudo, a “pombalização do clero”,³ uma espécie de clero liberal, mais ligado à pátria do que a Roma, a ponto de se tornar revolucionário por defender, embora agisse individualmente, a independência do Brasil contra Portugal, mantinha a Igreja na berlinda. Thales Azevedo nos lembra que, após a independência, o corpo diplomático do governo de D. Pedro I deu preferência ao clero secular em detrimento do regular, por achar mais próximo este de um clero nativista e brasileiro que se propusesse a colaborar na consolidação da independência⁴. Contando com o apoio de uma instituição tradicional de reconhecida liderança mundial no campo da fé e da chancela oficial, como era a Igreja, talvez, o governo que se iniciava, teria uma aprovação facilitada por parte do governo real, bem como dos demais países constituídos.

No Brasil, a Igreja era uma instituição que vivia uma situação dúbia e contraditória por efeito da união com o Estado Imperial. Dúbia porque o clero era ao mesmo tempo parte inerente do funcionalismo público, era pago pelo erário público, como também, da mesma maneira, era integrante da “*burocracia paralela*”⁵ que, por sua vez, se defrontava constantemente com o Estado pela disputa do “controle do poder político”⁶. Contraditória

³ BRUNEAU, T. Op. cit., 1974, p. 47.

⁴ AZEVEDO, T. de. **A Igreja e Estado em tensão e crise**, 1978, p. 120.

⁵ CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro de Sombras: A política imperial**, Rio de Janeiro: UFRJ e Relume-Dumará, 1996, p. 165.

⁶ Idem, p. 165. Esta disputa pelo controle do Estado não foi encampada por todo o clero, mas por segmentos que se despontavam como lideranças, quer fossem lideranças políticas ou sócio-religiosas, até maçônicas. Foi assim na Revolução Pernambucana, na Praieira, na Regência e na Questão Religiosa. Cf. CARVALHO, 1996, p. 43 e seg./ Capítulo 2: A Elite Política Nacional/ Capítulo 7: Juizes, Padres e Soldados.

porque a maioria da população brasileira não era realmente católica,⁷ muito embora se declarasse legalmente como tal. Era contraditório também porque os prelados não comandavam a Igreja, mas eram submetidos às decisões do Império. Ora, para quê manter uma religião oficial se a maioria da população não a reconhecia e nem se reconhecia incorporada a ela?

O que está subjacente à situação dúbia e contraditória da Igreja no Império é o inexorável confronto pela supremacia do poder temporal que envolvia tanto a Igreja quanto o Estado, como se este confronto não tivesse sido resolvido de forma favorável ao Estado. Para a instituição eclesiástica, a questão estava em aberto, em especial porque, por muitas razões (particularmente o exclusivismo de religião única que lhe garantia alguns privilégios), ela própria havia escolhido a subserviência às leis temporais.

A rigor, o dualismo e a contradição se aprofundavam a um grau maior de humilhação da Igreja diante do Estado regalista. Este procurava restringir os direitos, as franquias e privilégios do Papado, ao mesmo tempo em que barrava o episcopado local; de outro modo, seguindo um viés político-eclesiástico, o regalismo negava à autoridade espiritual toda a autoridade sobre o temporal e, simultaneamente, concedia ao poder temporal prerrogativas fundamentais na organização das Igrejas nacionais.⁸

Enquanto o regalismo permanecesse como elemento impregnador do modelo de ação do clero brasileiro, não aconteceria um conflito de marca maior que compromettesse as relações entre Igreja e Estado, já que ambos propugnavam pelos mesmos objetivos. Encarnando o desejo de muitos setores, inclusive o do próprio clero, padre Feijó, ao reiterar a necessidade de se acabar com a imoralidade da vida da maioria dos padres de vida promíscua, exigia da Assembléia Geral uma postura radical, mas coerente, de se acabar com a lei do celibato no Império do Brasil. Tal postura denotava uma intransigente supremacia do poder

⁷ BARROS, Roque Spencer de. **Vida Espiritual**. In: HOLANDA, S. B. História Geral da Civilização Brasileira, Tomo 2, vol. 4, São Paulo: Difel, 1985, p. 321-322.

civil sobre quaisquer contingências relacionadas à religião oficial. A posição de notório distanciamento de Roma, como propunha Feijó, chegava ao paroxismo da criação de uma Igreja Nacional.⁹

De modo que, uma vez estando o clero levando vida dissoluta, estando os prelados desorganizados e distantes uns dos outros, sob dificuldades financeiras muitas vezes irreparáveis, sem uma liderança que se arvorasse em enfrentar o estado das coisas, sofrendo a pressão do inusitado sucesso educacional e assistencial das Igrejas Protestantes que começavam a se instalar no território brasileiro, com a nascente oposição dos liberais, e, principalmente, a contradição de ter de lutar contra o regime do qual ela era parte efetiva (monarquia), um possível conflito contra o Estado, que provocasse mudanças substantivas, teria de irromper através da intervenção da Santa Sé.¹⁰

Esta, por sua vez, se via às voltas com problemas que limitavam seu raio de ação. Lideranças italianas católicas de cunho liberal tentaram converter Pio IX em primeiro Presidente da Federação dos Estados Italianos, fato este atropelado pelos acontecimentos de 1848,¹¹ de cuja conseqüência resultou na invasão do território pontifício e na queda de Roma para segmentos revolucionários. O pano de fundo dessa contenda era a irresoluta unificação italiana.

Ao se manter na neutralidade diante da guerra desencadeada entre o Reino de Sardenha e a Áustria, automaticamente, o Papa se opôs à unificação italiana, logrando como adversários os liberais que lhe impuseram medidas anticlericais.

Na interpretação de Sérgio Miceli, a fracassada entronização de Pio IX à Presidência italiana “*coloca-se na raiz das diretrizes papais em relação a praticamente todas*

⁸ DUARTE, Dom Luciano J. Cabral. **D. Pedro II e a Igreja**, Reb, Petrópolis, vol. 35, 1975, p. 932.

⁹ BARROS, Roque Spencer de. **Vida Espiritual**, In: HOLANDA, Sérgio Buarque. História Geral da Civilização Brasileira, vol. 4, 1985, p. 321 – 322.

¹⁰ Ibid, passim

¹¹ MICELI, Sérgio. **A Elite Eclesiástica Brasileira**, 1988, p. 11 – 12.

as idéias e movimentos radicais de reforma então em curso na Europa".¹² Entretanto, não se deve considerar este fato como uma causa motriz das atitudes e posturas do Papa em particular, mas o estopim que deu início ao movimento de reforma ultramontana da Igreja. Até porque, segundo René Rémond, para os revolucionários de 1789 – e isso se aplica a toda a Europa – a “*noção moderna de laicidade lhes é totalmente estranha*”¹³ e, o que é mais desconcertante, a religião revolucionária criada pelos mesmos, não deu cabo de se adequar às mudanças políticas, sociais e culturais da França, o que forçou suas lideranças a entrarem em acordo com a Igreja. Por conta disso, a Igreja se viu alijada pelos conservadores contra-revolucionários e rejeitada pelos herdeiros da Revolução. Parecia haver um desencontro, um verdadeiro contraponto nas ações aparentemente calculadas da instituição, pois concomitante à condenação dos erros do mundo moderno – socialismo, comunismo, liberalismo, maçonaria, etc --, a Igreja do século XIX não soube o que fazer com a classe operária,¹⁴ uma parcela nova da realidade social que não havia sido evangelizada, sequer então batizada e muito menos ainda conhecida. Pio IX vai dar continuidade à velha idéia de que o Estado deveria levar avante a propagação e o triunfo da fé católica.¹⁵

Já no Brasil, o ultramontanismo teve seu centro iniciador nas figuras dos padres Luís Gonçalves dos Santos (o padre Perereca), Dom Romualdo Antônio de Seixas (1787 – 1860), arcebispo da Bahia e primaz do Brasil e Dom Marco Antônio de Souza (1771 – 1842), bispo do Maranhão.¹⁶ Do lado regalista, padre Diogo Antônio Feijó, Antônio Ferreira França, Bernardo Pereira de Vasconcelos, Francisco de Paula Sousa e Melo e José

¹² Ibid, p. 12.

¹³ RÉMOND, René. *O Século XIX: 1815 – 1914. Introdução à História do Novo Tempo*, São Paulo: Cultrix, 1990, p. 169.

¹⁴ Ibid, p. 172.

¹⁵ **Pio IX, Quanta Cura e o Syllabus**, 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1959, passim. Nesta encíclica, o Papa expressa sua doutrina vital que evidencia de modo cabal esta idéia de se valer do Estado como instrumento para seu domínio; o que acaba culminando na convocação do Concílio do Vaticano e na proclamação da infalibilidade.

¹⁶ WERNET, Augustin, *A Igreja Paulista no Século XIX*, 1987, p. 81.

Lino Coutinho. Todos eles padres de vida parlamentar que, durante um bom tempo, debateram a reforma eclesiástica.

Como diz Wernet, “presenciando o início de uma oposição entre liberais regalistas e conservadores ultramontanos, dificilmente podia se esperar que estes últimos, vinte anos mais tarde, já tivessem estabelecido seu controle sobre a Igreja brasileira”.¹⁷

Tendo a “convicção”¹⁸ de que, para contribuir com a organização do Estado brasileiro de tendência monárquica e centralizadora e amoldá-lo à ordem vigente, grande parte dos políticos e sobretudo dos conselheiros do Imperador D. Pedro II, estavam certos de que o catolicismo ultramontano seria fundamental para garantir o status quo no país.

Se os doutos pensadores que assessoravam D. Pedro II possuíam de fato conjecturas de uso exclusivo da religião pelo Estado, desconheciam as imediatas intenções da nata católica laica brasileira. Senão, vejamos um exemplo ilustrativo citado por Roque Spencer de Barros. As idéias são de Taparelli D’Azeglio citadas por Tarquínio Bráulio de Sousa Amaranto, segundo as quais *“a lei eclesiástica pode derogar a civil, sempre que esta se opõe ao bem da sociedade universal, ou viola os direitos dos membros nas sociedades particulares.”*¹⁹

Ao redor do círculo de contendas envolvendo, diretamente, a Igreja, e que irá desaguar na chamada *“Questão Religiosa”*, encontram-se as reações contrárias ao ultramontanismo. Setores da sociedade temiam que, valendo-se do exclusivismo oficial, a Igreja ultramontana passasse a monopolizar a liberdade de pensamento e consciência, a educação – que já naquela época (1860 – 70) era tratada como um grande negócio –, preocupação expressa por Tavares Bastos (1862) e Antônio Luiz Dantas de Barro Leite (1869)²⁰ e sortilégios políticos manifestos no fato de postar juramento à Santa Sé e não mais

¹⁷ Ibid, p. 84 – 85.

¹⁸ Ibid, p. 88.

¹⁹ Apud. **A Vida Espiritual**. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. Historia geral da civilização brasileira. Vol. 4, 1985, p. 327.

²⁰ Ibid. p. 328 – 29.

ao Rei. Seria seguindo esta trilha complexa que os liberais iriam defender a posição de separação entre a Igreja e o Estado e, logo mais tarde, engajados nesta delicada e controversa questão, os republicanos, em seu manifesto de 1870, fariam o mesmo.

A Igreja, inarredavelmente, estava amarrada ao Estado de uma tal forma que até mesmo os mais ardorosos católicos liberais, como Nabuco de Araújo, não sabiam exatamente qual remédio aplicar a tal problema. Temia ele que a separação ou anulasse definitivamente a ação da Igreja, ou suscitasse seu fortalecimento numa proporção tal que ela acabasse dominando a “sociedade inteira”.²¹

Ninguém dentro do episcopado brasileiro, tampouco o próprio Papa Pio IX, desejava a separação do Estado. Dom Vital chega a argumentar, num tom pouco convincente de teologismo político, que “*o negócio que mais importa aos povos, mesmo politicamente falando, é a glória de Jesus Cristo*”,²² supondo que fosse o povo brasileiro integralmente católico e, por isso, justificadamente representado pelo clero.

Dentro deste contexto volúvel para a Igreja, acontece a “Questão Religiosa”. Um fato aparentemente banal envolvendo o bispo do Rio de Janeiro Dom Pedro Maria de Lacerda e o padre maçom Almeida Martins. Nosso propósito aqui não é descrever de forma pormenorizada o desencadeamento dos fatos da Questão Religiosa, mas comentar rapidamente sua ligação política que fez gerar uma crise diplomática entre a Santa Sé e o Império de D. Pedro II.

Novamente, utilizamos as reflexões de Roque Spencer de Barros, bem como as de Roberto Romano.

A questão religiosa explode em forma de efeitos. Em razão de todos os conflitos e eventuais embaraços que se fizeram presentes, desde a independência do Brasil, quando Pedro I se autoproclama possuidor do direito de ser Grão-Mestre da Ordem de Cristo, o que

²¹ Ibid. p. 334.

²² Ibid. p. 334.

lhe valia regalias imensuráveis, como também, correndo paralelamente a isso, membro da Ordem dos Pedreiros, até à culminância do Concílio Vaticano, no qual Pio IX outorga a si a prerrogativa máxima da infalibilidade, a “Questão Religiosa” teve como causa todo o acúmulo de fatos vindos daí.

Não por menos, a “*Questão Religiosa*” é o ato, (não sem relutância e medo do próprio clero), de nascimento da Igreja no Brasil. Esta se desprende e se torna independente do Estado. Ela descobre que existe o povo, embora de maneira bisonha, ao se ver privada da tutela do Estado, e busca asilo nos braços de uma multidão, cujo rosto é constituído de uma religiosidade homogênea, contraditoriamente deísta para as expectativas dela. Seguindo este traço, a Igreja procura escorar-se nos republicanos com vista a uma “*resistência combinada*”²³ contra o governo monárquico. A resposta republicana põe uma pedra sobre tal pretensão católica ao afirmar categoricamente a “*distinção entre o Estado e qualquer Igreja*”.

24

Em busca de sua essência natural, a Igreja, na “*Questão Religiosa*”, “*inscreveu-se na recuperação do seu poder decisório*”.²⁵

Na perspectiva do Império, a “*Questão Religiosa*” foi um fator coadjutor em função do qual se avistou o “*desmoronamento da instituição imperial*.”²⁶ O Império ruiu porque revelou um regime estagnado e petrificado por um jogo de rotação de funções completamente obsoletas para a realidade do país após os difíceis anos de 1870. Ao mesmo tempo em que deixou intacta a questão dos bispos, podou suas próprias asas. Quanto ao Imperador, a impressão é a de que perdeu a Coroa por ter perdido sua “*graça*”, ou seja, o

²³ Congresso Republicano de São Paulo – Manifesto. Apud BARROS, Roque Spencer de. **Vida Espiritual**. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. História geral da civilização brasileira. v. 4, 1985, p. 331.

²⁴ Ibid, Ibid.

²⁵ ROMANO, Roberto. **Brasil: Igreja contra Estado**, 1979, p. 89.

²⁶ BARROS, Roque Spencer de. **Vida Espiritual**. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. op. cit., p. 336.

apoio da Igreja que se voltou contra ele, na esperança de consagrar a beatífica Princesa Isabel ao trono.

1.2 A Força da Tradição Cristã ou a Persuasão do Consenso ?

Sabe-se muito pouco a respeito da participação efetiva do clero na vida política brasileira. Há casos isolados de estudos sobre a vida política eclesiástica na história do Brasil que apenas resvalam no tema da presença do clero na vida pública. Sabe-se muito pouco sobre como o clero atuou na política. No geral, tem-se uma visão da política partidária no que tange a registros do número de padres que atuaram nos partidos. Entretanto, nada se sabe sobre os conchavos, suas armações que envolveram não apenas indivíduos, mas também a instituição (Igreja), as possíveis e prováveis coalizões com setores conservadores, liberais, republicanos, em busca da construção de uma ordem social na qual estivesse presente sua imagem garantidora de funcionalidade e sobrevivência próprias.

Acreditamos que a influência da Igreja no mundo secular não foi tão somente política, embora fosse, esta, relativa e não decisiva. Porém, esta influência se deu no âmbito dos costumes e hábitos culturais adquiridos da tradição lusitana. Vamos procurar, aqui, explorar algumas idéias dentro desses dois prismas: o político e o cultural, mesclando-os com situações históricas concretas.

Baseamo-nos, em parte, nas idéias de Ernest Kantorowicz.²⁷

²⁷ KANTOROWICZ, Ernest. **Os Dois Corpos do Rei: um estudo sobre Teologia Política Medieval**, São Paulo: Cia das Letras, 1998, passim. Em "*Os Dois Corpos do Rei*", Kantorowicz desenvolve a idéia de que à política foram atribuídos poderes teológicos especiais. A teologia teria contribuído para a laicização do pensamento político e sua normatização na era moderna. Para isso, a figura de Cristo seria decisiva. Possuidor de duas naturezas – divina e humana – os juristas teriam aplicado estes conceitos à figura do Rei. Entretanto, não bastava destacar o Rei com uma natureza divina apenas, pois o problema se estendia na forma pela qual se deveria exercer o controle sobre o Rei. A saída foi transferir aos monarcas o caráter duplo de Cristo: divino, que faria do Rei o representante de Deus na terra, correspondendo ao poder político imutável; homem, que teria suas limitações carnis e o poder finito, portanto, passível de controle, correspondendo ao poder do Rei.

No que diz respeito ao ângulo político, O historiador José Murilo de Carvalho, em sua obra *“A Construção da Ordem”*, analisando a origem da elite política brasileira, destaca, dentre outros setores, o papel da elite eclesiástica. Afirma ele que a Igreja era uma *“instituição influente”* e que *“houve intensa participação política de padres em certos períodos”*²⁸ da nossa história. Entretanto, salienta o autor, *“seria exagero dizer que a Igreja como instituição teve grande influência na formulação das políticas públicas, a não ser em certos pontos que lhe diziam respeito mais de perto, como a educação, o casamento civil, etc.”*²⁹ Ademais, havia uma dissonância flagrante entre a atuação dos padres e a posição dos prelados, a elite política era anticlerical assim como também era antimilitar, seguindo o melhor estilo do regalismo português, enfim até o Imperador tinha posições distantes do clero.

No entanto, há de se considerar que a própria Igreja reconhecia suas limitações diante da estrutura política do Império e que desejava mudar sua posição sem perder os vínculos com o Estado. Esta posição não era unicamente uma condicionante da hierarquia nacional, também era condizente aos planos romanizadores da Santa Sé. Em outras palavras, a Igreja não tinha destaque na determinação e decisões importantes do Estado Imperial, mas desejava e queria tê-lo de forma mais concreta. Simultaneamente, à Igreja se atribuía um papel unificador e legitimador do poder na medida em que sua existência se justificava graças aos preceitos divinos,³⁰ resultando daí a forma contraditória com que D. Pedro II tratava a organização eclesiástica, ou seja, ao mesmo tempo em que a constituição de 1824 outorgava a ela ser parte intrínseca do seu governo, também garantia sua autenticidade, principalmente quando situações adversas obrigavam o império a utilizar seu poder de forma absoluta, bem como assegurar o *modus vivendi* entre as duas instituições exemplificado pelo Art. 5º e do §

²⁸ **A Construção da ordem**, 1996, p. 42.

²⁹ *Ibid.* p. 48.

³⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **O Pássaro e a Sombra**. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Op cit*, vol. 5, 1985, p. 69.

3º do Art. 95 da Constituição,³¹ que exigia a condição de ser católico para exercer cargos públicos (Deputado, Senador), para colar grau nas Faculdades do Estado, impondo um paradoxo mortal à Lei Magna, incompatível com a liberdade de consciência anunciada no Art. 179, sendo que tal dispositivo não era uma prerrogativa exigida pela Igreja, mas imposto pelo Estado e, portanto, tolerada com relutância por Roma.

Outro aspecto que caracteriza a presença de peso político da Igreja se dá na confecção da Lei de Imprensa de 12 de julho de 1821, pouco antes de realizada a independência, mas que permaneceu com reflexos de cuidado e zelo pela instituição, em forma de preservação da religião, em função de possíveis “abusos”³² contra a Igreja Católica Romana, o Estado, os bons costumes e particulares.

Durante os debates acalorados da Assembléia Constituinte, quando da apresentação do projeto constitucional, e já atestando que todos os escritos não passariam por censura prévia, um detalhe chamava a atenção: reservava-se aos bispos a censura dos escritos sobre “dogma e moral”.³³

Já outorgada a Constituição de 1824 e ficando estabelecido que todos teriam direito de expressar livremente seu pensamento através da imprensa, esta estaria sujeita a uma lei complementar para cuidar dos abusos que possivelmente apareceriam. Como esta lei complementar nunca saía, o próprio Imperador impôs a promulgação da lei de 20 de setembro de 1830, na qual constavam, dentre outros itens:

³¹BARROS, Roque Spencer de. **Vida Espiritual**. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. História Geral da Civilização Brasileira, vol. 4, p. 329 – 30.

³² ALVES, Francisco das Neves. *Legislação de Imprensa no Brasil (1823 – 1923): Um Contraponto entre a Monarquia e a República*, **Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica**, Curitiba, 1998, n.15, p. 37.

³³ LEITE FILHO, Solidônio. Comentários à Lei de Imprensa, p. 18, apud ALVES, Francisco das Neves, *Legislação de Imprensa no Brasil (1823 – 1923): Um Contraponto entre a Monarquia e a República*, 1998, p. 38.

- “*Publicar doutrinas dirigidas a destruir as verdades fundamentais da existência de Deus e da instabilidade da alma e a espalhar blasfêmias contra Deus*”.

- “*Ofender os cultos da religião do Império e a moral pública*”.³⁴

Esta lei de 20 de setembro de 1830 acabou sendo incorporada ao Código Criminal do Império, acusando a preservação do respeito à religião, ao culto e à instituição eclesiástica.

Proclamada a República, desaparecem as cláusulas referentes à Igreja. No entanto, há um detalhe que extrapola o significado e a finalidade da Lei de Imprensa. A lei vai na direção de se coibir a “*liberdade de imprensa em nome da Salvação (grifo meu) e consolidação da forma de governo instaurada a 15 de novembro*”.³⁵ O detalhe está no fato de que à República, simbolizada por uma imagem de mulher, é transferida a salvaguarda da nação e da pátria, quase que substituindo e incorporando um suposto papel de proteção da Igreja, agora separada do Estado.

Seguindo este caminho, José Murilo de Carvalho comenta a sugestão de Gilberto Freire para explicar a razão da República ser representada como mulher. Uma delas seria “*o repúdio ao patriarcalismo de D. Pedro II (...) Outro seria a mariolatria católica*”.³⁶ Essa última teria sido uma forma de representação que os positivistas teriam tentado utilizar para substituir Maria por Clotilde de Vaux, esposa de Comte. Segundo Murilo de Carvalho, a representação de Maria como símbolo republicano “*poderia soar como profanação*”,³⁷ de vez que a população reagiria negativamente ao fato, levando-se em conta que a imagem de Maria fora utilizada como arma anti-republicana. De mais a mais, a interpretação que se

³⁴ Ibid, p. 43 – 44.

³⁵ Ibid, p. 45.

³⁶ Ordem e Progresso, Tomo I, pp. VIII, 21 – 24. Apud CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas**, São Paulo: Cia das Letras, 1990. p. 93.

³⁷ Id.

procurava estabelecer da imagem republicana como exaltação nacional e imprimidora da ordem social não teria colado tanto quanto a própria imagem de Nossa Senhora Aparecida, sinal da unidade brasileira por excelência. Quanto à Lei de Imprensa, a Igreja e a religião continuaram sendo tema gerador de consenso com o Estado.

Um outro aspecto que chama a atenção, e que se aproxima das idéias de Kantorowicz, embora sob um ponto de vista diverso, é a análise de Maria Isaura P. de Queiroz sobre a penetração dos ideais Republicanos e liberais em vários acontecimentos do século XIX. Ela destaca a Revolução Pernambucana de 1817, causada basicamente pelo rancor que pernambucanos tinham contra os portugueses recém-chegados e, como se não bastasse, apinhados de privilégios e veleidades, e cita também, como complemento e consequência da Revolta de 1817, um fato ocorrido no Ceará. Salienta ela que a Corte havia mandado as vilas do interior fazerem jurar as bases da Constituição portuguesa, proclamada a 14 de abril de 1821. Da palavra Constituição nascera uma confusão que rapidamente se transformou em agitação popular. Incompreensível para os moradores locais, a chamada Constituição passou a ser encarada como algo danoso ao Rei, “... e portanto uma impiedade, um atentado contra religião, segundo a afinidade que descobriam entre Deus e o Rei; outros reputavam-na uma tentativa contra a liberdade dos pobres, que diziam se meditava cativar; outros, finalmente, a tomavam por uma entidade palpável, a quem atribuíam uma perversidade de ‘horripilar’”.³⁸

Longe de qualquer lógica, havia a compreensão da população em geral, de uma ligeira separação entre religião e Igreja, atribuindo à primeira uma relação do individual íntimo de cada qual, dispondo uma manifestação deísta e, portanto, independente de qualquer ligação com a hierarquia ³⁹. No entanto, a força de costumes e as concepções da maioria da população acabavam sendo filtradas e repassadas à hierarquia como patrimônio teológico

³⁸ SANTOS, João Brígido dos. O Ceará, Homens e Fatos, pp. 80 – 81. Apud QUEIROZ, Maria Isaura P. de. **O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira e Outros Ensaios**, São Paulo: Alfa-Ômega, 1976, p. 59.

³⁹ É o que atesta Roque Spencer M. de Barros comentado aqui no item 1.1. Cf. **Vida Espiritual**. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. op cit, vol. 4, 1985 p. 321 e seg.

exclusivamente seu. Levando-se em conta estes ângulos, nosso propósito é dar atenção à relação Deus-Rei, uma relação sacrossanta e inviolável, mesmo invocada contra idéias, a priori, consideradas de benefício e direito públicos, como, por exemplo, as idéias de liberdade, democracia, república. Portanto, na perspectiva popular, a Monarquia e o Rei seriam sagrados na mesma medida que seria Deus. É João Brígido novamente quem comenta a adesão do capitão-mor José Pereira Filgueiras à Revolução Pernambucana levada ao cariri pelo jovem seminarista José Martiniano de Alencar. Correndo a notícia de que a Revolução era de “inimigos do Rei”,⁴⁰ rapidamente se dissipou tal contenda, “... pois a fidelidade ao Rei ainda significava para aquela gente fidelidade a Deus ...”⁴¹

Certo é que não havia clima, numa sociedade já convenientemente “... edificada em bases racionais e modernas”⁴², para outorgar tratamento divino ao Imperador, o que, para Sérgio Buarque, não passaria, na verdade, de um sinal puro “... de cortesia ou respeito exterior mantidos apenas por uma convenção ancestral”⁴³. O próprio autor diz categoricamente que o Imperador “... sempre esteve longe de pensar assim”⁴⁴, ou seja, como uma personificação divina, apesar da Constituição no seu Art. 99 declarar que “a pessoa do Imperador é inviolável e sagrada, não se sujeitando à responsabilidade alguma”.⁴⁵

Todavia, a dúvida é o que refaz o caminho das pedras. Ao escrever sobre a natureza como representação da nacionalidade brasileira, Lilia K. Moritz Schwarcz cita a obra de Domingos José Gonçalves de Magalhães, *A Confederação dos Tamoyos*, escrita em 1857. Com a adesão do Imperador D. Pedro II, que passou a financiar um projeto de literatura no

⁴⁰ SANTOS, João Brígido dos. O Ceará, Homens e Fatos, pp. 80 – 81. Apud QUEIROZ, Maria Isaura P. de, **O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira e Outros Ensaios**, São Paulo: Alfa-Ômega, 1976, p. 60

⁴¹ Id.

⁴² HOLANDA, Sérgio Buarque de., O Pássaro e a Sombra. In: **História geral da civilização brasileira**, vol. 5, 1985, p. 67.

⁴³ Id.

⁴⁴ Id.

⁴⁵ Ibid, p. 69

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, delineia-se um plano, ou intenção pessoal do Imperador, em definir e criar uma identidade nacional para o país.

Financiada diretamente por Pedro II, a obra de Magalhães seria o documento criado para dar uma marca à identidade nacional, embora de viés oficialesco. Mesmo não tendo o resultado esperado, o livro retomava o modelo do “bom selvagem”⁴⁶ de Rousseau, apresentando a saga do indígena como herói nacional em sua luta pela liberdade contra os colonizadores portugueses.

O livro fora dedicado ao Imperador. Arroteado como uma monarquia dos justos, descreve a História do Brasil sendo salva pelo Império. Retrata o Imperador “*como um messias da paz, um mensageiro de Deus*”⁴⁷. O grande romancista José de Alencar, apesar de estar ligado indiretamente ao grupo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, teceu críticas violentas contra o livro de Magalhães, o que lhe valeu a inimizade do próprio Imperador e, munido do pseudônimo de “O Outro Amigo do Poeta”⁴⁸ teria escrito artigo no *Jornal do Commercio* em apoio a Magalhães.

Retomando o mote de idéias de Kantorowicz, salta aos olhos a diferença entre a representação literária da imagem do Imperador brasileiro com a descrição da dupla natureza do Rei, humana e divina. Mesmo levando-se em conta o plano de uma elite, junto ao Imperador, de construir não apenas um projeto para fortalecer a realeza, mas, ambiciosamente, imprimir uma memória e cultura nacionais ao país pela via da literatura, é claramente visível, como pano de fundo, a presença de um arcabouço religioso, ou, que se queira, teológico para fomentar uma estrutura de pensamento vitoriosa, majestática, soberba e, acima de tudo, encabeçada pelo representante-mor de Deus, o Imperador, o grande feitor da natureza, presença garantida na memória do populacho nacional. Pela força da tradição,

⁴⁶ SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. A Natureza como Paisagem: Imagem e Representação no Segundo Reinado, *Revista USP*, n. 58, 2003, p. 13

⁴⁷ *Ibid*, p. 61.

⁴⁸ *Ibid*, p. 13.

entende-se porque o Imperador mantinha a Igreja próxima de si: o trabalho constante da persuasão e a comodidade do consenso.⁴⁹

1.3 A Política Partidária no Império

Logo após a crise do governo provisório e resolvido, ainda que de forma relativa, o problema da maioria do jovem Imperador, tem início, em 1840, o período do Segundo Reinado. Fase fundamentalmente marcada por acordos temporários. Para Werneck Sodré, seria um período de conchavos e reviravoltas assentados nas figuras que conviveram com o jovem monarca, sempre em busca de uma sólida centralização, em que pese a forma conciliatória garantidora da estabilidade do regime monárquico.⁵⁰

Costurado com maestria de ações hauridas da mais fina tradição política, o equilíbrio de forças alcançado pelo governo até o ano de 1868, como observa Sérgio Buarque de Holanda⁵¹, foi caprichosamente talhado a ponto de, através dos rodízios de cargos e alterações abruptas de governos, comparar-se às rebeliões latino-americanas, desta feita passado a dedo leve de quem ficava incólume no poder.

Com toda evidência, munido de armas poderosas, tais como o Conselho de Estado, cujo papel era assessorar o Imperador, o Poder Moderador, que dava liberdade e agilidade de ação caso a administração sofresse algum revés, o Senado Vitalício, criteriosamente escolhidos para serem, seus membros, em ato, agentes do poder e escoltado

⁴⁹ Conferir também detalhes da obra de Carlo Ginzburg, **Olhos de Madeira: Nove Reflexões sobre a distância**, São Paulo: Cia das Letras, 2001, principalmente os itens 3 e 4, p. 185 e seguintes. O autor tece comentários sobre a interpretação de Kantorowicz que, segundo ele, seria equivocada. O hábito de se valer de um manequim, de madeira, era para ser exibido nos funerais dos reis ingleses e franceses ao lado de seu cadáver, tinha vários significados, exceto o fato de representar duas naturezas em uma só. Uma das explicações viria da comparação dos sepultamentos dos imperadores romanos, querendo significar que o Rei não morria nunca, em função da posição de monarca e não de dupla natureza.

⁵⁰ SODRÉ, Nelson Werneck. **Panorama do Segundo Império**, São Paulo: Cia Editora Nacional, 1939, p. 91 e seg.

⁵¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. Crise do Regime, In: **História Geral da Civilização Brasileira**, tomo 2, vol. 5, 1985, p. 7.

pelo gabinete, completava a órbita sinistra, cujo fim se encontrava o próprio Imperador, o qual compunha em suas mãos uma máquina panorâmica que, longe dos determinismos históricos, e próxima dos ardis e imposturas do tabuleiro efêmero da realidade do país, proporcionava não só o controle de sua funcionalidade, mas também e, sobretudo, o direcionamento dos atos, posturas e condutas de seus protagonistas, fossem eles da capital do Império, bem como da política regional e local.

Estas últimas, sempre entregues a lideranças de fora com o objetivo explícito de:

Garantirem o predomínio da orientação partidária do ministério no poder. A esses presidentes impunham-se a escolha dos chefes políticos reputados hábeis para decidir o resultado dos pleitos nos colégios eleitorais, manobrar a seu jeito os postos da guarda Nacional, conseguir, graças ao recrutamento forçado, o afastamento dos elementos contrários ou suspeitos à situação dominante, nomear autoridades policiais escolhidas a dedo para as diferentes localidades, dispensando outras, atender às pretensões das pessoas que pudessem cooperar para o bom êxito de sua missão. Terminada esta, tratavam de deixar o cargo aos substitutos legais, quase sempre naturais ou habitantes da mesma província.⁵²

Como rolo compressor, a legislação eleitoral deixava margens às manobras fraudulentas, um legado de artimanhas que punha à prova a eficiência do sistema representativo que, do ponto de vista popular, era uma quimera vegetativa. Para se ter uma idéia, estavam excluídos do direito político os escravos, os analfabetos, os menores de 25 anos, os religiosos e todos aqueles indivíduos de renda anual inferior a 100\$000 (cem mil réis) por bens de raiz, indústria, comércio ou emprego. Ficavam excluídos também, principalmente, os candidatos a cargos públicos por exigência de renda. Para resumir, segundo Faoro, mesmo cinquenta anos depois da regência, em 1886, somente 117.671 eleitores votaram para a Terceira Legislatura, numa população aproximada de 14 milhões de habitantes.⁵³

⁵² Ibid. p. 9. Miriam Dolhnikoff diz que havia um grau muito maior de autonomia dos Governos Provinciais em oposição ao centralismo do Imperador e de seus sequazes. As Assembléias Provinciais seriam o carro-chefe dessa autonomia. Cf. O lugar das elites regionais, *Revista USP*, SP, n. 58, p. 116-133, 2003.

⁵³ FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: formas do Parlamento Político Brasileiro**, vol. 2, São Paulo: Globo, 1998, p. 323.

Anteriormente definidos como clubes ou sociedades próximos à maçonaria, os partidos políticos começam a tomar corpo apenas depois de 1837⁵⁴. Gestados num hibridismo de posições em que seus membros se lançavam em meio a variações do momento (morte de D. Pedro I, Ato Adicional, etc.), os partidos políticos se personalizam diante de um Estado ainda sem rosto, mas caricaturado por traços de continuidade dinástica e republicanismo elitista.

O Código do Processo Penal já dava certa autonomia às municipalidades. Estas passaram a exercer as atribuições do Poder Judiciário e da Polícia sem a interferência do Poder Central, abrindo campo para a prática do coronelismo. Um pouco mais tarde, o Ato Adicional de 1834, tendo como propósito atender as pressões da aristocracia agrária das províncias e, ao mesmo tempo, anular os exaltados e incrementar com maior poder os moderados, acabou saindo liberal demais, dando ensejo para a formação do Partido Conservador e, mais tarde, do Partido Liberal.

Já na Regência, os Partidos conservador e Liberal se cristalizaram em torno do Parlamento sob o calor das conveniências de se fortalecer e aparelhar o regime monárquico através das regras constitucionais e dos parâmetros jurídicos. Desta perspectiva, é notória a origem elitista dos partidos políticos brasileiros.

Acalentados pelas forças que os revestiram de normas institucionais, os dois principais Partidos iriam limitar seus programas, esboçados em princípios apenas nos discursos parlamentares e nas afirmações de lideranças, a temas conjunturais do momento, ou seja, a centralização e descentralização do poder, autonomia das Províncias, uma justiça eletiva e não nomeada, atribuições diferenciadas da polícia e da justiça, eliminação do Poder Moderador.

⁵⁴ CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem**, 1996, p. 184.

Estes temas seriam objeto de divergências políticas enormes durante 20 anos, divergências que empurrariam as lideranças partidárias a uma aliança com os setores dominantes em função da estabilidade da ordem social.

A Conciliação política posta em prática pelo Marquês do Paraná (1853 – 57) determinaria a estagnação da vida partidária, principalmente pela ausência de idéias, de programas sempre mal elaborados e improvisados, estatutos não cumpridos, uma identidade partidária nunca autêntica, cercada por meros conflitos superficiais trazidos dos vícios do bipartidarismo.

A necessidade de se adaptar a uma conjuntura sócio-econômica (expansão do capitalismo financeiro interno, problema da mão-de-obra escrava, imigração, independência das ex-colônias) dará um dimensionamento ideológico diferente em busca de mudanças nas composições dos Partidos, embora, na prática, sempre mantendo, estes, posturas dúbias.⁵⁵

Por conta destas posturas, surgiria o Partido Progressista justamente à procura de ações concretas para as reformas que, de tão radicais – “abolição do conselho de Estado, da Guarda Nacional, eliminação da vitaliciedade do Senado, eleição do Presidente da Província, voto direto e universal, abolição da escravidão”⁵⁶ –, acabariam implodindo o Partido, nascituro das dissidências ilustres, como era o caso de Nabuco de Araújo.

Espelhando reformas em suas reivindicações, conservadores e liberais, na verdade, irão se colocar em pé de guerra contra o governo, responsabilizando-o pelo atraso em que o país se encontrava, pela inanição administrativa deixada ao correr do acaso, pela incongruência do poder político e ineficácia arcaica dos mecanismos institucionais.

Agora era todos contra todos: os Partidos disparavam seus dardos sobre a estrutura funcional das instituições que os ajudavam a se manterem na ativa, acarretando a

⁵⁵ LUSTOSA, Oscar Figueiredo. **Política e Igreja: o Partido Católico no Brasil: Mito ou Realidade**, São Paulo: Paulinas, 1982, passim.

⁵⁶ CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem**, 1996, p. 186.

desagregação de ambos. O alvo era o Senado vitalício, o conselho de Estado e o Poder Moderador. É justamente deste contexto e contribuindo para o estiolamento dos dois Partidos que desponta o Partido Republicano. Ainda que guardando as devidas similaridades por nascer possuindo membros calejados da política partidária tradicional, o Partido Republicano, em princípio, não aceitará simples fórmulas paliativas que simulariam os reais problemas do país, cuja solução não saberia dar o regime monárquico.

Diante desse quadro, conclui-se que os Partidos teriam surgido sob o calor das conveniências de se fortalecer e de aparelhar o regime monárquico, já naquela época envolto a revoltas regionais e ao risco de cisões provinciais. Os Partidos seriam um arranjo de elites para fortalecer o regime.⁵⁷

Apesar disso, havia “*diferenças substanciais*”⁵⁸ entre eles, muito embora fossem sutis, derivadas da complexa e “*intrincada combinação de grupos diversos em termos de ocupação e de origem social e provincial*”⁵⁹ que puseram a nu a fragilidade do regime, em face daquilo pelo qual surgiram, ou seja, ser o ponto de equilíbrio para, na verdade, ser exatamente seu algoz.

Quanto ao clero, razão aqui de nossas reflexões, há de se convir que era ele, na sua maioria, pombalino, que professava simpatias profundas pelo liberalismo. Logicamente regalista, este setor do clero desejava uma Igreja nacional independente de Roma. Portanto, não era mero acaso o fato deste clero seguir posições opostas às da hierarquia⁶⁰, uma vez que os prelados se encontravam dogmaticamente presos à Santa Sé pelo voto de obediência. Talvez, uma explicação para isso se encontre no fato de sua origem social ser mais

⁵⁷ LUSTOSA, Oscar Figueiredo. **Política e Igreja**, 1982, p. 19.

⁵⁸ Carvalho, José Murilo de. **A Construção da Ordem**, 1996, p. 199.

⁵⁹ Id.

⁶⁰ Ibid, p. 48. Mesmo sendo assim, as pretensas idéias radicais não possuíam uma tônica de ruptura ao sistema vigente. Frei Caneca, um dos líderes da Revolução de 1817, propugnava pela soberania popular, pela separação dos poderes, pela autonomia das províncias. (Cf. do mesmo autor p, 168 – 169) A julgar pelo peso do radicalismo, este possuía um cunho liberal, pois descartava de seu programa a libertação dos escravos e a reforma da estrutura fundiária.

diversificada (alguns, filhos de aristocratas; outros, de famílias sem posses), como também estavam diretamente em contato constante com a população devido aos papéis paroquiais, o que os tornava muitas vezes líderes populares.

Com a reforma ultramontana sob a orientação de Pio IX, a Igreja do Brasil se viu às voltas de conflitos temporais, sobretudo políticos. A instituição eclesiástica se organiza para procurar definir uma postura nova frente ao Estado. É deste impulso que irá desaparecer temporariamente a participação do clero na vida político-partidária, recomendação oriunda da estratégia romana para monopolizar o clero do Brasil ⁶¹, sobrepujar os padres regalistas, criando um poderoso exército reacionário. Sabemos de antemão que a participação do clero na vida política Imperial diminui drasticamente após 1840 ⁶², mas continuou presente em algumas figuras que se destacaram como lideranças dentro do clero, mormente lideranças regionais. Ademais, como havia uma tendência de filiação partidária dos funcionários públicos ao Partido Conservador⁶³, há de se inferir que estes remanescentes do clero que abraçaram a vida partidária acabaram se ligando ao Partido Conservador.

A este partido é que padre Alberto José Gonçalves (nosso personagem principal) se filiara no início de sua carreira política, assim que fora escolhido vigário colado da Paróquia de Nossa Senhora da Luz de Curitiba, em 1888. Este tema será desenvolvido na terceira parte deste trabalho. No próximo item, vamos abordar as relações da Igreja com a vida partidária no Império e no começo da República.

⁶¹ LUSTOSA, Oscar Figueiredo. **Política e Igreja**, 1982, p. 92. Neste caso e nesse contexto, a adesão de Pe. Alberto à vida político-partidária teria sido uma exceção, que contou com o beneplácito do Bispo de São Paulo, D. Lino, e do Bispo do Paraná, D. José. Cf. cap. 3 deste trabalho

⁶² CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem**, 1996, p. 91.

⁶³ *Ibid.*, p. 191.

1.4 Igreja e Política Partidária no Império

Nossas reflexões, neste item, vão em direção ao suposto confronto entre a Igreja Católica e o Estado, sem perder de vista as constantes injunções da instituição eclesiástica sobre vários segmentos da sociedade do período estudado.⁶⁴

Nosso mote é alavancar alguns raros estudos que temos sobre a atuação política da Igreja no tempo do Império, no que tange à maneira pela qual o clero tomou iniciativas próprias de intervenção política, seja para encontrar sua identidade enquanto organização, seja para disputar espaço maior no círculo restrito do poder central do Estado, seja para se firmar como corporação independente das outras instâncias sociais, seja também para reforçar os laços da união já existentes com o Estado, mas agora sob o fluxo de uma suposta relação na qual os papéis, principalmente os da Igreja, estariam sobrepostos aos do Estado, anseio este antigo da Santa Sé.

Assim sendo, o nexos Igreja e política partidária se estendia a um emaranhado de ações que extrapolavam o âmbito da própria política partidária e se plasmavam nos confrontos diretos com vários segmentos sociais que possuíam interesses contrários, embora não chegassem a ser contraditórios, aos interesses da Igreja. Um exemplo ilustra bem esta situação. A votação na Câmara, em 1827, da assinatura do tratado com a Inglaterra, estabelecendo o fim do tráfico de negros. Dom Romualdo Antonio de Seixas, arcebispo da Bahia e deputado pelo Pará, fora o único que votara a favor do fim do tráfico. Contra aqueles que afirmavam que o fim do tráfico seria a ruína do país e que o tráfico “*resgatava os negros da guerra e da escravidão na África e lhes proporcionava os benefícios da cristianização no*

⁶⁴ Neste item optamos por mostrar uma abordagem intertextual apenas do período Imperial. A abordagem contextual do período inicial da República será tratada nos capítulos 2 e 3 do trabalho. Não há, infelizmente, até o momento, um estudo aprofundado sobre a atuação política da Igreja tanto no Império quanto na República. As únicas obras que tocam neste ponto são as de Sérgio Miceli e Oscar Figueiredo Lustosa, que constam na relação bibliográfica no final do trabalho.

Brasil “, ⁶⁵ Dom Romualdo respondia energicamente ser este um argumento de hipocrisia daqueles que pretendiam defender interesses e privilégios de poucos indivíduos.

Pelo ângulo da legislação vigente da época, o § 3º do Art. 95 da Carta Constitucional de 1824 asseverava a exclusão do direito de ser candidato a cargo público aquele indivíduo que não professava a religião do Estado. ⁶⁶

Muito antes de esta prerrogativa existir como um questionamento da limitação de liberdade de pensamento e do direito de cidadania, esta cláusula expunha claramente não só as amarras do sistema eleitoral, mas também e especialmente a reduzida margem de movimento do sistema político em seu todo, evitando surpresas de iminentes oposições aos setores dominantes.

Acrescente-se a isso o fato da Igreja ser, como órgão íntimo do Estado, a instituição mediadora da regulamentação das relações sociais no que diz respeito a alguns trâmites legais da vida secular, como o “*registro dos nascimentos e dos matrimônios, a administração dos cemitérios, a interpretação dos testamentos, a inscrição da propriedade territorial e dos eleitores*”.⁶⁷ Essa realidade significava tanto um pragmatismo político-administrativo por parte do governo imperial, quanto um exclusivismo jurídico quase inato pelo lado da Igreja.

Além disso, a aproximação e respectiva incorporação de clérigos à maçonaria traria, além de outras vantagens, o arrojo de uma performance segura e efetiva de sua vida política, que explica a “*aparente incoerência ou infidelidade daqueles à doutrina da Igreja*”⁶⁸. É justamente neste ponto que a maçonaria se torna importante em nosso estudo, pois ela abre perspectivas no que diz respeito à ascensão política e social de padres dotados e

⁶⁵ AZEVEDO, Thales. **Igreja e Estado em Tensão e Crise**, 1978, p. 135.

⁶⁶ BARROS, Roque Spencer M. de. *Vida Espiritual*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. Op cit, v.4, 1985, p. 329.

⁶⁷ AZEVEDO, Thales. **Igreja e Estado em Tensão e Crise**, 1978, p. 123

⁶⁸ PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**, p. 373. Apud AZEVEDO, Thales. Op cit., p. 131.

imbuídos de atributos liberais, essência da filosofia maçônica. Nascida no calor da Ilustração Setecentista, a maçonaria se caracterizava por combater os poderes absolutistas europeus, daí seu lema que inspirou os revolucionários franceses: *“liberdade, igualdade, fraternidade”*.⁶⁹ Para adquirir maior campo de ação e influência, os pedreiros livres irão se escorar em figuras-chave dos governos constituídos e trazê-los para dentro da organização a fim de fortalecê-la e tornar possível sua presença nos acontecimentos políticos com vistas a influir e, se possível, modificar os rumos dos fatos para atingir as monarquias absolutistas.

Foi assim em Portugal, com a exceção notória de a organização conquistar adeptos de dentro da própria Igreja. Perseguida pelos jesuítas e pelos monarcas, com Pombal ela irá despertar interesses e prestígio principalmente dos áulicos frequentadores da Corte Lusa. Pombal culpava os jesuítas por considerá-los um dos grandes responsáveis pelo atraso econômico, cultural e social português, uma vez que os padres da Companhia de Jesus não se julgavam submetidos de fato ao monarca, *“criando-se, em conseqüência, duas monarquias dentro do Estado, uma temporal e outra espiritual”*.⁷⁰

No Brasil, a maçonaria possui o mesmo teor revolucionário com o qual se integrou no continente sul-americano por estar mais próxima da inspiração francesa, ao contrário da de Portugal, ligada umbilicalmente à Inglaterra, mas agora com uma roupagem antiabsolutista, ainda que D. Pedro I e Pedro II pertencessem à Ordem.

Sua introdução no Brasil se faz sentir pelos estudantes filhos da aristocracia rural⁷¹, uma condição atípica, como quase tudo por aqui, considerando-se que, na Europa, seu desenvolvimento tenha se processado graças ao fortalecimento da burguesia e das idéias iluministas.

⁶⁹ Ibid. p. 193.

⁷⁰ WICKENS, Ricardo Krebs. The Victims Of A Conflict Of Ideas, em Magnus Morner (ed.) **The Expulsion Of The Jesuits From Latin America**, p. 47 – 52; Apud CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem**, 1996, p. 58.

⁷¹ BARRETO, Célia de Barros. **Ação das Sociedades Secretas**, In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. Op cit, vol. 1, 1985, p. 198.

O ingresso desses jovens à maçonaria vislumbrava não apenas prestígio, como também uma fonte sedutora de informações que os conduziria para dentro do turbilhão dos momentos de transformações políticas e sociais, as quais refletiriam em sua terra. A maçonaria é a “*tomada de consciência para os jovens colonos*”⁷², ou seja, é a compensação do que eles eram não apenas para a ascendente burguesia européia, mas principalmente o que eles eram para si mesmos, bastardos desta mesma burguesia, vivendo em outra terra, agora sua. É precisamente deste papel que a Organização adquire quase que um status de partido, um conjunto hermeticamente unido e organizado.

A maçonaria foi o baluarte de ascensão de alguns padres na vida política imperial. Tal fato não significa dizer que a maçonaria fora o único trampolim através do qual os padres alcançaram uma posição de destaque na vida política brasileira. O regime do Padroado obrigava os padres a se submeterem às regras institucionais, deixando as leis canônicas em segundo plano, muito embora tal condição não fosse acatada de forma automática pelos padres.

A situação dos padres que ingressavam na política era, no mínimo, curiosa. Em tese, quando da vacância de alguma paróquia, dava-se a realização do concurso para o chamado benefício eclesiástico. Era uma norma vigente conforme o que determinava o “*Concílio de Trento*” e a “*Lei Civil*”⁷³, uma herança advinda da Coroa e que permanecera até o final do Império. O Código Canônico assegurava ao prelado o direito de escolher três candidatos pretendentes à paróquia, os quais seriam apresentados no cargo pelo bispo. Na prática, os baixos salários pagos ao pároco eram um pretexto para mantê-lo sob a tutela extra-oficial, forçando-o a recorrer junto à autoridade política local, que passava por cima da Administração Eclesiástica para conceder-lhe a tão sonhada colação, antecipando-se à decisão do Prelado responsável. Além de trazer vantagens políticas a tais lideranças locais,

⁷² Ibid., p. 198.

⁷³ AZEVEDO, Thales. **Igreja e Estado em Tensão e Crise**, 1978, p.151.

esta condição colocou a Igreja numa situação chocosa. Note-se que para a criação dos territórios das futuras freguesias, os prelados precisavam do aval das Assembléias Provinciais. Junte-se a isso um elemento visto pouco atrás: a adesão do padre à maçonaria o equipava para entregar o controle das irmandades aos chefes políticos maçônicos, uma fonte inesgotável de renda.⁷⁴

Era também por esta razão que muitos padres considerados indignos acabavam sendo nomeados em detrimento de outros moralmente aceitos. O padre tinha de ter a cara da conveniência política. Ser padre era sinônimo de bom negócio, pois, conseqüentemente, acabava predispondo-o à política. Ser padre, portanto, era ser político em estado de potência. Apesar de alguns bispos se indisporerem contra tamanha perversão que, no Brasil, adquiriu um caráter natural de apadrinhamento político⁷⁵, a torpeza se completava ao sabor do padre, agora correligionário protegido, cabo eleitoral, como também, chefe político. Ao figurar-se na liderança das Paróquias mais populosas e mais rendosas assegurava o apoio do seu protetor junto ao eleitorado.⁷⁶

Uma interpretação equivocada poderia indicar a acentuada passividade de bispos e padres diante de um mecanismo legal, avassalador, que era o regime do Padroado. Mas os padres acabavam se predispondo a serem políticos, filiando-se a um dos dois partidos políticos existentes.

Não sendo regra geral, o padre político do Partido Liberal era provido de vários predicados: vida promiscua, casado, com filho, liberal, antiabsolutista, maçom, defensor de reformas de teor aparentemente revolucionários, mas com grau de

⁷⁴ Cf. o assunto das irmandades como prósperas fontes de rendas em DELLA CAVA, Ralph. **Milagre em Joazeiro**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, passim. Padre Colado era o padre que teria o cargo vitalício na Paróquia. Só sairia de lá se quisesse. Já o padre encomendado era temporário no cargo.

⁷⁵ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira e Outros Ensaios**, 1976, passim.

⁷⁶ Não foi o caso do Padre Alberto José Gonçalves, pivô de nossa história, sendo apresentado por carta de Sua Alteza Imperial.

conservadorismo das estruturas vigentes, como era o caso da manutenção da escravidão e do latifúndio. Há lógica nesta defesa conservadora, uma vez que no período do Império encontram-se padres que viviam numa situação econômica confortável, embora estes fossem uma minoria (latifundiários, mineiros, agiotas, etc.)⁷⁷, como também tomavam parte em rebeliões (a de Pernambuco, em 1817, é emblemática) como, por exemplo, é o caso do padre Muniz Tavares, ‘capitão de guerrilha’⁷⁸, defendiam a descentralização do poder tanto em Portugal quanto no Rio de Janeiro. Por conta disso, muitos padres regalistas tinham a tendência de se filiarem ao Partido Liberal. Era o caso do principal protagonista regencial, padre Feijó.⁷⁹

Pelo lado do Partido Conservador, havia uma certa inclinação do clero ultramontano para as fileiras deste, cujo compromisso se restringia à figura do Imperador e de alguns membros do governo, que eram católicos recalcitrantes.

José de Souza Martins, em sua obra *“O Poder do Atraso”*, se refere à dualidade partidária no período imperial nestes termos: *“A rigor, desde a colônia, houve aqui dois grandes partidos fundamentais. De um lado, o partido do Rei e, portanto, o partido da centralização política e do absolutismo monárquico. De outro lado, o partido do que, nessa época, era reconhecido como povo, isto é, das oligarquias rurais, cujo poder estava nos municípios e se constituía como poder local”*.⁸⁰

Segundo o autor, *“a Igreja se identificou de preferência com a corrente conservadora, isto é, com as tendências absolutistas da monarquia brasileira”*.⁸¹ Para

⁷⁷ CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem**, 1996, p. 167 e seg.

⁷⁸ *Ibid.*, p. 168.

⁷⁹ Padres regalistas tinham o apoio maior do sistema político, da organização maçônica, do poder local estabelecido, do que propriamente da hierarquia, dos prelados e de Roma. José Murilo de Carvalho comenta os atores políticos coletivos, que tinham um poder maior de barganha. Cf. **A Construção da Ordem**, 1996, p. 131 e p. 167.

⁸⁰ p. 105.

⁸¹ *Id.*

Martins, logo depois de proclamada a República, a Igreja deu prosseguimento a esta mesma orientação.⁸²

José Murilo de Carvalho afirma que havia uma “*tendência nítida*”⁸³ de filiação de funcionários públicos ao Partido conservador. Levando-se em conta que os padres ultramontanos eram minoria no período que antecedeu a Reforma Romanizadora, em 1852, e, levando-se em conta também que o próprio Imperador tinha interesses em moralizar o clero, colocar um cabresto em seus rebeldes regalistas e, ao mesmo tempo, impedir que os ultramontanos criassem um Partido Católico,⁸⁴ há de se convir que os padres ultramontanos se ligavam, por questões de fidelidade, ao benefício eclesiástico, como também por obrigações e o encargo de remover a situação geral da Igreja em relação ao Estado sem perder privilégios garantidos historicamente (propriedades, Cômruas, monopólio de religião nacional, controle da educação, etc.).

A destinação de padres regalistas que ingressaram no Partido Liberal, e padres ultramontanos que se filiaram ao Partido Conservador, sem pretender impor um rigor reducionista, enuncia um quadro de cisão profunda dentro do clero. E é justamente esta cisão que evidencia para nós a fraqueza da instituição, seja frente ao Estado, às oligarquias, às elites, seja frente ao povo.

Sem reservas, a Igreja era uma colcha de retalhos. Os regalistas viviam cada qual na sua individualidade, dissolutos e quase sempre dispersos, sem iniciativa e submetidos aos constrangimentos de Roma, dividiam-se entre permanecer no triunfalismo colonial e seguir uma carreira sem atribulações, e aqueles que, defendendo a instituição eclesiástica,

⁸² Id. O autor não diz a qual Igreja está se referindo, ultramontana ou regalista ou ambas. Pe. Alberto teve seu ingresso no Partido Republicano.

⁸³ **A Construção da Ordem**, 1996, p. 191.

⁸⁴ Sobre a moralização do clero, cf. GAETA, Maria Ap. J. Veiga. **Os Percursos do Ultramontanismo em São Paulo no Episcopado de D. Lino Deodato**, São Paulo: FFLCH (Tese de Doutorado em História), USP, 1991, p. 75. Sobre as barreiras criadas para impedir a existência do Partido Católico, cf. LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. **Política e Igreja**, 1982, p. 115 e seg.

opunham-se aos avanços incontidos da secularização. Assim se expressava o grande e talvez único líder da Igreja no século XIX, Dom Antônio Macedo Costa, quando se refere à posição cômoda, passiva e subjugada dos seus sequazes:

O que me faz tremer – escreveu em sua *Memoire sur La Situation de L’Eglise au Brésil*, que apresenta em 1878 ao Vaticano – não é propriamente a maçonaria, instalada no interior das Igrejas, corrompendo o culto, dominando os padres, espalhando seu veneno debaixo da máscara de uma falsa devoção; é a debilitação da autoridade episcopal, é a falta de energia na administração das dioceses, é a inação e é o desencorajamento erigidos em sistemas, cada um cruzando os braços e dizendo, diante dos maiores escândalos, diante dos abusos mais revoltantes: não há nada a fazer. Digo-o com dor, é isso que me horroriza.⁸⁵

Gaeta aduz uma situação enfrentada pelo bispo de São Paulo, D. Lino Deodato (1873 – 94). Ao assumir o cargo, vago há três anos, teve missão espinhosa, pois seu antecessor, D. Sebastião Pinto do Rego (1868) não era apenas regalista, mas adepto da maçonaria e próximo dos círculos políticos.⁸⁶ D. Lino fora escolhido para imprimir a marca definitiva do ultramontanismo na diocese de São Paulo, tarefa essa difícil pela resistência do clero, talvez o mais liberal do país. Os atritos contra o clero se avolumaram quando D. Lino resolveu realizar a reforma no Seminário Episcopal. Sem consultar o cabido, composto pelos liberais, o bispo exonerou a diretoria e boa parte dos professores. Tamanha dissidência se fazia presente pela perda incontestável de privilégios – tanto materiais quanto pela liberdade de ações – em troca dos pilares básicos das reformas ultramontanas no corpo clerical: submissão e obediência à autoridade episcopal.⁸⁷

Quando se viu ameaçada pela campanha de estadualização do serviço de registro, até então sob suas mãos, membros ultramontanos e lideranças leigas, através principalmente do jornal “*O Apóstolo*”, da mesma linha ultramontana, convenceram-se de

⁸⁵ Apud AZEVEDO, Thales. **Igreja e Estado em Tensão e Crise**, 1978, p. 149.

⁸⁶ GAETA, Maria Ap. J. Veiga. **Os Percursos do Ultramontanismo em São Paulo no Episcopado de D. Lino Deodato**, 1991, p. 77 – 78.

⁸⁷ *Ibid*, p. 174. D. Lino fora deputado, em 1856, pela Província do Ceará. Cf. Gaeta, *idem*, p. 71.

que havia iniciado um processo de secularização das instituições que abrangeria, em grande parte, campos de ação e de influência da própria Igreja.⁸⁸ Lustosa cita, no mesmo trecho, uma mobilização governamental pela coleta de assinaturas entre a população com o intuito de suprimir da Constituição o Art. 5º com vistas a imprimir o golpe letal de separação entre Igreja e Estado, de modo a regulamentar os registros civis dos nascimentos, casamentos e óbitos pelo Decreto nº 5604, de 25 de abril de 1874.⁸⁹

A mesma reação teve o clero, quando da tentativa de criação do Partido Católico. O clero parecia bem acomodado ao Império. O tom de auto-afirmação católica do próprio periódico “*O Apóstolo*”, face às reações legais ou não de grupos organizados contra a Igreja, não encontrava reflexo na preocupação e atuação de prelados que “*nunca se comprometeram, diretamente, com a existência e o funcionamento do Partido Católico*”.⁹⁰ Nem tão pouco houve reações e apoio das lideranças políticas católicas⁹¹, bem como do povo e dos próprios padres⁹² já eleitos, com exceção do baixo clero que se engajaria na luta político-partidária, isso mais por conta da proximidade da Questão Religiosa.⁹³ Os padres regalistas, pela lógica, sendo já alguns senadores e deputados, não aderiram à idéia de se criar um partido católico, pois acabariam perdendo os pólos de apoio político regional provincial; os ultramontanos não aderiram por estarem relativamente persuadidos, desde a reforma de 1852, mediante o regimento do clero, levada a cabo por D. Antônio Joaquim de Mello, bispo de São Paulo, que afastava e preservava os clérigos da política partidária, muito embora, na prática, como já foi comentado, muitos padres ultramontanos se engajassem nos partidos ao mesmo tempo para cumprir fidelidade aos propósitos eclesiásticos da Santa Sé, como também para buscar ascensão social e acúmulo de poder político em suas mãos.

⁸⁸ LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. **Igreja e Política**, 1982, p. 41 – 42..

⁸⁹ Ibid., p. 42.

⁹⁰ Ibid., p. 126.

⁹¹ Ibid., p. 123-124.

⁹² Ibid., p. 125.

⁹³ Ibid., p. 92-93.

Assim sendo, há de se considerar aspectos que eram parte constitutiva da realidade política imperial e que tinham relação direta com a Igreja. Com efeito, o povo não era católico ortodoxo e, na sua maioria, vivia distante e apático à estrutura do regime partidário; o partido católico existente apenas como referência regional, perdia sua identidade já ao se coligar ao partido conservador, como foi o caso no Pará ⁹⁴; o pano de fundo da criação de um partido católico de dimensão nacional foi uma decisão posterior à questão religiosa e, portanto, não foi uma resolução advinda do amadurecimento político-partidário pelo qual deveriam passar os católicos, o que demonstra um grau de superficialismo da idéia de implantação do partido católico, talvez concentrado numa cúpula de letrados católicos tradicionais, o que explica, em parte, sua fraca adesão; ao anunciar como seu inimigo principal o liberalismo, a Igreja ultramontana caía em contradição, uma vez que inúmeros padres eram membros das mesmas fileiras liberais; era, no mínimo, anacrônico pensar o partido sob a roupagem universal de Partido de Cristo. O que embasava tal argumentação era a insistência por uma inversão do parâmetro secular, que a realidade dos fatos já havia implantado no Brasil, pelo pressuposto da subordinação do político ao religioso: *“os católicos não querem uma religião política, mas uma política religiosa”*⁹⁵; o completo desencontro entre as intenções do clero e as dos fiéis, ao ponto desses últimos cogitarem fazer do partido católico um instrumento de vigilância sobre os padres e suas dioceses, assim como uma constatação arrasadora: a utilização da instituição, por alguns fiéis, como barganha de interesses políticos e, por conseguinte, colocando em xeque a autoridade eclesiástica num momento altamente vulnerável, justamente após a “Questão Religiosa”:

Quando ele chegou de volta à sua diocese, D. Vital encontrou alguns senhores que formaram, por si, o que chamaram de Partido Católico, pretendendo dominar e governar a diocese de acordo com as suas próprias noções. Dirigiriam os padres e as paróquias e até o bispo. Naturalmente, tal interferência era intolerável; e, como, recusasse aceder a seus planos, esses católicos nominais começaram uma nova

⁹⁴ Ibid., p. 81.

⁹⁵ “O Apóstolo”, Rio de Janeiro, X, 47 – 2/mar/1875, p. 3. Apud LUSTOSA, Oscar F. **Política e Igreja**, 1982, p. 111.

corrente de oposição a ele (bispo), obrigando-o a fechar seu seminário e logo afastando dele toda a população. Essa segunda contestação foi muito pior do que a primeira, pois era obra de católicos e terminou em uma completa derrota para o prelado, já dolorosamente provado.⁹⁶

A resposta dos meios governamentais, frente ao fato de se querer fundar o partido católico, cujos objetivos se contrapunham à política oficial em relação aos direitos e privilégios da Igreja, veio através da barreira, impedindo a aprovação dos estatutos das Associações Católicas. A principal delas e em torno da qual os católicos centralizariam sua organização nacional seria a Associação Católica Fluminense. O Ministério dos Negócios, órgão ao qual haviam recorrido os católicos, interpôs manobras para transformar as Associações Católicas em Órgãos de sociedade civil comercial com exigências legais impossíveis de serem cumpridas.⁹⁷

Sem dúvida, havia obstáculos para os segmentos imbuídos da fundação do partido católico que destoavam sua iniciativa. Talvez o maior obstáculo seria a própria natureza intrínseca da Igreja: segundo o padroado, a Igreja era um órgão oficial que tinha como tutor nada mais do que o próprio Estado. Provavelmente, esta condição seria a grande responsável pela omissão da hierarquia em organizar um partido político católico. Mesmo porque, qualquer ação teria de ter o aval de Roma, quiçá, com a grande exceção da liderança de D. Macedo Costa.

Quanto ao Partido Republicano, sua relação com a Igreja se fez presente por meio de muitas desavenças. Essas se devem, entre outras coisas, à hoste de liberais que debandou das fileiras de seus partidos, por conta da atitude de D. Pedro II de demitir os liberais, em 1868. O Imperador, orientado por Caxias, atribuía aos liberais o impasse causado pela Guerra contra o Paraguai.⁹⁸

⁹⁶ Apud LUSTOSA, Oscar F. **Política e Igreja**, p. 128 – 129. O fato aconteceria em Pernambuco.

⁹⁷ Ibid., p. 73.

⁹⁸ BOEHERER, George C. A. **Da Monarquia à República: História do Partido Republicano do Brasil**, Vinténs da Educação e Cultura. Serviço de Documentos, s/d, p. 28.

Quando estoura a Questão Religiosa, os Republicanos irão retroceder sua postura intransigente contra a Igreja, pois havia católicos nas suas fileiras que abertamente se declaravam favoráveis aos bispos. Temiam o desligamento de outros católicos do Partido. A direção partidária, contudo, procurando consertar um certo constrangimento sofrido pelos católicos republicanos, acabou por aprofundar sua posição antagônica em relação à Igreja. O jornal do Rio de Janeiro *A República* de 12 de fevereiro de 1874 “*declara que não era inimiga do bispo de Olinda; se o Vaticano se pronunciasse em favor da separação da Igreja e do Estado, os republicanos não sentiriam mais nenhuma hostilidade para com a Igreja*”.⁹⁹

Essa dicotomia intrapartidária já era um sinal transparente da carência ideológica que caracterizava o Partido Republicano em cada Estado, ao torná-lo sem identidade.

Ao se anunciar a criação, em São Paulo, do partido católico, em 1874, com a sugestão de se unir republicanos e ultramontanos, a reação dos primeiros foi taxativa: a Igreja representaria o supra-sumo do absolutismo despótico, pois ela não se contentava com o domínio do poder político, mas também estimulava o conformismo da consciência. Era legítima a condição de entidade religiosa da Igreja na esfera estritamente espiritual; ao contrário disso, ao tentar criar um partido, os católicos iriam interferir na esfera temporal, o que os republicanos repudiavam totalmente.

Por fim, a fixação deveras caricatural que a imprensa republicana se utilizava para satirizar a família real, em especial, a Princesa Isabel, estigmatizada por parecer pieguista devota e fanática da causa católica, tem sua razão de ser. O assédio de Leão XIII à Princesa, simbolizado pelo prêmio da Rosa de ouro por sua atuação em favor da abolição (assunto este sempre tratado com indiferença pela Santa Sé)¹⁰⁰, foi um fato estridente em cima do qual

⁹⁹ Ibid., p. 257.

¹⁰⁰ Ver a respeito da indiferença à escravidão pela Igreja. BEOZZO, José Oscar. **História da Igreja no Brasil**, tomo 2, Petrópolis: Vozes, 1980, p. 274.

havia a expectativa do Papa de ver a continuidade dinástica na pessoa de Isabel, o que fez Saldanha Marinho expressar de forma reluzente sua indiferença: *“Governará Roma por sua dileta filha nesta terra infeliz, e após... o santo ofício e a fogueira de que tanto necessitam ainda os ultramontanos; para apartarem da sociedade a inteligência, a luz e a dignidade, inimigos irreconciliáveis do obscurantismo clerical”*.¹⁰¹

O Partido Republicano nascera do divisionismo entre positivistas, monarquistas, liberais, maçônicos. Nos Estados, este divisionismo vai se manifestar na carência ideológica e na ausência da identidade partidária. A Igreja se manteve equilibrada entre o salvacionismo, republicanismo e ufanismo, mas não o suficiente para presenciar a inserção de seus pares nas esteiras do Partido do governo, depois da Proclamação da República. É sobre essa inserção, de forma regional, que discutiremos no capítulo 2: o Paraná de padre Alberto J. Gonçalves.

¹⁰¹ **A Revista Federal**, II, nº 4, 20 de setembro de 1887, p. 4. Apud BOEHERER, George C. A. **Da Monarquia à República. História do Partido Republicano do Brasil**, p. 248.

2 A PROVÍNCIA DO PARANÁ E A IGREJA CATÓLICA

2.1 PARANÁ ECONÔMICO

O povoamento do Paraná começa no início do século XVII com a descoberta do ouro. Enfrentando dificuldades de mão-de-obra, as bandeiras, que partiam de São Vicente, ocuparam-se do apresamento de índios. Na ausência de métodos eficazes para a exploração do ouro, Minas Gerais passou a ser prioridade na exploração aurífera, perdendo temporariamente importância a região paranaense.

Há um senso comum político segundo o qual o Paraná seria um território de passagem entre a pujança política e econômica do Rio Grande do Sul e a presença igualmente marcante dos paulistas. Tal visão, um tanto quanto enviesada, fez-se presente por conta da longa utilização do tropeirismo que ligava, através do Paraná, Rio Grande do Sul a São Paulo. A imagem do Paraná como região secundária destoa do pioneirismo, da dinâmica e da força econômica que, desde o início, marcou a História do Paraná.

Paranaguá, elevada à vila em 1648, e Curitiba, em 1693, foram uma vanguarda constante no crescimento de uma economia colonial “...*centrada no abastecimento e no mercado interno com fluxos mercantis próprios e ritmos de crescimentos independentes das grandes tendências da economia externa*”.¹

Beneficiada por uma vegetação dominada pelos pinheiros brasílicos e clima semitemperado, Curitiba vivia da criação de gado, desenvolvida pela necessidade de alimentação e transporte dos mineradores das Minas Gerais, o caminho Viamão – Sorocaba, que ligava o Rio Grande do Sul a São Paulo, deu início a uma fase nova na história do Paraná: o tropeirismo, uma prática econômica que se estendeu pelos séculos XVIII e XIX, cujos

¹ OLIVEIRA, Ricardo Costa., **O Silêncio dos Vencedores: Genealogia, Classe Dominante e Estado no Paraná**, Curitiba: Moinho do Verbo, 2001, p. 47

negócios conjugaram um grupo de proprietários que viria a se tornar, no século XIX, o segmento dominante no Paraná.

Afeiçoados ao clima europeu, já produziam figos, pêras, maçãs, ameixas, pêsegos, marmelos, nozes, castanhas, trigo, milho e arroz, criavam gado cavallar e mular, com grande quantidade de vaccum, do qual faziam bom queijo e manteiga. Pela indicação do censo de 1872, o número de comerciantes correspondia ao quadro seguinte:

NÚMERO DE HABITANTES DE ALGUMAS PROVÍNCIAS – 1872

PROVÍNCIA	HABITANTES LIVRES	COMERCIANTES	RAZÃO	LUGAR
Rio de Janeiro	716.120	36.232	50.6	1º
Rio Grande do Sul	367.022	9.872	26.9	2º
Paraná	116.162	2.556	22.0	3º
São Paulo	680.742	9.755	14.3	10º
Minas Gerais	1.669.276	14.974	9.0	16º
Piauí	178.427	982	5.5	20º

FONTE: Censo de 1872 (História da Vida Privada no Brasil. V2. p. 470)²

O terceiro lugar, por razão destacado, do Paraná revela a robusta e dinâmica atividade comercial da região. Ricardo Costa de oliveira, em sua recente obra **O Silêncio dos Vencedores**,³ procura demonstrar que a economia brasileira do século XIX não se resumia à “plantagem escravista – exportadora”⁴ utilizando como exemplo a Província Paranaense. Sua argumentação vai ao encontro da idéia de que determinações, estímulos e capitais internos motivaram a existência de uma reprodução da sua economia. A presença de elementos

² Apud OLIVEIRA, Ricardo Costa. **O Silêncio dos vencedores**, 2001, p. 49.

³ Ricardo defende a idéia, inspirada por sua vez na obra de Francisco Antonio Dória *Os herdeiros do Poder*, que os atores sociais que compuseram o núcleo duro da formação política do Paraná, também foi o mesmo núcleo da formação de sua economia, constando sua organização em complexas estruturas de parentesco. Seria a Teoria Genealógica. Esta conjuntura não se daria de forma fixa e bitolada, mas modulando entre contrastes e adaptações de famílias e a introdução de alguma outra que, eventualmente, não fazia parte das famílias originárias do Paraná.

⁴ Ibid., p. 64.

indutores externos existiu, mas não de forma preponderante, como se deu com o ritmo de expansão ligado à realidade interna, embora ela fosse frágil. Ao explicar a unidade histórica dos setores dominantes paranaenses, por intermédio das genealogias familiares, Ricardo Costa de Oliveira traça uma linha homogênea do comércio e de seus grandes atores, através do século XIX, que culmina na formação da burguesia paranaense embora esta não fosse organizada. O século XIX testemunha a “transição do modo de produção escravista, estruturado em um regime de acumulação com um modo de regulação aristocrático e senhorial, para formas tipicamente burguesas e industriais”.⁵

Para tornar mais cristalina esta realidade, uma análise da trajetória da economia ervateira traz à baila a formação da burguesia paranaense, de vez que antigas famílias históricas participaram da mudança e da implantação do novo modelo burguês. A erva-mate é uma planta nativa da região. Originária das folhas de uma árvore muito comum em florestas subtropicais e semitemperadas, ela se fez presente nos planaltos de Santa Catarina e Paraná, no sul do atual Mato Grosso do sul, no Paraguai e na região de missões da Argentina.

O mate era parte constitutiva da cultura culinária dos guaranis, assim como a batata, o milho, a mandioca e o cacau. Os espanhóis do Paraguai são os primeiros a utilizá-lo na sua economia com o trabalho forçado dos indígenas. Contudo, ao chegarem na região, os Jesuítas iriam estruturar toda uma “rede econômica”⁶ de integração e controle na vida política das grandes missões jesuíticas.

A erva-mate se torna o principal produto do Paraná logo no início do século XIX com a abertura dos portos e com a independência nos países platinos, mormente o Paraguai, de onde teria vindo pessoal qualificado com técnica de processamento e

⁵ *ibid.*, p. 65

⁶ *Ibid.*, p. 70. Este “novo modelo burguês” deve ser entendido aqui como sendo famílias que se enriqueciam em função do mate se mudavam para os centros urbanos, causando impacto de crescimento e se tornando, na sua maioria, empresários.

comercialização do produto. Em 1826, a erva-mate representava 69,81% da exportação total do porto de Paranaguá, subindo para 85%, em 1836.

EXPORTAÇÃO DE PARANAGUÁ EM 1838

PRODUTOS	QUANTIDADE	VALOR (EM RÉIS)
Erva-mate	84.602 (arrobas)	169:204\$000
Arroz	2.795 (alqueires)	6:149\$000
Açúcar (exportação)	1.099 (arrobas)	2:417\$800
Cafê	86 (arrobas)	283\$800
Doce	4 (arrobas)	12\$800
Aguardente	18 ½ (pipas)	740\$000
Madeira	0	3:591\$320
Lenha	41.600 (achas)	132\$800
Chifres	2.095 (número)	104\$750
Cal	168 ½ (milheiros)	1:617\$600
Betas	6.942 (peças)	1:664\$000
Amarras, viradores e estopa	9 amarras, 1083 viradores e 69 (arrobas de estopa)	1:527\$000
Carne seca	4.252 (arrobas)	8:504\$000
Milho	46 (alqueires)	36\$000
Farinha de mandioca	200 (alqueires)	168\$000
Goma	23 (barricas)	92\$000
Feijão	60 (alqueires)	156\$000
Rolos de fumo	235 (número)	1:410\$000
Varas de algodão	280 (número)	89\$600
TOTAL		197:900\$470

FONTE: MÜLLER, 1978, p. 233-34 ⁷

Esses números mostram um quadro mais complexo ao apontarem para uma perspectiva de desenvolvimento gerado pelo mate no contexto paranaense: o crescimento do comércio da navegação, melhoramentos urbanos, construção de novos edifícios e fábricas relacionados às atividades ervateiras, novas vias ferroviárias criadas para servir exclusivamente ao seu transporte. Tudo foi possível graças ao mate.⁸

⁷ D.P. Muller, Ensaio de um quadro estatístico da Província de São Paulo em 1837, apud OLIVEIRA, Ricardo Costa., **O Silêncio dos Vencedores**, 2001, p. 77

⁸ É significativo o fato de o crescimento do mate ter ocorrido simultaneamente à arrancada do café no Vale do Paraíba. Também é significativo o fato do mate ter sido um dos fatores principais da emancipação política do Paraná em relação a São Paulo em 1853. Cf. OLIVEIRA, Ricardo. **O Silêncio dos vencedores**, 2001, p. 78 e 92.

A latitude da produção do mate iria provocar disputas, conflitos de interesses e concorrências *sui generis* no Paraná. Uma dessas disputas se dava em torno do uso da água que as fábricas de socar se serviam para o beneficiamento; essa prática levou a disputa até à Assembléia Legislativa, onde Deputados se degladiavam para beneficiar parentes, compadres e amigos pessoais, a ponto de haver ações judiciais para o uso de águas fluviais nos primeiros anos da República. É justamente neste período que se dá a ascensão de um grupo de ervateiros, de cuja iniciativa fez surgir a industrialização modernizadora do mate e de seu conseqüente envolvimento em outras áreas e, por decorrência de sua importância econômica, seu envolvimento também na política local. Foi o caso do emblemático líder Ildefonso Pereira Correia, o Barão do Serro Azul.⁹

Cf também Cômputo Geral das Exportações Brasileiras em comparação ao mate: 1831-1840 = 0,5%, 1841-50 = 0,9%, 1851-60 = 1,6%, 1861-70 = 1,2%, 1871-80 = 1,5%, 1881-90 = 1,2%, 1891-1900 = 1,3%, 1900-1910 = 2,9% - Ibid., p. 78

⁹ Seu nome é importante porque ele foi o empresário paranaense mais dinâmico entre os últimos anos da monarquia e os primeiros anos da República. Liderou o grosso da burguesia paranaense a favor da manutenção da ordem durante a Revolução Federalista entre 1893-94. Cf. WESTPHALEN, Cecília Maria. **Serro Azul: uma incógnita, um problema**. Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes, nº 8, julho 1994, pp. 53 – 58. Em relação ao conflito gerado pelo uso das águas, cf. Anais da Assembléia Legislativa do Paraná, 1892 – 1896, passim.

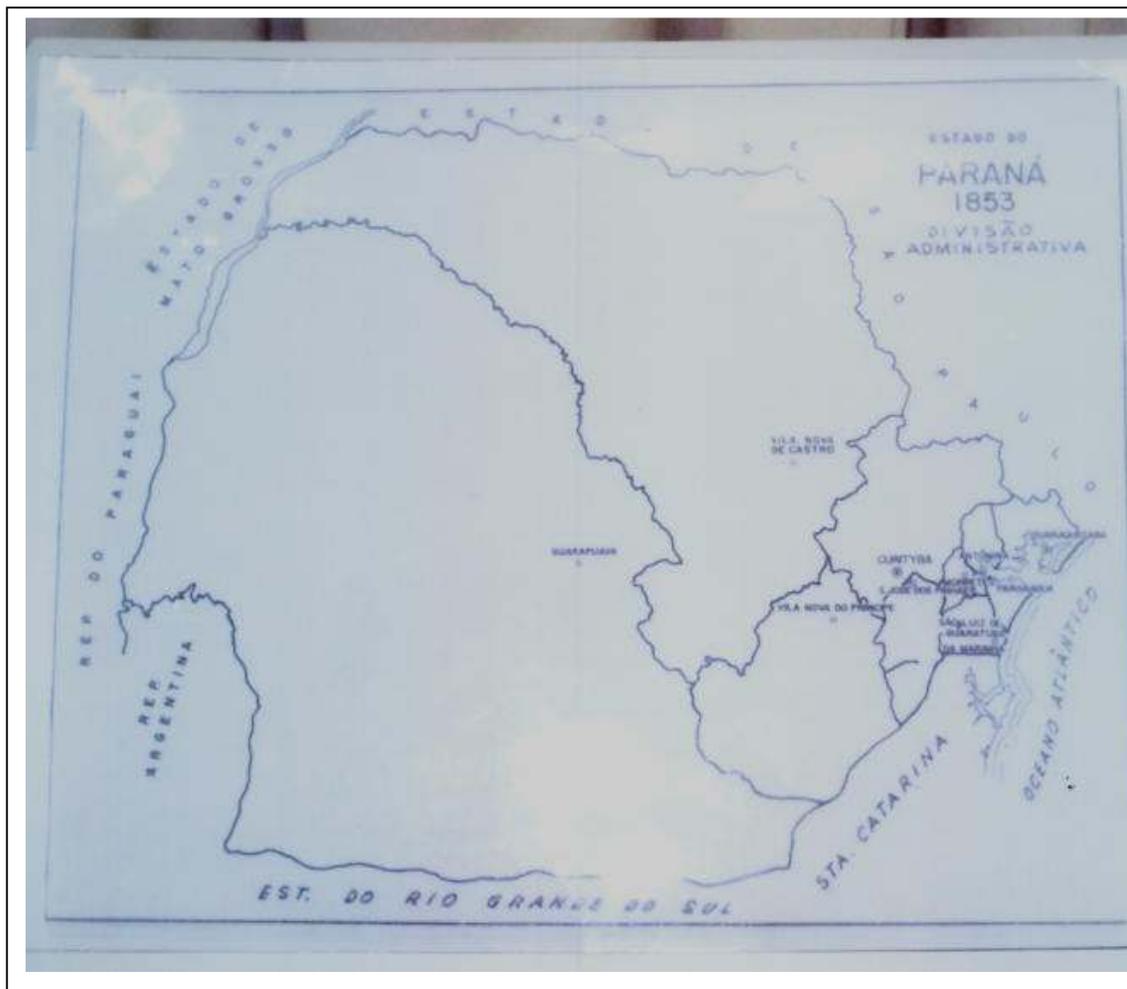
**PROPRIETÁRIOS DE ENGENHOS DE ERVA-MATE EM TORNO DA DÉCADA DE
1880 ¹⁰**

CURITIBA	CAMPO LARGO	LITORAL	OUTRAS LOCALIDADES ESPECIFICADAS
Antonio Alves de Araújo	Agostinho Ribeiro de Macedo	Antonio Ricardo dos Santos	Em Timbu: Francisco de Almeida Torres
Antonio Rodrigues da Costa	Antonio Carlos Küster	Antonio Polidoro	Em Timbutuva: João de Almeida Torres e Mariano de Almeida Torres
Caetano José Munhoz	Daniel Oliveira Portela	Cipriano José da Costa	No Barigui: Antonio Ricardo dos Santos e dos herdeiros de Vicente Ferreira da Luz
Francisco Borges de Macedo	Domingos A. Cunhas	Francisco José Pereira da Silva	Na Lapa: Loyola e Rebello
Francisco Fasce Fontana	Francisco Custódio Natel	Guilherme Xavier de Miranda	Na Palmeira: Joaquim Alves e Ribas, e João de Araújo França
Francisco Heráclito dos Santos	Francisco Pinto de A. Portugal	João de Souza Dias Negrão Jr	Em Ponta Grossa: José Joaquim Pereira Branco
Guilherme Xavier de Miranda	Jaime Pinto de A. Portugal	José Antonio de Loyolla	Em Guarapuava: Herdeiros de Generoso B. de Coimbra
Ildefonso Pereira Correia	João Ribeiro de Macedo	José Antonio dos Santos	
Joaquim Alves de Araújo	José de Almeidas Torres	Joaquim José Alves	
João Carvalho de Oliveira	Visconde de Nácar e Filhos	José Pinto Rebelo	
José Pinto Rebelo	Viúva Macedo	José Ribeiro de Macedo	
J. Ventura de Almeida Torres		Manuel Cordeiro Gomes	
Luiz Manoel Agner		Manuel Salustiano Gonçalves Marques	
Matias Taborda Ribas		Ricardo Negrão	
Vitorino Correia		Rufino Gonçalves Cordeiro	
Zacarias de Paula Xavier		Vicente Ferreira de Loyola e Viúva Loyola Ibidem	

Este quadro evidencia um rol de personalidades que estariam não apenas diretamente ligadas ao negócio do mate, mas às atividades variadas, como também ligadas à

¹⁰ Cf. OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O Silêncio dos Vencedores**, 2001, p. 89

Igreja Católica e a pe. Alberto José Gonçalves, nosso personagem central.¹¹



Mapa 2 – Estado do Paraná – 1853.

– ELLIOT, João Henrique. Mappa Chorographico da Província do Paraná – Curitiba: Secretaria de Estado de Cultura e do Esporte, Banco de Desenvolvimento do Paraná, 1981. Reprodução do álbum Desenhos e Planta de porte das Províncias do Paraná e Mato Grosso por João Henrique Elliot de 1845 a 1865. Acervo Coleção Cimitile da Mapoteca do Palácio Itamarati – Ministério das Relações Exteriores.

Estado do Paraná, 1853: divisão administrativa. S. N. T. Reprodução Fotográfica. Acervo – Divisão de Documentos Paranaenses – Biblioteca Pública do Paraná.

A Erva-Mate cria novos setores produtivos, ao redor dos quais fará o Paraná se lançar de Comarca à Província (1853), de Província a Estado aqüilatadamente versátil. Em 1870, forma-se um conjunto maior de colônias de imigrantes europeus nas redondezas de

¹¹ Exemplo disso era: Ildefonso Pereira amigo pessoal de Pe. Alberto, membro da comissão de Obras da

Curitiba com apoio do governo, o que acarreta transformações étnica, social e econômica. Em 1878, a metalúrgica Müller é instalada, especializada em máquinas e equipamentos para as fábricas de erva-mate, que também seriam exportadas para a Argentina. Em 1896, é fundada em Curitiba a Sociedade Beneficente dos Trabalhadores da Erva-Mate, uma organização operária. Desde 1891, já circulava o primeiro jornal proletário no Brasil, *Operário Livre*, de Agostinho Leandro da Costa.¹²

A economia do Mate trouxe outras iniciativas de desenvolvimento, tais como:

- Estrada da Graciosa – 1ª ligação carroçável entre o litoral e o planalto, concluída na década de 1870;
- navegação a vapor por via do Rio Iguaçu;
- modernização dos portos paranaenses;
- consulados estrangeiros foram abertos no Paraná, atraindo negócios e imigrantes.

Construção da Catedral de Curitiba. Veja outras personalidades mais adiante desta parte 2.

¹² Agostinho Leandro seria, em 1982, eleito Deputado Constituinte, contemporâneo de Pe. Alberto. Um detalhe que conta é que ele seria mulato. Cf. OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O silêncio dos Vencedores**, 2001, p.92.



Figura 01 – Antiga Estação Ferroviária – Hoje Museu da Estação. Foto do autor, 2004.



Figura 02 – Guichê da Antiga Estação Ferroviária. Foto do autor, 2004.

Do relatório do Presidente Faria Sobrinho, em 1886, constatava-se: a renda provincial era de 800:000\$000. O mate fornecia 20,5%. Dos 200.000 habitantes paranaenses, 10 mil trabalhavam na produção do Mate. A renda per capita deste grupo seria de 16\$400, enquanto o restante, (maioria da população), possuía média de 3\$300.¹³

Embora, após 1870, com o advento da ferrovia, o tropeirismo tenha entrado em acelerada decadência, esta atividade possuía variadas oportunidades de enriquecimento e pouco risco. Isso porque estava inserida nos quadros do capital mercantil da economia pastoril e da pecuária. De mais a mais, as vantagens se ampliavam por conta de ser uma atividade aberta a toda sorte de grupos sociais, desde pequenos sitiantes ou indivíduos com poucos recursos até ricos fazendeiros bem posicionados. Essa possibilidade dilatava o negócio tropeiro entre parentes, estimulando até mesmo negócios por relações de compadrios e amizade. Em razão disso, a concentração de parentesco justapôs interesses políticos particulares e interesses públicos.

Uma rede intrincada de correlações de força se fez presente na medida em que foram se envolvendo mais e mais pessoas de origens diversas e contrastantes, tais como: comerciantes, médicos, funcionários públicos, sacerdotes,¹⁴ funcionários de firmas importadoras. Os lucros respectivos do tropeirismo eram aplicados em ações bancárias e compra de escravos, isso antes de 1850. Começa aqui a predominância de valores urbanos em detrimento do universo rural. Formas novas de riquezas começam a despontar no cenário paranaense do final do século XIX. Esta fração do setor dominante relacionada ao tropeirismo não consegue se estruturar aos moldes do capitalismo mercantil e é forçado a abandonar os

¹³ Ibid., p. 93

¹⁴ Ricardo Costa de Oliveira elenca nomes mais destacados dessa prática mercantil. Dentre estes, destacam-se os nomes de alguns padres: Fidélis José de Moraes, Antonio Rodrigues Duarte Ribas, João de Abreu e Sá, Joaquim de Sá Souto Maior, José Manoel de Oliveira Libório, Rafael Gomes da Silva. O que há em comum entre eles é que a maioria estava ligada à política, pertencia à classe dominante e ao ramo histórico das famílias que governaram o Paraná. Para não passar despercebido, o avô materno de Pe. Alberto, Tobias Pinto Rebello estaria na relação dos Fiadores do imposto de registro. Ibid; p. 99

padrões de vida campeira e viver, na sua grande maioria, de negócios financeiros que se alastravam velozmente na terra das formosas araucárias.

A nova leva de imigrantes e a expectativa do fim do escravismo trazia a esperança de um amanhã diferente com novas oportunidades.

2.2 PARANÁ DOS IMIGRANTES E DOS ESCRAVOS

2.2.1 Escravos Negros

A escravidão negra no Paraná foi muito diferente daquela ocorrida em outras regiões do país, como a do nordeste e a do Sudeste.

Essa diferença se deve ao fato de ser a economia paranaense exploratória e coletora, ou seja, com base na mineração aurífera e na produção da erva-mate. Não tendo capital em quantidade suficiente para aplicar na mão-de-obra, os portugueses que se estabeleciam tiveram de utilizar o indígena para o trabalho escravo. Esses elementos nos levam à conclusão de que o número de escravos negros era reduzido em comparação às outras regiões. Além disso, no Paraná, constituiu-se outras formas de trabalho que não a do escravo, marcando de maneira significativa a presença de homens livres, fundamentalmente posseiros.

A partir do século XVIII, houve uma queda acentuada da mineração, o que motivou a transferência de grande parte dos escravos negros para a agricultura e a pecuária no planalto (interior do Paraná). Da mesma forma que a exploração aurífera do Paraná, já escassa e rala, fora deixada de lado para transferir as atenções sobre o ouro das Minas Gerais, também ocorrera praticamente a mesma coisa com a pecuária, com o gado vendido, principalmente, para Minas Gerais. Tamanha fora a aproximação do Paraná com Minas

Gerais que grande parte dos escravos acabara sendo vendida para lá, para uso exclusivo na exploração das minas.

Tratando-se de coibir o tráfico negreiro da África para o Brasil, ainda na primeira metade do século XIX, os ingleses, ávidos pelo incremento de seus negócios principalmente industriais, aprovaram o *Bill Aberdien* em 1845, lei essa que permitia a perseguição, a abordagem e o aprisionamento dos navios brasileiros que traficassem escravos.

“O Porto de Paranaguá converteu-se num dos maiores centros de contrabando de escravos no Brasil.”¹⁵ Acontece que a repressão inglesa causara um efeito contrário ao desejado, uma vez que fizera aumentar aquela prática. Em junho de 1850, houve um incidente com o cruzador britânico *Cormorant* em plena baía de Paranaguá, o qual se julgou no direito de aprisionar alguns navios brasileiros. O comandante de um dos navios, para evitar o flagrante, o afundou com todos os escravos no seu interior. Da fortaleza da Ilha do mel, alguns inconformados paranaguases convenceram seu comandante a abrir fogo contra o cruzador inglês que respondeu na mesma medida. O incidente acabou respingando nas relações entre os dois países, provocando uma correria instantânea do governo brasileiro para impedir que o tráfico negro continuasse. No mesmo ano, foi aprovada a lei *Eusébio de Queiroz*, proibindo terminantemente todo e qualquer negócio envolvendo o tráfico de negros.

¹⁵ WACHOWICZ, R. C. *História do Paraná*, Curitiba: Gráfica Vicentina, 1988, p. 135

ALGUMAS ESTATÍSTICAS REFERENTES À ESCRAVIDÃO NO PARANÁ:

Uma das mais remotas estatísticas da população do atual território paranaense data de 1780, quando acusou 17.685 habitantes, sendo 7.428 na Marinha e 10.257 em Serra Acima.

Da população eram:

Branco 12.349

Negros e mulatos 5.336

Em 1858 (78 anos depois) a população da Província era de 69.380 habitantes.

Dos quais eram:

Branco 60.380

Negros e mulatos escravos 8.493

Mulatos livres 507

Em 1872, quando se realizou o primeiro recenseamento geral do Império, a população paranaense era de 126.722 habitantes, sendo:

Branco 116.162

Negros e mulatos 10.560

Em 1890, primeiro recenseamento feito sob o regime republicano (...) a população paranaense era de 294.491 habitantes, sendo 5,17% o coeficiente de negros, uma das três menores porcentagens dentre as de todos os Estados, sendo em S.Paulo de 12,97%, no Distrito Federal de 26,79% e na Bahia, de 29,30%.¹⁶

¹⁶ MARTINS, Romário. **História do Paraná**. Apud WACHOWICZ, R. C. , **História do Paraná**, 1988, p. 137

Por ter ocorrido a explosão de produção do mate no Paraná simultaneamente à produção do café em São Paulo (± 1.850), verifica-se uma crise de falta de mão-de-obra, agravada ainda mais pela transferência de escravos do Paraná para São Paulo. Dessa transferência advinha um grande comércio lucrativo que era a venda dos escravos para o trabalho nas lavouras do café, em São Paulo. Calcula-se um valor de venda para cada escravo na altura de 50\$000 (cinquenta mil réis). A receita arrecadada pela venda dos escravos entre 1877–79 correspondia a 33:596\$000 (trinta e três contos, quinhentos e noventa e seis mil réis), cerca de 7% da renda total do exercício de 451:113\$000 ¹⁷

Em razão da principal atividade econômica do Paraná (mate) ser acessível, podendo-se utilizar a mão-de-obra de homens livres pobres, como também ter tido o Paraná uma política imigratória européia um pouco anterior às outras regiões, uma boa parcela do setor dominante paranaense engajou-se na luta abolicionista, antecipando-se às demais províncias e, ao mesmo tempo, destacando-se pela preocupação de se implantar práticas capitalistas adaptáveis à sua conjuntura regional, fundamentalmente, em investimentos financeiros que se espalharam rapidamente na província.

¹⁷ OLIVEIRA, Ricardo Costa de, **O Silêncio dos Vencedores**, 2001, p. 91



Figura 03 - Busto do Barão do Serro Azul ao lado do Prédio da Associação Comercial. Foto do autor, 2004.

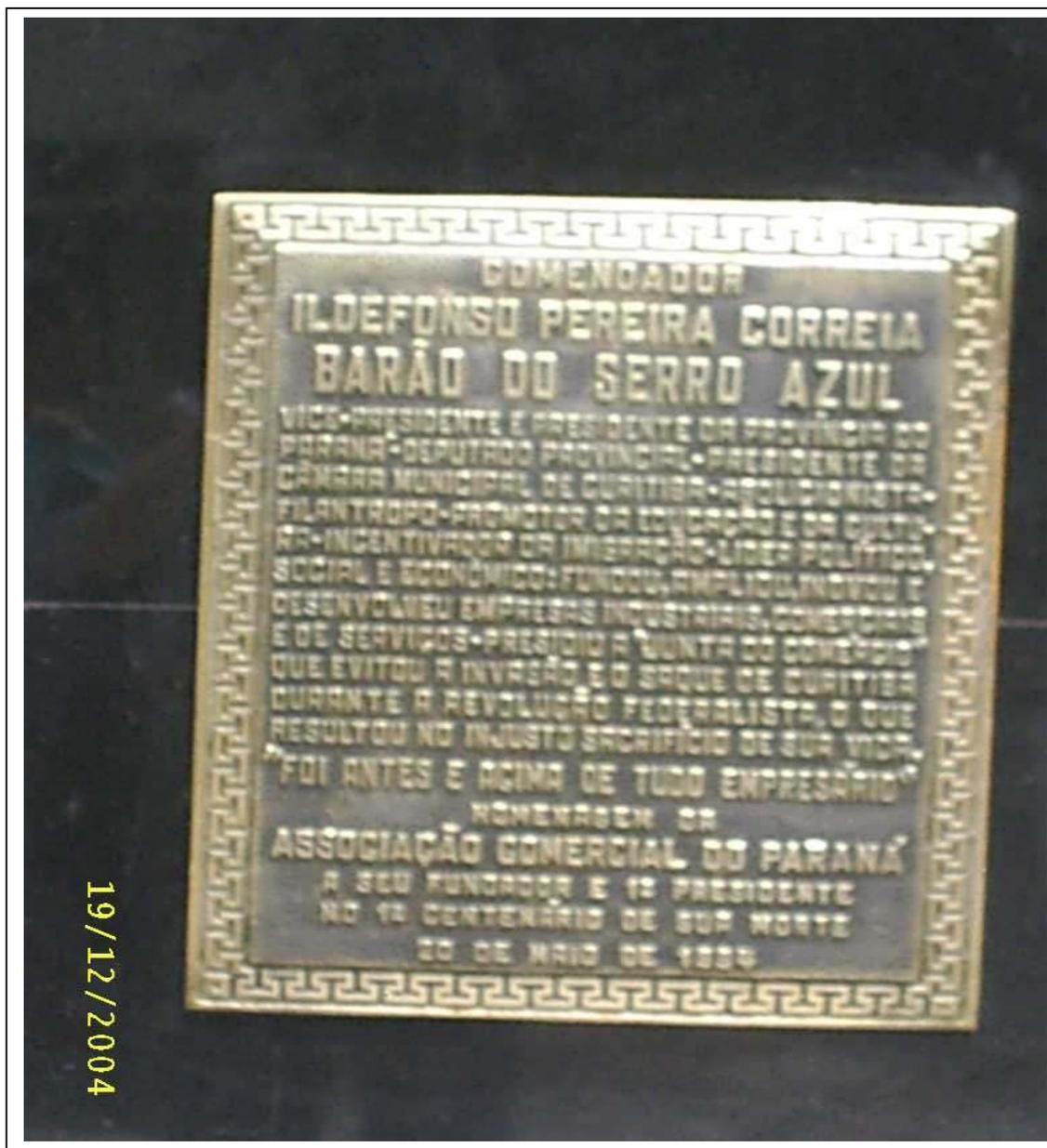


Figura 04 – Placa de Homenagem ao Barão do Serro Azul. Compõe a imagem do Busto do Barão do Serro Azul. Foto do autor, 2004.



Figura 05 – Fachada Central do Prédio atual da Associação Comercial fundada pelo Barão do Serro Azul. Foto do autor, 2004.

Este mesmo setor dominante chegou a tomar parte da fundação do *Club Abolicionista de Curitiba*. Ildelfonso Pereira Correia, Antônio Ricardo do Nascimento, Bento Munhoz da Rocha¹⁸ e outros, faziam parte do clube. “O senador Manoel Francisco Correia, destacado membro do partido conservador, e irmão de Ildelfonso, declarava em discurso no dia 19 de dezembro de 1887 – “ *Graças a província, acha-se o Paraná em condições excepcionalmente favoráveis para a terminação da questão servil. Nenhuma fonte de riqueza repousa sobre o trabalho escravo. A imigração forneceu braços para o movimento industrial e para o serviço doméstico. O desaparecimento da escravatura nenhum abalo econômico produzirá. Há um escravo para cem pessoas livres* ”¹⁹

Em 1880, ao visitar a província paranaense, D. Pedro II deu mostras de sua benevolência, libertando alguns cativos,²⁰ muito embora isso tenha lhe custado muitas críticas pesadas da aristocracia rural, perdendo seu apoio político, como também, pouco mais tarde, o próprio trono na Proclamação da República. Além de libertar alguns escravos, fez donativos para algumas instituições e para pessoas carentes de várias localidades. A maior instituição beneficiada acabou sendo a Igreja Católica, como se observa na relação dos donativos.

¹⁸ Ildelfonso P. Correia, o maior empresário ervateiro do Paraná nos anos 1880-90; Bento Munhoz da Rocha, grande industrial, coronel; Antônio R. do Nascimento, foi Deputado Provincial, ervateiro, grande proprietário, comerciante e industrial e camarista. Cf. OLIVEIRA, Ricardo Costa de. Op cit. p. 50, 59 e 209

¹⁹ PILOTO, Valfrido. *Paranistas*, p. 73. Apud OLIVEIRA, R.C. *O Silêncio dos Vencedores*, 2001, p. 50

²⁰ FERRARINI, Sebastião. *A escravidão Negra na Província do Paraná*, Curitiba: Lítero técnica, 1971, p. 143

Paranaguá

Para a misericórdia	500\$000
Para Cesário, escravo do Dr. Leocádio José Correia	100\$000
Para um escravo de Claro Américo Guimarães	100\$000
Para o escravo Manoel (assinou Caetano J. Luiz)	100\$000
Para Paulina, escrava de João Guilherme Guimarães	100\$000
Para Maria Izabel Rosária	50\$000
Para Antônio Campagnolo	20\$000
Para Davi, escravo	100\$000
	—————
Entregue ao Barão de Nacar	1:070\$000

Campo Largo

Para a Sociedade Emancipadora	1:000\$000
Para esmolas	300\$000
Para o teatro	200\$000
	—————
	1:070\$000

Castro

Para obras da Igreja	500\$000
Para escolas	300\$000
Para casa escola primária, quando se fizer	500\$000
	—————
	1:300\$000

Ponta Grossa

Para a matriz	500\$000
Para escolas	300\$000
Para casa escola primária, quando se fizer	500\$000
Para Josefina Barou	50\$000
Para Marcelino, escravo de José Costa Guimarães	100\$000
Para sociedade organizadora do teatro	200\$000
	—————
	1:650\$000

Palmeira

Para a matriz	300\$000
Para escolas	200\$000

Para casa escola primária, quando se fizer	300\$000

	800\$000

Lapa

Para casa escola primária, quando se fizer	500\$000
Para esmolas	800\$000

Curitiba

Para esmolas	500\$000
Para liberdades	300\$000
Para uma bomba de apagar incêndios	480\$000
Para Demitilde Felicidade da Silva	50\$000

	1:330\$000

Morretes

Em mão, à mulher de um moribundo	50\$000
Para a igreja	300\$000

Esmolas	300\$000
Para casa escola primária, quando se fizer	300\$000
	—————
Entregue ao cônego José Jacintho Linhares	900\$000

21

O clero do Paraná tomou a iniciativa de se autoconclamar, em favor da abolição por meio de seu Vigário Geral Forense, favorável ao “consequimento do fim humanitário,”²² sem, contudo, radicalizar, mas tendo o cuidado de remediar e se acautelar diante de seus distintos senhores: “...com o desejo natural não só de ver a liberdade raiar por tôda a parte, mas também de discutir com verdadeiro conhecimento de causa, estudando as dificuldades que se encontram na emancipação e aproveitando o que a experiência tiver indicado no atinente à transição da escravidão para a liberdade, e seguindo o exemplo de nossos distintos chefes. Padre Antônio Joaquim Ribeiro – Vigário Geral Forense.”²³

No repicar da abolição paranaense, os operários que construíam a atual Catedral de Curitiba, Nossa Senhora da Luz, não se sabe se por iniciativa própria ou por outras, “libertaram os escravos que trabalhavam na referida obra.”²⁴

Como se depreende, a abolição no Paraná aconteceu não como um processo de ruptura, mas por determinação do contexto econômico e social, se bem que amparada por ações individuais de algumas lideranças políticas que fizeram desencadear o aparecimento de várias instituições civis que representariam os direitos dos escravos, na

²¹ Jornal Dezenove de Dezembro, Ano XXVII, nº 2053, apud FERRARINI, Sebastião. **A Escravidão Negra na Província do Paraná**, 1971, pp. 148, 149

²² FERRARINI, Sebastião. **A Escravidão Negra na Província do Paraná**, 1971, p. 170

²³ PILOTO, V. **Paranistas**, p. 78. apud FERRARINI, Sebastião. **A Escravidão Negra na Província do Paraná**, 1971, p. 170

verdade, a demonstração de um gesto aparentemente filantrópico e abnegado, acima de tudo, é bom que se registre, sem a ação deliberada dos próprios escravos.

Do fato ao evento, do evento à comemoração. Logo após a Proclamação da República, marcada também pela Primeira Legislatura dos Deputados Paranaenses, em 1892, sucederam-se festejos alusivos à data da libertação dos escravos, com repercussão nacional.

Além das demonstrações oficiais, realizou o Club Beneficente 13 de Maio, uma sessão solene brilhantemente concorrida. Após o discurso do digno Presidente desta associação usaram da palavra os doutores Vicente Machado, Balbino de Mendonça, Faria Sobrinho, Alencar Guimarães, Toledo, padre Alberto Gonçalves (grifo meu) e os cidadãos Ricardo Negrão, Agostinho Leandro, Albino Silva, Saldanha Sobrinho, Francisco Guimarães, Francisco Carvalho e José Vieira dos Santos, terminando a sessão depois de brilhante discurso do cidadão Leôncio Correia, orador oficial de sociedade.

Fizeram-se representar o Club Curitibano, a Sociedade Protetora dos Operários, as Redações da República, do Correio Oficial, do Democrata e do Operário Livre. Duas bandas de música tocaram durante a sessão. Ao terminar, foi oferecido aos circunstantes um profuso copo d'água²⁵

Poucos dias antes da assinatura da Lei Áurea era criada a Confederação Abolicionista pelo Club Militar da qual faziam parte as entidades: Protetora dos Artistas,

²⁴ FERRARINI, Sebastião. **A Escravidão Negra na Província do Paraná**, 1971, p. 171

²⁵ Correio Oficial, 15/05/1892. Apud FERRARINI, Sebastião. *A escravidão Negra na Província do Paraná*, 1971, p. 181. Cabe aqui uma caracterização de alguns participantes da comemoração:

- Ricardo Negrão: Proprietário de engenho de Erva-Mate
- Francisco Guimarães: Advogado
- Joaquim de Almeida Faria Sobrinho: Presidente da Província. Bacharel, Promotor Público em Curitiba, Juiz de Direito em São José dos Pinhais, Inspetor de Instrução Pública, Deputado Provincial, seria Auditor de Guerra na República, Membro do Partido Conservador
- Vicente Machado – Bacharel, Promotor Público em Curitiba, Secretário de Governo (1882), Juiz Municipal, e de Órfãos em Ponta Grossa, Diretor Geral de Ensino, Deputado Estadual Constituinte Presidente do Paraná, Governador do Paraná, Senador, a maior liderança política do Paraná de 1892-1907. amigo muito próximo de Pe. Alberto
- Francisco da Costa Carvalho: Exportador de Erva-Mate
- José Vieira dos Santos: sem referência
- Balbino de Mendonça: Originário de Minas Gerais. Em 1889, fora Secretário no Governo do Conselheiro Marcondes. Foi assassinado juntamente com o Barão de Serro Azul no famoso Km 65, com o final da Revolução Federalista, em 1894
- Toledo: Não foi possível sua identificação
- Alencar Guimarães: Juiz, chefe de Polícia em 1889 e Senador, Neto do Visconde de Nacar, maior ervateiro de todos os tempos.
- Leôncio Correia: Republicano, Abolicionista, Professor, Escritor e Jornalista, deputado contemporâneo de Pe. Alberto.
- Albino Silva: De origem modesta, foi Jornalista, Abolicionista, Professor, Republicano Histórico, Deputado Constituinte de 1892. Cf. *Dicionário Histórico – Biográfico do Estado do Paraná*, passim; Ricardo da Costa de Oliveira, *O Silêncio dos Vencedores*, passim. Maria Nicolas; *Cem anos de Vida Parlamentar*, passim.

Club Curitibano, Club Republicano, Beneficência Italiana, Nihilistas do Averno, Club Dr. Pedrosa, Grêmio Clarimundo Rocha. Estiveram presentes representantes da imprensa Curitibana, do comércio e outras classes.²⁶

2.2.2 Imigrantes

Para muitos estudiosos paranaenses, esta terra seria o epicentro para onde convergiriam todas as etnias do planeta. Sem o exagero subjetivista, esta terra seria a síntese universal das etnias concentradas no Homem *Paranista*.²⁷ Composta já dos vários grupos étnicos indígenas (Guaranis, Tupi, Bororos) o Paraná recebera, no século XVII, portugueses, espanhóis, africanos (como escravos), engrossados, no século XIX, por alemães, franceses, italianos, ingleses, poloneses, ucranianos, libaneses e sírios.²⁸

Impulsionada pela dinâmica economia da erva-mate e pela crise da escravidão paranaense (ou pela ausência da mão-de-obra negra), a imigração europeia no Paraná foi facilitada pelo aburguesamento do setor dominante, pois “já não necessitava de uma dependência rigorosa do controle fundiário para suas estratégias de reprodução...”²⁹

²⁶ Confederação Abolicionista, **A República**, Curitiba, 03/abr/1888, nº 14, Ano III, p.3

²⁷ Também conhecido como “Paranismo”, paranista seria um conjunto de idéias que começaria a surgir no final do século XVII com Antônio Vieira dos Santos, proprietário de engenho de Mate, que escreveu *Memoria Historica, Chronologica, Topografica e Descritiva da Cidade de Paranaguá e seu Município*, que só foi concluída em 1850, no momento em que se travava batalha institucional pela emancipação do Paraná. Paranismo foi um processo de Constituição da identidade regional da classe dominante através do “surgimento de textos e discursos que procuram organizar e escrever a memória das classes dominantes e construir o sentimento de comunidade política regional”. Três autores seriam, inicialmente, responsáveis por tais idéias: Ermelino Agostinho de Leão (1874-1932), Francisco Negrão (1871-1937) e Romário Martins (1874 – 1948), Cf. OLIVEIRA, Ricardo Costa. **O Silêncio dos Vencedores**, 2001, p. 179 e seg. Cf. mais sobre Paranismo no capítulo 3.

²⁸ MARTINS, Romário. **Quantos Somos, Quem Somos**, Curitiba: Gráfica Paranaense, 1944, p. 167. Até mesmo os Curdos do norte do Iraque quase vêm para o Paraná, em 1933, em pleno Governo Vargas, numa jogada de veleidades imperialistas. No mesmo período em que o grupo de Lord Lovat adquiria terras no norte do Paraná, companhias inglesas ligadas a Lovat descobriam petróleo no norte do Iraque. De modo a livrar-se dos enormes gastos para manter calmas as tribos curdas, estes decidiram transferir parte destas populações curdas (cerca de 100 mil) do Iraque para o Paraná, utilizando-se ironicamente dos serviços da *Liga das Nações*. O governo brasileiro, endividado até o pescoço com os ingleses, autorizou a operação que, descoberta pela imprensa, acabou sendo abortada. Cf. WACHOWICZ, R. C. **História do Paraná**, 1988, pp. 256-7

²⁹ OLIVEIRA, R. C. **O Silêncio dos Vencedores**, 2001, p. 123

Além disso, os imigrantes não foram obstáculo ao prosseguimento do domínio do poder político por parte de setores tradicionais dominantes, fosse em relação ao período final do Império, fosse em relação à 1ª República. À medida que a aceleração industrial foi se perfazendo, uma parcela significativa e seletiva dos imigrantes foi se integrando ao setor da burguesia, sem, contudo, tomar parte do centro do poder político paranaense.

A imigração se constituiu em três fases distintas, a saber: os alemães (interstícios florestais entre o litoral e os campos do planalto) entre 1820 e 1850. Esta região já era povoada desde o século XVII e XVIII por grupos oriundos de São Vicente e dos Açores, justamente o corredor do tropeirismo e da pecuária. Os alemães iniciaram uma espécie de migração, deslocando-se de Joinvile para Curitiba.

A segunda fase da imigração seria marcada pela localização de colônias em espaços desabitados e sertões distantes dos centros onde havia infra-estrutura mínima. Por conta disso, e, principalmente, pelo descaso dos governos Provincial e Imperial, o fracasso das colônias se estendeu à crise diplomática, desagradando até mesmo ao Imperador que, ao visitar a Província em 1880, experimentou diante de si a dimensão dos problemas enfrentados pelos imigrantes, principalmente os teuto-russos que, logo após verificarem com estudos de sondagem e reagentes químicos, descobriram serem as terras impróprias para o plantio. Depois de desvendarem a armadilha na qual haviam caído, os imigrantes exigiram repatriação. Tratados com dose de selvageria, foram punidos e obrigados a permanecerem em Palmeira.

Segundo Nelton Stadler de Sousa, a decepção do Imperador fora tão constrangedora que, tempos mais tarde, em visita à Europa para tratar de sua já débil

saúde, ele teria oficialmente convidado, por carta, a Giovanni Rossi, idealizador anarquista da Colônia Cecília, para implantar uma colônia italiana no Brasil.³⁰

As colônias desta segunda fase seriam aquelas motivadas por uma visão utópica: Colônia Teresa (1847) localizada no serão do Rio Ivaí, fundada pelo médico suíço João Maurício Faivre; Superagui (1852), na ilha do Superagui, litoral norte paranaense, organizada por Carlos Perret Gentil; Assungui (1860), distante de Curitiba mais de 100Km. Fundada com apoio do governo com imigrantes alemães, ingleses, franceses, e outros; Cecília (1883-90), anarquistas italianos. Depois de muitos atritos internos envolvendo os próprios membros que não se adaptavam ao estilo de vida anárquica e de desestruturação advindas da Revolução Federalista, a Colônia se desfaz em 1894.

A terceira fase foi marcada pela fundação de Colônias ao redor de Curitiba. É justamente desta fase que surge a “Categoria Social Burguesia Imigrante.”³¹ Para caracterizar este quadro da presença dos imigrantes nas atividades industriais, Altiva Balhana e Cecília Westphalen elaboraram um estudo sobre os anúncios comerciais publicados no jornal *Dezenove de Dezembro*, relativos às empresas comerciais e industriais. O estudo revela a participação dos anúncios de firmas não-luso-brasileiras que seriam: 25% em 1854-59; para 32% em 1860-69; 36% em 1870-79 e 43% em 1880-89. Entre 1854 e 1889, o total dos anúncios das firmas luso-brasileiras detêm 62,75%, os alemães 20,09%, italianos 6,59%. Franceses 6,74% e outros 3,83%.³²

³⁰ **O Anarquismo da Colônia Cecília**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970, p. 17 e seguintes. Cândido de Mello Neto, ao pesquisar em Arquivos italianos, o que resultou em seu livro *O Anarquismo Experimental de Giovanni Rossi*, não encontrou nenhuma documentação que comprovasse a ligação de Pedro II com Giovanni Rossi. Cf. p. 102 e seguintes

³¹ OLIVEIRA, Ricardo Costa., **O Silêncio dos Vencedores**, 2001, p. 125

³² Demografia e Economia: o Empresariado Paranaense 1828-1829, in: Brasil: História Econômica e Demográfica, p. 251-52. Apud OLIVEIRA, Ricardo Costa., **O Silêncio dos Vencedores**, 2001, p. 125.

Registros da junta Comercial de Curitiba entre os anos 1890-1929 mostram um total de empresas, de acordo com a origem étnica: Brasileiros: 34,7%; Alemães: 32,0%; Italianos: 17,2%; Sírios e Libaneses: 7,8%; Eslavos: 5,6%; Outros: 2,7%.³³

No período da 1ª República, o quadro de controle dos negócios com o capital inicial médio seria: brasileiros controlavam negócios ligados ao capital graças aos estabelecimentos ervateiros, casas de comissões, representações, consignações, seguros e imobiliárias; Alemães tinham participação menor nas novas áreas industriais, como fábricas de tecidos de algodão, lã e meias, fitas e metros, fósforos, tabletes alimentícios, sabão, vidros, celulose e papel, adubos e instrumentos musicais; os italianos controlavam a produção de massas alimentares e fermentos.³⁴

Já o total dos capitais iniciais alimentados pelas empresas comerciais e industriais do Paraná, entre 1890-1929, os brasileiros detinham o controle de 47,0%, os alemães 26,7%, os italianos 12,7%, os sírio-libaneses 6,54%, os eslavos 4,2%, e outros grupos 2,9%.³⁵

Dos dados mostrados aqui, podemos inferir alguns resultados relacionados ao nosso tema. Mesmo tendo uma trajetória de ascensão industrial empreendida por outras origens étnicas, os luso-brasileiros permaneceram com uma participação maior nos setores econômicos mais importantes do Paraná, mormente a área da erva-mate. Essa realidade se manifesta até o final da 1ª República, em 1930.³⁶

Não há dúvidas de que a teoria genealógica defendida por Ricardo Costa de Oliveira sobre o contexto político paranaense traz à baila um leque mais amplo de perspectiva para se entender o alcance de caracteres políticos no Paraná. Assim sendo, um

³³ Ibid, p. 272; Ibid, p. 125-126

³⁴ Ibid, p. 276,282, Ibid, p. 126

³⁵ Ibid, Ibid

setor dominante se hegemoniza ao mesmo tempo em que se plasma a formação do Estado regional. Esta realidade não se estabelece apenas no plano regional, mas se estende no da federação, no qual este setor dominante regional está comprometido com a unidade nacional. Claro está que um segmento social dominante não se configura exclusivamente das mesmas famílias. Há alterações, inclusões de outros grupos familiares como também exclusão de outros, mas o núcleo genealógico permanece, segundo Ricardo Oliveira. A imigração no Paraná não desbancou e nem alterou o pedestal político do setor dominante luso-brasileiro. Ele adquiriu um vigor maior, acrescido pelo fortalecimento industrial sofisticado e diversificado, dando margem ao crescimento do acúmulo de capital, justamente nas mãos do setor político, o mesmo economicamente dominante, desde então uma burguesia industrial sempre em ascensão e constantemente em rodízio no poder.

Outra dimensão de imigração paranaense que redesenhou aspectos sócio-políticos diversificados foi a vinda de Congregações Religiosas Católicas estrangeiras. A entrada das congregações estrangeiras está associada ao movimento de reforma ultramontana. O plano era o de qualificar e preparar um clero que fosse afinado aos propósitos do Papa; entre outros, principalmente em relação à política imigratória, o propósito de cooptar e integrar os imigrantes (no Paraná, essencialmente italianos, alemães e eslavos) à continuidade da formação de princípios cristãos.³⁷ Não se encerra aí tal política imigratória. Era vital para a sobrevivência da Instituição Eclesiástica ajustar a política imigratória sob a égide do imaginário cristão ultramontano, cuja finalidade era tornar a capela, o culto, os sacramentos, o padre em centro da família, da comunidade, da

³⁶ OLIVEIRA, Ricardo Costa., **O Silêncio dos Vencedores**, 2001, p. 126

³⁷ HELLMANN, Gilmar José. **Colégio Paranaense: Esteio do pensamento Católico em Curitiba**. T.C.C. de Filosofia, Curitiba: PUC, 1997, p.16

sociedade. No dizer do próprio Scalabrini, “Comunhão de sentimentos religiosos e patrióticos”,³⁸ confidenciando assim um neocolonialismo sacrossanto.

A reforma ultramontana atinge o Paraná sincronizada a São Paulo, no esteio das reformas de Dom Antônio Joaquim de Mello, mas não com a mesma intensidade e relevância. Uma particularidade que revela como estavam encarnada religião e política é o fato de ser o Barão de Antonina o postulante da vinda dos Capuchinhos para o Paraná, em 1858,³⁹ seguida das irmãs de São José de Chambery, voltadas para a educação da infância e da juventude, em 1858.⁴⁰

Outras congregações também se dirigiram para o Paraná:

- Ordem IIIª de São Francisco das Chagas de Paranaguá (1700);
- Padres Franciscanos: provável 1898, a convite do bispo D. José Camargo de Barros;
- Pia Sociedade dos missionários de São Carlos: a pedido do Pe. Colbachini (1895);
- Padres Lazaristas: 1896; para o corpo docente do Seminário a convite do bispo D. José Camargo de Barros;
- Missionários do Verbo Divino: 1895 – a convite de D. José Camargo de Barros

³⁸ SOUZA, Wlaumir Doniseti. A proposta de Pastoral do Imigrante Italiano Católico na América de Dom João Batista Scalabrini (1887-1905). *Estudos de História*, Franca, vol. 5, n. 1, 1997, p. 47

³⁹ João da Silva Machado, o Barão de Antonina, cujo título fora recebido em 11/09/1843, Barão com grandeza em 13/08/1860. Recebeu o baronato por sua posição durante a Revolta de Sorocaba de 1842, com a tarefa de pacificar os paranaenses, propensos que estavam em aderir aos revolucionários.

Em troca, conseguia a emancipação político-administrativa do Paraná. Grande proprietário rural e negociante de tropas. Mais tarde seria o Primeiro Senador do Paraná.

Acrescente-se que os títulos de nobreza significavam uma mediação entre os grandes proprietários e a Coroa no Segundo Reinado. Não sendo títulos hereditários, significavam uma postura de intermediação política entre as famílias de importantes políticos da Província. Fora também o introdutor dos alemães no Rio Negro, iniciou a colonização estrangeira no Paraná. Pouco antes disso, havia recebido encargos do governo, assim como a conservação da estrada de Viamão por onde transitavam as tropas de mulas, também utilizadas por ele. Sua iniciativa se estendeu à exploração do mate, criando a primeira Sociedade por ações no Paraná, objetivando a defesa do comércio do mate no Rio da Prata; fora tenente-coronel do Regimento de Milícias representante da 5ª Comarca na Assembléia Provincial de São Paulo e comandante da Guarda Nacional. Cf: Dicionário Histórico – Biográfico do Estado do Paraná, p. 273-274. e também OLIVEIRA, Ricardo Costa de. O Silêncio dos Vencedores, 2001, p. 167

As congregações femininas eram:

- Congregação dos Santos Anjos: 1896 – a convite de D. José C. Barros
- Sagrado Coração de Jesus: 1900
- Irmãos da Divina Providência: 1896 este, colégio para filhos de alemães
- Irmãos Franciscanos: 1906
- Notre Dame de Sion: 1906–Para judias, que fechou em 1918 por falta de alunas.⁴¹

A imigração não possuía apenas uma roupagem normativa no que diz respeito à entrada de estrangeiros no Brasil. Por debaixo das aparências corriam acordos diplomáticos e ajustes ideológicos. Era o caso dos imigrantes italianos, os quais, para amenizar o impacto de supostos conflitos políticos internos, deveriam ser, na sua maioria, necessariamente católicos, por conta de sua pastosa passividade, seu espírito de tolerância e obediência à ordem estabelecida. Note-se que este detalhe não impediu a vinda de anarquistas italianos para o Brasil, não apenas por referência à Colônia Cecília, mas também a outros grupos, posto que a Itália, recém-unificada, vivia uma situação explosiva. Tal situação faz eco ao antagonismo visceral entre católicos e liberais que, de tão acentuado, refletia também no Paraná em torno da posição conciliatória de Scalabrini e a postura radicalmente contrária de seu subalterno no Brasil, padre Pedro Colbacchini, superior da missão escalabriniana em Curitiba.

O já tão alvoroçado clima, em Curitiba, aqueceu ainda mais quando o frenesi se estendeu da esfera pessoal para a dimensão comunitária. Colbacchini passou sistematicamente a combater os italianos intelectuais, tanto maçons quanto liberais que defendiam a unificação italiana.

⁴⁰ FEDALTO, Dom Pedro. **A arquidiocese de Curitiba na sua História**, 1958, pp. 226 e 248

⁴¹ Tanto os dados referentes às congregações masculinas quanto às femininas encontram-se presentes em FEDALTO, D. Pedro. **A Arquidiocese de Curitiba na sua História**, 1958, passim.

Quando do lançamento da pedra fundamental do edifício que serviria de sede para a instalação da *Sociedade Giuseppe Garibaldi*, o agente consular Ernesto Guaita rebateu as críticas de Colbacchini, referindo-se a este como “nefasta ave notívaga”.⁴²

Indignados com a ousadia e a perfídia do Cônsul, um grupo de amigos do padre reagiu com preciosismo por sua saída do consulado, produzindo um abaixo-assinado sendo que, dias depois, aparecia um grupo de imigrantes dizendo-se surpresos com suas assinaturas no documento, visto que o haviam assinado sob outro pretexto. Os desdobramentos do caso se sucederam cercados pela indiferença dos filhos ilustres italianos da cidade que, enquanto utilizavam os melhores lugares para seus filhos em escolas regulares, os filhos dos colonos, atados unilateralmente às dificuldades de recursos, sofriam as conseqüências da discrepância capitalista, matizados pelos próprios patricios.

Segregado pelos imigrantes do centro urbano, Colbacchini revelou toda a sua influência ao contribuir para a destituição do Cônsul Ernesto Guaita. Católicos, sim. patriotas, nem tanto.

2.3 VIDA POLÍTICA E PODER DOMINANTE NO PARANÁ IMPÉRIO E REPÚBLICA

Nosso propósito, nesta parte do trabalho, é esclarecer como se constitui o Estado paranaense, qual a natureza do governo que assume este Estado, desde sua emancipação até a República, e como age a parcela nuclear da classe dominante paranaense no e fora do Estado.⁴³ Na seqüência, (cap. 3), delimitamos o problema ao qual

⁴² Gazeta Paranaense, Curitiba, 30/07/1887, N° 168, p. 2. Apud VECHIA, Ariclê. **Italianos x Católicos: A Questão da educação dos imigrantes italianos em Curitiba na década de 1880**. Anais da 20ª Reunião da SBPH, Rio de Janeiro, 2000, p.299.

⁴³ Utilizamos aqui, novamente, como base de nossas reflexões, a obra do Professor Ricardo Costa de Oliveira, **O Silêncio dos Vencedores**, 2001. O autor utiliza as expressões “classe dominante, elite dominante e elite política paranaense” como sendo o núcleo de famílias históricas que constituíram o estado paranaense no período do

amarramos nossa pesquisa. Procuramos mostrar que Pe. Alberto José Gonçalves, através de seu ingresso na carreira política, costurou relações de proximidade e articulou mobilidades de influência junto não só ao Congresso Legislativo paranaense, onde exerceu funções de peso, (Presidente da Mesa), como também a setores da elite social. Por conta disso, conseguiu implantar a Reforma Romanizadora na Igreja paranaense, e carreou a Igreja para o interior desta mesma elite na qual se vinculou, necessidade premente de sobrevivência da Organização no alvorecer da República, esta precocemente envelhecida por artimanhas, matreirices, pedantismos. De resto, com pe. Alberto, a Igreja do Paraná se constitui como parte integrante das fileiras da elite social, cumprindo seu papel de normatizadora do tecido social, por meio da prática pastoral assistencial, sacral e pelo discurso moral ultramontano.

Começamos, portanto, pela formação da classe dominante paranaense. Há, de início, uma peculiaridade: a classe dominante paranaense se forja lentamente, de uma condição de proprietária rural para a condição de proprietária industrial, sendo assim, compondo uma burguesia que se consolida.

No passado colonial, a concessão de sesmarias, por parte da Coroa Portuguesa, para os grandes proprietários, legitima a posse da terra. Essa concessão deveria seguir o critério da importância social dos solicitantes que, por sua vez, eram identificados de imediato às estruturas do poder político colonial local. Muito embora fossem de origem social diversa, "... desde pessoas humildes em Portugal, e que no Brasil tornaram-se aventureiros, comerciantes ou senhores da guerra, até aqueles identificados como

século XVII, XVIII e XIX, da qual sairia a elite política paranaense. É preciso observar que a chamada classe dominante não possuía uma organização coesa e homogênea, ela ainda estava em gestação e se consolida (se é que se dá assim) no início do século XX. Assim assumimos aqui, estas expressões, no sentido de identificar as cerca de 15 famílias que se constituíram historicamente no Paraná como protagonistas do poder do Estado.

elementos oriundos da baixa nobreza e mesmo da grande fidalguia portuguesa”,⁴⁴ firmaram-se politicamente no governo das vilas, no Brasil.

Seguindo as análises de José Murilo de Carvalho, segundo as quais a elite brasileira permaneceu coesa ao absorver seus conflitos internos, sustentou suas diferenças, adaptando-se às mudanças e integrando-se aos moldes de uma continuidade⁴⁵ histórica, vindo daí, a condição necessária para que ela enfrentasse com êxito a função de construir o Estado brasileiro, podemos, então, considerar, no caso, a situação da elite dominante paranaense dentro deste mesmo prisma descrito acima.

A criação da província do Paraná, em 1853, está umbilicalmente associada à ascensão da economia regional ervateira e do tropeirismo. Havia ramificações oriundas de grandes proprietários ligados à mineração e de comerciantes que, em grande parte, formariam, junto a ervateiros e tropeiros, a base histórica da elite política paranaense do século XIX.

É do interior desses segmentos que emerge a burguesia paranaense. Desde a mineração, perpassando pelo comércio de farinha em Paranaguá, até culminar no comércio ervateiro que leva a cabo o processo econômico para a forma industrial mais avançada no final do século XIX. O mesmo século XIX se reveste da transição do “...modo de produção escravista, estruturado em um regime de acumulação com um modo de regulação aristocrático e senhorial, para formas tipicamente burguesas e industriais”.⁴⁶

A classe dominante paranaense, no dizer de Ricardo Costa de Oliveira, sempre esteve decididamente comprometida com a unidade nacional do Brasil e sempre esteve vinculada à realidade dominante nacional.⁴⁷ Isso acontecia por duas razões. Em primeiro

⁴⁴ Ibid, p. 37

⁴⁵ **A Construção da Ordem**, 1996, p. 36

⁴⁶ OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O Silêncio dos Vencedores**, 2001, p. 65

⁴⁷ Ibid. p. 8

lugar, os grupos dos pioneiros do Paraná eram provenientes de famílias remanejadas de São Vicente, da Bahia, Pernambuco e outras regiões. Em segundo lugar, por deliberações partidas da iniciativa do Estado, desde D. João VI, havia a predisposição de uma política para combater prováveis rebeliões, conhecida como política regionalista. Este regionalismo fora a razão contundente da emancipação de várias regiões que se transformaram em Províncias: Pernambuco, Sergipe e o próprio Paraná, este último emancipado em função da sedição de Sorocaba⁴⁸ no princípio do governo de D. Pedro II.

É desta estrutura “geo-institucional”⁴⁹ de Estado que a classe dominante se adapta na Colônia, no Império e na 1ª República. Em outras palavras, as províncias são o lugar da representação política do Estado, as províncias deveriam adaptar suas estruturas institucionais ao sabor das próprias transformações do Estado. É claro, com inovações e continuidades e preservando sua autonomia, negociada com a formatação dos dispositivos eleitorais das Províncias.

O panorama da administração no que toca à presidência da Província do Paraná era o seguinte:

- 09 Presidentes eram provenientes do Rio de Janeiro
- 06 Presidentes eram provenientes da Bahia
- 05 Presidentes eram santistas

⁴⁸ As tropas farroupilhas queriam a adesão do Paraná contra o governo Imperial Centralista. Ao mesmo tempo, a disputa entre liberais e conservadores pela descentralização, acaba gerando um conflito maior. Dessa disputa, os conservadores vencem e em 3 de dezembro de 1841 é implantada a reforma do código de Processo criminal, forçando a perda de certas prerrogativas do poder local (Províncias). O estopim da revolta se acende em 1º de maio de 1842, quando a Assembléia é dissolvida no Rio de Janeiro.

Sorocaba era, na época, uma das regiões mais ativas economicamente devido ao comércio de animais. Havia grandes fortunas pessoais e uma expressiva arrecadação para o tesouro Provincial. Rafael Tobias de Aguiar, ex-presidente da província de São Paulo, fora escolhido como chefe do movimento liberal, apoiado por Feijó.

O baiano Barão de Monte Alegre e mais o Barão de Caxias perceberam a posição geográfica crucial de Curitiba que ficava no meio do caminho entre Rio Grande do Sul e Sorocaba. Caso Curitiba permanecesse fiel às tropas da legalidade, separaria e impediria a junção dos dois inimigos da ordem imperial. Monte Alegre entra em contato com João da Silva Machado, futuro Barão de Antonina, que é enviado à Comarca de Curitiba com o intuito de garantir a legalidade frente à sedição. Foi o que aconteceu. Silva Machado resistiu ao cerco dos

- 05 Presidentes eram mineiros
- 02 Presidentes eram pernambucanos
- 01 Presidente era do Mato Grosso
- 01 Presidente era do Piauí
- 01 Nascido em Coimbra - Portugal
- 11 Presidentes eram do Paraná

Suas funções profissionais nos ajudam a compor um cenário mais completo da classe dominante que participou ativamente da política paranaense: dos 41 presidentes que governaram o Paraná, 32 eram bacharéis, 05 eram comerciantes (destes, todos eram paranaenses), 02 militares, 01 médico, 01 padre (Vicente Pires da Motta, também Bacharel) e 01 funcionário provincial com alto cargo na Guarda Municipal.⁵⁰

farroupilhas e, em troca, recebeu a promessa da emancipação do Paraná que viria em 1853. Cf. OLIVEIRA, Ricardo Costa de. O Silêncio dos Vencedores, 2001, pp. 141-143.

⁴⁹ Ibid, p. 28

⁵⁰ Ibid, p. 207-208. Ver o trabalho de Miriam Dolhnikoff, “O Lugar das Elites Regionais”, Revista Usp, n. 58, p. 116-133, 2003, que se contrasta às posições de Ricardo de Oliveira sobre a centralização do poder imperial em relação às Províncias.



Mapa 01 – ELLIOT, João Henrique. Mappa Chorographico da Província do Paraná – Curitiba: Secretaria de Estado de Cultura e do Esporte, Banco de Desenvolvimento do Paraná, 1981. Reprodução do álbum Desenhos e Planta de porte das Províncias do Paraná e Mato Grosso por João Henrique Elliot de 1845 a 1865. Acervo Coleção Cimitile da Mapoteca do Palácio Itamarati – Ministério das Relações Exteriores.
Estado do Paraná, 1889: divisão administrativa. S. N. T. Reprodução Fotográfica. Acervo – Divisão de Documentos Paranaenses – Biblioteca Pública do Paraná.

Estes membros da elite juntamente a um número significativo de funcionários qualificados (Bacharéis, Médicos, Engenheiros etc) que compuseram os quadros administrativo-burocráticos do Paraná, vindos, na sua maioria, de outras Províncias, iriam administrar o aparelho de Estado paranaense. Da mesma maneira que ocorreu em várias Províncias uma transferência de setores da elite proprietária rural para funções no aparelho de Estado, sucedeu também assim no Paraná.

Os presidentes da Província paranaense foram esses:

- João José Pedrosa: Nascido em 1845 em Curitiba, Bacharel em Direito por São Paulo em 1865. Deputado provincial no Paraná em 1867, vereador em 1874 e Presidente da Câmara Municipal de Curitiba. Presidente da Província de Mato

Grosso em 1878 e Presidente da Província do Paraná em 1880. Ainda em 1882 foi Presidente da Província do Pará, onde faleceu.⁵¹

- Joaquim de Almeida Faria Sobrinho: Nasceu na Lapa - PR em 1847. Bacharel em Direito por São Paulo em 1868. Membro do Partido Conservador. Faleceu em 1893. Patrono da Academia Paranaense de Letras.⁵²
- Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá: Chefe do Partido Liberal do Paraná. Nasceu em Palmeira em 1827. Bacharel formado em Coimbra. Patrono da Academia Paranaense de Letras; ascendeu à Presidência da Província pouco antes da Proclamação da República, durante a qual foi sucedido pelo Coronel Francisco José Cardoso Júnior. Foi sucedido também, no Partido Liberal, por Generoso Marques dos Santos que constituiu a União Republicana do Paraná. Recebeu o título de Conselheiro do Imperador.⁵³
- Manoel Antônio Ferreira (ou seria Pereira?), foi grande proprietário ervateiro em Curitiba.⁵⁴
- Manoel Alves de Araújo: Bacharel, nascido em Morretes - PR em 1836. foi deputado geral e Provincial em várias legislaturas. Foi ministro da Agricultura, comércio e obras Públicas no gabinete Martinho de Campos. Recebeu o título de Conselheiro e a Comenda da Rosa. Membro do Partido Liberal, fundou e dirigiu o jornal *O Paraná*⁵⁵
- Manoel Antônio Guimarães: Barão e Visconde de Nácar. Nasceu em Paranaguá (1813-1893). Um dos maiores comerciantes exportadores de erva-mate e proprietário da maior casa importadora de Paranaguá. Prestigioso chefe do Partido

⁵¹ NEGRÃO, Francisco. **Genealogia Paranaense**, vol. 1, p. 586 e vol 6 pp. 75-201 In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de. *O Silêncio dos Vencedores*, 2001, pp. 208-209

⁵² OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O Silêncio dos Vencedores**, 2001, p. 208

⁵³ **Dicionário Histórico biográfico do Estado do Paraná**, 1991, pp. 422-423

⁵⁴ OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O Silêncio dos Vencedores**, 2001, p. 209

⁵⁵ **Dicionário Histórico biográfico do Estado do Paraná**, 1991, p. 25

Conservador entre os anos de 1850 e 1889, assumiu a vice-presidência por duas vezes (1873-77), Camarista, Presidente da Câmara Municipal, Delegado de Polícia, Comandante Superior da Guarda Nacional. Recebeu o hábito da Ordem de Cristo; dignatário e Comendador da Ordem da Rosa e Cavaleiro da Imperial Ordem do Cruzeiro. Hospedou em seu Palácio, em Paranaguá, o Imperador D. Pedro II, em 1880.⁵⁶

- Antônio Alves de Araújo: grande engenheiro de mate. Comendador. Faleceu em Palmeira-PR – 1888⁵⁷
- Agostinho Ermelino de Leão: Bacharel⁵⁸ e Juiz em Curitiba, 1886. Foi Vice-Presidente da Província do Paraná
- Antônio Ricardo dos Santos: Ervateiro, membro do Partido Conservador (1819-1888).⁵⁹ Primeiro Vice Presidente da Província em 1887-88, dignatário da Ordem da Rosa⁶⁰
- Ildelfonso Pereira Correia: Barão do Serro Azul. Grande negociante, ervateiro (1849-1894). Foi contemporâneo de padre Alberto na Assembléia Constituinte e na Legislatura de 1892-93.⁶¹ Foi fuzilado a 20 de maio de 1894 no famoso Km 65 da Estrada de Ferro Paranaguá – Curitiba pelos Legalistas, acusado de ser colaboracionista com os Federalistas. No decênio de 1880 foi o maior exportador de erva-mate do Paraná. Além dos engenhos, montou serraria a vapor em Piraquara. Fundou a Imprensa Paranaense. Foi um dos fundadores do Club Curitibano (1882) e da Associação Comercial do Paraná (1890). Em 1881 recebeu a Comenda da Ordem da Rosa e em 1888 o título de Barão. Membro do Partido

⁵⁶ **Dicionário Histórico Biográfico do Estado do Paraná**, 1991, p. 205

⁵⁷ NICOLAS, Maria. **Cem Anos de Vida Parlamentar**, 1954 p. 75

⁵⁸ OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O Silêncio dos Vencedores**, 2001, p. 111

⁵⁹ OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O Silêncio dos Vencedores**, 2001, p. 209

⁶⁰ NICOLAS, Maria. **Cem Anos de Vida Parlamentar**, 1954, p. 81

⁶¹ PARANÁ. Congresso Legislativo do Estado. Anais 1892-1894, p. 6

Conservador, Presidente da Câmara Municipal de Curitiba e deputado. Foi Vice-Presidente da Província.⁶² Fundou as Revistas *O Anzol*, *A Máscara*, *O Ferrão*, *O Jazz*⁶³ Ajudou fundar a Sociedade José Garibaldi de Beneficência.⁶⁴ Foi Presidente das Sociedades de Imigração no Paraná.⁶⁵

- Joaquim José Alves: Nasceu em Antonina – PR, Comendador da Ordem da Rosa, Ervateiro, Tenente-Coronel da Guarda Nacional.⁶⁶

Diante deste quadro dos Presidentes e Vices da Província do Paraná, nota-se que houve o predomínio de três categorias fundamentais atuando na política institucional: os Bacharéis, os ervateiros, os militares.

Um elemento que se soma às análises das concepções, da instrumentalização e assimilação do aparelho de Estado por parte destes setores da classe dominante, é o dado agregador que os fortaleceu e lhes deu aceitabilidade e legitimidade frente à sociedade como um todo, quer seja: a fundação de entidades, clubes, instituições variadas, associações, sociedades, e o redimensionamento de outras, como foi o caso, mais especificamente, da Igreja Católica, objeto de nossa pesquisa mais diretamente relacionada ao pe. Alberto José Gonçalves.

Essas instituições se desenvolveram independentemente dos Partidos Políticos existentes no Paraná, porém com uma independência relativa, visto que boa parte de seus líderes também era a fração maior da cúpula dos Partidos. O Barão de Serro Azul fora um exemplo típico desta realidade. Membro do Partido Conservador, fora fundador da junta comercial e ajudou fundar outras instituições.

⁶² **Dicionário Histórico Biográfico do Estado do Paraná**, 1991, p. 101

⁶³ *Ibid*, p. 73

⁶⁴ *Ibid* p. 472

⁶⁵ *Ibid* p. 475-476

⁶⁶ OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O Silêncio dos Vencedores**, 2001, p. 209

Se, de um lado, essas instituições serviam para democratizar a sociedade, por outro, contribuía para obnubilar os limites estabelecidos entre o mundo público do Estado e o mundo privado dos negócios de empresas e até, muitas vezes, de famílias. É o que se deduz dos dois casos que citamos a partir de agora. Ao ser fundada a Confederação Abolicionista, tendo como fim a “redenção dos escravos da província”,⁶⁷ aglutinava-se a maior parte possível das Associações da Capital (Curitiba) que reivindicava a liberdade dos negros, justamente aquelas entidades cujos mesmos cidadãos proprietários de terras, também eram proprietários principalmente de escravos. Compunha-se a Confederação Abolicionista da Associação Protetora dos Artistas, Clube Curitibano, Clube Republicano, Beneficência Italiana, Nibilistas do Averno, Clube Dr. Pedrosa, Grêmio Clarimundo Rocha, incorporados, naquele evento, ao Clube Militar.

O outro caso foi o narrado na *Gazeta Paranaense* sobre as festas que o clube Curitibano faria realizar no sábado. A nota informativa destacava em segundo plano a “... conferência do distinto vigário desta paróquia, padre Alberto José Gonçalves”, que falaria antes do baile. Destacava ainda a importância cada vez maior do *Club Curitibano*, cujo objetivo seria “... o alevantado ideal das sociedades modernas: o desenvolvimento intelectual aliado a agradáveis e úteis passatempos”.⁶⁸

Numa inspiração súbita de apologia, a Diretoria tecia comentários sobre a “*Venturosa prosperidade do Club Curitibano*”⁶⁹ e concluía com uma garbosa e requintada expressão francesa: “*o club está se tornando uma sociedade comme il faui!*” (Sic).⁷⁰ A julgar pela sociedade que o cercava, composta basicamente de colonos pobres, de negros recém-libertos, mas miseráveis, e de indígenas expropriados, o Clube Curitibano era, sem dúvida, a imagem da conveniência dos que se locupletavam.

⁶⁷ “Confederação Abolicionista,” **A República**, Curitiba, 03/abr/1888, nº 14, p. 3

⁶⁸ “Club Curitibano,” **Gazeta Paranaense**, Curitiba, 17/abr/1889, n. 87 p. 2

⁶⁹ Ibid

Na semana seguinte, o jornal *Gazeta Paranaense*, de 23 de Abril de 1889, mostrava partes importantes da conferência de padre Alberto no Clube Curitibano. O orador oficial do clube, o Doutor e General Ismael da Rocha, (que mais tarde se tornaria cunhado de Pe. Alberto) apresentara o distinto amigo. Segundo o editor do jornal, dissera o Doutor Ismael que a apresentação do ilustre padre seria supérflua, pois ele era filho da Província que se orgulhava do seu talento e de sua ilustração, “*occupando aqui uma posição elevada e respeitável, estimado por todos e possuindo um caráter de rija tempera*”.⁷¹

O tema discorrido na conferência foi o da influência do progresso na evolução das sociedades. Segundo o redator do jornal, apesar da noite chuvosa não impedir o comparecimento de um grande número de pessoas, o padre afirmava que o progresso científico e material do século:

Nem sempre é compensado por iguais benefícios na educação social dos povos, na parte moral propriamente dita. O mundo vive corroído por um grande mal social (que o redator classifica de ‘devastadora anarchia social’) que é a descrença implantada não tanto pelos grandes homens da Sciencia, pelos sábios da época, mas por esses espíritos pouco cultivados, que possuem apenas o que se pode chamar de meia Sciencia, e que já se consideram autoridades Científicas, procurando destruir tudo para insinuar no animo dos povos a desillusão e a duvida.⁷²

Apoiado nos ensinamentos de Leão XIII e induzido pelo clima eleitoral que se avizinhava em agosto daquele ano, quando se realizariam aquelas que seriam as últimas eleições do período monárquico por conta do golpe militar republicano, Pe. Alberto defendia a retidão ética, tarefa exclusiva da Igreja, segundo a qual a sociedade seria regida

⁷⁰ Ibid

⁷¹ “Conferência,” *Gazeta Paranaense*, Curitiba, 23/abr/1889, n. 89, p. 2

⁷² Ibid. p. 2 *O Club Curitibano* foi fundado em 1882, em Curitiba por Romão Branco e Ildefonso Pereira Correia (Barão do Serro Azul) que também foi, este último, seu 1º Presidente. O Clube era o centro em torno do qual se reunia uma elite da intelectualidade e, principalmente, a nata da burguesia ervateira industrial. Promovia festas, jantares, bailes, eventos diversos. Acrescente-se que o clube não só se projetava em eventuais questões políticas como também se engajava nos assuntos do interesse de seus associados, principalmente quando estes interesses eram exclusivamente políticos, como era o caso dos de Pe. Alberto. É preciso lembrar que, após a criação da revista do Clube Curitibano, da qual Pe. Alberto fora um de seus redatores, o Clube tomou notoriedade indiscutível na sociedade paranaense. Cf.: **Dicionário Histórico-biográfico do Estado do Paraná**, 1991, pp. 81-82

pela ordem natural das coisas. Sendo assim, tudo o que viesse contribuir para ser contenda, oposição, desavença, discórdia, enfim, dúvida sobre esta ordem, deveria ser extirpado da sociedade.

Sob a emoção de uma platéia atávica e orgulhosa de seu ilustre filho, pe. Alberto vislumbra a possibilidade de convencê-la da importância moral de seu discurso.⁷³

Poucos meses mais tarde, um informe fora publicado no jornal *Dezenove de Dezembro*⁷⁴ por um senhor de nome Militão José da Costa, datado em 27 de Julho de 1889. Neste, consta um abaixo-assinado em favor de uma família pobre cuja mãe se achava gravemente enferma. A contribuição à família teria rendido a soma de 29\$000 (Vinte e nove mil réis). Pe. Alberto José Gonçalves encabeçava a lista dos que haviam contribuído, seguido de outros que, por coincidência, eram candidatos às eleições do mês seguinte.⁷⁵

Outra instituição que deu projeção política considerável a pe. Alberto foi sua presença marcante e sempre polêmica no sistema educacional paranaense. Lecionou em vários colégios de Curitiba. Em 1890 foi nomeado Superintendente Geral do Ensino Público,⁷⁶ substituindo o amigo e braço direito no Partido Republicano, Vicente Machado, de pronto, a maior expressão do caciquismo político do Paraná entre 1890 e 1907, ano de seu falecimento.

Haurindo de seu espírito de galhardia ultramontana a imagem impecável de um caráter aparentemente irretorquível de sacerdote, pe. Alberto soube, com maestria,

⁷³ As últimas eleições do Regime Monárquico se realizariam em 31 de agosto de 1889 – Cf. “Eleições” no jornal **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, 30/jul/1889, nº 77, p. 3. Sobre o tema das eleições e a vida parlamentar de Pe. Alberto, faremos uma exploração mais detida na 3ª parte deste trabalho.

⁷⁴ “Ineditorial,” **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, 30/jul/1889, nº 77, p. 3

⁷⁵ Outros nomes que constavam da lista eram: José Fernandes Loureiro: Grande Comerciante de Curitiba, banqueiro e que seria, um pouco mais tarde, irmão do cunhado e sócio de P. Alberto em ações da Cia de Bondes Ferro-Carril; Henrique Henning: mestre de obras construtor da Catedral de Curitiba. Tivera desavenças com Pe. Alberto em torno da forma arquitetônica da catedral e dos salários não pagos pelo padre; Agostinho Leandro: Criador do 1º Jornal Operário de Curitiba. Foi contemporâneo de Pe. Alberto no Congresso Legislativo de 1892-93. Era Mulato; Menezes Dória: médico, jornalista, inimigo político declarado de Pe. Alberto, também eleito Deputado Provincial e candidato vencedor do pleito de 1889.

construir um leque de relações amplas dentro do espectro da elite social, capaz de o afiançar como o centro de referência religiosa que pautava a fé e a etiqueta social da burguesia paranaense.

Finalmente, monarquista ontológico ligado ao Partido Conservador, ao qual fora filiado desde o início de sua volta para Curitiba em 1888, pe. Alberto acompanhou a súbita derrocada das fileiras conservadoras e se coadunou ao Partido Republicano mais por uma necessidade de sobrevivência política do que por convicções ideológico-partidárias.

Segundo Ricardo Costa de Oliveira, os dois partidos tradicionais do Paraná acompanhavam *pari passu* as diretrizes nacionais.⁷⁷ No Partido Conservador se encontravam arregimentados os ervateiros ligados à exportação e ao comércio externo. No Partido Liberal, os tropeiros dos campos do interior ligados à economia do mercado interno. Os grandes proprietários se dividiam entre os dois Partidos. Os grandes proprietários do litoral se vinculavam ao Partido Conservador, enquanto que os proprietários dos Campos Gerais estavam ligados ao Partido Liberal.

As eleições do Paraná transcorriam dentro do mesmo padrão eleitoral ao equivalente revezamento partidário nacional. Em plena conciliação, houve o predomínio do Partido Conservador, em 1853. Cerca de 10 anos mais tarde, em 1862, houve o predomínio dos Liberais e Progressistas. Em 1868, o retorno dos Conservadores até 1878, quando houve mais um período Liberal que se prolongou até 1885. Os Conservadores ficariam desta data até junho de 1889, período ao qual os Liberais vencedores das eleições seriam afastados com o golpe Republicano.

A julgar pela visão das inúmeras obras históricas que retratam o período imperial do Paraná, não houve conflitos de maior proporção entre as duas principais

⁷⁶ STRAUBE, Ernani Costa. **Do Liceo de Curitiba ao Colégio Estadual do Paraná**, Curitiba: Fundepar, 1993, p. 129.

facções do segmento dominante do Paraná, reproduzidas nos dois Partidos Imperiais, os quais conviviam politicamente, mantendo uma rotatividade no poder. A revolução federalista pode ser apontada como um conflito grave,⁷⁸ mas um conflito exclusivamente voltado para readaptações e realojamentos de setores liberais do Rio Grande do Sul, inconformados com a nova estrutura unipartidária republicana que impedia a rotatividade entre os Partidos Imperiais.

Quanto ao Partido Republicano do Paraná, a primeira manifestação que se conhece sobre a adesão de um paranaense às causas republicanas foi a de Ubaldino do Amaral Fontoura,⁷⁹ em 1871, e de Emígdio Westphalen (1847-1927).

Em dezembro de 1888 ocorreu um fato inusitado que deu uma guinada completa nos meios políticos do Paraná: a adesão do deputado Vicente Machado⁸⁰ ao Partido Republicano.

Vicente Machado (1860-1907) é imprescindível para o nosso estudo sobre a vida política de pe. Alberto. Ele foi a ponte através da qual pe. Alberto aprendeu os macetes políticos da vida parlamentar. Vicente Machado da Silva Lima era bacharel formado pela Faculdade de Direito de São Paulo (1881). Contemporâneo de Silva Jardim, Júlio de Castilho, Júlio de Mesquita e Assis Brasil. Abolicionista, foi um dos diretores do jornal “A República” junto com Pedro Lessa e Júlio de Mesquita. Em Curitiba, exerceu os

⁷⁷ **O Silêncio dos Vencedores**, 2001, p. 170

⁷⁸ *Ibid* p. 171

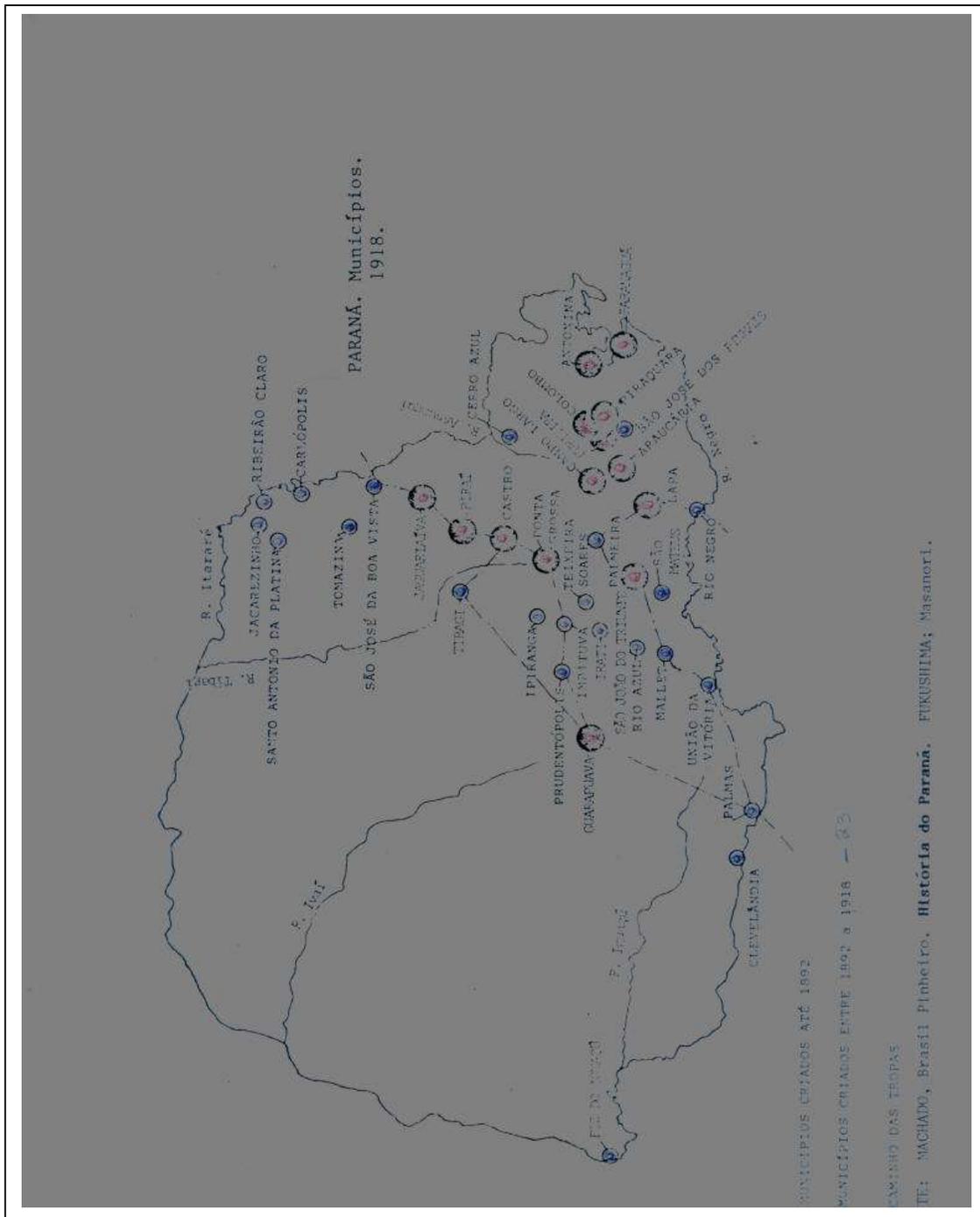
⁷⁹ MARTINS, Romário. **História do Paraná**, Curitiba: Plácida e Silva & Cia, 1937, p. 319. Ubaldino Amaral: Nasceu na Lapa - PR (1842-1920). Bacharel, em 1867, pela Faculdade de Direito de São Paulo, onde foi contemporâneo de Fagundes Varela, Lins de Vasconcelos e José Maria da Silva Paranhos. E. Westphalen: Trabalhou no Rio de Janeiro na banca do Conselheiro. Zacarias de Góes e Vasconcelos. Teria participado como membro da Comissão de redação do Manifesto Republicano de 1870. De volta à Lapa, exerceu os cargos de Promotor, Inspetor da Instrução e variados. Foi Deputado pelo Partido Liberal (1884-89). Vereador e Presidente da Câmara Municipal de Curitiba. Em 1890-91 foi chefe de Polícia do Estado. Juntamente com Generoso Marques dos Santos, foi um dos organizadores da União Republicana do Paraná, em oposição ao Partido Republicano Federal, liderado por Vicente Machado. Colaborador do Jornal “A Federação,” teria participado da suposta conspiração de Junho de 1893 que pretendia depor Vicente Machado da Presidência do Estado, este último ocupando o lugar de Xavier da Silva, em face do licenciamento pouco esclarecido deste. Cf.: Dicionário Histórico-biográfico do Estado do Paraná, pp. 555-556

cargos de Promotor Público, lecionou Filosofia no Instituto Paranaense, foi Juiz municipal e de órfãos de Ponta Grossa - PR. Ingressou na política como deputado provincial no biênio 1886-87, pelo Partido Liberal. Em 1888 torna-se republicano. Um pouco mais tarde, os conservadores, dentre eles pe. Alberto, juntamente com os Republicanos Históricos, agrupam-se ao lado de Vicente Machado, formando o Partido Republicano Federal. Foi ainda chefe de Polícia e deputado do Congresso Legislativo e Constituinte do Paraná. Senador de 1895 até 1903, juntamente com Pe. Alberto.

Com Vicente Machado o movimento republicano tomou corpo no Paraná ao ponto de levar de roldão membros de variadas composições ideológicas, integrando seus quadros desde militares, médicos, advogados, até espíritas⁸¹ e padres. O movimento Republicano adquire força não sem criticar o regime monarquista. Acompanhado da comemoração do 1º Centenário da Revolução Francesa, símbolo do despontar da liberdade e igualdade dos povos ultrajados pelo despotismo monárquico, o jornalista Nestor de Castro⁸² ataca indireta mas veementemente a monarquia brasileira, o clericalismo e outras representações do antigo regime, sinal de atraso e decadência da civilização.

⁸⁰ MARTINS, Romário. **História do Paraná**, 1937, p. 320

⁸¹ cf. **Memória da Federação Espírita do Paraná no seu centenário**, Curitiba: Comemorativa, 2002, p. 3. No caso citado, o Republicano espírita seria Sebastião Paraná. O padre fica por conta dele, Pe. Alberto.



Mapa 02 – Municípios do Paraná em 1918.

Apud Santana, Ana Lúcia Jansen de Mello de. *Tributação versus Constitucionalidade. Um estudo de caso no Paraná – 1892 – 1918 – Mestrado em História UFPr – Curitiba, 1988.*

⁸² Galeria Ilustrada, Curitiba, 20/fev/1889, citado por Cecília Maria Westphalen, *A Recepção da Revolução Francesa no Paraná. Do combate à adesão* In: WESTPHALEN, Cecília, Balhana, Altiava. **Revoluções e**

Quando explode o golpe do 15 de Novembro, o Paraná era governado pelo liberal Jesuíno Marcondes que já exercera a Vice-Presidência da Província por quatro vezes. Era de tranqüilidade o clima no Paraná em Novembro de 1889. O movimento Republicano no Paraná “... não tinha expressão, nem qualquer influência maior na situação política provincial”.⁸³

Nos anos de 1880 há uma estruturação maior do Partido com a criação dos jornais “Livre Paraná”, dirigido por Fernando Simas e Guilherme Leite (1883) e “A República”, de Eduardo Mendes Gonçalves e Joaquim Antônio da Silva, em 1886. Em 1885 e 87 foram fundados os clubes Republicanos de Curitiba e Paranaguá.

Nas eleições de 1889, à Assembléia Provincial, o Partido Republicano não tem êxito. Vicente Machado, já seu líder, apenas consegue minguados 24 votos dos 918 eleitores do 2º Distrito. Pe. Alberto tem, no 1º Distrito, que abrange Curitiba e o litoral, 400 votos, ficando em 12º lugar, pelo Partido Conservador.⁸⁴ Comparativamente, o líder liberal Generoso Marques dos Santos, pelo 2º distrito, obteve 559 votos.

No dizer de Cecília Westphalen, “a República se fez no Paraná sem qualquer resistência ou incidentes, como se fora apenas mais uma troca de ministério, com a inevitável derrubada dos políticos da eventual situação”.⁸⁵ De resto, o Republicano Rocha Pombo observava, logo após a Proclamação da República: ‘Basta notar o açodamento com que o o Partido Conservador, quase em peso, que estava na ocasião fora do poder, acudira, em 1889, à ordem: República’.⁸⁶

Em 16 de novembro de 1889, um dia depois do golpe militar, o Presidente Jesuíno Marcondes e o comandante da Brigada Militar, Coronel Francisco José Cardoso Jr.,

Conferências, Curitiba: SBPH, 1989, pp. 39-40

⁸³ WESTPHALEN, Cecília Maria. **A República no Paraná**, *ibid*, p. 48

⁸⁴ “Eleições Provinciais,” “**Dezenove de Novembro**,” 21/set/1889, nº 121, p. 2

⁸⁵ A República no Paraná. In: *Revoluções e conferências*, Curitiba: SBPH, 1989, p. 48

se reúnem para prevenir reações à ordem na Província. No dia 17, segundo o Jornal “Dezenove de Dezembro”, de 18 de novembro, os membros principais do governo provincial reuniram-se sob a liderança do Presidente Jesuíno Marcondes no Clube dos Girondinos juntamente com outras lideranças conservadoras para expressarem um termo de adesão ao novo governo. Segundo as palavras do redator do Jornal:

“... ante os acontecimentos que acabam de dar-se no paiz e que tiveram por immediata consequencia a eliminação do regimen monarchico e a retirada da familia imperial, julgou acertado que o partido liberal da provincia tomasse logo a attitude que o patriotismo impõe a todos os brasileiros, nas emergencias actuais. Neste sentido, S. Ex. entendeu que os membros dos velhos partidos nada mais cumpria sinão aceitar os factos consummados, ter toda calma e prudência de modo a prestar cada qual o seu concurso á patria para a construção do novo regimen. Assim que S. Ex. Julgou do seu dever, pensando interpretar os sentimentos geraes dos seus adherentes políticos, endereçar ao chefe do governo provisório uma mensagem de adhesão; e para esse seu procedimento pedia a aprovação dos cidadãos presentes...”⁸⁷

Era este o telegrama de Jesuíno Marcondes ao Presidente do governo provisório:

‘General Deodoro, presidente do governo provisório. – Rio – Hontem dei por finda minha missão, em vista telegramma de V. Ex. ao commandante brigada, encarregando-o manutenção ordem. Partido Liberal Paraná adhère factos consumados e servirá nossa Pátria com governo provisório. – J. Marcandos – Curityba, 17 de Novembro de 1889’.⁸⁸

Na mesma noite do dia 17 de novembro, chegava um telegrama do chefe do governo provisório “... recomendando ao Coronel Francisco Cardoso Junior...”⁸⁹ que assumisse o governo do Estado do Paraná.

Entretanto, o governo permaneceria instável.

⁸⁶ POMBO, José da Rocha. **História do Brasil**, vol. X, p. 11. Apud: WESTPHALEN, Cecília M e BALHANA, Altiva, **Revoluções e Conferências**, Curitiba: SBPH, 1989, p. 49

⁸⁷ “Reunião Política”, nº 169, p. 2

⁸⁸ Id

⁸⁹ Ibid

O ano de 1890 teria no governo, além de Cardoso Junior, José Marques Guimarães, Américo lobo Leite Pereira, Inocêncio Serzedelo Correia, José Cerqueira de Aguiar Lima. Todos, lideranças comandadas diretamente pelo governo provisório do Rio de Janeiro.

No decorrer dos anos do decênio 1890, Vicente Machado e Generoso Marques dos Santos iriam dividir as forças políticas do Paraná; o primeiro, vestindo as cores do Partido Republicano que agrupava também os conservadores; o segundo, que herdava a liderança de Jesuíno Marcondes, dirigindo os liberais com a união republicana.

Na primeira eleição com a união republicana presidida pelo governador José Cerqueira de Aguiar Lima, os liberais, com Generoso Marques à frente, foram os vencedores, graças à influência de Emigdhio Westphalen, próximo do governador. Em termos de lisura, as eleições republicanas não deveram nada às eleições do período anterior, sempre, contornadas com pressões políticas, em 10 de abril de 1891.

Em 29 de Novembro de 1891, Deodoro já fora do governo, Generoso Marques e Silveira da Mota são depostos pela guarnição militar de Curitiba que se aglutinou ao lado de Vicente Machado. Forma-se uma junta governativa provisória que realizou novas eleições para o novo Congresso Estadual Constituinte. Este elaborou a nova constituição de 7 de abril de 1892, lei esta que organizaria o Estado do Paraná e dar-lhe-ia as estruturas que teriam vigência até a Revolução de 1930.⁹⁰

Enquanto isso, no Rio Grande do Sul, a situação fervilhava. A Revolução Federalista irrompe com a tentativa de contragolpe do grupo Castilhistas. Uma vez no poder, Floriano se posiciona a favor de Castilhos por entender que Silveira Martins, líder federativo, tomaria partido oposto ao seu governo. A contenda entre Federalistas e Castilhistas se resumia

⁹⁰ WESTPHALEN, Cecília Maria. A República no Paraná; In: Westphalen, Cecília Maria e Balhana, Altiva, **Revoluções e Conferências**, Curitiba: SBPH, 1989, p. 50

ao presidencialismo centralizador e despótico dos Castilhistas impregnados de puro comtismo.

Em 20 de janeiro de 1894, o médico e ex-deputado liberal João Menezes Dória passa a chefiar o governo revolucionário provisório. Vicente Machado, então governador constituído, deixara Curitiba dois dias antes. Ildefonso Pereira Correia, o Barão do Serro Azul, formara uma comissão de homens do comércio, presidida por ele próprio, para garantir a ordem na cidade, o que fora interpretado pelo grupo de Vicente Machado como traição. Os Federalistas exigiram a criação de uma nova comissão para arrecadar fundos de guerra para os revolucionários. Sem que a história do Paraná tenha esclarecido de pronto o fato, sabe-se que, logo após o fim da ocupação federalista e a volta da legalidade, o Barão do Serro Azul e outros foram fuzilados no Km 65 da ferrovia de Curitiba a Paranaguá. Já no Senado, em 1896, o fato viria à baila como parte da pauta de debate do Senador Costa Azevedo que havia requerido do governo cópias das correspondências sobre o fuzilamento.⁹¹

Vicente Machado, na mesma sessão, tenta se defender, achando que tais telegramas o responsabilizariam pelos fuzilamentos. Até aquela data, o fato do fuzilamento não havia sido reconhecido como *oficialmente*⁹² existente. Nesta mesma sessão do senado, o 2º secretário, pe. Alberto, exercia interinamente a vice-presidência. Um dos telegramas dizia:

2º Documento Judicial ‘Publica Fôrma – termo de verificação e inumação – Aos 25 dias do mez de maio de 1894, nesta vila de Piraguara... deparou-se a esquerda com um ‘monte de cadáveres’ que foram reconhecidos discintamente pelos do Barão do Serro Azul, Presciliano da Silva Corrêa, José Lourenço Schleder, José Joaquim Ferreira de Moura, Balbino Carneiro de Mendonça...’
Curityba, 21 de janeiro de 1895 – O Procurador Conrado E. Erickssen.⁹³

Outro acontecimento que antecedeu a Revolução Federalista e determinou a trajetória de ações de uma nova composição política no Congresso Paranaense e a gestação de

⁹¹ AZEVEDO, Costa Senador. Senado Federal, Congresso Nacional, **Anais...** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896, vol. 2, 43ª sessão de 8/jul/1896, p. 256 e seguintes

⁹² Ibid, Grifo do Senado, p. 266

lideranças que, apesar de serem novas, não traziam expectativas no jogo estrutural do poder, foi a eleição que escolheu os deputados e constituintes para a legislatura de 1892 – 1894. Esse fato é importante principalmente porque grande parte dos eleitos permaneceria por vários mandatos à frente do Congresso Estadual, bem como constituiria a elite política mais atuante entre 1889 e 1930. Além do mais, este mesmo Congresso colocou em vigor uma Carta Constitucional de valor altamente liberal, tributarista e centralizador. Centralizador, porque o poder central da República mantinha dispositivos capazes de reter e limitar a autonomia regional, e, de outro lado, centralizador, porque estabelecia um desequilíbrio entre os três poderes no Estado, pendendo ao executivo uma independência que ultrapassava as normas práticas da Constituição. Tributarista, pois ao mesmo tempo em que garantia a equidade da repartição fiscal entre União, Estados e Municípios, preservava também privilégios de alocação de recursos ao governo central. Liberal, de vez que o Estado deveria ser construído, lapidado e posto acima da sociedade, numa palavra, fundar “a liberdade do Estado”,⁹⁴ em que todas as instâncias deveriam estar sujeitas.

O que configura estas três dimensões, isto é, o centralismo, o tributarismo e o liberalismo é a atitude de Vicente Machado de se utilizar dos poderes especiais atribuídos ao executivo pelo próprio legislativo, através dos quais o governador destituiu os membros do poder judiciário que supostamente teriam se omitido ao não resguardar a ordem legal durante a invasão federalista. Esta postura servia como pretexto para conformar, nos anos seguintes, o Estado Constitucional aos interesses do grupo Vicentino. Apesar do extremo radicalismo, sobrava espaço para concessões a uma velha conhecida instituição colaboradora do Estado: a Igreja Católica. Vejamos como se compôs a Igreja no Paraná do século XIX.

⁹³ Ibid, p. 259

⁹⁴ ROMANO, Roberto. **Brasil: Igreja contra Estado**, 1979, p. 99

2.4 A IGREJA CATÓLICA NO PARANÁ

A chegada dos padres católicos ao Paraná se deu por volta de 1738⁹⁵, com os jesuítas assumindo a catequese dos índios. A comunidade de Paranaguá conseguiu trazer os jesuítas, não sem o ônus de uma longa espera e entre muitos embustes, mal-entendidos, barreiras interpostas pela Coroa sobre supostos interesses materiais dos padres.

É do ano de 1682 a petição da Câmara da Vila de Paranaguá ao Superior Geral da Companhia de Jesus para a vinda dos padres com vistas à introdução e educação dos filhos dos moradores. Tal pedido se repetiria em 1685 e 1690, quando, unido à representação do povo, a Câmara solicitara a vinda de seis (6) padres, acrescido da promessa da construção de sua residência e de um colégio, bem como dinheiro para a aquisição de escravos e terras. Tudo isso às custas dos moradores de Paranaguá. Em troca, os padres dariam aula de ensino Primário, Latim e instrução dos dogmas católicos à mocidade. Em 1699, o Provincial da Companhia de Jesus chegou a mandar a Paranaguá religiosos que receberam da Câmara seis (6) escrituras de doação. Em agosto de 1704, a Câmara prometia doação de bens necessários para a fundação de um convento e, por parte de Antônio Morato⁹⁶, os bens e alfaias da Capela de Nossa Senhora das Mercês, cabeças de gado Vacum, a metade da ilha da Cotinga e todas as terras do Varadouro.

Ainda em 2 de maio de 1707, a Câmara fazia a doação de sete mil cruzados para a edificação da igreja, mais dois currais e 400 cabeças de gado para a Cõngrua, bem como de terras para o pastoreio e plantações.⁹⁷

Houve dificuldades não só para a implantação do colégio, mas também para autorização do Governo Colonial de liberar a vinda dos padres jesuítas. O Rei, em 1735, havia

⁹⁵ FEDALTO, Pedro. **A Arquidiocese de Curitiba na sua História**, 1958, p.13.

⁹⁶ Antônio Morato, filho do Provedor Manoel de Lemos Conde que manteve demanda possessória contra a Câmara de Paranaguá sobre a Ilha da Cotinga. Antônio Morato seria herdeiro da Ilha da Cotinga. Cf WESTPHALEN, C. M. et ali, **História do Paraná**, Curitiba: Grafipar, 1969, p.67.

pedido informações ao Ouvidor-Geral da Comarca de Paranaguá acerca de onde poderia sair o dinheiro para o provimento tanto da construção do colégio quanto do sustento dos padres.

Ao que tudo indica, o governo português passou a agir com rigor desmedido sobre as exatas posses dos jesuítas antes de lhes conceder licença real. É o que se conclui da manifestação do Conselho Ultramarino que, através do Procurador da Coroa, condicionava a licença à proibição dos padres de comprar novas terras.⁹⁸

Finalmente, em 1738, o Secretário do Conselho Ultramarino, Manuel Caetano Lopes do Lavre, concedia a permissão da licença aos padres jesuítas para fundarem um colégio em Paranaguá e pagar o que de direito deviam ao Governo Real. Depois de 56 anos de espera e de enormes gastos, a Vila de Paranaguá acabou vendo seus planos fracassarem devido à expulsão dos padres, em 1759. Quanto ao colégio, ficara inacabado.

Outras Ordens Religiosas chegaram ao Paraná: Carmelitas (1709), Franciscanos (1737), Capuchinhos (1854) sob o auspício do próprio Bispo de São Paulo, D. Antônio Joaquim de Mello.⁹⁹

É importante observar que a presença maior da Igreja no Paraná está intimamente associada à imigração européia. Uma convergência de fatores iria tornar isso possível. A vinda de Congregações Religiosas para o Paraná se intensifica nos primeiros decênios do século XIX. Havia a predisposição da Santa Sé de reestruturar a Igreja na América do Sul, aproveitando o movimento da imigração européia. A Santa Sé planejou dar uma nova roupagem à Igreja principalmente nos locais em que a presença imigratória fosse mais forte. A finalidade da Santa Sé era, no mínimo, ousada: restabelecer o poder espiritual da Igreja Católica sobre o mundo mediante a implantação do projeto ultramontano.¹⁰⁰ No Paraná, ainda sob a jurisdição da Diocese de São Paulo, a implantação da Reforma

⁹⁷ Ibidem, p.66.

⁹⁸ Ibidem, p.69

⁹⁹ FEDALTO, Pedro, op. cit., passim.

Ultramontana ficou condicionada ao aparato institucional, criado por D. Antônio Joaquim de Mello, concretizado com a fundação do Seminário Episcopal.¹⁰¹

A implantação de um catolicismo romanizado no Paraná não se deu de forma harmoniosa e natural. O povoamento disperso das Colônias e a carência de padres para dar consistência à vida espiritual obrigou os colonos a uma adaptação própria das práticas religiosas, assumindo eles mesmos as orações em família, os cultos domésticos, a catequese das crianças, o que acabou gerando a institucionalização do sistema de capelas, centralizando as práticas rituais e a vida comunitária, mormente aos imigrantes italianos. Essa situação de quase independência dos colonos acabou provocando atritos, muitas vezes, irreparáveis entre as lideranças leigas e a hierarquia católica pelo controle exclusivo e pela manutenção da Igreja na regulação de sua funcionalidade. Entretanto, o atrito não se limitava à relação com a comunidade. Espalhava-se entre os padres poloneses, repletos de gordas garantias das cômputas, contra a hierarquia brasileira representada pelo Vigário Geral do Paraná intrepidamente convencido a levar avante as reformas romanizadoras da Santa Sé.

O atrito entre as partes foi tão grande que os poloneses chegaram a pedir pela imprensa um “cisma”¹⁰², fato que não significava uma separação radical da Igreja Católica, junto a qual permaneciam fiéis, mas uma atitude ao mesmo tempo de repulsa à forma como o clero brasileiro pretendia incorporar a comunidade polonesa às normas canônicas romanizadoras, como também uma atitude que preservasse a comunidade polonesa unida em torno de sua fé e distante da influência do clero brasileiro.

¹⁰⁰ AZZI, Riolando. **O Estado Leigo e o Projeto Ultramontano**. vol. 4, São Paulo: Paulinas, 1994, p. 7 e 11.

¹⁰¹ A. WERNET chega a dizer que a implantação da linha ultramontana no Seminário de São Paulo foi realizada sem autorização do Governo Provincial, desagradando a todos, ou seja, “aos políticos, ao cabido e até aos padres da Academia Jurídica”. Cf. A Vinda de Congregações Estrangeiras e a Europeização do Catolicismo no centro sul do Brasil. **Revista da SBPH**, Curitiba, n. 6, 1991, p. 45

¹⁰² Apud. WACHOWICZ, Ruy C. **O Camponês polonês no Brasil**, Curitiba: Fundação Cultural Casa Romário Martins, 1981, p. 104

Segundo Ruy Wachowicz, a vida comunitária do polonês girava ao redor da Igreja e da figura do padre, cuja liderança na Colônia era absoluta ¹⁰³, de tal sorte que a obediência do colono polonês se estendia do mundo espiritual para o mundo temporal. Sua pessoa era tida como intocável e sagrada. Para qualquer decisão importante que se tomasse na Colônia, era obrigatória a orientação do padre.

Além de tudo, a fé inquebrantável que o polonês devotava à sua religião estava acima de qualquer coisa. Tal fé estava calcada na presença de símbolos sagrados que demonstravam precedentemente a raiz das Reformas Romanizadoras da Europa por trás de si. As queixas dos imigrantes quanto ao abandono dos padres, da Igreja e o desprezo dos outros povos de nacionalidades diferentes pela sua fé eram constantes na colônia. Uma dessas queixas foi dirigida a um Senhor chamado Adolfo Dygasinski, na Colônia Massaranduba - SC, em 1891:

Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo. Como somos irmãos e católicos, nesta terra estranha, deve o Senhor levar em conta que as pessoas não podem agüentar sem uma igreja e sem um padre católico, um daqueles que ensinasse toda a fé e falasse o polonês. Foi-nos dito lá na Polônia que existia aqui no Brasil a mesma fé e igualdade.

É tudo misturado com os alemães e Deus sabe como que outras nacionalidades. Como o Senhor é católico compreende que uma pessoa da Polônia assim não subsiste. Alemães, pretos, poloneses deveriam viver separadamente. Como pois há igualdade, se quando nós festejamos um dia santificado, domingo ou algum dia de Nossa Senhora, eles aqui trabalham e zombam de nós, riem às nossas custas, chegam a ofender a Deus Nosso Senhor (...)

Se nos construíssem pelo menos uma pequena capela e providenciassem um padre da Polônia seria melhor, porque nós em isso não agüentamos e voltaremos para a Polônia. Sem igreja e sem padre não agüentaremos.

Pedimos ao senhor que se preocupe com isso (...) louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo.

As crianças que aqui nasceram não passam de alguns porquinhos, pois sem o santo batismo assim permanecem (...) As crianças permanecem assim sem nome e sem patrono no céu. Os nossos corações se angustiam de ver que católicos precisam viver como pagãos (...).

O católico falecido é preciso levar para o mato e enterrá-lo em qualquer parte, sem a aspersão da água benta; que vale, pois, uma alma dessas no outro mundo se ela aqui é nivelada e criada como se fosse um cachorro? ¹⁰⁴

¹⁰³ WACHOWICZ, Ruy C. op. cit. p. 94.

¹⁰⁴ DYGASINSKI, Adolf. Listy Z. Brazylji p. 109 Apud WACHOWICZ, Ruy. **O Camponês polonês no Brasil**, 1981, p. 94-95

Os primeiros padres poloneses que vieram para o Paraná eram seculares (ligados diretamente ao bispo). Mariano Gizynski é apontado como o 1º padre a exercer o Ministério no Paraná, em 1875,¹⁰⁵ justamente no período em que foram criadas Capelanias do Abranches, Órleans, Murici e Tomás Coelho. Muitos desses padres eram ex-religiosos que eram mais movidos por interesses materiais do que por assistência espiritual.

Um fato registrado na Colônia Lucena por um imigrante deixa transparecer o problema:

Acontecia por vezes que o padre chegava e não havia com que pagar a missa. O padre saía da sacristia e comunicava: Não posso rezar a missa porque a mesma não está paga. Vocês precisam recolher 40 mil réis! Silêncio. Pouco depois saía novamente: alguém está recolhendo o dinheiro ou não? Um dos velhos pegou o chapéu e andando pela capela pedia: faz favor.¹⁰⁶

A rigor, os padres poloneses mantinham uma atitude de liderança, isolando os colonos poloneses de qualquer vínculo ou contato com os costumes brasileiros.¹⁰⁷ Chegava-se ao paroxismo de condenar e banir, da Colônia, professores que simplesmente não fossem à missa ou que representassem sinal de liderança para o povo; com o receio óbvio de os padres perderem o comando da comunidade. Na colônia Rio Natal, em Santa Catarina, o imigrante de nome MINKOWSKI se dispôs a lecionar para crianças e sabendo da necessidade que tinha a Colônia de uma capela, "... solicitara ao sacerdote que de tempos em tempos ali passasse para visitar Rio Natal. O padre anuiu ao convite sob a condição de que os colonos ali construíssem uma capela, sugerindo ainda que a escola fosse fechada, transformando-a em casa de oração... Minkowski apresentou uma contra-proposta, no sentido de que a casa servisse de capela nos dias santificados e, nos dias úteis, continuasse como escola. Ou capela

¹⁰⁵ WACHOWICZ, Ruy **O Camponês polonês no Brasil**, 1981, p. 100

¹⁰⁶ PAMIENNIKI, emigranów – Ameryka Poludniwa p. 263 . Apud WACHAWICZ, Ruy. op. cit., 1981, p..

101.

¹⁰⁷ WACHOWICZ, R. op cit, 1981, p. 111

ou escola – retrucou o padre. Diante da posição intransigente, os colonos determinaram manter a escola”.¹⁰⁸

Não sem surpresa, o bispo do Paraná, em 1895, “lamentava-se dos sacerdotes poloneses que se preocupavam exclusivamente em fazer fortuna.”¹⁰⁹

Sobre a causa do conflito entre os padres poloneses e a hierarquia brasileira, Ruy Wachowicz imprime uma interpretação de efeito nacionalista. Para o autor, o bispado do Paraná pretendia “nacionalizar o catolicismo dos imigrantes poloneses no Paraná”.¹¹⁰ Conforme rezava a cartilha ultramontana, deveria haver uma centralização das funções eclesiásticas sob a tutela do bispo. Para o mesmo autor, o Vigário Geral Forense, pe. Alberto José Gonçalves, iniciou o processo de substituição dos padres poloneses por padres brasileiros.

O conflito não se explica pela ótica do receio do clero brasileiro de perder a liderança para os padres poloneses. A rigor, os padres poloneses não tinham jurisdição sobre as comunidades polonesas a não ser pela outorga do bispo tanto de São Paulo quanto do Paraná, respectivamente. Neste sentido, os padres poloneses não ofereciam perigo de quebra de autoridade da hierarquia católica. Sendo assim, no caso do Vigário Geral, o receio era perder o controle da normatização da Reforma Romanizadora, não para os padres poloneses supostamente ultramontanos, mas efetivamente liberais, pois, muitas vezes, agiam arredios ao seu comando, mas perder o controle sobre a comunidade polonesa. Em número cada vez maior na Diocese e com o apoio bastante expressivo da comunidade polonesa, os padres poloneses poderiam representar um risco para as aplicações das reformas ultramontanas e provocar seu isolamento, se os poloneses das colônias se indispusessem contra o próprio

¹⁰⁸ HESSEL, Mariano. **Na senda dos pioneiros. Anais da Comunidade brasileiro-polonesa.** Curitiba, 1971. (3): 36-79 p. 60. Apud: WACHOWICZ, R. op cit, p. 110.

¹⁰⁹ KLOBUKOWSKI, Estanislau. **Recordações de viagens. Anais da Comunidade brasileiro-polonesa.** Curitiba, 1971, p. 85. Apud, WACHOWICZ, R. op. cit. p. 101.

¹¹⁰ WACHOWICZ, R. op cit, p. 101.

bispo, como aventava a *Revista Gazeta Polska*: “... Os colonos, por sua vez, também ameaçam separar-se da Igreja Católica e criar paróquias não dependentes do bispo”.¹¹¹

Já num clima de radicalização e se valendo de uma manifestação autônoma em relação ao clero polonês, a imprensa polonesa de Curitiba lançava o slogan: “Para o povo polonês, um bispo polonês”¹¹², convocando os irmãos da Polônia para intercederem junto à Santa Sé e ao Papa: “*Quem poderá remediar essa desgraça moral do povo polonês? ... Vocês, patrícios de nossa pátria. Apresentem ao Pai Santo os nossos pedidos. Que se compadeça desse punhado de fiéis e que pronuncie sua decisão, pois diante da decisão do representante de Cristo, dobram-se todos.*”¹¹³

Não se sabe se houve intervenção da Santa Sé sobre o problema das comunidades polonesas. No entanto, a postura do bispo do Paraná, D. José Camargo de Barros, mudou, pelo menos em parte, a política de nacionalizar o clero nas colônias polonesas, visto que estimulou a vinda de padres poloneses regulares para substituir os seculares do Paraná.

Nas comunidades italianas houve um processo de adaptação e normatização dos costumes religiosos das colônias, segundo o mesmo padrão que já existia na Itália: práticas religiosas (oratórios) familiares, devoção aos santos, etc. Acontece que os problemas da assistência religiosa também era uma realidade gritante, tanto que os colonos insistentemente solicitavam a presença do padre na comunidade para ministrar os sacramentos.

Segundo Altiva Balhana, a primeira missa celebrada na Colônia de Santa Felicidade se realizara em 1883, oficializada pelo Pe. José Joaquim do Prado.¹¹⁴

¹¹¹ PRZEGLAD, Emigracyjny, Lwow, 1 fev. 1894. Apud, WACHOWICZ, R. op cit, p. 103.

¹¹² GLUCHOWSKI, p. 116 Apud, WACHOWICZ, R. op. cit. p. 104

¹¹³ PRZEGLAD Emigracyjny. Lwow, 1893, p. 184. Apud, Wachowicz, R. op cit, p. 104.

¹¹⁴ BALHANA, Altiva Pilatti. Santa Felicidade: uma paróquia veneta no Brasil. P. 29-30. In: VECHIA, Ariclê, Italianos x católicos: a questão da educação dos imigrantes italianos em Curitiba na década de 1880. **Anais da XX reunião da SBPH**. Rio de Janeiro, 2000, p. 298.

Um detalhe importante diferenciou a romanização católica nas comunidades italianas: o pe. Pedro Colbachini.

Tendo vindo para o Brasil no final do ano de 1884, permaneceu inicialmente em São Paulo durante um ano e meio. De espírito aguerrido, muito cômico de seus objetivos ultramontanos, desde logo se envolveu em desavenças que lhe valeram inimizades intragáveis, até mesmo com o bispo de São Paulo, Dom Lino Deodato, também ultramontano.¹¹⁵ Em São Paulo, pe. Colbachini informara ao pe. Mantese (1887) as dificuldades que tivera em sua ação pastoral: “*A rudeza dos próprios colonos, a oposição por parte dos fazendeiros e a precariedade de seu alojamento*”.¹¹⁶ Em relatório ao núncio apostólico Spolverini, em 1889, comunicava as dificuldades que enfrentavam os colonos italianos. Fez uma comparação crítica pesada sobre a situação dos imigrantes italianos em São Paulo, submetidos aos ditames dos fazendeiros, e a situação daqueles imigrantes de outras Províncias. Dizia ainda que, em São Paulo, os colonos italianos cultivavam terra dos fazendeiros, enquanto que, nas outras Províncias, os italianos eram proprietários.

Riolando Azzi cita um trecho do relatório de Colbachini ao núncio Spolverini, no qual denuncia o estado de semi-escravidão dos colonos e a exigente relação de conluio que os fazendeiros queriam dos padres:

Dos fazendeiros poder-se-ia dizer muito em poucas palavras. Como a colônia constitui para eles uma especulação, procuram tirar dela a maior vantagem possível, pagando pouco e exigindo muito. Há fazendeiros que tratam os italianos do mesmo modo como tratavam os escravos, sendo apenas diversas as circunstâncias (...)

A maior parte dos fazendeiros não se preocupa com relação à moral, e não poucos deles, com seus maus exemplos e palavras arrastam os pobres colonos a abandonar a religião e a tornar-se licenciosos (...)

Quando erigem capelas, se eventualmente admitem o sacerdote nas colônias, na maioria o fazem apenas para que recorde aos colonos o dever que têm de estar sujeitos a seus patrões e de não apropriar-se de suas coisas. Existem também aqueles que não permitem ao sacerdote ocupar-se do bem espiritual dos colonos, pois, como dizem, vieram para as colônias para trabalhar e não para viver como frades.¹¹⁷

¹¹⁵ AZZI, Riolando. *A Igreja e os migrantes*, vol 1, 1987, p.127.

¹¹⁶ *Ibid.*, p.129.

Uma vez tendo chegado ao Paraná, pe. Colbachini, logo superior dos Scalabrinianos no Brasil, iria deflagrar uma verdadeira guerra contra todas as instâncias contrárias ao legado ultramontano europeu (ou, às vezes, até mesmo contra os próprios ultramontanos, do qual era ele um dos seus herdeiros intransigentes. Tanto é assim que, em 1894, “*por razões de saúde e de política, também ele teve de deixar o Paraná*”.¹¹⁸

O ambiente religioso no Paraná com a já instalada imigração era efervescente e comportava mudanças substantivas. Embora ainda muito presente nos meios populares, o catolicismo devocional luso-brasileiro se chocou com o catolicismo devocional do colono europeu que, por sua vez, acabou se chocando também com o catolicismo romanizador do clero no Brasil. Certo é que, com o advento das mudanças liberais da sociedade, configurava-se um cenário tipicamente urbano no país, do qual o Paraná também seria dele constituído.¹¹⁹

O início de sua atividade pastoral no Paraná se dá com a celebração da missa na casa de Antônio Bonato, a 25 de maio de 1886, na Colônia Conselheiro Dantas, depois conhecida como Colônia Água Verde, onde D. Lino Deodato acabaria estabelecendo uma capela curata, em 14 de fevereiro de 1888.¹²⁰

O plano de Colbahini, cujo apoio do Núncio Apostólico, Dom Cocchia, fora confirmado pelo próprio missionário, era o de criar uma missão permanente no Paraná, que, na verdade, seria um instituto religioso, já em junho de 1887.¹²¹ Era o anseio de ver sacerdotes italianos e, posterior a isso, filhos de colonos formados para o sacerdócio para o trabalho junto aos imigrantes, de modo a realizar a base da reforma romanizadora.

¹¹⁷ COLBACHINI, P. Apud AZZI, R. op cit, p. 130-131.

¹¹⁸ AZZI, R. op cit, p. 205.

¹¹⁹ Ibid. , p. 208. Pedro Colbachini encomendara, da Europa, uma estátua em devoção ao Sagrado Coração de Jesus, que tinha entre 1,30 e 1,60 m de altura. A imagem de São Benedito, adorada pelos devotos no Brasil, tinha cerca de 10 cm.

¹²⁰ Ibid., p. 216.

No que toca à autonomia pastoral, Colbachini lutava por ela desde sua chegada ao Paraná. Embora, em 1888, o bispo de São Paulo D. Lino Deodato, tenha baixado uma portaria para criar a capelania curata ou eclesiástica para católicos imigrantes italianos, esta não contemplava, segundo Pe. Colbachini, a todas as colônias italianas, visto que a metade dos núcleos existentes nas proximidades de Curitiba havia ficado excluída. Pensando nisso, pe. Colbachini enviou a D. Lino Deodato, a 15 de outubro de 1888, um “*Projeto de instituição de uma capelania curata nas colônias italianas...*”¹²² Tal projeto punha os missionários sob a jurisdição do bispo de São Paulo bem como de seu vigário geral forense do Paraná, na época, o pe. Antônio Joaquim Ribeiro, recém-empossado no lugar do pe. João Evangelista Braga, deixando, porém, ao superior da missão, ele próprio, Colbachini, o papel de estabelecer a ordem das missões e atribuir o ministério dos padres. Ao agir assim, pe. Colbachini desejava preservar o máximo de liberdade que fosse para determinar a marca romanizadora nas colônias italianas. Tanto que, sem alarde, buscava “*transformar as capelânias dos imigrantes em verdadeiras paróquias*”.¹²³ Essa situação traria um fortalecimento maior do controle da cúria romana sobre a Igreja brasileira, justamente o modelo ultramontano desejado para o Brasil. O 1º bispo do Paraná, D. José Camargo de Barros, acabou regulamentando a situação dos missionários escalabrinianos, em 1º de novembro de 1895, quando Colbachini já havia partido de volta para a Itália. No entanto, a atitude positiva do bispo em relação ao cumprimento dos anseios da congregação scalabriniana, agregava os passos da nova diocese aos planos da Santa Sé para a Igreja do Brasil.¹²⁴

Surpreende o fôlego e o acesso político que pe. Colbachini possuía nos meandros do governo provincial e republicano. Em carta ao núncio apostólico Spolverini, em

¹²¹ Ibid., p. 219.

¹²² AZZI, R. op. cit. p. 265.

¹²³ Ibid., p. 266.

¹²⁴ Ibid., p. 269

29 de novembro de 1889, em plena República, fala da extrema cautela e desconfiança diante da palavra do governo paranaense. Tratado com apreço e admiração pelo governador, (General Francisco José Cardoso Júnior), levava um requerimento de indenização pessoal pelos gastos que tivera para erguer a igreja central da colônia de Água Verde. Em outra carta, de 17 de abril de 1890, endereçada também ao núncio, Colbachini revelava a forma descaradamente utilitária de como o governador se referia à religião e pedia-lhe conselho sobre como lidar com as colônias já instaladas e por estabelecerem-se, mostrando-se interessado em trazer mais um milhão de italianos para o Paraná. Américo Lobo o escolhera para o cargo de inspetor das escolas italianas. Antes disso, em 20 de dezembro de 1889, dirigindo-se ao bispo de Placência, Dom Scalabrini, seu superior missionário, Colbachini afirmava ter sido escolhido pelo Governador, (Almirante José Marques Guimarães) Conselheiro nos negócios da colonização.¹²⁵

A luta de pe. Colbachini contra os liberais italianos de Curitiba trouxe no interior de si um fato paradoxal. Colbachini, um padre da linha ultramontana, se volta contra seu superior em Placência (Itália), Dom Scalabrini, por este ser favorável à união entre a fé católica e a italianidade dos colonos.¹²⁶ Por sua vez, a Cúria Romana não aceitara essa atitude de Scalabrini na Itália, vindo este a defendê-la fora dos domínios europeus. Com os ataques de Colbachini aos liberais italianos no Paraná (diga-se de passagem, coerente com sua postura ultramontana) pretendia ele sujeitar os patriotas italianos liberais e maçônicos às “*diretrizes romanas*”,¹²⁷ mesmo se chocando com a postura de seu superior.

Envolto em uma queda-de-braço com o agente consular Ernesto Guaita, confronto que rendeu a este último a perda do cargo, pe. Colbachini não só saiu fortalecido, como também demonstrou ter costas largas. As relações estreitas com a Santa Sé são

¹²⁵ Ibid., p. 234.

¹²⁶ VECHIA, Ariclê. Italianos x católicos: a questão da educação dos imigrantes italianos em Curitiba na década de 1880. *Anais da 20ª Reunião da SBPH*, Rio de Janeiro, 2000, p. 299.

¹²⁷ AZZI, R. *A Igreja e os migrantes*, vol. 1, 1987, p. 236.

demonstradas por ocasião da tomada de Roma no dia 20 de setembro de 1892, quando se completava a unificação italiana. Colbachini envia um ofício ao papa Leão XIII, em 10 de outubro de 1892, transmitindo-lhe fidelidade e apoio moral e econômico, em vista da perda do Estado Pontifício por Garibaldi. Expressava-se nestes termos:

Beatíssimo padre:

Os colonos italianos do Paraná, Brasil, como sinal de fidelidade à Santa Sé Apostólica Romana, e a vós, Pai de todos os fiéis,
 Como protesto contra as demonstrações odiosas feitas no dia 20 de setembro último contra Vós e à Igreja Católica, por parte de alguns italianos da cidade de Curitiba, capital deste Estado, (refere-se aos membros da Sociedade Giuseppe Garibaldi), arrogando-se o título de representantes da colônia italiana do Paraná;
 Como cumprimento do dever filial de socorrer, porquanto o permitem suas estreitezas econômicas, à Vossa Augusta Pobreza;
 Fazem chegar, por meio do Exmo bispo de Placência, D. João Batista Scalabrini, protetor desta missão católica aos italianos do Paraná, o óbulo de sua fé e de seu amor pela fausta ocasião do vosso jubileu episcopal, e vos pedem uma bênção especial.¹²⁸

À revelia de todos, o Jornal “*A Federação*”, poucos dias depois de Colbachini enviar sua carta juntamente com os óbulos ao papa, divulgava a notícia de que mais de 6 mil colonos (polacos, alemães, italianos e espanhóis), nas longínquas colônias de Iguazu, Porto Amazonas e Rio Claro (PR), estavam prestes a morrer de fome.¹²⁹

Sempre combativo, na iminência da Revolta Federalista que tomava corpo no Paraná, pe. Colbachini teria feito oposição à incorporação de colonos nas tropas do exército, por este ser apoiado pelos liberais defensores do Regime Republicano. Arredio, Colbachini teria facilitado a fuga de 60 homens que já estavam arregimentados. Por conta disso, fora ameaçado de morte. Em 17 de fevereiro de 1894, sua casa paroquial fora assaltada por italianos a serviço da maçonaria. O agente consular Ernesto Guaita pedira às autoridades brasileiras a expulsão de Colbachini do Brasil.¹³⁰

¹²⁸ Arquivo Central da Congregação Escalabriniana, Roma. Apud. AZZI, R. op. cit. p. 237. Conforme Hiran L. Zoccoli, todos os Presidentes da Sociedade Giuseppe Garibaldi eram membros ativos da maçonaria no Paraná. Cf. ZOCCOLI, H. L. **A Maçonaria no Paraná**, vol. 1 a 7, obra não publicada. Entrevista em 17/abr/2003 (Curitiba).

¹²⁹ “Socorramos os colonos famintos”, **A Federação**, Curitiba, 22/out/1892, n.69, p.3.

¹³⁰ AZZI, R. **A Igreja e os Migrantes**, vol. 1, 1987, p.238.

As resistências frente à Reforma Romanizadora empreendidas contra a Igreja do Paraná não vieram apenas dos grupos organizados, mas também encontraram abrigo no arraigado catolicismo luso-brasileiro, impregnado de práticas e hábitos dos tempos coloniais, afetando a maior parte do clero, arredio à vida regrada, ordeira, tocada à sistemática prática diária dos sacramentos, das orações, do atendimento espiritual, da observância e preparo da doutrina.

Não foi por menos que o intrépido pe. Colbachini teceu críticas mordazes ao clero paranaense. A começar pelo pe. José Joaquim do Prado, o qual teria sido o celebrante da 1ª missa na colônia Santa Felicidade, 1883.¹³¹ Colbachini narra, em 27 de novembro de 1888, ao Núncio Spolverini:

Um certo Revmo Pe. José do Prado (filho sacrílego de sacerdote) era pároco de Curitiba, e dava tantos escândalos que a fé do povo padeceu gravíssimo dano. Não ouvia confissões, e aos italianos que lhe solicitavam, respondia: não seja louco, não precisa confissão! Em 8 minutos celebrava a missa; digo 8 minutos, como eu mesmo fui testemunha. Tomava café antes da missa; tinha mulheres em casa, sob o título de afilhada. Velho, paralítico, avaro ao último excesso, era um lobo no redil.¹³²

Entrementes, um clima vicejante de veleidades nos bastidores se perpetuava no ar e mantinha sempre abertos os corredores sombrios que selavam a união entre a Igreja e a política. Muito nos chama a atenção a necessidade do clero em geral de se aproximar da classe política, ou, no caso, de se incorporar a ela, como foi o caso, em grande parte, dos padres paranaenses, fossem ultramontanos ou não.

Na sua obra “O Silêncio dos Vencedores”, Ricardo Costa de Oliveira, analisando os padrões de representação política na Assembléia Legislativa do Paraná, e explicando o peso de importância dos bacharéis que compuseram as bases do poder político

¹³¹ BALHANA, Altiva Pilatti. Santa Felicidade: uma paróquia veneta no Brasil. In: Vechia, Ariclê. Italianos x católicos: a questão da educação dos imigrantes italianos em Curitiba na década de 1880, **Anais da 20ª Reunião da SBPH**, Rio de Janeiro, 2000, p.298.

¹³² Arquivo Central da Congregação Escalabriniana, Roma. Apud, AZZI, R. **A Igreja e os Migrantes**, 1987, p.210.

da 2ª metade do século XIX sob o manto das carreiras especializadas na burocracia imperial, diz: “*Dos suplentes que assumem posteriormente, dois são padres, o que revela o papel secundário do clero na representação política regional*”.¹³³

Ao correr os olhos sobre a obra de Maria Nicolas, “Cem Anos de Vida Parlamentar”, percebe-se que durante todo o período desde a primeira legislatura da Província do Paraná até a Proclamação da República (1854 – 1889) houve a presença de padres na Assembléia Legislativa, com uma única exceção da Legislatura de 1870 – 71, em que aparece o nome de Francisco José Correia de Bittencourt como sendo padre, o que é negado na obra “Genealogia Paranaense”, de Francisco Negrão.¹³⁴ Mesmo assim, no “Relatório do Presidente da Província”, consta seu nome como padre encomendado.¹³⁵

Com efeito, a presença constante de padres na Assembléia Paranaense não exigiria necessariamente que seu papel fosse determinante a ponto do clero decidir as diretrizes do governo. No entanto, essa presença era um sinal claro de que o clero transitava pelos meandros do poder e sua atuação na Administração era pendular.

No Paraná, a atmosfera entre o próprio clero era de divisão, acossado pelos liberais e maçônicos através da imprensa. Tanto que, na tribuna da Assembléia Provincial, o Deputado e também Professor José Cleto da Silva (1881) defendia o ultramontanismo, a ponto do editor do jornal o colocar como tendencialmente partidário do jesuitismo: “*contra as idéas adiantadas do século*”, bem como, “*contra os livres pensadores...*”¹³⁶

Não fora por menos que, em editorial, a “Gazeta Paranaense”, órgão do Partido Conservador, demonstrava, em 1887, sua indignação contra aquilo que o jornal chamara de

¹³³ 2001, p.154.

¹³⁴ 1946, vol.I, p.570.

¹³⁵ 1865, p.71. O livro de D. Pedro Fedalto não traz o nome de Francisco Correia Bittencourt, o que reforça a hipótese dele não ter sido padre. Cf. “**A Arquidiocese de Curitiba em sua história**”, 1958, passim.

¹³⁶ “Jesuitismo na Assembléia Provincial”. **O Paranaense**, Curitiba, 7 / abr / 1881, n. 142, p. 4.

“*exasperação recíproca entre membros de uma classe*”.¹³⁷ Sem citar nomes e sem entrar no cerne do problema, que era a competição política e uma paróquia rendosa, o editorial conclamava os padres à união sob a proteção de Deus.

Com o advento da República e tomando conhecimento dos fatos ocorridos no Brasil, o papa Leão XIII, segundo o periódico “*Temps*”, teria telegrafado ao internúncio Spolverini, no Rio de Janeiro, “*ordenando-lhe que convide o episcopado e o clero catholico do Brasil a abster-se de qualquer manifestação política e a não tomar parte na organização do novo estado de cousas. Além disso, Sua Santidade aconselha que se limitem a pedir ao novo governo que garanta aos sacerdotes plena liberdade no exercício do seu ministério*”.¹³⁸

Em Curitiba, pe. Alberto, escolhido padre colado da Paróquia de Nossa Senhora da Luz, no ano de 1888, começava sua gestão voltado para a orientação do Pontífice, não obstante se valer da máxima pragmática que o caracterizou como padre e político: os fins justificam, sim, os meios; isto é, cumprir à risca as determinações de Roma segundo o meio mais eficaz, a política. Esta lhe daria o suporte necessário para poder implantar a reforma. Uma de suas primeiras ações foi reformar as irmandades. Pretendia criar uma congregação de devotos de Nossa Senhora da Luz, reorganizar as comemorações dos atos da Semana Santa e a construção da tão reclamada capela do cemitério.¹³⁹

Numa situação um tanto quanto velada pela escassez de documentação, o ambiente no Paraná inspirava a competição pela liderança ultramontana entre seu apóstolo europeu, pe. Colbachini, e seu escudeiro beligerante, pe. Alberto. O internúncio Spolverini parecia depositar créditos ao segundo. Chegado há poucos dias ao Paraná e se encontrando hospedado na residência de pe. Colbachini, na colônia Dantas, repentinamente, transferiu-se para a capital, a convite de pe. Alberto.¹⁴⁰

¹³⁷ “O Nosso Clero”. **Gazeta Paranaense**, Curitiba, 27 / fev / 1887, n. 45, p.1.

¹³⁸ “O Papa e a República”. **Quinze de Novembro**, Curitiba, 31 / dez / 1889, n. 31, p.2

¹³⁹ “O Revdo. Vigário Pe. Alberto”. **Gazeta Paranaense**, Curitiba, 7 / out / 1888, n. 224, p.2.

¹⁴⁰ “Monsenhon Spolverini”. **A República**, Curitiba, 22 / jan / 1891, n. 319, p.2.

Sob a luz espessa de uma divisão do clero paranaense, artificialmente notificado pela imprensa, Pe. Alberto incorporava a si as orientações espirituais, devocionais e doutrinárias da Santa Sé, enxertado com o húmus da política dos conchavos e dos benefícios patrimoniais do Estado. Esse é o nosso assunto a seguir.

3 A VIDA POLÍTICO-PARLAMENTAR DE PADRE ALBERTO NO PARANÁ.

3.1 SOLDADO DE CRISTO: O BELIGERANTE DO PÚLPITO.

Da linha ultramontana, pe. Alberto possuía uma postura extremamente polêmica e instigadora. Ao escrever com frequência em alguns jornais de Curitiba, estava continuamente no meio de bate-bocas com adversários diferentes e diversos, por razões variadas, envolvendo temas múltiplos.

Por conta de tal postura, Dom Pedro Fedalto (Arcebispo emérito de Curitiba) lhe conferiu o papel adequado de “paladino da Igreja”.¹ De fato, desde que assumira como vigário colado a Paróquia de Nossa Senhora da Luz, em setembro de 1888, pe. Alberto incorporou a si a envergadura de cavaleiro da cruzada em benefício da Igreja do Paraná.

Soube arregimentar e envolver, como nenhum outro membro do clero paranaense da época, lideranças políticas e empresariais para as causas que ele defendia, as quais se resumiram à organização e estrutura da Igreja e à sua carreira político-eclesiástica.

De pronto, pe. Alberto, com 29 anos de idade, assumia uma prática clerical que o levaria rapidamente à liderança dos padres no Paraná, na sua maioria, reconhecidamente regalista, de vida dissoluta, mais preocupados com seus interesses materiais do que com o espiritual. Não raro, a grande contenda de pe. Alberto seria travada contra o clero regalista e contra os anticlericais (livre-pensadores que avolumavam a cada dia críticas mordazes contra o clero, considerado por eles a principal causa do atraso do país e o obscurantismo contra a razão), como também contra a população das várias colônias que ousassem se prender ao catolicismo luso-brasileiro, renegando as chamadas Reformas Romanizadoras implantadas na marra pelo clero ultramontano, do qual o próprio padre era seu protagonista.

¹ A Arquidiocese de Curitiba em sua História, 1958, p. 200.



Figura 06 – Pedra de Fundação da Matriz Nossa Senhora da Luz. Foto do autor, 2004. Membros do empresariado, militares, políticos. Todos, pessoas influentes do Paraná que ajudaram a levantar a catedral de Curitiba.



Figura 07 – Pedra de Homenagem a alguns ilustres colaboradores da construção da Matriz Nossa Senhora da Luz. Foto do autor, 2004.

Depois de gerarem 5 filhas de um total de 11, o casal Francisco e Constança Gonçalves tiveram em Alberto (6º) o primeiro filho e padre, nascido em 1859. Após frequentar a escola do Professor Antônio Ferreira da Costa, matriculou-se, em 1870, no Liceu Paranaense e, em 1874, ingressou no Seminário Episcopal de São Paulo, onde fez os preparatórios para a carreira eclesiástica.²

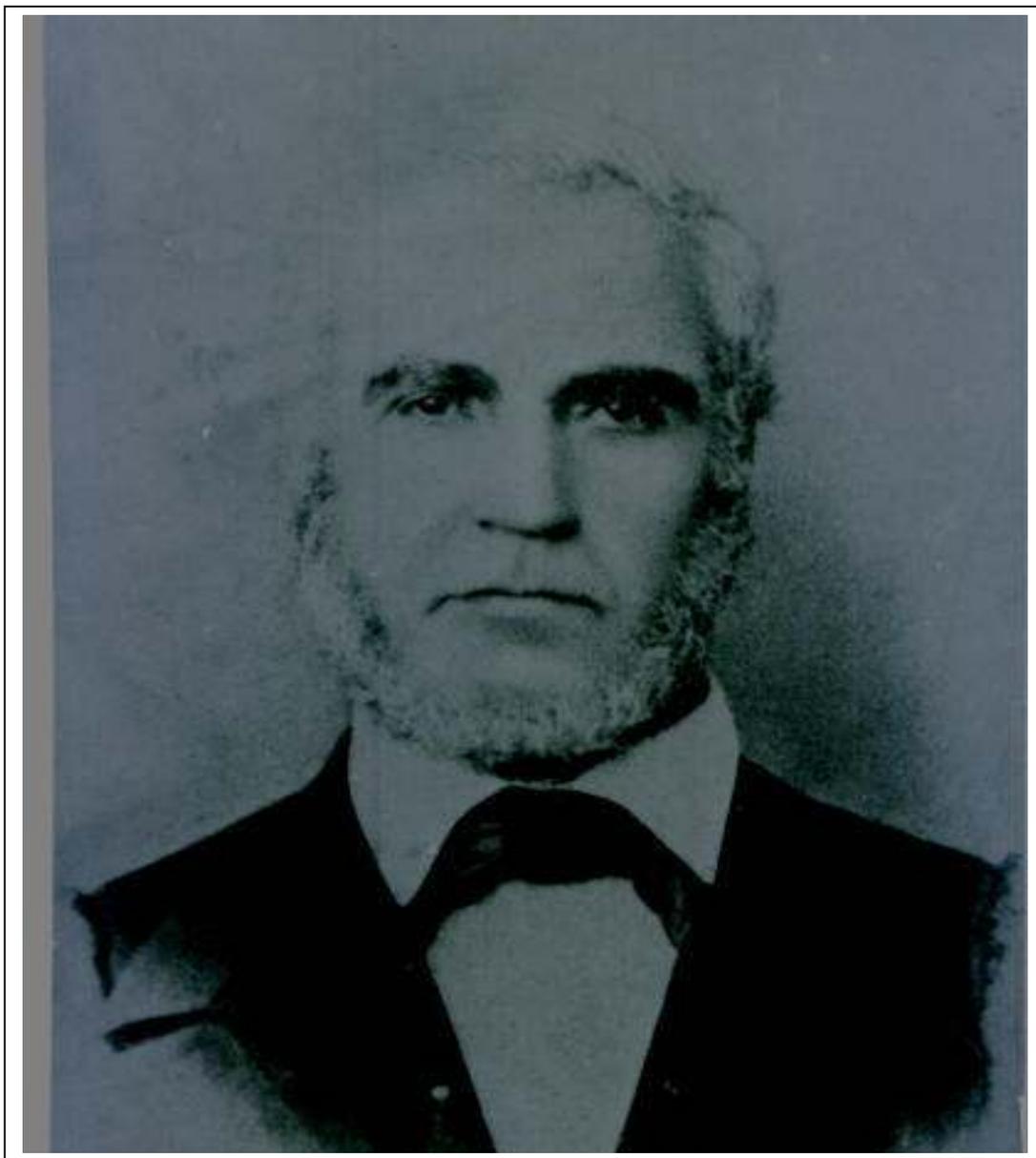


Figura 08 – Francisco José Gonçalves – Pai de Dom Alberto coleção Cúria Metropolitana de Curitiba. Acervo Casa da Memória de Curitiba.

² NICOLAS, Maria. **Cem anos de Vida Parlamentar**, 1954, p. 179. Sobre a referência familiar de Pe. Alberto, Cf. NEGRÃO, Francisco. **Genealogia Paranaense**, 1946, p. 78.

Em seu “Processo de Genere”, o padre, ainda na condição de minorista (Seminarista), fazia o requerimento para ascender às sagradas ordens, submetendo-se ao processo de “habilitar-se de genere”.³ Escrito de próprio punho, tal requerimento mostrava dados de origem de sua família paterna e materna. Curioso notar que este documento trazia informações precisas sobre sua origem paterna (dados muito distantes, de Portugal), mas não trazia os nomes dos avós maternos, (dados da Província do Paraná). No lugar de seus avós maternos encontramos a designação “incógnitos”. Em sua obra “O Silêncio dos Vencedores”, Ricardo Costa de Oliveira⁴ apresenta o nome do avô materno de pe. Alberto, Tobias Pinto Rebello, que seria, segundo o autor, membro constitutivo da classe dominante paranaense.

No documento de diligências de Gêneres⁵, em que consta relação de testemunhas em favor da lisura da família e do candidato minorista Alberto José Gonçalves, havia a presença de uma liderança política expressiva do Paraná: Generoso Marques dos Santos. Amigo da família Gonçalves, ele seria, no período de transição do Regime Monárquico para o Republicano, Presidente do Estado do Paraná e, logo após a perda do mandato, encabeçara a liderança da União Republicana, chapa de oposição ao grupo republicano liderado por Vicente Machado. Segundo Zoccoli⁶, Generoso Marques teria

³ GONÇALVES, Alberto José. Requerimento endereçado ao Exmo e Revmo Snr. Bispo Diocesano. São Paulo, 31 de dezembro de 1879. In: **Processo de Genere de Pe. Alberto José Gonçalves**, 1882, Arquivo da Cúria Metropolitana de Curitiba. O Documento chamado “Processo de Genere” é um procedimento interno utilizado pela Igreja Católica para analisar profundamente a vida pessoal e familiar do candidato ao sacerdócio. O candidato era submetido a uma investigação minuciosa a fim de provar que tinha vida digna e sem problema algum com a justiça ou qualquer ato que o compromettesse.

⁴ 2001, p. 106, 245, 337.

⁵ RODRIGUES, Francisco de Paula Dr. (Vigário Geral) “Petição”. Folha 13, “Mandado de Notificação”, (folha 23), 12 / jan / 1880. In: **Processo de Genere de Pe. Alberto José Gonçalves**, 1882. Arquivo da Cúria Metropolitana de Curitiba (doravante: APMC).

⁶ ZOCCOLI, Hiran Luiz. **A Maçonaria no Paraná**, vol. 1 a 7. Trabalho não publicado. Entrevista em 17 / abr / 2003 (Curitiba). Segundo este pesquisador, no final do século XIX, o clero paranaense vivia sustentado economicamente pela maçonaria. No jornal “**A República**” aparece uma nota revelando a participação do irmão de Pe. Alberto (João Rebello Gonçalves), na manutenção de fundos para a construção do Seminário. João Rebello era residente no Rio de Janeiro, comerciante e membro da maçonaria. Cf. “Seminário Episcopal”, 21 / fev / 95, n. 44, p. 1.

Além de Generoso Marques, outros nomes se destacam no documento, também com participação maçônica, segundo Zoccoli. São eles:

- . José Correa de Bittencourt;
- . Francisco David Pernetá;
- . Manuel Eufrazio de Assumpção;

ingressado na maçonaria em 13 de agosto de 1869. De formação bacharelesca, era grande proprietário rural.

Cabe lembrar que, nessa época (1880 – 82), a Igreja estava oficialmente rompida com os membros da maçonaria. Em fevereiro de 1880, o jornal “O Paranaense” (Curitiba) publicava uma pequena nota do órgão “Família Maçonica”, na qual criticava com muito sarcasmo o relatório que os bispos brasileiros haviam enviado a Roma, cujo teor desse, provocara a reação do Cardeal Nina que instruíra o internúncio do Brasil para chamar “*energicamente a atenção do governo imperial para a situação deplorável da Igreja no Brasil*”. Acrescentava a nota do Cardeal Nina que “*se o appelo ficar sem resultado, o internúncio retirar-se-á do Brasil*”.⁷

Aparentemente, no Paraná, a Igreja mantinha relações amistosas com a maçonaria.

O jovem Alberto Gonçalves, por não ter ainda a idade canônica exigida (25 anos) para receber a Ordem Presbiteral, solicitara ao bispo D. Lino Deodato, (bispo de São Paulo), a dispensa daquela exigência oficial romana, a qual lhe foi dada.⁸

Todos os trâmites do “Processo de Genere” de pe. Alberto foram cumpridos e se comprovou a lisura moral de sua pessoa, bem como de sua família.

Quando da morte do vigário Agostinho Machado Lima, em 1882, ficou vaga a Paróquia de Nossa Senhora da Luz, de Curitiba. Pe. Alberto apresentou-se como candidato, em 1888, a tal vaga, em 3 de março desse ano.⁹ Três meses depois, a Princesa Regente Isabel, em nome do Imperador, dirigia-se, em carta, ao bispo de São Paulo, D. Lino, apresentando e

. Capitão João Baptista Brandão de Proença. Cf. Processo De Genere de pe Alberto J. Gonçalves. Conforme Francisco Negrão, João Rebello Gonçalves, irmão do padre, pertencia ao Conselho Geral da Ordem e à Grande Assembléia, no Rio. Cf. “**Genealogia Paranaense**”, 1946, vol. 5, p. 78.

⁷ “Família Maçonica”, 1 / fev / 1880, n. 102, p. 3.

⁸ GONÇALVES, Alberto José. Requerimento endereçado ao Bispo Diocesano de São Paulo, 12 / set / 1882, s.p. In: **Processo de Genere de Pe. Alberto José Gonçalves**, 1882. (A. C. M. C.).

⁹ GONÇALVES, Alberto José. “Autos de Apposição a Igreja de N. S. da Luz”, 3 / mar / 1888. In: **Processo de Genere de pe. Alberto J. Gonçalves**, 1882, A. C. M. C.

confirmando Alberto José Gonçalves como vigário Colado da Paróquia de N. S. da Luz.¹⁰ No dia 16 de julho do mesmo ano, no cartório da Câmara Episcopal de São Paulo, o reverendo Alberto recebia das mãos do bispo D. Lino a posse “*mansa e pacificamente da referida Igreja da Nossa Senhora da Luz*”.¹¹ Começava, aqui, a carreira eclesiástica de pe. Alberto, e, de chofre, também seus vôos rasantes em busca da carreira política.

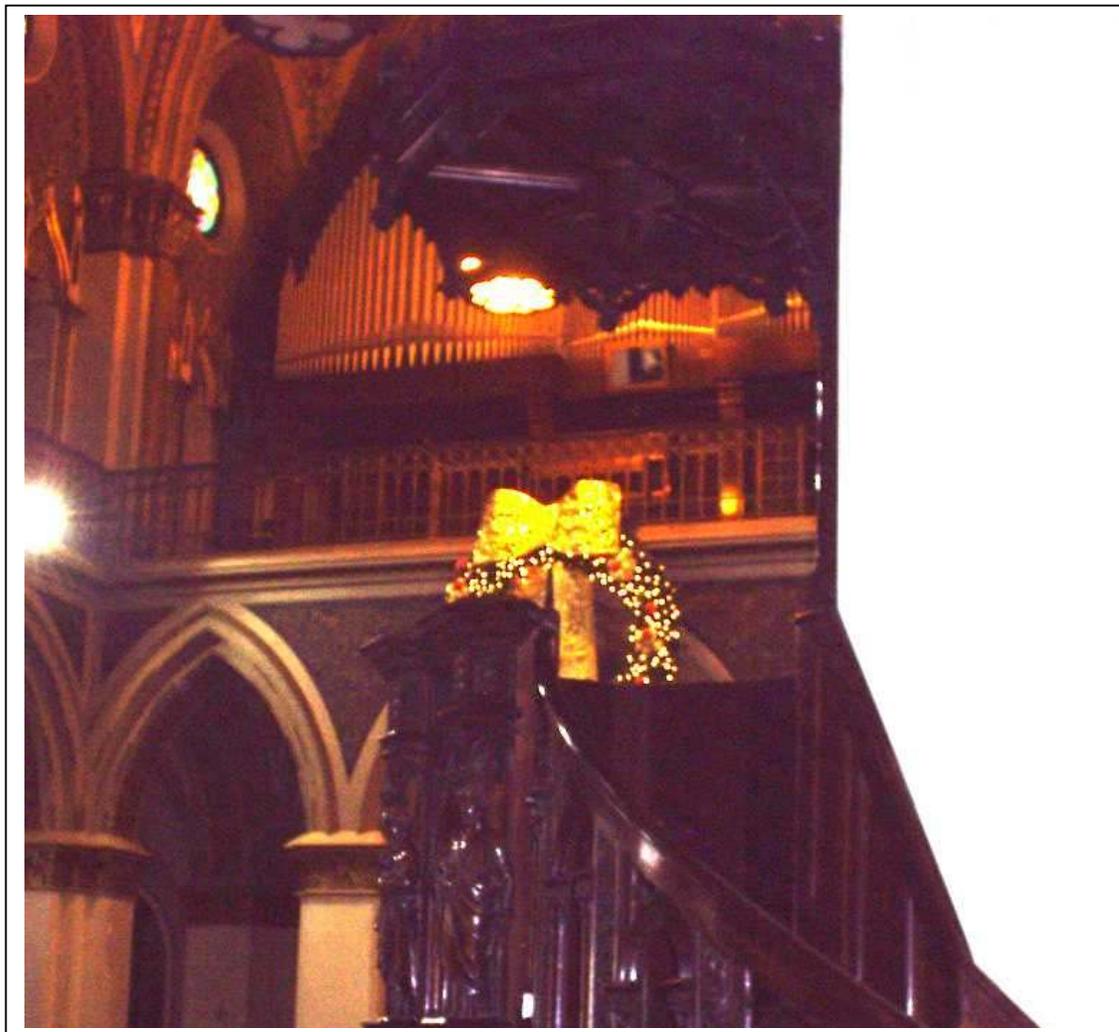


Figura 09 - Púlpito da Matriz de Curitiba Nossa Senhora da Luz, de onde pe Alberto fazia suas pregações. Foto do autor, 2004.

¹⁰ “A Princesa Imperial Regente. Em nome do Imperador”, 20 / jun / 1888. In: **Processo de Genere de Pe. Alberto José Gonçalves**, 1882, A. C. M. C.

Coincidentemente, o jornal “Gazeta Paranaense”, Curitiba, do dia 19 de julho de 1888 publicava uma carta do Papa Leão XIII à Princesa Isabel, datada de 25 de março do mesmo ano, na qual o Pontífice agradecia as homenagens e presentes que a comitiva brasileira havia oferecido na festa do 56º ano de sua consagração sacerdotal. Cf. “Carta do Papa à Princesa” (sic) n. 160, p.2.

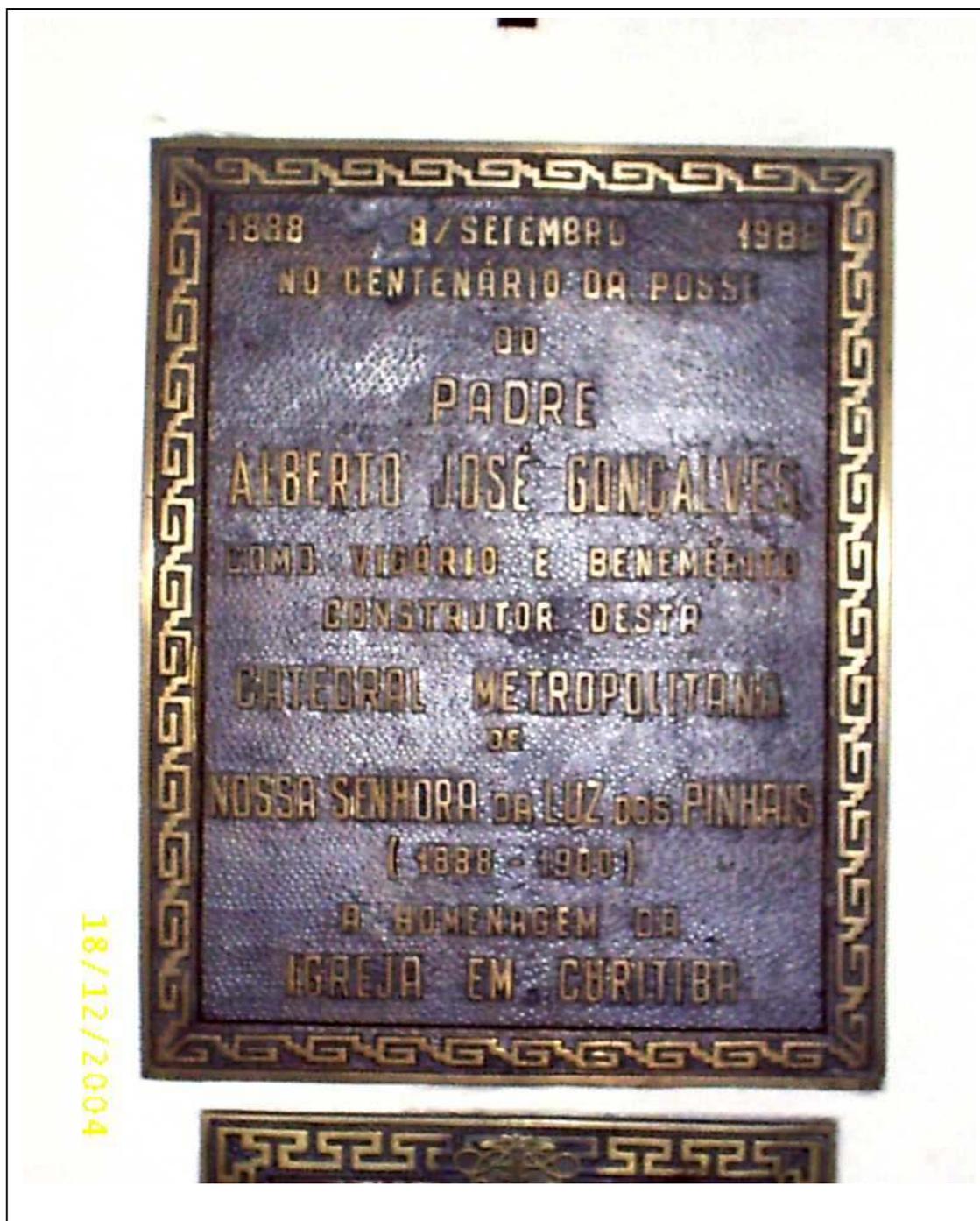


Figura 10 – Placa de comemoração dos cem anos de posse de padre Alberto da Igreja Nossa Senhora da Luz. Foto do autor, 2004.

¹¹ “Auto de Posse”, 16 / julho / 1888. In: **Processo de Genere de Pe. Alberto José Gonçalves**, 1882, A. C. M. C.

Cercada de muitas expectativas corroborada de inúmeras notas nos principais jornais de Curitiba, a chegada de Pe. Alberto de São Paulo ao porto de Paranaguá, seguindo de trem para Curitiba, teria de ser triunfal, a despeito das suas insistentes e abnegadas recomendações para que não houvesse qualquer manifestação de homenagens ou congratulações dos amigos e nem dos paroquianos à sua pessoa. Mesmo assim, o editor do jornal “Gazeta Paranaense” insistia enfaticamente que os amigos queriam abraçá-lo e vê-lo chegar à sua Paróquia, este *“seu vigário que é uma glória do Paraná e de Curityba que o idolatra como um filho dilecto”*.¹² Órgão do Partido Conservador, a “Gazeta Paranaense” tinha motivos para esperar a chegada de Pe. Alberto, pois ele seria, além de um grande sacerdote dotado de talento retórico, o candidato do Partido Conservador, menos de um ano depois de sua posse na paróquia.¹³

¹² “Padre Alberto”, **Gazeta Paranaense**, Curitiba, 31/ ago / 1888, n. 195, p. 2

Importante salientar a data de sua chegada em Curitiba para podermos ter presente a rapidez de seu envolvimento nas atividades administrativas, litúrgicas, religiosas e políticas. Ele chegou em 4 de setembro de 1888.

¹³ Veja detalhes disso mais adiante neste texto (item 3.1).

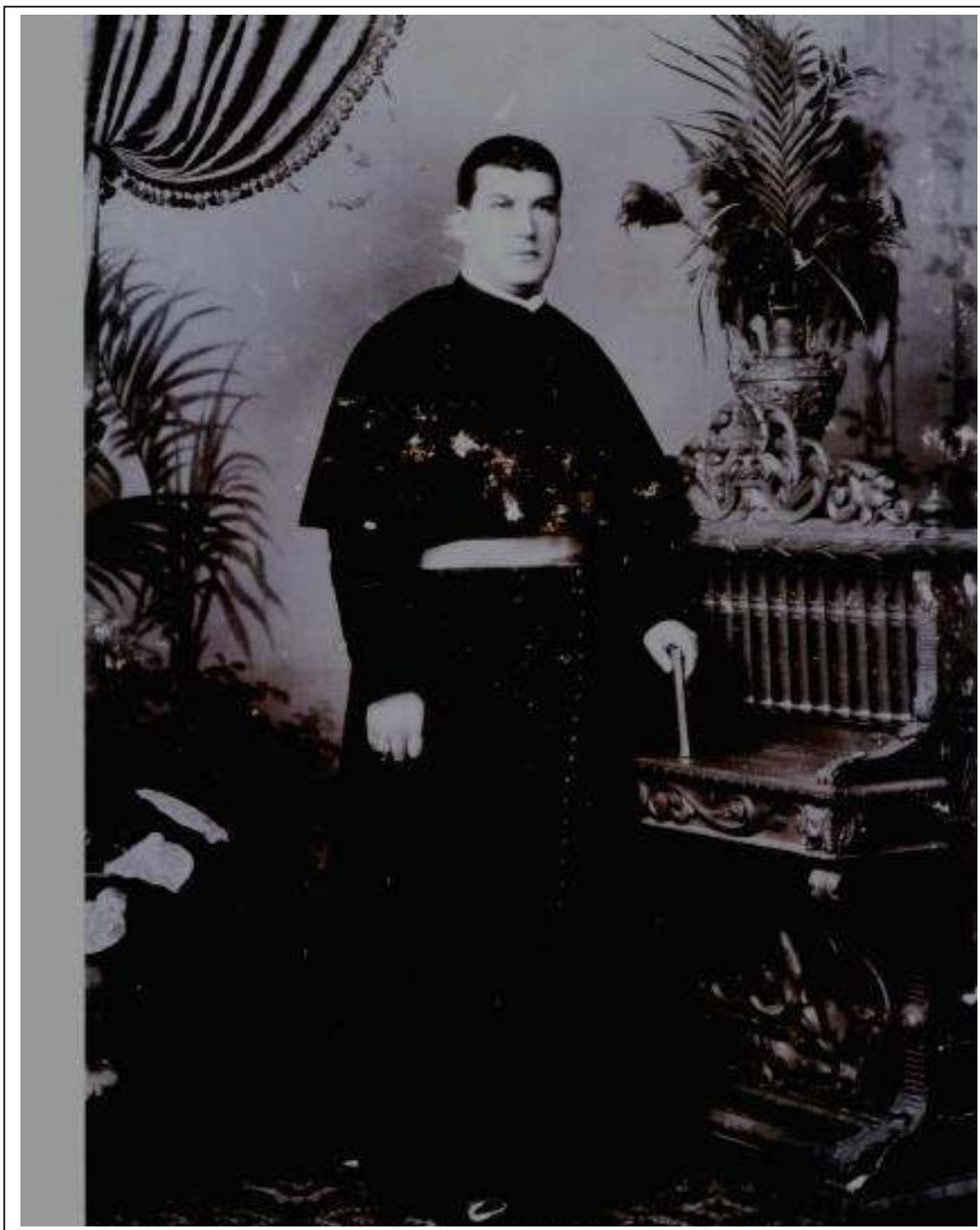


Figura 11 – Padre Alberto José Gonçalves.
Acervo Coleção Particular Professor Ernani Straube, 1897.

A posse da Paróquia se deu no dia 8 de setembro, acompanhada da missa cantada por ele próprio, tendo como coadjutores pe. Tedeschi, pe. Prado e pe. Ribeiro. Seguiu-se a festa em que foi servido um grande banquete. Não faltaram as presenças do Senhor Presidente da Província (Balbino Candido da Cunha, do Partido Conservador), autoridades civis e militares.

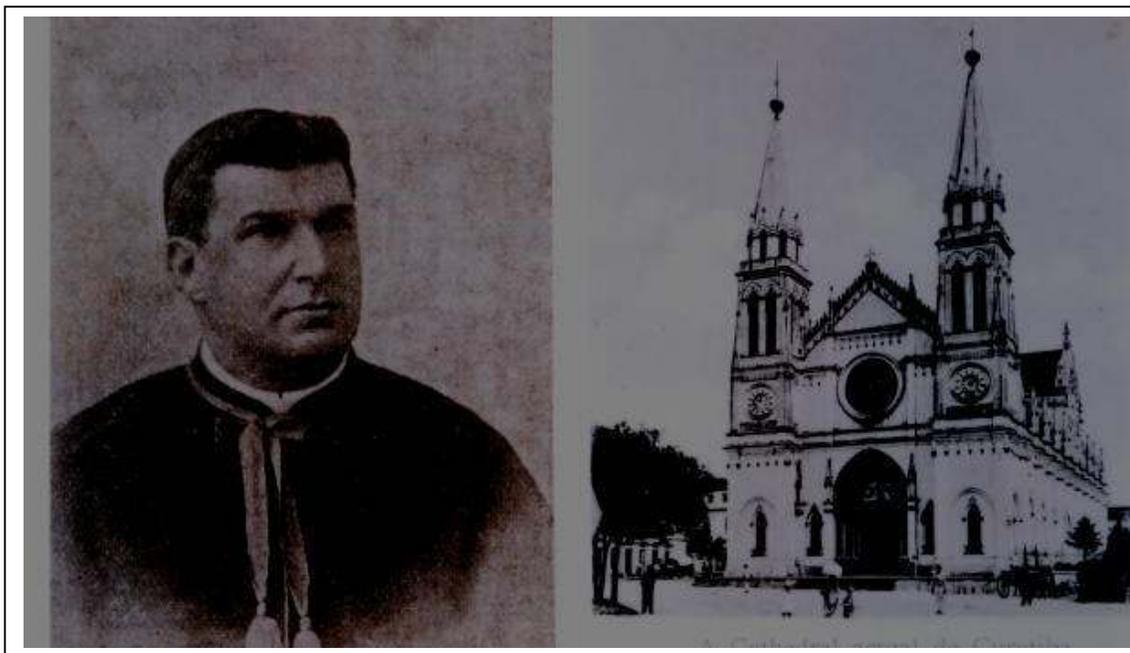


Figura 12 – Padre Alberto – ano de 1900.
Acervo Coleção Part. Prof. Ernani Straube.

Na mesma “Gazeta Paranaense” (Curitiba) de 11 de setembro trazia aquilo que foi a primeira fala em público de Pe. Alberto que, ao se lembrar dos amigos do Seminário, emocionara-se e chorara no momento das despedidas.¹⁴

¹⁴ “Padre Alberto”, 11 / set / 1888, n. 201, p. 3.



Figura 13 – Igreja do Rosário onde padre Alberto rezou a 1ª missa.
Igreja do Rosário dos Pretos de São Benedito – 2ª Igreja de Curitiba – séc. XVIII
Já foi Matriz, foto do autor, 2004.



Figura 14 – Visão do interior da Igreja do Rosário onde padre Alberto rezou sua 1ª missa, foto do autor, 2004.

Dois dias depois, enviava correspondência ao Exmo Presidente da Província, comunicando-lhe ter assumido exercício do cargo de Vigário Colado num tom de humilde presteza, papel de funcionário público, como era o do padre, que assim se apresentava ao Presidente da Província:

“Illmo. Exmo. Snr.

Tenho a honra de comunicar a VExª que a 8 do corrente mez entrei no exercício do cargo de Vigário Collado desta Parochia de Nossa Senhora da Luz de Curitiba, para a qual há pouco fui nomeado.

No exercício do meu sagrado ministério VExª encontrará um humilde auxiliar da administração (grifo meu) desta Província, cujos interesses e progresso em boa hora foram confiados á esclarecida sciencia o alto critério de V.Exª. Deus guarde a V.Exª.
Pe. Alberto José Gonçalves, Vigário Collado.¹⁵

¹⁵ GONÇALVES, Alberto J. Comunica que entrou em exercício do Cargo de Vigário Collado da Parochia N. S. da Luz, *Ofícios*, 10 / set / 1888, vol. 14, Ap. 842, p. 59. Arquivo Público do Estado do Paraná. APEP.

Convidado pelo próprio Presidente da Província, respondia, no dia 11 de setembro, que aceitava o cargo de Presidente da Comissão de Obras da nova matriz, devido à exoneração pedida pelo pe. José Joaquim do Prado.¹⁶ O problema da construção da nova matriz se arrastava desde 1875, sendo que os recursos obtidos sempre haviam sido insuficientes.¹⁷ A atitude de assumir diversos cargos pela breve função de Vigário Colado que lhe cabia, deixa transparecer uma impressão de que pe. Alberto teria de antemão uma postura centralizadora, e, por conta disso, antevia atritos com uma parcela considerável do clero.

Embora deixassem ver o contrário disso quando da iniciativa de enviarem telegrama de felicitação ao bispo D. Lino Deodato pela passagem de seu aniversário, as lideranças do clero do Paraná procuravam timidamente reconstruir o espírito de união dos padres.¹⁸ Não por menos, um ano antes, o jornal *Gazeta Paranaense*, em editorial, alertava para a situação de “... *exasperação recíproca*” (...) *Questões pessoais, onde a intriga de um lado explorava boa fé de uns e o desejo de vingança de outros...*”¹⁹

Quanto mais não fosse, no dia 30 de outubro, pe. Alberto voltava a se comunicar com o Presidente da Província²⁰, propondo redução de despesas das obras da matriz, em vista das dificuldades de não poder pagar sequer os operários das obras. Pediu, como remédio, a

¹⁶ “Pe. Alberto comunica que aceita nomeação para presidir a Comissão de Obras para construção da matriz. **Ofícios**, 1888, vol. 14, Ap. 842, p. 25, Arquivo Público do Estado do Paraná (APEP).

¹⁷ WACHOWICZ, Ruy C. **As moradas da Senhora da Luz**, 1993, p. 26 e seg.

¹⁸ BRAGA, Cônego, et al., “**Anniversario Natalicio**”, *Gazeta Paranaense*, Curitiba, 26 / set / 1888, n. 214, p. 2 e 3.

Importante destacar os nomes dos Padres que assinavam o telegrama ao Bispo: Cônego Braga, Secretário do Bispado; Pe. Ribeiro, Vigário Geral Forense; Pe. Alberto, Vigário Colado; Pe. Marcelo, Vigário de Paranaguá; Pe. Tedeschi, Capelão militar na capital.

¹⁹ “O nosso clero”, **Gazeta Paranaense**, Curitiba, 27 / fev / 1887, n. 45, p. 1.

²⁰ GONÇALVES, Alberto J. et al. “Presidente da Comissão de Obras da matriz propõe redução de despesas”, **Ofícios**, 30 / out / 1888, ap. 844. vol. 16, p. 10. (APEP).

exoneração do engenheiro Lazzarini e a do carpinteiro Henning. O mestre de obras Henrique Henning seria assassinado um pouco mais tarde vítima da Revolta Federalista.²¹



Figura 15 – Matriz Nossa Senhora da Luz dos Pinhais. Foto do autor, 2004.

²¹ WACHOWICZ, R. C. *As Moradas da Senhora da Luz*, 1993, p. 65.

Um ano depois, os mesmos problemas de falta de recursos, agravados pela paralisação dos operários, provocaram o pedido de exoneração de pe. Alberto ao Presidente da Província, (Marques Guimarães), que foi indeferido.²² Enfim, a falta de recursos para a construção da nova matriz só teria uma solução definitiva com um acordo firmado entre pe. Alberto e o governador Inocêncio Serzedello Corrêa, em 17 de outubro de 1890, já no período republicano. Esses recursos saíam da extração da loteria no valor de **150 contos de réis**. No final das contas, o padre teve de requerer do governador Xavier da Silva, em 10 de fevereiro de 1893, o restante do valor que não havia sido pago. Para tanto, houve a necessidade de se alterar o orçamento daquele ano para poder atender às exigências do padre.²³ Nessa época (1893), o padre já cumpria seu primeiro mandato como Deputado Estadual do Paraná. Ele iria agir, durante todo o tempo, politicamente articulado à sua tessitura eclesiástica e legislativa. Separá-las seria descaracterizá-lo.

Vivendo num clima aparente de confraternização, o clero do Paraná sempre se respingava com notícias brindadas pela imprensa. Em setembro de 1888, o jornal *Gazeta Paranaense* trazia em primeira página queixas do juiz municipal da Lapa (PR) sobre o fato que afetava diretamente interesses religiosos e do clero. A Presidência da Província se incumbira de solicitar, em ofício, esclarecimento ao Vigário Geral, na época, pe. Ribeiro.²⁴ Enquanto isso, pe. Alberto pretendia “*elevant as irmandades ao grao dezejavel de regularidade e prosperidade, de que tanto precisão, reformando umas e elevando outras do abatimento em que têm cahido*”.²⁵ Acrescentava ainda a nota que o padre pretendia criar uma Congregação de devotos da Padroeira, reformar o sistema de comemoração dos atos da Semana Santa e a construção da capela do cemitério. Fato também importante foi a

²² GONÇALVES, A. J. Pe. Alberto pede exoneração do cargo de membro da comissão de obras da matriz, **Requerimento**, 14 / nov / 1889, Ap. 878, vol. 5, p. 3 e 4. (APEP).

²³ Acordo celebrado entre o governo do Estado do Paraná e o Pe. Alberto José Gonçalves. **Ofícios**, 1893, Ap. 973, vol. 5, p. 25 e 26. (Cf. no anexo A)

Cf. também: WACHOWICZ, R. C. **As Moradas da Senhora da Luz**, 1993, p. 65 e 66.

²⁴ “Expediente da Presidencia”, **Gazeta Paranaense**, Curitiba, 26 /set / 1888, n. 214, p. 1.

incumbência recebida de presidir a banca geral de exames de preparatórios, (como era chamado), de Latim e Filosofia.²⁶

Impressiona a rapidez com que padre Alberto ia assumindo funções oficiais das mais variadas e, através da sua própria posição de sacerdote (intermediário entre Deus e os homens), ia aproximando-se de personalidades díspares e consolidando-se na liderança do clero paranaense. Como sua requerida demissão do cargo de Presidente da Comissão de Obras da Matriz havia sido indeferida pelo próprio Presidente da Província, logo receberia um aumento de salário referente à diferença do posto de padre encomendado para o de colado, no valor de 100\$000 (cem mil réis).²⁷ Para aquilatar mais um pouco seu moral, o Barão do Serro Azul fazia doações para as obras da Matriz de Assunguy (colônia paranaense), para o Procurador da Irmandade da Misericórdia (Santa Casa) e para pe. Alberto poder pintar a igreja que servia de matriz da capital (Nossa Senhora do Rosário).²⁸

Nos bastidores do poder, acentuava-se cada vez mais a presença fustigadora, com seu brado teológico salvacionista, do Partido Republicano. Blindado à idéia de crescimento monstruoso do Partido “*por todo o Brazil*”,²⁹ trazia o argumento das mudanças, unidas ao reboque da abolição empreendida pelos paulistas. O editorial conclamava o Paraná a seguir o exemplo do vizinho glorioso (os paulistas) e a deixar o atraso da monarquia: “*Abre como ella os teus portos ao estrangeiro, como ella só dà valor ao que realmente merece, quebra com os preconceitos e com os sceptros dos privilegiados, que tu bem vês a que te vão reduzindo, derroca esse feudalismo estúpido!*”³⁰

Ao apresentarem seu sistema de governo, cujo teor se resumia a uma frase, os republicanos paranaenses traziam em seu bojo a marca da possibilidade de uma realidade

²⁵ “Revmo. Vigário Alberto”, **Gazeta Paranaense**, Curitiba, 7 / out 1888, n. 224, p. 2.

²⁶ “Expediente da Presidencia”, **Gazeta Paranaense**, Curitiba, 22 / nov / 1888, n. 261, p. 2.

²⁷ “Á thesouraria de Fazenda. Expediente da Presidência”, **Gazeta Paranaense**, Curitiba, 31 / out / 1888, n. 244, p. 1.

²⁸ “Donativos”, **Gazeta Paranaense**, Curitiba, 30 / nov / 1888, n. 268, p. 2.

²⁹ “A Caminho...”, **A República**, Curitiba, 02 / jan / 1888, n. 1, p. 1.

sintética, absolutamente racional e heterogênea: “... *Os Republicanos apresentam o seu systema de governo, limpo, scientifico, evidente, nascido dos argumentos fataes do progresso, procuram destruir uma forma de governo, porque essa forma por si mesma já está corrupta...*”³¹

Em julho do mesmo ano, na condição de vice-presidente da Província do Paraná, Ildefonso Pereira Correia, o Barão de Serro Azul, aclamava, em seu editorial da *Gazeta Paranaense* (jornal de sua propriedade), a monarquia brasileira como a mais democrática, o espelho da liberdade e do progresso moral que caminham paralelamente ao desenvolvimento material. Digno de “brasilidade”, reclamava para sua terra tudo aquilo que já existia em abundância e, segundo ele, não era preciso mudar o regime de governo, imitando os outros países.³²

Em janeiro de 1889, o padre era contratado pelo Colégio São José (Instituição Particular do Professor José Cupertino) a ministrar aulas de latim.³³ Em matéria de ensino, suas atividades não pararam por aí. Em 11 de janeiro, o mesmo jornal publicava publicidade do *Colégio Parthenon Paranaense*, na qual trazia o nome de pe. Alberto ocupando a cadeira de religião.³⁴ Ao querer, segundo ele próprio, cultivar a boa formação moral dos pequenos, o padre enviou por escrito um ofício ao Presidente da Província pedindo autorização para ministrar aulas de religião nas escolas públicas, o que lhe foi permitido.³⁵ Embora se vivesse no regime monárquico e, com certa naturalidade, se encarasse tal pedido como um trabalho corriqueiro de um funcionário público, como era Pe. Alberto, sua solicitação teve desdobramentos eivados de críticas pesadas por parte do jornal “A Idéa”, um dos órgãos que

³⁰ Idem, *ibidem*.

³¹ Idem, *ibidem*.

³² “Para a História”, *Gazeta Paranaense*, Curitiba, 22 / jul / 1888, n. 163, p. 1. Sobre o Barão, cf. 2º capítulo deste trabalho.

³³ “Aula de latim”, *Gazeta Paranaense*, Curitiba, 16 / jan / 1889, n. 12, p. 2.

³⁴ “Colégio Parthenon Paranaense”, *Gazeta Paranaense*, Curitiba, 11 / jan / 1889, n. 9, p. 3.

³⁵ GONÇALVES, Alberto J. Pe. Alberto solicita autorização para lecionar religião nas escolas públicas. *Ofícios*, 1889, vol. 1, ap. 854, p. 178 - 179 (APEP). Cf. também resposta do Diretor Geral de Instrução Pública ao ofício

representava os Clubes de Estudantes da capital, em cuja Comissão Redatora figuravam membros do grupo “Livre-pensadores”, tais como: Dario Vellozo, Alfredo Pirajá, Saldanha Sobrinho, Azevedo Macedo e Cruz Costa. O número 10, de 19 / fev / 1889, trazia um artigo fulminante contra aquilo que os representantes da “Luz” chamavam de “*corvo de batina*” (referência a padre Alberto):

Attentado

“ – Um môcho damnado rumina surdamente entre nós um attentado sinistro contra a Luz.

- Um corvo de batina, um representante das trevas, um repugnante adversário da luz acaba de pedir licença ao governo para ensinar a cartilha nas escolas públicas!!

- E o governo conceder-lh’a !!

Isso nos enche de uma indignação santa.

- Na escola, nesse santuario de luz, não póde ter ingresso o mocho.

- Cada escola tem o seu mestre, que deve ser illustrado, e que, portanto, saberá educar os seus discípulos sem precisar recorrer á cartilha.

- O padre quer ensinar moral; e elle é o mais incapaz para isso.

- A cartilha atraza, além disso, o espírito da crença.

- O padre que se contente com os ignorantes que já existem e que não queira formar novos.

- Roma pertence ao passado.

- E nós dizemos como Victor Hugo: “Respeitamos em um ou outro ponto e poupamos o seu todo o passado, contanto que elle se reconheça morto. Si quizer ser vivo ataca-o-hemos e buscaremos mata-lo”.

Em nome do futuro, protestamos energicamente contra essa intervenção do padre na escola.

Protestamos! A criança precisa de Luz, luz!

E o padre irá ministrar-lhe somente trevas!

Na escola, o padre não pode entrar!

Para fora, tartufo!

Mocho! O teu lugar é lá, nas ruínas do passado! ³⁶

Logo depois, “A Idea” lançava invectivas contra o próprio diretor de instrução pública. O jornal se dizia surpreso com a atitude do diretor de mandar encerrar repentinamente as sessões do Clube de Estudantes no instituto, o que seria, segundo o jornal, represália por ter “A Idea” se oposto à permissão para o padre lecionar na escola pública.³⁷

Na palavra dos redatores fica explícita a idéia de que o grupo dos livre-pensadores não era contra o ensino de religião nas escolas públicas, mas, sim, contra padres,

de Pe. Alberto, bem como artigo do padre, justificando sua atitude de se dispor a ministrar aula de religião e moral nas escolas públicas. “Noticiário”, *Gazeta Paranaense*, Curitiba, 13 / fev / 1889, n. 35, p. 2.

que seriam os grandes responsáveis em transformar o santuário da luz (escola pública) em um mundo sinistro. Ademais, atribuíam a si mesmos o papel de vetores, tutores e porta-vozes do saber sempre alertas e apreensivos com as situações políticas e sociais. José Pereira de Macedo, amigo e contemporâneo de pe. Alberto, em artigo na Revista da Academia Paranaense de Letras, de Curitiba, escrito em homenagem a seu falecimento, conta uma polêmica (dentre muitas) que pe. Alberto teve com um jovem repórter do jornal “A República”. Perguntou ao jovem se ele era anticlerical. O jovem respondeu-lhe que sim. Perguntou se ele era livre-pensador. O jovem respondeu-lhe que sim. O padre emendou: “Por que me negam a qualidade de livre-pensador?”³⁸

Pe. Alberto também lecionara na chamada “Escola Realista” (internato e externato). Sua cadeira fora a de Doutrina e Moral Cristã. Faziam parte do corpo docente da escola figuras importantes, tais como: Sr. José F. da Rocha Pombo (Cadeira de História Universal); Leôncio Correia (Cadeira de Retórica e Poética); Sebastião Paraná (Cadeira de Corografia do Paraná); Pe. José Tedeschi (Cadeira de Italiano); Líbero Badaró Teixeira Braga (Diretor do Colégio, lecionava Português e Francês).³⁹

Pouco tempo depois, pe. Alberto fora convidado a assumir a Superintendência Geral do Ensino Público, em 1890, substituindo a Vicente Machado, seu correligionário e amigo pessoal.⁴⁰

Em março de 1889, pe. Alberto fora convidado a compor a Presidência da

³⁶ “Attentado”, **A Idea**, Curitiba, 19 / fev / 1889, n. 10, p. 4.

³⁷ “O Director da instrução pública”, **A Idea**, Curitiba, 8 / mar / 1889, n. 11, p.2.

³⁸ D.Alberto, **Revista da Academia Paranaense de Letras de Curitiba**, ano 4, n.11, Janeiro, 1946, p.93 e 94.

³⁹ “Escola Realista”, **A República**, Curitiba, 7/fev/1890, n.32, p.4. Leôncio Correia foi Deputado Estadual contemporâneo de P.Alberto e seu amigo pessoal. Rocha Pombo, historiador, jornalista e memorialista paranaense; Sebastião Paraná, professor e jornalista. Pertenceu ao grupo dos anticlericais. Cf. OLIVEIRA, Ricardo Costa. **O Silêncio dos Vencedores**, 2001, p.243 e seg. Líbero Badaró T. Braga era irmão do cônego João Evangelista Braga que, juntos, fundaram o Colégio Curitibano, 1879. Cf. **Dicionário Histórico-biográfico**, 1991, p.42. Segundo Paulo Florêncio de Camargo, Cônego Braga teria se recusado a ser Bispo de Curitiba. Cf. In: FEDALTO, Pedro, **A Arquidiocese de Curitiba na sua história**, 1958, p.207.

⁴⁰ STRAUBE, Ernani Costa. **Do Licêo de Curitiba ao Colégio Estadual do Paraná**, 1993, p. 129. Cf. também. “Expediente do mez de fevereiro do Governador do Estado, Gen. José Cerqueira de Aguiar Lima”, **A República**, Curitiba, 18 / fev / 1891, n. 340, p. 1.

Comissão de Estatística do Estado do Paraná, aceitando-o prontamente.⁴¹

A diversidade de funções assumidas na administração do Estado deu a pe. Alberto uma imagem de competência, afiançou-lhe notabilidade e reforçou sua autoridade perante a comunidade. Mas não foi só isso. Semelhantes atributos lhe renderam forças para arrastar uma parcela considerável do clero paranaense, conhecida por suas artimanhas ultra-espirituais e por seu desprezo às causas da Igreja. Era o chamado clero liberal ou regalista. Além disso, o padre era filho do Paraná, (ao contrário da maioria do clero que era de fora), fora formado no baluarte do ultramontanismo, o Seminário Episcopal de São Paulo. Assim sendo, escolhido com o apanágio da Princesa Isabel para o cargo de padre colado da principal Paróquia do Paraná (Nossa Senhora da Luz), suas pretensões não eram apenas as de pôr ordem na administração eclesiástica, mas derrubar, se possível definitivamente, um modo de vida que os reformistas romanizadores consideravam dissimulado, que era o modo de vida dos padres regalistas.⁴²

⁴¹ “Estatística”, **Gazeta Paranaense**, Curitiba, 19 / mar / 1889, n. 63, p.2 e “Offícios”, **Gazeta Paranaense**, Curitiba, 9 / abr / 1889, n. 80, p.2.

⁴² Pe Alberto não foi o único padre paranaense formado no Seminário Episcopal de São Paulo. Outros já haviam passado pelas hostes do berço ultramontano: Pe. Júlio Ribeiro de Campos. Pe. Antônio Joaquim Ribeiro, Pe. Antonio Machado Lima, este ordenado padre pelo próprio Bispo fundador do Seminário, Dom Antônio Joaquim de Mello. Também recebeu formação no Seminário de São Paulo o Cônego João Evangelista Braga. Todos exerceram o cargo de Vigário Geral antes da criação da Diocese do Paraná. Cf. FEDALTO, Pedro. **A Arquidiocese de Curitiba na sua história**, 1958, p. 15, 204 e seg.

Críticas à reputação moral dos padres do Paraná foram feitas por padres estrangeiros, dentre outros. O principal deles foi Pe. Pedro Colbachini. Cf. AZZI, **A Igreja e os migrantes**, vol. I. 1987, p. 210-212.



Figura 16 – Padre Alberto José Gonçalves.
Acervo Coleção Particular Professor Ernani Straube, 1900.

Sinais desses conflitos com o clero foram uma constante. Em julho de 1888, pe. Sezinando da Cruz Dias era defendido pelos amigos contra a acusação de ele tirar o padre da Paróquia de Pirahy (PR), porque esta era rendosa. Afirmava-se que os padres só queriam enriquecer prematuramente.⁴³

Uma carta anônima dava conta de envolver o nome de pe. Tedeschi que supostamente levantava intrigas contra pe. Fiataroni. Em consequência disso, Tedeschi teria sido suspenso de suas ordens,⁴⁴ o que não sucedeu. O mesmo padre Tedeschi, em abril do mesmo ano, colocava à venda 3 chácaras suas nos melhores pontos da cidade de Curitiba.⁴⁵

Fato mais curioso aconteceu com nosso personagem pe. Alberto, que, segundo ele próprio, teria realizado o casamento de uma menor de 14 anos, forçado por um dos “mandões da terra”,⁴⁶ sem o consentimento dos pais, do tutor da menina e sem licença do juiz. Não custa lembrar que se respirava ares monárquicos e que, portanto, as leis eclesiásticas estavam sujeitas às civis. Sob a ótica de uma tendência liberal, o jornal tirava lascas do padre ao observar que se o sacerdote era tão zeloso para com os órfãos, como poderia ceder às suas obrigações por pressões de influência de mandões.

E por mencionar o assunto de órfãos, pe. Alberto havia se disposto a reorganizar as irmandades na Paróquia de Nossa Senhora da Luz. Em 8 de março de 1890, o padre lembrava os membros da irmandade do Sacramento para tratar de sua reorganização.⁴⁷ Tradicionalmente, as irmandades eram organizadas por leigos e tinham um peso considerável na comunidade. Geralmente eram dirigidas por comerciantes e negociantes. Sua finalidade era estimular a devoção a um santo protetor, através da festa principal na qual se arrecadava os fundos necessários para atender órfãos, miseráveis, doentes, fazer enterro etc. O prestígio delas dependia, muitas vezes, desses fundos, o que acabava transformando-as em esferas

⁴³ “Ineditorial” “Jaguariahyva”, **Gazeta Paranaense**, Curitiba, 20 / jul / 1888, . 161, p. 3.

⁴⁴ “Aos Srs Arthur Lopes e Padre Anibal Fiataroni”, **Gazeta Paranaense**, Curitiba, 14 / fev / 1889, n. 36, p. 2.

⁴⁵ “Boa Occasião”, **Gazeta Paranaense**, Curitiba, 10 / abr / 1889, n. 81, p. 3.

⁴⁶ “Casamento de orphãos”, **Dezenove de Dezembro**, Curitiba, 10 / abr / 1889, n. 27, p.3.

sociais projetadas ao luxo, lançando seus líderes a um grau de notoriedade, principalmente, de sua imagem política. Hiran Luiz Zoccoli diz que toda a classe clerical do Paraná era sustentada pelos maçons.⁴⁸ Sabe-se que grande parte dos membros dirigentes das irmandades pertencia à maçonaria, apesar de que, no Paraná, maçons e padres conviviam pacificamente. No entanto, as irmandades haviam se afastado das determinações da Santa Sé e precisavam retornar a seu lugar de origem, isto é, ficarem sob os auspícios do pároco ultramontano.⁴⁹ Essa era uma das missões romanizadoras de pe. Alberto. Subtende-se neste ponto a transferência de poder das lideranças leigas para a pessoa do padre em relação às irmandades.

No alvorecer da República, aterrorizados com as mudanças abruptas do Regime, mas convictos de sua reputação e importância social e espiritual, os prelados brasileiros respondiam, no início de 1890, em forma de Carta Pastoral, (a primeira manifestação coletiva do Episcopado Brasileiro) ao governo recém-constituído que não “... *haverá conflito por parte da Igreja contanto que ele se mantenha na sua esfera. Nesse caso, não só não haverá conflito como, pelo contrário, a ação da Igreja será muito salutar e os seus fiéis serão os cidadãos mais dedicados à pátria*”.⁵⁰

No Paraná, os conflitos ocorriam no interior da própria instituição eclesiástica. O Vigário Geral Forense do Paraná, pe. Antônio Joaquim Ribeiro, tornava público o edital de S. Exa. Revma. o Sr. bispo Diocesano, proibindo expressamente discussões pela imprensa entre sacerdotes da diocese de São Paulo, bem como publicação na mesma contra a administração diocesana.⁵¹

⁴⁷ “Irmandade do Sacramento”, **A República**, Curitiba, 8 /mar /1890, n. 58, p. 3.

⁴⁸ ZOCOLI, H. L. **A Maçonaria no Paraná**. Vol. 1 a 7, trabalho não publicado. Esta informação foi obtida através de entrevista com o autor em 17/abril/2003. (Curitiba).

⁴⁹ Cf. mais sobre irmandades em : “Irmandades” In: VAINFAS, Ronaldo (org), **Dicionário do Brasil Imperial**, 2002, p. 390-391.

⁵⁰ MARCHI, Euclides. Uma Igreja no Estado livre: o discurso da hierarquia católica sobre a República. **História: Questões e Debates**, n. 18/19, 1989, p. 224.

⁵¹ “Vigaria (sic) Geral Forense do Estado do Paraná, em Curytiba aos 4 de junho de 1890”, **Diário do Paraná**, Curitiba, 7 /jun /1890, n. 41, p.3.

Em dezembro, quando houve a substituição de pe. Antônio Joaquim Ribeiro por pe. Alberto na Vigararia Geral Forense, em 16 de dezembro de 1890, D. Lino Deodato, bispo de São Paulo, emitia uma portaria mediante a qual concedia faculdades extraordinárias a pe. Alberto.⁵² A questão girava em torno de problemas envolvendo as capelanias curatas. O clero, mormente o estrangeiro, disputava o controle das capelas que, não raro, possuíam fundos recheados pela contribuição dos colonos. Acontece que este não era o único problema. Conforme Azzi⁵³, os interesses ultramontanos nacionais se chocavam com interesses da Santa Sé, ou seja, a incumbência dos missionários de ampliar e dominar áreas cada vez maiores, em forma de capelanias, dava condição para que Roma os controlasse, ficando em segundo plano o desejo do episcopado brasileiro de avançar as reformas ao longo da criação das dioceses. Para que isso se concretizasse era preciso extinguir as capelanias, coisa que não aconteceu totalmente.

Essa situação traz à luz uma afirmação atribuída a pe. Alberto: *“Já é tempo de acabar com os europeus, todos devem tornar-se brasileiros, sob todos os aspectos. Não precisamos de padres e paróquias de outras nacionalidades”*.⁵⁴ Tanto a portaria de D. Lino quanto essa afirmação acima podem nos levar a crer que pe. Alberto queria um clero o mais afinado possível com as reformas que ele acabava de ser autorizado a efetivar na Igreja do Paraná.

⁵² CARVALHO, Lino Deodato Rodrigues de. (Bispo) “Portaria de Faculdades extraordinárias concedida ao Revmo. Pe. Alberto José Gonçalves...” In: **Livro II de Registros da Vigararia Geral Forense**. 1886 – 1890, A. C. M. C. (Folha Avulsa). Na região sul, as capelas surgiram de modo espontâneo em função das carências espirituais e materiais das comunidades de imigrantes. É o local de culto dos habitantes de cada vila. Esse sistema se desenvolveu rapidamente por conta das lideranças leigas que substituíam a figura do padre ausente, resultando daí atritos com a hierarquia eclesiástica. D. Lino as institucionalizou no Paraná, em 1875, nas colônias polonesas. Ao reivindicar uma solução semelhante para as colônias italianas, Pe. Colbachini tentou tomar a frente para administrá-las sob a jurisdição europeia. Em 1888, D. Lino criou a Capelania Italiana, mas sob a jurisdição da Vigararia Geral do Paraná. Uma das determinações da Portaria concedia poderes totais a Pe. Alberto para que ele controlasse as capelas. Cf. BALHANA, A. P. Religião e Imigração. **Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes**, n. 7, 1993, p.54.

⁵³ **A Igreja e os migrantes**, 1987, vol. I, p. 266.

⁵⁴ Apud WACHOWICZ, Ruy C. **O Camponês polonês no Brasil**, 1981, p. 102.

A portaria de Dom Lino dizia textualmente:

Attendendo a urgentíssima necessidade em que achão as diversas parochias do Estado do Paraná, d'esta diocese de São Paulo, onde existem nucleos coloniais com capellães curas das respectivas nacionalidades, de uma providencia energica e pronta, que determine a jurisdição parochial ou seja de taes capellães ou dos vigarios propriamente ditos, fasendo-se cessar os conflitos e acabar de vez com as dissidencias, recriminações e odiosidades que infelizmente reinam entre os referidos curas e os grupos facciosos a que se ligam, com grave escandalo dos fieis, violação da disciplina ecclesiatica e serias dificuldades para a administração diocesana. Havemos por bem de conceder ao Rev^{do} Pe. Alberto José Gonçalves, Vigário Geral Forense do referido Estado do Paraná, por tempo de 6 meses, se antes não mandarmos o contrário, plenos poderes tanto quanto podemos delegar-lhe (grifo meu), afim de que faça a alludida reforma (grifo meu), dependente de nossa ulterior aprovação...”⁵⁵

No mesmo documento, havia observações ao lado do brasão do bispado prorrogando para mais 6 meses a portaria de faculdades extraordinárias, com data de 7 de abril de 1891.

Em resposta ao decreto do Governo Provisório que proibia cerimônia religiosa antes do casamento civil, o paladino pe. Alberto divulgava, no jornal “Diário do Paraná”, de julho de 1890, um artigo (Recado) a seus paroquianos para que obedecessem ao Decreto, mas também obedecessem à Igreja. Concluía, argumentando que só o sacramento santificava a união matrimonial e quem se casasse só no civil viveria em estado de pecado, citando a Pastoral Coletiva dos bispos brasileiros.⁵⁶

A afirmação de que quem se casa apenas no civil vive em pecado lhe valeu um debate longo e acalorado contra seu amigo Procurador Fiscal do Tesouro do Estado, Chichorro Júnior, no qual desafiava o padre a mostrar em quê se justifica a moral católica para tal afirmação.

Arremata, Chichorro, que o sacramento santifica o casal na graça de Deus, enquanto que o casamento civil o legitima perante a sociedade. Utilizando-se de proposições lógicas e de argumentações filosóficas, o também juiz de direito e jornalista Chichorro Jr diz

⁵⁵ CARVALHO, Lino Deodato Rodrigues de. Portaria... In: **Livro II de Registros da Vigararia Geral Forense, 1886 – 1890**, folha Avulsa. Arquivo da Cúria Metropolitana de Curitiba.

enfaticamente que o que se encontra por trás da postura de pe. Alberto é seu espírito ultramontano, aquele que deseja “*invadir e apoderar-se do indivíduo, da família, da sociedade, do mundo inteiro...*”⁵⁷ pe. Alberto volta à carga fazendo uma analogia que expressa de forma contundente sua postura diante dos dois poderes, o civil e o espiritual:

Assim como para as cousas do mundo ha um tribunal que decide em última instancia, cuja decisão é considerada a voz da verdade... e esse tribunal por isso chama-se Supremo (grifo meu), assim também as cousas divinas e espirituas, para a paz e a tranqüilidade da consciencia dos catholicos ha um Tribunal Supremo (grifo meu), considerado o órgão da verdade (grifo meu) e o qual não há apelação, é a Igreja ou em seu Chefe, o Pontífice Romano (grifo meu).⁵⁸

Assim sendo, pe. Alberto permaneceu firme no propósito de reconhecer no Estado o direito de regular os efeitos civis que decorrem do casamento, entretanto, reafirmava categoricamente, e permeado de uma pedagogia autoconsagrada pelo magistério eclesiástico, que o contrato civil, para os católicos, era inseparável do sacramento matrimonial. Quanto a Chichorro Jr., continuou a escrever seus artigos no jornal, cobrando de Pe. Alberto o princípio moral no qual se baseava para afirmar que o casamento civil sem o religioso era concubinato. Para Chichorro, tal afirmação era anti-social e imoral. Depois da terceira resposta, pe. Alberto se calou.⁵⁹

⁵⁶ GONÇALVES, Alberto José. “O Vigário aos seus parochianos”, **Diário do Paraná**, Curitiba, 4 / jul / 1890, n. 63, p. 2.

⁵⁷ JUNIOR, Chichorro, “O casamento civil e o sacramento” III, **A República**, Curitiba, 16 / jul / 1890, n. 165, p. 2.

⁵⁸ GONÇALVES, Alberto José. “Ao Sr. Chichorro Junior”. **Diário do Paraná**, Curitiba, 16 / jul / 1890, n. 73, p. 3

⁵⁹ Cf. artigos de Chichorro Júnior no jornal “**A República**”, Curitiba, “A Moral e a Consciencia Catholica”, 6 / jul / 1890, n. 157, p. 1 e 2.

- “A Moral Catholica”, 9 / jul / 1890, n. 159, p.2;

- “A Moral Catholica II”, 10 / jul / 1890, n. 160, p. 2.

- “O Casamento civil e o sacramento III”, 16 / jul / 1890, n. 165, p.2.

- “O Casamento civil e o sacramento IV”, 17 / jul / 1890, n. 166, p.2.

- “O Casamento civil e o sacramento V”, 18 / jul / 1890, n. 167, p. 2.

Importante observar que o jornal “**A República**” possuía posição política contrária ao grupo de Chichorro Júnior, que pertencia à chapa da União Republicana. Mas, como seus artigos contestavam posições eclesiásticas que justificavam, neste ponto, o Regime Republicano, então ele pôde receber certo apoio do jornal. Nessa época, Pe. Alberto já militava no Partido Republicano.

Cf. artigos de Pe. Alberto no jornal “**Diário do Paraná**” :

Enquanto sua pessoa tomava vulto pela imprensa, o padre freqüentemente mergulhava em sonoros eventos sociais e religiosos.

No início de março de 1890, houve uma festa para se comemorar a mudança do nome da cidade de Campina Grande para “Villa Glicério”, uma homenagem ao grande republicano Francisco Glicério, Ministro da Agricultura. A rigor, pode-se dizer que foi uma festa republicana com direito à presença do Governador interino, Dr. Herculano de Freitas, dentre outras lideranças políticas. Como não poderia faltar, houve necessidade de se celebrar missa e para isso foi convidado pe. Alberto, na qual falou, segundo o jornalista, sobre a harmonia entre a religião e a justiça.⁶⁰ Em homenagem ao falecimento do seu ilustre sócio, Dr. Chaves Filho, o Clube dos Girondinos mandou celebrar missa fúnebre e agradeceu as honrosas testemunhas de pesar das outras entidades: Club Curitybano, Club Militar e Nihilistas do Averno. Pe. Alberto foi o celebrante.⁶¹ Em agosto, a sede do “Clube dos Operários” foi inaugurada, tendo como presidente o jornalista Agostinho Leandro. Inflamados discursos empolgavam os convidados presentes, embebidos de um ambiente marcado de suntuosos retratos de celebridades patrióticas estampados nas paredes do clube, com direito a banda de música do 17º batalhão, pessoas ilustres da cidade discursaram, dentre elas: o General Cardoso Júnior, Dario Velloso, Vicente Machado, Chichorro Júnior e pe. Alberto.⁶² A julgar pela presença dos dignitários, indicados na nota jornalística desse evento, o Clube Operário se constituía de um peso significativo da elite social do Paraná. Caberia perguntar pelos operários, mas nosso interesse repousa em pe. Alberto. Como se vê, ele se interpunha

- “Ao Sr. Chichorro Junior”, 7 / jul / 1890, n. 65, p.3.

- idem, 10 / jul / 1890, n. 68, p. 3 (reproduziu literalmente o artigo do dia 7/julho/1890).

- “Ao Sr. Chichorro Junior”, 14/jul/1890, n. 71, p. 3.

- “Ao Sr. Chichorro Junior”, 16/jul/1890, n. 73, p. 3.

⁶⁰ “Notícias – Villa Glicério”. **A República**, Curitiba, 4 / mar / 1890, n. 53, p.2.

⁶¹ “Annuncios” – Dr. Chaves Filho”, **A República**, Curitiba, 12 / mar / 1890, n. 61, p.3.

⁶² “Club dos Operários”, **A República**, Curitiba, 27 / ago / 1890, n. 199, p.3. General Cardoso Júnior fora o chefe de governo no golpe militar de 15 de novembro, governando de novembro de 1889 até dezembro do mesmo ano. Dario Velloso, jornalista e Professor de Filosofia, líder do movimento anticlerical, filho de Cyro Velloso (maçônico); Vicente Machado, líder do Partido Republicano no Paraná; Chichorro Júnior, Procurador do Tesouro do Estado, jornalista, membro do movimento anticlerical, Juiz de Direito.

nos mais variados setores da sociedade e acabou tornando-se uma personalidade de referência, assim como de convergência nos grupos sociais recentemente organizados. Podemos falar de um certo personalismo do padre.

Numa esfera de cunho paranista, um Ato de 6 de novembro de 1890, emitido pelo Governador Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva, indicava os cidadãos que iriam compor as Comissões para tratar da Representação do Estado na Exposição Continental de São Paulo, das quais fariam parte da Comissão de Curitiba os nomes do Barão de Serro Azul, Vicente Machado, José Fernandes Loureiro, pe. Alberto.⁶³

A idéia “paranista” toma corpo e se explicita com a República. Aqui se delineia o Paraná com uma imagem apoteótica, ou seja, uma terra na qual os seus grandes filhos (elite política, empresarial, tropeira, militar, intelectual) protagonizaram a possibilidade de uma terra progressiva e triunfalmente civilizada. É também no fim do Império e início da República que os setores da liderança social política sentem a necessidade de se organizarem como uma possível classe social.⁶⁴ Essa necessidade vinha do fato de o Paraná não possuir, no final do século XIX, instituições suficientemente organizadas que aglutinassem interesses numa única direção.

Luís Fernando Lopes Pereira em sua obra “Paranismo: o Paraná inventado”⁶⁵ destaca que não havia um Partido Republicano inteiramente organizado. Assim, portanto, podemos inferir que esse Partido não dava cabo de representar o Estado no nível federal de maneira consistente. Para o mesmo autor, havia apenas Clubes Republicanos.

Ao voltar o nosso olhar para a Igreja Católica do Paraná, constatamos que, como instituição, ela também não estava organizada. Faltavam padres que precisavam ser

⁶³ “Actos e Leis de 1890, 1891, 1892”, p. 87 – 88.

⁶⁴ Em 1890, Ildefonso Pereira Correia, o Barão do Serro Azul, juntamente com outras lideranças do comércio, criou a Associação Comercial do Paraná. Cf. **Dicionário Histórico-biográfico do Estado do Paraná**, 1991, p.30. Cf. também o capítulo 2 deste trabalho.

⁶⁵ 1997, p. 25.

recrutados na europa, a região dependia das determinações jurídicas da diocese de São Paulo, além dos problemas envolvendo os regalistas.

Desse modo, ao se cultivar uma identidade paranista, fica a impressão de que havia uma unidade política entre as partes, e essa unidade dava suporte para que o conjunto da classe dominante empreendesse projetos que veiculassem a suposta pujança econômico-industrial do Estado, tanto para outras regiões do país, quanto para o exterior, com o objetivo claro de expandir negócios, mas também e, principalmente, legitimar o finalismo político subterrâneo de seus condutores.

O paranismo traz em seu bojo contradições que explicam, embora de forma relativa, a postura conservadora do Estado. Eduardo Pena ⁶⁶ faz uma análise sobre o discurso montado sobre a imagem messiânica do imigrante como redentor e disciplinado trabalhador, tido como panacéia para os males advindos da estrutura colonial escravocrata. Soma-se a este trabalho as reflexões de Maria Ignês Mancini de Boni sobre vigilância e punição da criminalidade do trabalhador urbano de Curitiba (1890 – 1920). ⁶⁷ Ressalta a autora que havia entrado em vigor o novo Código Penal, em 1890, que, energicamente, vinha para punir, principalmente, as contravenções dos jogos de loterias não oficiais. ⁶⁸ A nova legislação, levada a reboque pelo clima positivista republicano, atribuía à Polícia um papel cientificamente capaz de controlar comportamentos inadequados à idéia de civilização. Por intermédio das prisões correccionais impunha-se um novo paradigma de subordinação e disciplina ao trabalhador, permeado pela instrução regular e pela orientação religiosa. ⁶⁹ Houve uma acirrada perseguição sobre a mendicância da cidade, de tal modo que o pobre,

⁶⁶ Escravos, libertos e imigrantes, **História: Questões e Debates**, 9 (16), p.83.

⁶⁷ Vigilância e Punição: O espaço da criminalidade na constituição do trabalhador urbano de Curitiba 1890 – 1920. **História: questões e Debates**, 8 (14/15), p.45 e seg.

⁶⁸ Em abril do mesmo ano, o Governador baixou decreto autorizando extração das loterias para a construção da Matriz de Curitiba. Cf. “Thesouro do Estado”, **A República**, Curitiba, 2 /abr/1890, n. 80, p.1. Segundo Mancini de Boni, o jogo, no Paraná, era visto como “hábito detestável”, um “negócio escandaloso”. Cf. apud, op. cit, p, 76.

para se diferenciar do vadio, (considerado como o principal agente contra a segurança da vida e da propriedade) tinha de adquirir junto ao médico e à polícia uma licença que lhe comprovasse a impossibilidade de trabalho. O ato de trabalhar era visto como sinônimo de cidadania. Acrescente-se a isso o fato de que a cidade de Curitiba havia sido planejada de forma centrípeta, de maneira a fazer convergir todas as avenidas para a área central, a Praça Tiradentes, onde se localizava a Matriz Nossa Senhora da Luz. Tal plano contribuía para evitar conflitos nas ruas, pois facilitava a vigilância.

Outrossim, Curitiba contava com uma arquitetura caracterizada pelo isolamento das pessoas (Hospital de Alienados, Penitenciária, abrigos vários, etc) considerados não aptas pelo providencial higienismo e cientificismo das autoridades constituídas.⁷⁰

Por outro lado, segmentos representativos de fazendeiros, com a prosperidade do mate, eram levados à cidade para participarem do culto religioso,⁷¹ a mesma Curitiba que já possuía água encanada (1884) e luz elétrica.⁷²

Obrigatoriamente, o conceito de progresso estava associado à figura do imigrante que, de resto, era o símbolo da contradição paranista. Segundo, ainda, Magnus Pereira, o imigrante seria parte integrante do projeto de modernização do Paraná, mas, a despeito disso, trazia consigo hábitos e “... práticas medievais...”⁷³, manifestadas nas corporações de ofícios e, de quebra, nas concepções conservadoras da religião católica, a qual, nesse momento particular, pelejava a cruzada ultramontana contra a própria modernidade.⁷⁴

⁶⁹ Em 1889, o Delegado de polícia comunicava a Pe. Alberto a construção de uma capela no interior da cadeia da cidade (capital). Além de lhe agradecer, o padre pôs-se à disposição, gratuitamente, para servir de capelão nos atos religiosos. Cf. “Parte Official – Governo Provincial”, *Gazeta Paranaense*, Curitiba, 1/ fev / 1889, n. 26, p.1

⁷⁰ CASTRO, Elizabeth Amorim de. *A Arquitetura do isolamento em Curitiba na República Velha*, 2004, passim.

⁷¹ PEREIRA, Magnus Roberto Mello, *Semeando iras rumo ao progresso*, Curitiba: UFPR, 1996, p.11.

⁷² ibidem, p.108 e seg.

⁷³ ibidem, p.42.

⁷⁴ Em 1889, ao discursar no Club Curitybano, Pe. Alberto comentava, segundo o redator, que, ao mesmo tempo em que houve o progresso na evolução material e científica das sociedades, houve também um regresso da educação social e da moral que seria o responsável pela anarquia social hodierna. Nota-se um tom generalizado

Evidências mostram que a Igreja tinha motivos para se preocupar, inclusive até com detalhes inesperados que acabavam favorecendo-a. É o caso do calendário publicado pelo jornal “Quinze de Novembro”, o qual traz estampada a imagem da República em forma de mulher, uma clara homenagem à Proclamação da República, mas com o calendário de todos os dias do ano dedicados a um santo católico.⁷⁵

Outra surpresa se revelava no serviço de empresa funerária particular, instalada em 1888, portanto, antes da República.⁷⁶ Soma-se a isso, as impressões de um padre polonês segundo o qual não existia povo mais infiel à sua religião do que o brasileiro⁷⁷, impressões essas que poderiam justificar as Reformas, bem como tirar a Igreja de uma posição acuada para a de propugnadora da fé católica.

Por fim, o que chega a ser até hilariante, uma indústria paranaense de chocolate, ao inaugurar sua fábrica, escolhera a imagem da Catedral Nossa Senhora da Luz como “marca da fábrica”. E sugeria aos prováveis clientes: “este novo estabelecimento recommenda ao respeitavel publico (grifo meu) e ao commercio em geral, os productos de sua manufatura...”⁷⁸

Esse fato sutil revela um forte teor de secularização da sociedade curitibana, mas, do ponto de vista religioso, demonstra a importância fundamental da representação da Igreja Católica, mesmo se considerando o uso comercial dela, a despeito do suposto desrespeito que as autoridades eclesiásticas pudessem entrever no caso.

Em suma, a idéia paranista fora construída sob uma lógica mórbida e perversa (que recaiu sobre os ombros dos setores sociais básicos) de ordem social levada às últimas

no suposto discurso sem se referir aos responsáveis pelo regresso social e moral, caracterizando sua implícita neutralidade frente aos contundentes efeitos da modernidade. Cf. “Conferencias” **Gazeta Paranaense**, Curitiba, 23 / abr / 1889, n. 89, p.2. (Há mais referências disso no capítulo 2 deste trabalho).

⁷⁵ “Folhinha do Quinze de Novembro”, **Quinze de Novembro**, Curitiba, 1/jan/1890, n.32, p.3.

⁷⁶ “Emperza (sic) Funeraria de Curityba”, **A República**, Curitiba, 2/jan/1888, n.1, p.4.

⁷⁷ Apud, WACHOWICZ, Ruy C. **O camponês polonês no Brasil**, 1981, p.99.

⁷⁸ “Nova Industria Paranaense Roessle e C”., **A República**, Curitiba, 3/fev/1895, n.29, p.4. Ver também: **A República**, Curitiba, 6/fev/1895, n.31, p.4, em que aparece a mesma publicidade sem a imagem da Catedral. (Ver anexo B)

conseqüências, ou seja, dar prioridade ao trabalho, mas não ao trabalhador (asceta). Pela ótica das lideranças políticas e dos seus idealizadores, o paranismo cumpriu seu propósito finalista, isto é, revelaria a força, a beleza e a norma disciplinar do imigrante destemido e desbravador, os monumentos apologéticos expressando homenagens aos nobres dignitários da terra natal, os sinais de progresso prefigurados na presença dos bondes elétricos, da água encanada, da iluminação pública do comércio e indústria arrojados, do excesso de instituições assistenciais para ocupar e adequar os mais necessitados (ou socorrer as vítimas que o próprio paranismo criara).

De certo modo e por razões não programadas, a construção de uma identidade paranista teve na Igreja católica uma (uma delas) cumplicidade indireta levada de roldão pela dinâmica do processo histórico, fez-se de legitimadora dessa ordem, mesmo a contrariando no discurso antimoderno ultramontano, por sua vez, muito raro de se ouvir, no Paraná.

Politicamente, o clima se desenrola em forma de conflito, simulado pelo discurso na imprensa de Curitiba entre o grupo monarquista e o republicano, sem que esse discurso tivesse uma repercussão real convincente a ponto de se derramar pelas ruas. Era o que expressavam os republicanos em edital, reiterando que estavam em luta contra os conspiradores.⁷⁹

A situação do Estado do Paraná parecia estar crítica do ponto de vista financeiro, pois, no jornal “A República” de 7 de junho do mesmo ano, Vicente Machado convidava, no Clube Curitibano, todos os comerciantes e industriais para tratar “de assunto de alto interesse”.⁸⁰ No dia 10 de junho, o mesmo “A República” publicava as razões da “Convocação” de Vicente Machado e do Barão do Serro Azul.⁸¹ Pretendiam fazer uma representação junto ao governo para incorporar o Paraná à região bancária do Estado de São Paulo. Traduzia o jornal: “*Declarou (Vicente Machado) que todos os nossos interesses*

⁷⁹ “Opinião Pública!”, **A República**, Curitiba, 11/fev/1890, n.35, p.1.

⁸⁰ MACHADO, Vicente e outros. “Secção Livre: Reunião”, **A República**, Curitiba, 7/ junho / 1890, n. 133, p. 3.

comerciais, industriaes e financeiros nos aconselhavam esse facto, auspicioso debaixo de todos os pontos de vista para este Estado, que já do visinho Estado Paulista havia obtido o último empréstimo de 2100 contos de Reis. ⁸²

Moderadamente, o Sr. Antonio de Barros ⁸³ discordava de Vicente Machado e pedia que a moção de adesão não fosse votada tão rapidamente, argumentava que a questão deveria ser estudada por uma comissão, visto que poderiam surgir dificuldades comerciais em razão da diferença do padrão monetário corrente na praça do Rio de Janeiro, ao qual estava baseado todo o negócio do Paraná. Teve sua voz aplacada novamente pela intervenção de Vicente Machado, discordando, e arrematava conclamando as lideranças presentes, à criação de uma Associação Comercial, o que teve a adesão imediata do Barão do Serro Azul.

A reação da oposição foi imediata também!

Como as cláusulas do contrato entre o Banco União de São Paulo e o governo do Estado não haviam sido divulgadas, o mesmo era uma incógnita para todos. Conforme diziam os contratadores, o negócio não seria feito em notas do Banco União, mas em outra moeda. Entretanto, o editor do jornal “Diário do Paraná” (Curitiba) (órgão da União Republicana, de oposição aos Republicanos) questionava os verdadeiros motivos da imposição dos “capitalistas”, ⁸⁴ ao exigirem que o Paraná passasse a pertencer à zona do seu banco. Ainda, acusava o jornal, o Sr. Vicente Machado quis envolver os comerciantes no negócio sobre o qual, também, eles estavam desinformados. Concluía, o jornal, dizendo-se contrário ao sistema dos Bancos Regionais, para o qual eram funestos, pois amarravam o

⁸¹ “Reunião”, **A República**, Curitiba, 10 / jun / 1890, n. 135, p.3.

⁸² Idem, ibidem.

⁸³ Antonio de Barros, comerciante de Curitiba e grande liderança que compôs a 1ª diretoria da Associação comercial do Paraná como 1º secretário. Cf. **Dicionário Histórico-biográfico do Estado do Paraná**, 1991, p. 30.

⁸⁴ “O Negocio”, 10 / jun / 1890, n. 43, p. 1. Há um detalhe que ajuda a se entender um pouco o caso do contrato com o Banco União de São Paulo. Américo Lobo era Presidente do Estado e seu vice era Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva, (Republicano), paulista de Campinas, nada mais do que gerente e acionista da filial do Banco União em Curitiba. Amigo e sócio de Pe. Alberto na Cia Ferro – Carril, uma empresa de bondes.

desenvolvimento econômico de cada Estado aos interesses particulares dos respectivos Bancos.

Dois dias depois, o “Diário do Paraná” (Curitiba) divulgava a informação de que o próprio Barão do Serro Azul, tradicional membro do Partido Conservador, lançava, através de um telegrama, o nome de seu irmão (Manoel Francisco Correia) para concorrer ao Senado pelo Partido Republicano.⁸⁵ Encarada pela oposição como bombástica, essa notícia punha em evidência a descaracterização partidária.

Recentemente nascido para defender os direitos dos operários, e acossado pelo alarde do redemoinho no qual estava mergulhada a política paranaense com a abrupta convocação da classe comercial e industrial dentro do recinto da “Bastilha”⁸⁶, (conforme os próprios populares chamavam o Club Curitybano), os operários ameaçavam invadi-lo, intrigados com a sorrateira e inesperada movimentação no seu interior.

No dia 16 do mesmo mês, o “Diário do Paraná” (Curitiba) voltava à carga, conclamando os comerciantes e a população a se oporem à anexação pura e simples do Paraná ao Estado vizinho, São Paulo.⁸⁷

Assim sendo, os Republicanos buscavam meios financeiros, mediante os quais redirecionariam supostos projetos de desenvolvimento industrial, comercial com o Estado de São Paulo, modelo de ponta do progresso brasileiro na época. Deve-se acrescentar, no entanto, que as lideranças republicanas também pensavam nas eleições majoritárias do ano seguinte. Não fora por menos que em editorial do dia 11 de fevereiro do mesmo ano gabava-se de representar o Regime Republicano que justamente “... *estadeia fulgurosamente o estandarte da confraternização americana neste vasto e adiantado continente*”.⁸⁸ Faziam-se

⁸⁵ “A Chapa do Sr. Barão”, 12 / jun / 1890, n. 45, p. 1.

⁸⁶ “Conversa na travessa da matriz no dia 8 de junho às 9 horas da noite”, **Diário do Paraná**, Curitiba, 12 / jun / 1890, n. 45, p. 3.

⁸⁷ “Últimos Golpes”, n. 48, p.1

⁸⁸ “Opinião Pública”, **A República**, Curitiba, 11 / fev / 1890, n. 35, p.1.

passar por defensores ufanistas do direito e da justiça. Por ser assim, denunciavam à opinião pública o que chamavam de conspiração dos grupos monarquistas detentores da flamejante volta do Rei. Mas o jogo político estava posto. Ironia ou não, os mesmos republicanos teriam um monarquista candidato em suas fileiras. Além do mais, usava batina.

3.2 CONCILIADOR DO CONSENSO: O PACIFICADOR NA TRIBUNA

A situação política do Paraná, logo após a Proclamação da República, era volúvel e confusa, visto que governos assumiam o poder com a mesma rapidez com que saíam dele. Uma das possíveis explicações desse quadro se encontra na maneira pela qual o antigo regime, que acabava de ser derrubado, mantinha o país. As instituições eram fracas, a rotatividade dos grupos no poder deixava seus personagens sem uma identidade política própria, não havia oposição que encarnasse mudanças radicais, uma vez que predominava o consenso da conciliação, até porque a sociedade não havia se delineado de forma orgânica e politicamente concreta.

Posto assim, o Paraná sofria desses males. Talvez, o problema paranaense que mais se sobressaía residia na carência de líderes que tivessem uma proeminência junto ao governo do Rio de Janeiro, em função da qual fizessem refletir ganhos políticos à Província. Esse vácuo teria trazido dificuldades essenciais que adentraram a República. Miriam Dolhnikoff,⁸⁹ ao escrever sobre o lugar das elites regionais, destaca o grau elevado de autonomia das Províncias, em virtude da qual garantia às mesmas elites um papel decisivo na chefia do país. No Paraná, mesmo Vicente Machado, o impávido grande líder do Partido Republicano, por exemplo, viu-se tolhido quando da iniciativa de criar um banco do Estado do Paraná. Por conta dessas dificuldades e relutâncias, foi preciso buscar, a toque de caixa, lideranças que fossem eminentemente não apenas renovadoras, mas, principalmente,

inusitadas. Um líder do clero poderia legitimar e sacramentar o Partido Republicano, impondo-lhe a marca da pluralidade de “convergências derivadas”⁹⁰ (inspirando uma aparente democracia), marca necessária para ser aceito no cenário paranaense. Pe. Alberto era um reforço considerável para o Partido Republicano.



Figura 17 – Mesa da antiga Assembléia Legislativa, onde pe. Alberto foi presidente de 1894 à 1896, foto do autor, 2005.

⁸⁹ O lugar das elites regionais. **Revista Usp**, 2003, n. 58, p. 117 e seg.

Em 10 de abril de 1891, os paranaenses elegiam o 1º Congresso Constituinte com a incumbência de organizar o Estado sob os princípios do novo regime. Alguns detalhes elementares se destacavam na nova constituição. O mandato do Deputado Estadual seria de 3 anos. O analfabeto, o mendigo, os praças de pré e religiosos sujeitos ao voto de obediência não poderiam votar.⁹¹ A legislatura deveria durar 2 meses, podendo ser prorrogada extraordinariamente. Além do mais, no recesso legislativo, o executivo assumia as funções do legislativo, descortinando-as, prática essa que permaneceu vigente até por volta de 1914.⁹²

Apesar de ter em sua composição uma maioria de Deputados liberais, a Assembléia contava com a presença de pe. José Antônio de Camargo Araújo, um experiente representante do Partido Liberal. Levado a integrar a Assembléia Provincial desde 1880⁹³ consecutivamente, voltaria a concorrer com pe. Alberto em 1891 para a legislatura de 1892 – 94, sendo derrotado.



Figura 18 – Fachada Central da antiga Assembléia Legislativa. Foto do autor, 2004.

⁹⁰ SOUZA, Nelson Mello. Apresentação, p. 36. In: MERCADANTE, Paulo. **A consciência conservadora no Brasil**, Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

⁹¹ FANCKIN, Reginaldo. **Sistema Constitucional do Paraná**, Curitiba: Poder Legislativo, 1974, p. 30.

⁹² Idem, *ibidem*, p. 31 e 32.



Figura 19 – Quadro fotográfico da Antiga Assembléia – 1890. Autoria do quadro (?), foto do autor, 2004.

Generoso Marques foi o primeiro governante constitucional do Paraná (02/jun/91 até 29/nov/91 Conforme relata Samuel Guimarães da Costa).

Na época, exercia o cargo de Senador.⁹⁴ O General Aguiar Lima, profundamente ligado ao grupo do antigo Partido Liberal, jogou o peso da máquina estatal visivelmente para favorecer, nas eleições, a facção de Generoso Marques. Ainda segundo Costa, dos 32 deputados eleitos nessa ocasião, apenas 8 eram conhecidos. Cerca de 24 deles não tinham expressão, nem tampouco seriam reeleitos nos pleitos seguintes. Dos 32, apenas Generoso Marques e Vicente Machado tinham projeção no Estado.

⁹³ NICOLAS, M. *Cem anos de vida parlamentar*, 1954, p. 165 e 175.

⁹⁴ *História Política da Assembléia Legislativa do Paraná*, 1994, vol. 1, p. 189 e seg.

A 1ª Constituição Republicana do Paraná foi promulgada em 4 de julho de 1891. Pego de surpresa com a dissolução do Congresso Nacional por Deodoro em 3 de novembro do mesmo ano, Generoso Marques imediatamente se solidariza com o Presidente da República, dirigindo-se ao Rio para reassumir o cargo de Senador, licenciando-se do cargo de Governador.

Em Curitiba, o experiente líder republicano, Vicente Machado, organiza manifestações contra o governo estadual e federal simultaneamente, obrigando Generoso Marques a voltar para o Paraná e reassumir o cargo de governador, no dia 17 de novembro. Entretanto, o próprio Generoso Marques é pego de surpresa novamente ao saber da renúncia de Deodoro, alguns dias depois.

Ao ter dado apoio público ao Presidente Deodoro, Generoso Marques acabara comprometendo o apoio para si do próprio Comando Militar do Paraná. Incitando o povo através de seu jornal “A República”, Vicente Machado, categoricamente, exigia a renúncia de Generoso Marques, o que acabou acontecendo em 29 de novembro. Em seu lugar, foi empossada uma Junta Governativa integrada pelo Coronel Roberto Ferreira, Bento Lamenha Lins e Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva, não sem os protestos da Assembléia Legislativa, cuja Presidência era exercida por Menezes Dória, juntamente com Chichorro Junior (1º Secretário) e o jornalista Cunha Brito, que lançou o jornal “Diário do Paraná” para se contrapor às posições políticas de Vicente Machado. A mesma junta governativa marcaria eleições e uma nova Constituinte para janeiro de 1892, eleição essa que escolheria 28 deputados, entre os quais pe. Alberto.

Pouco antes disso, e sem perder de vista que publicamente não se podia apoiar a Igreja ou considerá-la um aliado, o jornal de Vicente Machado “A República” dava a conhecer ao público paranaense a arregimentação do Partido Católico no Rio de Janeiro, São Paulo e em outros Estados. Numa postura democrática, afirmava que os católicos tinham todo

o direito de se organizarem politicamente, desde que não ofendessem as leis estabelecidas. Com cautela, afirmava que o Regime Republicano estava sujeito às intempéries de conspirações monárquicas, sendo que tanto o regime republicano não poderia cooptar os católicos, da mesma forma que o Partido Católico não poderia cultivar a restauração.⁹⁵

Entretanto, a pretensa neutralidade dos editores do jornal antagonizava-se com a adesão de pe. Alberto ao Partido Republicano e a também pretensa adesão da Santa Sé à República.⁹⁶

O órgão de imprensa do grupo de Generoso Marques (União Republicana), o jornal “Diario do Commercio”, soltava farpas contra as declarações de pe. Alberto que, segundo o jornal, eram ofensivas a Deodoro da Fonseca, a quem o padre se referia como “Sargentão”.⁹⁷ O mesmo órgão, quando se referia ao padre, o chamava de candidato monarquista da República, mas num tom indicativo de auto-retrato de pe. Alberto. Como não deixava nenhuma briga de lado, respondia, no dia 6 de março, às acusações da União Republicana:

Pode esse indivíduo (anônimo que não assinara o artigo) ou os seus amos fazerem de mim o conceito que quiserem, mas felizmente não sou um desconhecido entre os meus concidadãos e a elles darei conta, em ocasião oportuna, do mandato que me confiaram.

Não tenho o menor receio de entrar em competencia com quem quer que seja em questão de dignidade.

Não nego a ninguém do direito de pedir que não suffraguem o meu nome, mas negolhe o direito de usar de meios indignos insultando-me ou intrigando-me.⁹⁸

⁹⁵ “A República”, “**A República**”, Curitiba, 5/ jul / 1890, n.156, p.2.

⁹⁶ **A República**, Curitiba, 20/maio/1891, n.407, p.3. Cf. também, “Notas Telegraphicas”, **A República**, Curitiba, 9/out/1894, n.138, p.1. sobre notícia de Roma em que o Papa publicaria uma nova encíclica, preconizando a adesão dos católicos à República.

⁹⁷ “Um candidato monarchista”, **Diário do Comércio**, Curitiba, 26/fev/1891, n.46, p.3.

⁹⁸ GONÇALVES, Alberto J. “Ineditorias”. **Diário do Comércio**, Curitiba, 6/mar/91, n.53, p.3.

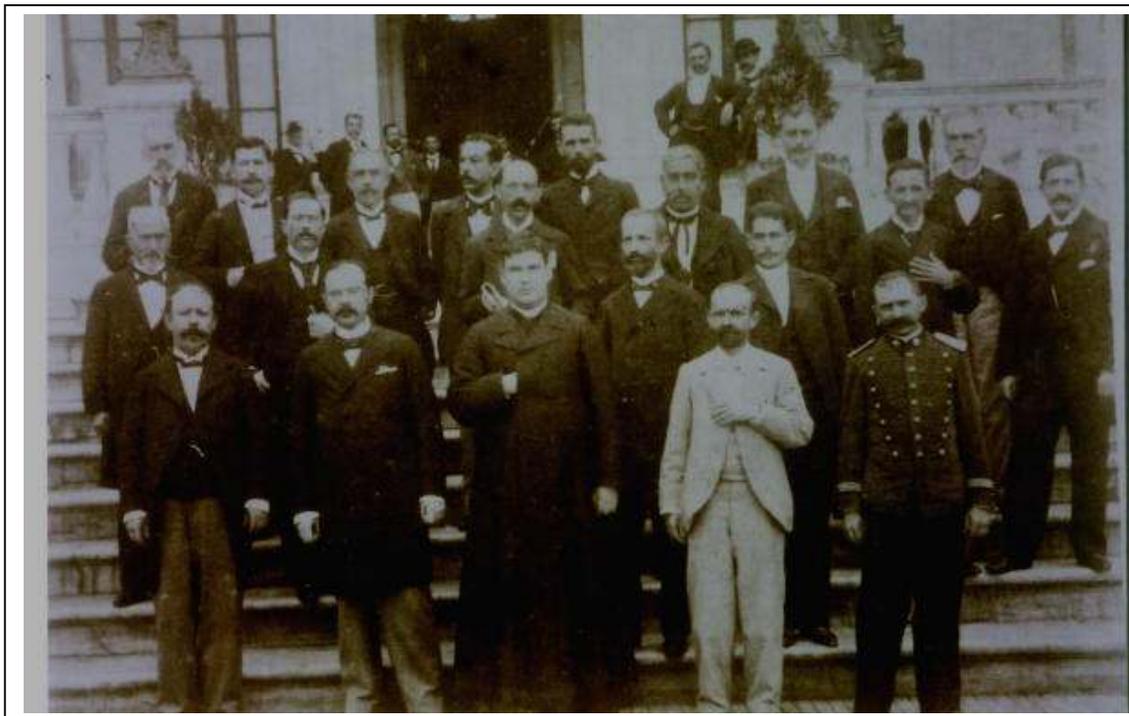


Figura 20 – Deputados Estaduais 1896 – 97.
Acervo Coleção Particular Professor Ernani Straube.
Monsenhor Alberto José Gonçalves.
Escadaria do Congresso Legislativo do Paraná.

A resposta, ainda que polidamente dada, viera de uma reação às acusações comprometedoras com que os editores do “Diario do Commercio” (Curitiba) lançaram um dia antes.⁹⁹ Vivia-se o clima das eleições de abril (1891) e o jornal “Diario do Commercio” fustigava os candidatos do grupo republicano por não terem coesão político-ideológica. Exemplo disso era a posição do Dr. Ubaldino do Amaral (Senador – PR) que seria inimigo do clero a tal ponto que votaria pela inelegibilidade dos padres. Para o jornal, pe. Alberto possuía idéias “*diametralmente oppostas ás daquelle cidadão*”.¹⁰⁰ Esperavam os editores do jornal,

⁹⁹ “União Republicana : Candidato a Governador”, **Diário do Comércio**, Curitiba, 5 / mar / 1891, n. 52, p. 3.

¹⁰⁰ Idem, Ibidem. Segundo Pe. Alberto, Ubaldino estudara no Seminário de São Paulo. Cf. PARANÁ. Congresso Legislativo do Estado, Anais... 10 / dez / 1894, 35ª sessão, p. 123.

uma resposta do padre diante de sua posição “equivoca”¹⁰¹ no Partido Republicano. Além disso, os editores acusavam Pe. Alberto de ser “*ambicioso vulgar que, pela vaidade de ser deputado, sujeita-se ao triste papel de ser apresentado ao eleitorado por um político que entende que os padres não têm o direito de ser votad o..*”¹⁰² O ataque se intensifica contra o padre: “... *quem ignora que foi esse mesmo sacerdote quem espalhou nesta capital o boato dos telegrammas que (dizia-elle) a guarnição aqui estacionada passára para a capital federal, contra o proprio Dr. Vicente Machado?*”¹⁰³

No dia 7 de março, o “Diario do Commercio” voltava à carga, agora atacando a formação de uma verdadeira dinastia à moda republicana, ou seja, o jornal anunciava o “Renascimento da Olygarquia” com o Barão do Serro Azul (do Partido Conservador) e mais 3 parentes seus, formando chapa no Partido Republicano. Assim se expressavam os redatores:

A funesta política das olyguarchias, que atrophiou o Paraná e matou completamente a iniciativa particular; essa politica que tratava sómente dos arranjos de familia e desprezava os interesses do povo, de quem só se lembravam por occasião das eleições; essa politica dos ignorantes e dos compadres, que antepunha ao bem publico a satisfação das ambições de meia duzia: - essa politica ruim, sem patriotismo, sem ideal, sem princípios está sendo levantada novamente e posta em pratica pela **Republica** (grifo do jornal), que, num regimen democratico, não teve o escrúpulo de apresentar ao eleitorado paranaense uma chapa em que o Barão do Serro Azul, chefe da olygarchia Correia, figura ostensivamente a par de seus parentes e adherentes!¹⁰⁴

Os Republicanos respondiam no mesmo tom, acusando o Sr. Generoso Marques a quem atribuíam o título de oligarca da terra.¹⁰⁵

O “Diario do Commercio” (Curitiba) de 31 de março do mesmo ano apresentava nota de manifestação de apreço do povo ao ex-intendente municipal, o Capitão Ernesto Victorino Jeolás. Pe. Alberto fora intérprete dos manifestantes. A nota não comenta a

¹⁰¹ Idem, Ibidem.

¹⁰² Idem, Ibidem.

¹⁰³ Idem, ibidem., cf também “Despezas com exéquias” No dia 29 de março de 1892, o mesmo jornal trazia informe sobre exéquias ao falecido D. Pedro de Alcântara e, em seguida, relação dos nomes das pessoas que pagaram as despesas. Pe. Alberto contribuiu com 1.000 réis. Foram gastos 2:537 \$ 520. Déficit de 197 \$ 520

¹⁰⁴ “O Renascimento da Olygarchia”, **Diário do Comércio**, Curitiba, 7 / mar/ 1891, n. 54, p. 3.

razão da manifestação,¹⁰⁶ mas, provavelmente, teria sido por conta da candidatura do capitão a deputado que, no mesmo “Diario do Commercio”, de 13 de abril, aparecia como o segundo mais votado das eleições. Pe. Alberto não se elegera, mas pe. Camargo Araújo, sim.¹⁰⁷ Portanto, perdera a concorrência o Vigário Geral, pe. Alberto

Mas, para pe. Alberto foi uma derrota que não o faria desistir da vida política. Além disso, suas atividades não se restringiram à vida eclesiástica e política, mas também empresarial. No mesmo “Diario do Commercio”, (Curitiba) de 11 de março de 1891, a “Companhia Ferro Carril Curitybana” (empresa de bondes), da qual o padre era acionista, apresentava a ata da Assembléia Geral de 28 de fevereiro último. Discorria a ata sobre o esgotamento do capital da empresa (não havia dinheiro para reformar a sede, o material rodante era insuficiente, era urgente o prolongamento das linhas férreas, etc) e propunha elevar o capital da companhia a 300 contos de réis.¹⁰⁸

¹⁰⁵ “Excavação e Olygarchia”, **A Republica**, Curitiba, 9/ mar/ 1891, n. 55, p.3.

¹⁰⁶ “Manifestação de Apreço”, n. 72, p.2.

¹⁰⁷ “Eleição; apuração das 17 secções da capital”, n. 82, p.2 cf tambem

JUNIOR, Francisco José Cardoso (General) “Edital”, **Diário do Comércio**, Curitiba, 8 / maio / 1891, n. 103, p. 3.

Cf. também o resultado final da apuração das eleições de 10 de abril de 1891 e suas respectivas posições quanto ao número total de votos recebidos:

1. Dr. Lino de Oliveira Ramos = 11. 444
 2. Capitão Ernesto Victorio Jeolas = 11. 257
 4. Dr. Generoso Marques dos Santos = 7.033.
 6. Manoel Corrêa de Freitas = 6.917
 9. General Francisco José Cardoso Júnior = 6. 895
 12. Joaquim Procópio Pinto Chicorro Júnior = 6. 807
 33. Pe. José Antônio Camargo de Araújo = 6.734
 36. Pedro Fonseca = último eleito = 6.688
 - Pe. Alberto = 5.063
 - Vicente Machado da Silva Lima = 5.136
 - Barão do Serro Azul = 5.108

¹⁰⁸ A Cia Ferro Carril Curitybana, que entrou em falência em 1895, pertencia a pessoas ilustres e conhecidas da capital (Curitiba): Barão do Serro Azul, Antonio Ricardo dos Santos, Manoel Martins de Abreu, José Fernandes Loureiro (irmão do cunhado de Pe. Alberto), Antônio Rodrigues da Costa, Constantino Pereira da Cunha. Cf. “Ineditorial Companhia Ferro Carril Curitybana”, n. 57, p. 3.

O pe. na 27ª sessão do dia 22 /junho / 94 (p. 40) nos Anais do Congresso Legislativo, apresentava substitutivo ao Art. 1º para concessão de linha de bondes que foi aprovado sem debate.

Mesmo sendo candidato a uma vaga na Assembléia Legislativa do Estado, pe. Alberto não se afastou das atividades de pároco, o que lhe era positivo na medida em que permanecia em evidência social.¹⁰⁹

No jornal *A República*, de 6 de maio de 1891, as principais figuras do Partido Republicano divulgavam um protesto veemente à junta apuradora pela forma escandalosa e violenta com que a própria junta fizera proceder as eleições do dia 10 de abril último. Argumentavam que pelo Decreto de nº 511 de 23 de junho de 1890, ART. 53, ficava proibida a presença da Força Pública nos edifícios em que se realizariam as eleições, o que veio a ocorrer dias antes do pleito. Denunciavam também que o Corpo Policial colocado estrategicamente em determinadas localidades impediam os eleitores de comparecerem para votar.¹¹⁰ Assinavam o protesto, além de outros, Barão do Serro Azul, Vicente Machado, pe. Alberto.

Voltando ao clima da deposição de Generoso Marques e do fechamento abusivo da Assembléia Legislativa, (não sem protestos impetuosos de suas lideranças), realizado pela Junta Governativa, a situação era de inteiro inconformismo por parte dos segmentos da chapa da União Republicana. Apesar do governo de Generoso Marques ter sido destituído de forma ilegal, havia uma nítida inversão de posições na cena política paranaense que caracterizava o contínuo revezar dos personagens no poder, a despeito da mudança do Regime. (Monarquia para República).

A Junta Governativa orientada pelo novo governo de Floriano Peixoto, rapidamente, marcou eleições para menos de dois meses depois da deposição de Generoso

¹⁰⁹ No dia 24 de março de 1891, Pe. Alberto noticiava a programação da Semana Santa. No mesmo dia, anunciava os nomes dos fiéis que deveriam fazer a guarda ao Santíssimo Sacramento. Há nomes de ilustres políticos. Cf. GONÇALVES, A. J. “Semana Santa”, *Diário do Comércio*, Curitiba, 24 / mar / 1891, n. 68, p. 1 e 3 respectivamente.

¹¹⁰ “Protesto apresentado á juncta apuradora”, *A Republica*, Curitiba, 6 / maio / 1891, n. 397, p. 3 (?).

Marques.¹¹¹ Curioso notar que, da antiga Assembléia Legislativa de abril de 1891, somente Vicente Machado conseguiu se reeleger. Acrescente-se a isso o fato de ser a maioria dos eleitos de tendência oposta àquela da Assembléia anterior, ou seja, eram uma mescla do grupo republicano e do antigo Partido Conservador.

A Chapa da União Republicana, derrotada nas eleições, saiu, no mês de fevereiro de 1892, atirando para todos os lados, através do jornal recém fundado “A Federação”. O jornal primava pelas inúmeras revelações de fraudes e frisava de modo eloqüentemente sarcástico a maneira pela qual os republicanos manietaram as eleições. Talvez a diferença fundamental entre o segmento da União Republicana e os Republicanos Vicentistas (seguidores de Vicente Machado) fosse o reconhecimento público e explícito dos primeiros de que foram beneficiados pelo governo do General Aguiar com inúmeras concessões¹¹², tanto quanto o foram os vicentistas.

O fato de maior refluxo que marcou as eleições foi a denúncia de Porto de Cima¹¹³ (Vila), quando se soube que os eleitores votaram, mas não receberam da intendência municipal a certidão das assinaturas e a cópia das atas da eleição. Nos números seguintes, o jornal ia fazendo desfilar os mais grotescos episódios das eleições de 25 de janeiro. No mesmo dia, revelava também um telegrama do Barão do Serro Azul, confirmando para o jornal da capital federal *Gazeta de Notícias*, o evento eleitoral que transcorreria “... em perfeita ordem”.¹¹⁴

Segundo o mesmo jornal “*A Federação*”, somente 30% dos eleitores compareceram às urnas, sendo que para os Republicanos Vicentistas, o resultado teria sido de

¹¹¹ Não foi possível encontrar nos jornais da época elementos relativos às eleições de 25 de janeiro de 1892. Também os livros pesquisados sobre a história política desse período trazem brechas a esse respeito. Há notícias disponíveis apenas depois das eleições, principalmente, nos jornais de oposição, como o caso do “A Federação”, que passou a circular a partir desse período e que foi criado justamente para servir de arma contra as supostas mazelas do governo republicano encabeçado por Vicente Machado (vice-governador).

¹¹² “A História dos Bendegós”, **A Federação**, Curitiba, 13 / fev / 1892, n. 3, p.1. Os redatores do “A Federação” eram: Menezes Doria, Cunha Brito e Chicorro Júnior.

¹¹³ “Porto de Cima” **A Federação**, Curitiba, 13 / fev / 1892, n. 3, p.3.

¹¹⁴ “Chronica de 3 dias, idem, ibidem.

6.573 votos (faltando alguns colégios eleitorais), enquanto que o *Operário Livre*, citado pelo *A Federação*, indicava outro resultado: 7.998 votos. Mais à frente do artigo de *A Federação*, apareciam os dados que o Barão do Serro Azul havia informado à “Gazeta”, isto é, 30 mil votos para a Chapa Republicana de Vicente Machado.¹¹⁵ A disparidade de informações acabava obscurecendo o resultado das eleições, quando se sabe que a população do Paraná no ano de 1890 era a de 249.491 habitantes.¹¹⁶

Vejamos o perfil sócio-político dos 28 Deputados eleitos em 25 de janeiro de 1892:

1. **Sérgio Francisco de Souza Castro.** Foi o primeiro Presidente da Mesa. Natural de São Paulo, bacharel em Direito pela Faculdade de São Paulo, em 1861. Depois de desentendimentos constantes como Presidente da Mesa, renunciou ao cargo e foi nomeado, pelo Governador Francisco Xavier da Silva, Chefe de Polícia do Estado do Paraná, cargo de suma importância por poder controlar, principalmente, as mesas eleitorais. Era membro do Partido Liberal.
2. **João Manoel Ribeiro Vianna.** Natural de Curitiba. Primeiro prefeito de Curitiba, em 1833. Comerciante de erva-mate e arroz. Vice-cônsul na Argentina e Uruguai. Foi Coronel da Guarda Nacional.
3. **Ernesto de Campos Lima.** Coronel. Era casado com Maria Augusta Franco Lima, filha do Comendador Antônio Martins Franco.
4. **Agostinho Leandro da Costa.** Foi o fundador de um dos primeiros jornais proletários no Paraná e no Brasil, o “Operário Livre”. Fundou também a Associação Operária de Curitiba. Seria mulato.

¹¹⁵ “Pontos nos i i”, *A Federação*, Curitiba, 17 / fev / 1892, n. 4, p.1.

¹¹⁶ Apud, OLIVEIRA, Ricardo C. de. *O Silêncio dos Vencedores*, 2001, p. 63.

5. **Pe. Alberto José Gonçalves.** Era neto, por parte de mãe, do Capitão Tobias Pinto Rebello, que exerceu cargos políticos coloniais, ervateiro, tropeiro, pertencente ao núcleo histórico dos fundadores do Paraná.



Figura 21 – Visão do Plenário da antiga Assembléia Legislativa do Paraná – atual Câmara Municipal, onde pe. Alberto atuou como Deputado estadual, foto do autor, 2004.

6. **Albino José da Silva.** Origem modesta, nasceu em Paranaguá (PR), jornalista, abolicionista, professor e republicano histórico.
7. **Arthur Ferreira de Abreu.** Neto do Visconde de Nacar (o maior proprietário ervateiro do Paraná). Foi camarista e Presidente da Câmara de Paranaguá. Foi Senador e Coronel Honorário do Exército.
8. **Arthur de Almeida Sebrão.** Baiano, médico do Exército transferido para o Paraná.

9. **Carlos Cavalcanti de Albuquerque.** Bacharel em Ciências Físicas e Matemática, General. Exerceu cargos de Chefe de Gabinete da Administração do Exército. Escrevia nos jornais. “A República” e “Dezenove de Dezembro”.
10. **Carlos Meissner.** - Sem referências
11. **Francisco de Almeida Torres.** Filho do Comendador Máximo de Almeida Torres, um dos mais abastados capitalistas da Província. Era Engenheiro civil.
12. **João das Chagas Pereira.** Pertencia à família histórica do Paraná.
13. **Joaquim Alfredo Garcia Terra.** – sem referências.
14. **Joaquim Pereira de Macedo.** Ervateiro. Comandante da Guarda Nacional de Curitiba. Montou o 1º Moinho de Trigo do Estado.
15. **Joaquim José Pedrosa.** Jornalista, republicano e abolicionista.
16. **Jerônimo Cabral Pereira do Amaral.** Nascido no Rio Grande do Norte, Bacharel em Direito pela Faculdade de Recife. Juiz municipal de Curitiba.
17. **José Correia de Freitas.** Jornalista, Capitão.
18. **José Gonçalves de Moraes.** Jornalista, comerciante, professor. Tabelião e Presidente da Câmara de Morretes (PR).
19. **Leôncio Correia.** Republicano e abolicionista, jornalista, escritor e professor. Sobrinho do Barão de Serro Azul, o maior empresário paranaense.
20. **Luiz Braga de Carvalho.** Comerciante de Curitiba.
21. **Manoel de Alencar Guimarães.** Neto do Visconde de Nacar. Argentino de nascimento. Bacharel em Direito pelo Recife, Chefe de Polícia, em 1889, Curitiba.
22. **Manoel José de Faria e Albuquerque.** Militar.
23. **Otoni Ferreira Maciel.** Deputado Provincial, em 1887. Florianista na crise de 1893 (Revolta Federalista), jornalista.

24. **Randolpho Pereira Serzedello.** Médico, nasceu no Rio de Janeiro. Foi para o Paraná, em 1890, por convite de seu primo, o Major Inocêncio Serzedello Correia (quem assinara acordo com Pe. Alberto para destinar loterias para a construção da Catedral), Governador Provisório do Paraná.
25. **Vicente Machado da Silva Lima.** Bacharel em Direito. Republicano histórico. Proprietário do Jornal “A República”. Líder do Partido Republicano. Amigo pessoal de Pe. Alberto. Expoente na política paranaense.
26. **Victor Ferreira do Amaral e Silva.** Médico, ajudou a fundar a Associação Comercial do Paraná, com peso de influência política muito grande.
27. **Zacharias de Paula Xavier.** Empresário do setor de louças. Também foi fundador da Associação Comercial do Paraná.
28. **Lufrido Costa.** Comerciante.

O bloco majoritário era composto por cerca de vinte deputados do Partido Republicano, sob a liderança do Deputado Vicente Machado, do qual também fazia parte pe. Alberto. Isso explica uma certa facilidade com que o Poder Executivo aprovava seus projetos na Assembléia.

Os quadros abaixo revelam os principais projetos, bem como as funções desempenhadas por Pe. Alberto na Assembléia Legislativa do Paraná.

Quadro dos Principais Projetos de Lei de pe. Alberto.

Projetos	Data
• Projeto do Regimento interno da Casa. (Junto com Joaquim Pedrosa e Arthur de Abreu)	27 / abr / 1892 – 12ª sessão
• Projeto de Lei sobre o Ensino Público	20 / jun / 1892 - 41ª sessão

•Projeto de Lei autorizando o governo do Estado a alterar o plano e tabela das loterias para completar o pagamento que devia fazer à Matriz, conforme acordo celebrado entre o governador Serzedelo e a Comissão de obras da Matriz.	14 / out / 1892 – 8ª sessão
• Projeto de Lei sobre Aposentadoria dos funcionários públicos.	8 / jun / 1894 – 14ª sessão
• Projeto de Lei suprimindo cargo de Delegado Literário.	12 / jun / 1894 – 18ª sessão
•Projeto de Reforma da Instrução Pública.	19 / jun / 1894 – 24ª sessão
• Projeto de Lei que concede loterias para subvenção do Seminário Episcopal.	4 / dez / 1894 – 32ª sessão

- Fonte: PARANÁ. Congresso Legislativo do Estado . **Anais...** – 1892 – 1894, passim.

Quadro das funções desempenhadas por pe. Alberto na Assembléia Legislativa do Paraná.

COMISSÕES	DATA
•Instrução, Educação, Catequese e Civilização dos índios.	1892
• Estatística	1892
- 2º Secretário da Mesa Executiva da Assembléia	
• Comissão Executiva da Mesa:	1893
- 1º Vice-Presidente da Mesa	1894 - 95
• <u>COMISSÃO EXECUTIVA DA MESA:</u>	
- 1º Presidente e Presidente da mesa.	

<ul style="list-style-type: none"> • Constituição e Justiça (renunciou). • Instrução, catequese e civilização dos índios. • Redação. 	
<ul style="list-style-type: none"> • <u>COMISSÃO EXECUTIVA DA MESA:</u> - Presidente: 	1895
<ul style="list-style-type: none"> • <u>COMISSÃO EXECUTIVA DA MESA:</u> - Presidente. 	1896

Fontes: NICOLAS, Maria. **Cem anos de vida parlamentar**, 1954, passim.

PARANÁ. Congresso Legislativo do Estado, **Anais...**, 1892 – 96, passim.

Em relação à atuação de pe. Alberto na Assembléia Legislativa do Paraná, esta foi relativamente pequena em termos de apresentação de projetos e emendas. No entanto, principalmente os projetos, foram de importância vital para a sociedade paranaense. Há de se ressaltar que a maioria deles estava ligada aos interesses imediatos da instituição eclesiástica.

¹¹⁷ Por ser assim, começamos nosso estudo analisando o assunto sobre a reforma do Ensino Público, o qual teve em pe. Alberto um de seus responsáveis principais. Acrescentamos a esse assunto vários temas dos quais pe. Alberto participou na Assembléia Legislativa.

¹¹⁷ Nesta fase de nosso trabalho, optamos por apresentar os temas discutidos por Pe. Alberto em forma de assuntos temáticos, uma vez que os textos dos Anais da Assembléia Legislativa são confusos, desencontrados, sem seqüência lógica, muitas vezes até sem cabeçalho e sem índice geral, dificultando a leitura e a compreensão de seu conteúdo.



Figura 22 – Monsenhor Alberto José Gonçalves
 - Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva
 - Dom João Francisco Braga – 3º bispo e 1º Arcebispo de Curitiba 1908 – 1935
 - Escadaria do Congresso Legislativo do Paraná (Atual sede da Câmara Municipal de Curitiba)
 Acervo Coleção Particular Professor Ernani Straube.

1. Educação

Como membro da Comissão de Instrução Pública, da qual também fazia parte Leôncio Correia e Carlos Cavalcanti, pe. Alberto apresentara um pequeno Projeto de nº 26 dando conta de nomear uma Comissão para tratar da Reforma da Instrução Pública. De pronto, esse projeto foi rejeitado,¹¹⁸ visto que, oficialmente, já existia uma Comissão para tratar desse assunto, que era a mesma Comissão da qual o padre pertencia. Outra participação da Comissão de Instrução e Educação foi a apresentação de um decreto legislativo autorizando o governo a extrair uma loteria de 300 contos de réis em favor da Igreja Matriz de Paranaguá, e outra loteria de 200 contos de réis em favor das Igrejas, Cemitérios e Santa Casa

de Antonina (PR).¹¹⁹ Nota-se nessa participação que a Comissão de Instrução Pública extrapolava suas funções mais diretas, apesar de conter em si a área da catequese. Muito reveladora foi a discussão iniciada pelo deputado Agostinho Leandro sobre as remoções injustas de Professores Vitalícios realizadas pelo poder executivo, que, ao pedir explicações a Vicente Machado sobre tais atos do Executivo, pe. Alberto se envolvera na discussão, argumentando que a Assembléia Legislativa não tinha responsabilidade sobre os atos do poder executivo.¹²⁰ Ao afirmar isso, pe. Alberto descaracterizava uma das funções da Assembléia Legislativa, que era a de fiscalizar os atos do poder executivo.

Outra atuação do padre foi a de se colocar contrário ao Projeto do Deputado Victor do Amaral, extinguindo o cargo de Superintendente Geral de Ensino do Estado.¹²¹ A premissa utilizada pelo padre ia na direção de mostrar a eficácia de um especialista ocupar tal cargo, o que traria vantagens outras, mais relevantes do que a economia de 5 contos de réis, que era o gasto com aquela função. Do ponto de vista educacional, o Superintendente Geral de Ensino possuía prerrogativas importantíssimas que lhe traziam a vantagem de centralizar decisões em torno de questões de cunho administrativo. Uma delas era a de decidir abrir ou mandar fechar os estabelecimentos de ensino conforme mandava seu próprio projeto da instrução pública. Presidente da Comissão de Instrução Pública, o padre pediu a impugnação do Projeto de Victor do Amaral.

Em junho de 1892, pe. Alberto apresentava o Projeto de Lei sobre Ensino Público.¹²² Dos 48 artigos que compunham o Projeto, todos diziam respeito a tópicos administrativos, sendo que não dispunha de elementos pedagógicos, indispensáveis para as diretrizes educacionais básicas. De olho na educação particular(em especial as religiosas) em cujas escolas também trabalhava, pe. Alberto estipulava liberdade total à criação das

¹¹⁸ PARANÁ. Congresso Legislativo do Estado, *Anais...*, 10 / maio / 1892, 21ª sessão, p. 87.

¹¹⁹ PARANÁ. Congresso Legislativo do Estado, *Anais...*, 20 / maio / 1892, 29ª sessão, p. 107 e 108.

¹²⁰ PARANÁ. Congresso Legislativo do Estado, *Anais...*, 10 / out / 1892, 5ª sessão, p. 13 e 14.

¹²¹ PARANÁ. Congresso Legislativo do Estado, *Anais...*, 8 / nov / 1892, 27ª sessão, p. 95, 96 e 97.

instituições educacionais particulares e que, mantendo a frequência de 25 alunos, teriam o direito à isenção de impostos devidos ao Estado. (Art.º 39)

Em junho de 1894, pe. Alberto apresentava outro projeto (nº 23) para efetivar as Reformas do Ensino Público.¹²³ Uma novidade era a presença de Cônego Linhares na Comissão de Instrução Pública. O texto do Projeto dava conta não apenas de questões administrativas, mas de problemas ligados ao ensino, à vida funcional dos professores e à regulamentação, nas disposições transitórias, do concurso público para a contratação dos professores, dentre outras regulamentações. Importante acrescentar que ficava estabelecido o controle do Estado sobre o uso dos livros nas escolas públicas que ficavam à mercê da aprovação do governador. À Assembléia Legislativa caberia decidir a respeito da criação ou não de outros estabelecimentos de ensino. Além disso, o Estado ficava incompatibilizado em subvencionar ou contratar escolas cujos donos fossem particulares e que não cumprissem determinações legais, ficando a critério dos municípios a criação ou supressão de novas cadeiras nos bairros, podendo estabelecer taxa escolar para esse fim. Ao que tudo indica, pe. Alberto teria redigido o Projeto de Reforma pessoalmente. É o que se deduz ao considerar os termos em que fecha o Projeto referido: *“independendo de apoio e do parecer da mesma comissão...”*¹²⁴ (Referia-se à Comissão de Instrução Pública).

No relatório do Secretário de Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, Caetano Alberto Munhoz, apresentado ao governador Dr. Francisco Xavier da Silva,¹²⁵ demonstrava a rescisão de contratos com escolas subvencionadas por razões de não

¹²² PARANÁ. Congresso Legislativo do Estado, *Anais...*, 20 / jun / 1892, 41ª sessão, p. 144 e seg.

¹²³ PARANÁ. Congresso Legislativo do Estado, *Anais...*, 19 / jun / 1894, 24ª sessão, p. 32 e seg.

¹²⁴ *Ibidem*, p. 35.

¹²⁵ MUNHOZ, Caetano Alberto, **Relatório do Secretário dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública**, 29 / set / 1894, p. 15. Rocha Pombo informa que, em 1865, havia no Estado 46 escolas públicas com um total de 1532 alunos e 89 escolas particulares com total de 900 alunos. Cf. In HELLMANN, Gilmar José, **Colégio paranaense – esteio do pensamento católico em Curitiba (1889 – 1938)**, Trabalho de conclusão de Curso (Filosofia) Curitiba, PUC, 1997, p.83.

cumprimento do Decreto Nº 2, de agosto de 1892, também corroborado pelo Projeto de Reforma do Ensino Público apresentado por pe. Alberto.

No curto intervalo de uma rixa, o Deputado Domingos Nascimento,¹²⁶ também membro da Comissão de Instrução Pública, questionava as intenções do Projeto de Reforma do Ensino Público, reclamando o fechamento de escolas contemplado no Projeto. Para responder ao deputado, pe. Alberto sai da Mesa Executiva como Presidente e vai à Tribuna. Começa dizendo que, embora não concorde inteiramente com a idéia, é aceitável dizer que quando se abre uma escola, fecha-se uma cadeia.

Continuava dizendo que não teve intenção de fechar escolas, mas de abri-las em número maior. Pretendeu chamar à responsabilidade dos municípios as escolas dos bairros e colônias e ainda dava a esses o direito de cobrar taxas escolares. Acrescentava ainda que se o nobre deputado Domingos Nascimento tivesse percorrido como ele todo o interior do Estado, haveria de ter o desprazer de ver que a maior parte das escolas nos bairros não eram freqüentadas. Arrematava o padre (com reações do Plenário através de diversos apartes), impondo ares de provocação, que o governo abria essas escolas mediante as influências políticas locais, dando a entender que se tratavam de medidas politiquieras. Esse seria o motivo principal que justificava uma postura radical em relação ao problema das escolas, segundo o padre, ociosas. Sobrava também crítica aos professores que, segundo o mesmo pe. Alberto eram muito pouco preparados e, por isso, não podiam submeter-se ao exame de habilitação. Admoestava o deputado Joaquim Loyola¹²⁷ por este ter dito que os jovens paranaenses ficariam privados das luzes e benefícios da instrução pública, argumentando que o nobre deputado não fora justo ao fazer tal apreciação.

¹²⁶ PARANÁ. Congresso Legislativo do Estado, *Anais*..., 1894, p. 87, 88, 89.

¹²⁷ Joaquim Loyola foi Coronel e homem ligado à indústria ervateira. Era sogro de Vicente Machado, e chefe político do Partido Republicano. Cf. **Dicionário Histórico-biográfico do Estado do Paraná**, 1991, p.257.

Dias antes, o deputado Octavio do Amaral ¹²⁸ subia à tribuna para defender o Congresso Legislativo em vista do ataque de artigo de jornal que tecia críticas, conforme o próprio deputado, a respeito da forma como fora aprovado, sem debate algum, o projeto de Reforma da Instrução Pública (no que foi a crítica verdadeira), tanto que, na mesma sessão, em cuja presidência se encontrava, curiosamente, pe. Alberto, (1º Presidente da Mesa Executiva) os deputados resolveram incluir na ordem do dia a 2ª discussão sobre a dita Reforma da Instrução Pública. A 2ª discussão começava pelo Artigo 1º comprovando-se a ausência de discussão. A 2ª discussão não foi avante, pois um deputado entrou com requerimento para adiá-la, uma vez que não havia número de presenças suficientes para votar.

No mais das vezes, as disputas se tornavam extremamente acirradas, não mais em torno das escolas públicas, mas acerca das instituições particulares. Nenhuma foi tão singular quanto a contenda a respeito da criação do Seminário Diocesano e, pior ainda, a sua manutenção, em razão da qual pe. Alberto fez a defesa mais loquaz, de proposição convincente da necessidade de um estabelecimento ímpar como aquele.

A dimensão da importância do Seminário tomou um vulto maior de repercussão na sociedade (em vista do espaço de discussão cada vez maior pela imprensa escrita) do que a própria criação da Diocese do Paraná. A começar pela reunião envolvendo a Junta Comercial e o bispo D. José Camargo de Barros que tão logo foi elevado a delegado para tal empreendimento, descrito o seminário como obra “*altruística (...) e sustentáculo da instrução popular e do engrandecimento do Estado.*”¹²⁹ Desde o início foi essa a estratégia utilizada pela direção eclesiástica para propagar a adesão massiva de tal intento, isto é, o seminário seria um prolongamento da instrução pública, sem reservas, um tipo de escola pública, porque iria abrigar crianças de todas as frações sociais. Esse foi o argumento de pe. Alberto no Congresso Legislativo em defesa da manutenção do Seminário Diocesano.

¹²⁸ PARANÁ. Congresso Legislativo do Estado, *Anais*...,13 / nov / 1894, 17ª sessão, p. 57.

O projeto em questão era o de nº 69, que visava a extração das loterias para benefício de 1000 contos de réis anuais para constituir patrimônio do Seminário Episcopal.¹²⁹ Novamente a contenda recaía sobre o deputado Domingos Nascimento que, ao fazer considerações a respeito do projeto, interpelava o Congresso Legislativo acerca de sua constitucionalidade.

De primeira mão, afirmava categoricamente que o projeto era inconstitucional, embora tecesse comentários complementares contraditórios, como era o caso de ter votado contra, mas assinado o mesmo devido a pertencer à Comissão de Instrução Pública. Deixou a Assembléia polvorosa quando disse que ao redor do projeto fez-se o silêncio e a convivência. Em contrapartida, fala que, com satisfação republicana, levantaram-se vozes de oposição ao projeto fora daquela Casa, (referia-se ao Juiz Seccional Dr. Manoel Ignácio Carvalho de Mendonça), como também as dele próprio, um patente adepto do positivismo francês.

Discorre acerca da finalidade do projeto, que é a de construir um estabelecimento de educação. Recebe vários apertes. Octávio do Amaral propunha, ironicamente, dar o mesmo tratamento à construção de uma Universidade Pública que nem existia no Paraná de então. Conclui, Domingos Nascimento, que tal projeto é inconstitucional. Pe. Alberto reage como Presidente da Mesa e exige que o deputado comprove a inconstitucionalidade. Diz Domingos Nascimento que o Estado, na medida em que faz uma concessão perante a lei, logo a está ferindo. Estabelecia-se uma relação de dependência entre o Estado e o concessionário.

O deputado Francisco Torres, ao defender o projeto, diz que o disposto na Constituição e o Seminário têm seu ponto comum, visto que o Seminário seria uma instituição de educação. Domingos Nascimento rebate afirmando que há uma aliança explícita entre o governo do Estado e o Chefe do Seminário. O Deputado Eduardo Chaves, defensor também

¹²⁹ “Seminário do Paraná”, **A República**, Curitiba, 28 / out / 1894, n.130, (?), p. 1.

¹³⁰ PARANÁ. Congresso Legislativo do Estado, **Anais...**, 10 / dez / 1894, p.115 e seg.

do projeto, diz que é natural que se faça aliança, pois aliança com a religião tem todo o povo brasileiro. Domingos Nascimento reage, dizendo que os deputados que defendem o projeto são intolerantes e mesmo que estivessem convencidos de que o projeto golpeava a Constituição, mesmo assim votariam a favor dele. Diz Domingos Nascimento: *“Parece-me, como disia, que o Congresso está, tacitamente, de accordo com a egreja, porquanto sempre fica uma dependencia , uma aliança. Dependencia, em relação a obrigação estabelecida por lei de se decretar uma loteria dentro do Estado, para patrimonio de uma instituição religiosa...”*¹³¹

Padre Alberto sai da mesa da Presidência e vai à tribuna defender o projeto. Justifica-se dizendo que viera à tribuna defender sua honra, sua dignidade em resposta ao apelo que o juiz federal, Dr. Manoel Ignácio Carvalho de Mendonça, fizera na imprensa para que o Congresso não aprovasse uma lei que iria ferir de frente a Constituição. Pede aos colegas do Congresso que façam distinção entre o padre e o político:

Eis porque, Sr. Presidente, eu peço aos meus honrados collegas que n'este momento, façam uma verdadeira distincção da minha pessoa. Sim, meus honrados collegas, não é o ministro de uma religião, não é um catholico, não é um sacerdote que vos falla: é unica e exclusivamente o vosso companheiro; é o presidente dos vossos trabalhos.

Confesso francamente, Sr. Presidente, que para mim nunca a tribuna foi mais difficil do que hoje, porque tive a felicidade de formar o meu carater e a minha consciencia de modo a nunca separar a minha individualidade de cidadão da minha individualidade de padre...

Vêm, portanto, os meus honrados collegas com que difficuldade eu tenho de lutar para fazer uma abstracção completa do meu character de sacerdote para vos fallar na minha posição de deputado. Essa difficuldade, porém, é diminuída, certamente, pela verdade da causa que eu deffendo; e essa divisão, embora moral, ou ideal da minha pessoa, torna-se mais fácil, porque estou plenamente convencido de que na dupla qualidade de padre e de deputado posso ter a mesma e unica linguagem.¹³²

¹³¹ Ibidem, p.119.

¹³² PARANÁ. Congresso Legislativo do Estado, *Anais...*, 10 / dez / 1894, 35ª sessão, p. 120.

Prosegue sua fala de forma politicamente provocativa dizendo que o Juiz não falou, pela imprensa, na condição de representante da autoridade federal, mas em nome de sua seita, referindo-se ao fato do juiz Mendonça de Carvalho ser adepto do positivismo.

Acerca da interpretação da Constituição brasileira, diz que todos invocam a Constituição dos EUA, modelo que se inspirou nossa lei maior, da qual o juiz retirou seu alento para afirmar que o governo federal está proibido de legislar sobre cultos religiosos, mas que os Estados têm o direito de o fazer.

A seguir, pe. Alberto começa citar vários fatos, conforme ele próprio disse, retirados dos jornais para provar que em vários Estados do Brasil houve subvenções do Estado em benefício da religião católica e também para outras religiões. Vale a pena citar alguns desses fatos. Enfatiza, primeiro, que o deputado Domingos do Nascimento e o Juiz confundem subvenção com loterias. Essas últimas seriam uma permissão do Estado para um indivíduo fazer algo sem alterar as despesas do orçamento. Agrega a essa idéia o fato do Seminário ser uma instituição pia, não exclusivamente para a formação de sacerdotes, mas também para educar a mocidade.

Pe. Alberto cita o caso de Niterói, no qual o Ministro da Guerra mandou ofício aos padres Salesianos pagando-lhes 10 contos de réis como recompensa pelos serviços prestados durante a Revolta (supostamente a Federalista).

Em São Paulo, continua o padre, o Ministro do Interior baixou aviso mandando que os professores da Faculdade de Direito fossem formar bancas de exames no Colégio dos padres Jesuítas. No *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, do dia 2 de corrente, vinha publicada Lei 163, de 24 / nov / 94, fixando o orçamento para o Estado na qual se lê que o Colégio Salesiano recebeu subvenção de 20 contos, e o juiz federal de lá não protestou; em Minas Gerais, em carta do ilustre Cesário Alvim ao Marechal Floriano Peixoto, onde consta que a Constituição promulgada o foi em nome de Deus onipotente e que o Presidente ficou de

joelhos prestando juramento sobre os santos evangelhos. (Presidente Afonso Pena teria estudado no Seminário do Caraça); no mesmo Estado de Minas, o governo mandou estender a linha do telégrafo nacional até ao Seminário do Caraça e o juiz federal não protestou; em São Paulo, quando de volta ao Rio, o Presidente da República, ao se despedir do Vigário de Guaratinguetá, beijou-lhe a mão. Pe. Alberto citava os exemplos e incisivamente cutucava a ausência de um suposto questionamento legal para o fato da justiça federal não reclamar de ter a República um representante na Santa Sé, sabendo-se que o Papa não é reconhecido como soberano, mas apenas chefe de uma religião.

Reforçava sua argumentação, comparando a concessão de loterias para o Seminário com a escola de arte e indústrias de Curitiba nesses termos: *“Dizer, Sr. Presidente”, que conceder loterias para o patrimônio do Seminário é subvencionar o culto catholico é tão absurdo como dizer que nós não podemos subvencionar a Escola de Artes e Industrias do Paraná porque vamos com isso favorecer a Portugal, pelo facto do seu director ser portuguez!... ”*¹³³

Aproveitando-se das conquistas advindas de conchavos entre a Cúpula Episcopal do Brasil e o Governo Federal, nas concessões constitucionais de 1890, costurava sua lógica: *“Vêm, portanto, os meus honrados collegas, que o Projecto que já votamos em 1ª e 2ª discussão está vasado nos princípios de direito, direito absoluto, incontestável por quanto a Constituição Federal garantio á Igreja o direito de propriedades. (apoiados)”*.¹³⁴

Habilmente, articula a premissa em forma de dilema judicial, ao colocar em xeque-mate o juiz federal, assim como sua instância superior a qual representa, o Supremo Tribunal:

... ou o unico juiz federal que existe em todo o Brazil é o do Paraná, porque é o unico que sabe cumprir com o seu dever porque nem mesmo o Supremo Tribunal, que é a sentinella principal que guarda a constituição e as leis, tem sabido cumprir com o seu, o que por certo não se pode admittir, ou então, havemos de concordar

¹³³ PARANÁ. Congresso Legislativo do Estado, *Anais...*, 10/ dez / 1894, 35ª sessão, p. 125.

¹³⁴ *Ibidem*.

que o projecto que tem identicos em todos os Estados, contra os quaes ninguem se levantou, não vae de encontro á Constituição. (Apoiados; Muito Bem.)¹³⁵

Finalizava seu discurso fazendo apologia ao papel dos padres na história do Brasil bem como do caráter de sacerdócio que se revestiam na área da educação das crianças e da juventude. Para ele, o Seminário seria eternamente uma instituição presente no Paraná graças à manutenção que o Estado lhe concedia:

Mas é uma injustiça que se faz, porquanto, não se pode negar aos padres, sem mentir á Patria á civilisação e as lições da Historia, a missão sublime do ensino, (Apoiados: Muito bem) , a sua incontestada e incontestável competencia para esse nobre sacerdocio. (Apoiados; Muito bem).

E, para proval-o, ahí estão, em plena florescencia, todos os collegios de padres completamente abarrotados de alumnos e é preciso mesmo empenho para conseguir-se n'elles um lugar...

... declaro, terminando, que não posso deixar de sustentar o projecto porque estou profundamente convencido que elle não vae ferir em uma linha sequer a Constituição da Republica, porquanto, mais uma vez o digo, elle não faz uma concessão, não importa n'uma subvenção a um culto: é apenas um donativo (...) incondicional que o Estado dá a um estabelecimento de instrucção, sabendo perfeitamente que o Seminario, com o patrimonio que pretendemos dar-lhe, tem a sua vida garantida para sempre, e que, portanto, o futuro de muita criança pobre, de muito orphão desvalido fica perfeitamente amparado por esse auxilio, que não custa um vintem sequer, ao Estado, que traz-lhe, ao contrario, grande vantagem, preparando, ao mesmo tempo, cidadãos, que hão de ser uteis á nossa terra e á humanidade.¹³⁶

Poucos dias após o Congresso Legislativo ter aprovado o projeto sobre Concessão de Loterias para a manutenção do Seminário Episcopal, o bispo D. José encaminhava um officio agradecendo aos senhores deputados pelo gesto “*expontaneo de bem entendido patriotismo...*”¹³⁷ O bispo justificava o ato dos deputados e consagrava tal intento com as seguintes palavras:

Que o acto do Congresso não é inconstitucional ficou mais do que muito provado pelas calorosas discussões que ao redor do mesmo se ergueram no seio do Congresso e nas columnas da imprensa. O projecto estava ainda em 2ª discussão e já um barulho immenso se fez ouvir na imprensa, taxando-o de inconstitucional e

¹³⁵ PARANÁ. Congresso Legislativo do Estado, *Anais...*, 10 / dez / 1894, 35ª sessão, p. 126.

¹³⁶ PARANÁ. Congresso Legislativo do Estado, *Anais...*, 10 / dez / 1894, 35ª sessão, p. 126.

¹³⁷ BARROS, José C. (Bispo) PARANÁ. Congresso Legislativo do Estado, *Anais...*, 19 / dez / 1894, 43ª sessão, p. 170.

O famigerado projeto de loterias concedia 1.000 contos de réis por ano ao Seminário Episcopal, uma quantia altamente considerável na época.

immoral. Muito se escreveu, muito se falou, muito se discutio; houve tempo de reflectir e estudar a questão. Eu fiquei contente com aquellas discussões e também o Congresso deve estar satisfeito (grifo meu). Pois tendo o projecto passado com todas as honras e todas as luses de uma viva discussão, para o futuro não se poderá dizer que passou de afogadilho, de surpresa, que foi um acto precipitado, uma concessão arrancada sorrateiramente á irreflexão dos Membros do Congresso.¹³⁸

O bispo terminava seu texto na expectativa de ver, depois de aprovado pelo Congresso, a confirmação sancionada pelo Governador. Entretanto, essa posição do bispo de desejar a rápida sanção do Governador, dava nítida impressão de ter um sentido de pressão para que isso ocorresse, como se precisasse fazê-la.¹³⁹ Despedia-se o bispo, no final do officio, de todo o Congresso e, em especial, de seu dignissimo Presidente, pe. Alberto.¹⁴⁰

O Seminário continuou a ser ovacionado com brindes e donativos de todas as partes e pessoas inesperadas. Foi o caso do Conselheiro Jesuíno Marcondes, a grande liderança política do Paraná.¹⁴¹

Já eleito Senador pelo Partido Republicano, pe. Alberto dava lições de doutrina cristã para as crianças todos os domingos na cathedral.¹⁴² A atmosfera era de vitória.

¹³⁸ Ibidem.

¹³⁹ Ibidem, p. 171.

¹⁴⁰ Ibidem. . Pe.Alberto já era persona-grata no Paraná, a ponto de até seu livro “Gramática Latina” estar exposto à venda na Casa do Brito. Cf. **A Republica**, Curitiba, 8 / ago / 1894, n. (mutilado), p. 4.

¹⁴¹ “Donativo importante”, **A República**, Curitiba, 28 / abr / 1895, n. 98, p. 1.

¹⁴² “Ensino Religioso”, **A República**, Curitiba, 12 / dez / 1895, n. 288, p.1.



Figura 23 – Deputados e Senadores do Paraná.

Da esquerda para a direita: Vicente Machado da Silva Lima, Carlos Cavalcanti, Alencar Guimarães, Dom Alberto José Gonçalves, Candido Ferreira de Abreu, Lamenha Lins, Brasílio Ferreira da Cunha Luz.

Acervo Casa da Memória de Curitiba, 1903.

Para reforçar a educação cristã, o Colégio Nossa Senhora dos Santos Anjos trazia na página 3 do jornal *A República* anúncio publicitário oferecendo seus serviços educacionais, que seria inaugurado em 1896.¹⁴³

O clima triunfal da Igreja não permitia ver, pelo menos nas páginas do jornal principal da situação – *A República* – o peso de uma oposição nem um pouco vacilante que fazia ecoar sua voz pela imprensa alternativa e ativava com astúcia a apimentada palavra anticlerical. Emergia, assim, a ostentosa revista “*O Cenáculo*”, um veículo essencialmente anticlerical.

Dario Vellozo escrevia um artigo com o título “*A Imprensa e o Clero*”,¹⁴⁴ uma

crítica sobre a tentativa da Igreja de abocanhar a área educacional. Dario começa afirmando que, com a instalação da Diocese, houve um intenso movimento religioso que girava em torno da idéia de se difundir a instrução religiosa.

Para ele, o clero, estimulado pela carta *Ad Universas Orbis Ecclesias* de Leão XIII imprimiu a si o propósito de conquistar as inteligências dos Paranaenses. Em sua Carta Pastoral, o bispo D. José, segundo Dario Vellozo, pregava a difusão da instrução religiosa mediante a implantação do Seminário, dos Colégios Católicos, das escolas paroquiais, da contínua pregação da palavra de Deus, da catequese e da atuação do clero. Continuava Vellozo que a instrução religiosa era um poderoso elemento de propaganda em benefício do catolicismo. No entanto, ela seria funesta para a sociedade, para a nação, para a humanidade. Conforme Vellozo, a instrução religiosa não pode explicar a Ciência Moderna, falseia a verdadeira interpretação da Filosofia, condena a seleção natural. A educação religiosa está baseada no dogma que contradiz e nega o ensino cívico: *“É que a Religião está ainda hoje em antagonismo completo com a Sciencia; é que a Igreja suffoca aos seos interesses o interesse dos povos”*.¹⁴⁵

Não satisfeito com as críticas feitas sobre o clero, Dario Vellozo descia aos meandros daquilo que os livre-pensadores achavam ser a causa maior dos males do mundo moderno, ou seja, a Igreja católica, sua doutrina e sua posição política frente à educação da mocidade. Vellozo imprime um tom sarcástico nas suas palavras com o objetivo explícito de solapar e destroçar a instituição e as trevas que ela representava:

E essa Igreja que ordena o celibatarismo a seos sacerdotes; que repudia a mulher – como esposa; - que antepõe o Dogma á Sciencia; que faz da Caridade a maxima do interesse; que disvirtua a História; que faz da Ignorancia uma virtude e da Sciencia um crime; - como poderá nunca, em não mystificando a moral humana, ser a preceptora da infancia e da juventude, o pionnier do Progresso? Como poderá nunca educar homens que sejam cidadãos independentes e tenham a comprehensão nitida

¹⁴³ “Instituição de Nossa Senhora dos Santos Anjos”, **A Republica**, Curitiba, 19/ dez/ 1895, n.294, p.3.

¹⁴⁴ VELLOZO, Dario. **O Cenáculo**, Curitiba, 19 / fev/ 1896, p.33.

¹⁴⁵ *Ibidem*, p. 35.

de seu destino, a consciência de sua força, o discernimento preciso para julgar do momento histórico que atravessamos, e contribuir largamente para a grandeza e soberania da Pátria?¹⁴⁶

Com esses termos, Dario Vellozo vai ao encontro da idéia de autonomia e liberdade do Homem Moderno. Simetricamente, desfere um duro golpe no centro gravitacional do catolicismo da época, isto é, anula a doutrina da queda original, segundo a qual ao decair de sua condição original de perfeição realizada por Deus, o Homem passou, desde então, a viver conforme as leis do pecado. Para regenerá-lo, Deus teria enviado seu filho, Jesus, que, por meio da criação da Igreja, ordenaria o restabelecimento do Homem à sua condição original. Ao fazer de si mesma o carro-chefe da missão soteriológica da humanidade, conquistada pela tradição evangélica, a Igreja atribui a si o papel de exclusividade pela salvação do Homem na História como pressuposto de uma vida eterna na perfeição da companhia de Deus.¹⁴⁷

Agindo dessa maneira, a Igreja, (embora se preservando a natureza transcendente), se colocava como o único veículo do mundo secular capaz de trazer a liberdade e a autonomia ao Homem. Para tanto, necessário se fazia intervir nos governos mundanos e na vida cotidiana através da educação da criança, do jovem e da mulher. Pe. Alberto foi o centurião que ordenou a política paranaense no início da República e reorganizou a educação em função dos propósitos da Igreja de Roma, através da Igreja do Paraná.

2. Concessões e privilégios: negócios

O advento do Regime Republicano no Brasil fez supor a existência da equidade entre os três poderes de sustentação da política do país (executivo, judiciário, legislativo).

¹⁴⁶ Ibidem, p. 37-38.

Entretanto, ao se analisar a fundo tal relação entre as instituições básicas da República paranaense, nota-se claramente sua postura elementar de interdependência entre as três esferas, com um acentuado predomínio de força e comando do Legislativo sobre o executivo e o judiciário, os quais se constituíram por meio das Reformas da Lei Constitucional do Estado, bem como pela pressão e pelo conluio do Legislativo sobre os outros dois poderes.

Essa situação trouxe conseqüências nefastas para o Paraná: concessão e privilégios em nome de interesses particulares e, no meio disso, o Estado simultaneamente gerindo e sendo gerido por grupos e personalidades que, de oposição, só havia o nome. Um dos grandes exemplos do que se infere acima foi justamente a Lei de Terras, elaborada num momento em que os próprios deputados, na sua maioria, desconheciam, ou ignoravam, ou se punham indiferentes aos embates das fronteiras com o Estado de Santa Catarina. Além do que, quais seriam os limites dos aforamentos das terras do Estado que tanto foi objeto de discussão no Congresso Legislativo? Outro confronto marcante se deu entre o deputado Chagas Pereira e o médico e autor do projeto de terras, Dr. Victor do Amaral. Tal confronto girava em torno das terras devolutas deixarem de ser devolutas.¹⁴⁸ Victor do Amaral considerava que a posse de terras anterior à República estava, na sua maioria, ilegítima e criminosamente posta.

Quanto à participação de pe. Alberto nas discussões sobre o Projeto de Lei de Terras, resume-se em duas oportunidades:

- Declarava seu voto favorável à emenda apresentada pelo deputado Vicente Machado, segundo a qual, a posse da terra deveria se dar pela transmissão de domínio útil por aforamento;¹⁴⁹

¹⁴⁷ MANOEL, Ivan Aparecido. **O Pêndulo da História. A Filosofia da História do Catolicismo Conservador (1800 – 1960)**. Tese de livre-docência em História, Franca: Unesp, 1998, passim.

¹⁴⁸ PARANÁ. Congresso Legislativo do Estado, **Anais...**, 18 / nov / 1892, 33ª sessão, p. 120-121.

¹⁴⁹ *Ibidem*, p. 117. É lógico pensar que a preocupação do padre estava depositada na manutenção das propriedades eclesiásticas. Foi o que fez Victor do Amaral ao apresentar emenda revalidando as concessões

- Um pedido verbal para que fosse criada uma Comissão Especial para pôr ordem no Projeto de Lei sobre terras, visto existirem inumeráveis emendas. Completava justificando que, da forma como estava não sabia como votar acerca do assunto.¹⁵⁰

Em 1896, quando já era Senador juntamente com pe. Alberto, Vicente Machado fora surpreendido com um telegrama do Ministro do Exterior, comunicando-lhe que o Presidente da Associação Comercial do Paraná (Zacarias de Paula Xavier) havia pedido ao Poder Executivo Nacional uma intervenção sobre o governo do Paraná por conta de concessões de terras (12 mil hectares) a negociantes argentinos, concessões essas negociadas supostamente por Vicente Machado.¹⁵¹ O caso não foi avante.

Outro exemplo de concessão que causou constrangimentos ao Congresso Legislativo foi a de uso de queda d'água para extração de energia, beneficiando ao Barão de Capanema. O problema decorria do fato de se ter que usar terras não contínuas de proprietários vários. Curioso notar que o Procurador do Barão era ninguém mais do que Augusto de Assis Teixeira, cunhado e Secretário de pe. Alberto na Administração da Paróquia Nossa Senhora da Luz.¹⁵² O projeto acabou sendo engavetado temporariamente, pois até Vicente Machado se pôs contra ele.

O deputado Oliva Alcântara fazia críticas pesadas ao projeto de lei sobre aposentadoria dos funcionários elaborado por pe. Alberto. Segundo Oliva, o prazo de 15 anos era muito curto para se conceder aposentadoria; diz, surpreso, que nunca ouvira em nenhuma Constituição existir adicional de 5 % além daquilo que o aposentado por direito receberia; não era permitido acúmulo de cargo, como dispõe o Art. 7º; o Art. 9º seria pura redundância;

antigas feitas para patrimônios das Igrejas. Cf. PARANÁ. Congresso Legislativo do Estado, *Anais...*, 9 / dez / 1892, 50ª sessão, p. 192.

¹⁵⁰ PARANÁ. Congresso Legislativo do Estado, *Anais...*, 24 / nov / 1892, 38ª sessão, p. 147.

¹⁵¹ PARANÁ. Congresso Legislativo do Estado, *Anais...*, 1 / dez / 1896, 47ª sessão, p. 182-183.

¹⁵² PARANÁ. Congresso Legislativo do Estado, *Anais...*, 22 / nov / 1892, 36 sessão, p. 134 e também 31 / dez / 1895, 39ª sessão, p. 265.

enfim, afirma que tal qual se encontrava o projeto, o Estado se transformaria numa sociedade beneficente.¹⁵³

Com certeza, a concessão mais inescrupulosa e imoral do Congresso Legislativo do Paraná foi a que deu direitos a Joaquim Lacerda de explorar serviços de estrada de ferro com garantia de juros, além do privilégio de terras devolutas para tal intento, ou seja, 100 mil hectares de terras e mais 30 mil de cada lado do eixo da estrada. O testa-de-ferro do Sr. Joaquim Lacerda era seu cunhado, Manoel Cordeiro de Loyola, para quem o Congresso Legislativo havia posto em votação um projeto concedendo-lhe direitos de explorar e construir a estrada de ferro Ponta Grossa e Rio Paranapanema. Pe. Alberto foi, abertamente, favorável ao projeto.¹⁵⁴

Por fim, o deputado Paulo e Silva questionava o fato do Imposto de Patente Comercial ser oneroso apenas para os comerciantes da capital e do interior, beneficiando, com isso, os importadores do litoral, especificamente, os de Paranaguá.¹⁵⁵

Um ponto muito polêmico foi a proposta de Reforma da Constituição de 1892, que os próprios deputados haviam elaborado. A reforma dizia respeito especificamente ao poder judiciário. Justamente sobre esse quesito, Victor do Amaral criticava o projeto da Reforma Constitucional que versava sobre aquilo que o deputado achava ser um cochilo homérico, ou seja, afirmava o projeto que o poder judiciário seria parte constitutiva do aparelho administrativo.¹⁵⁶ Tempos depois, ocorreu discussão envolvendo Vicente Machado que defendia a Reforma Judiciária do Estado e Justiniano Melo que questionava as ordens dos

¹⁵³ PARANÁ. Congresso Legislativo do Estado, *Anais...*, 18 / dez / 1894, 42ª sessão, p. 160.

¹⁵⁴ PARANÁ. Congresso Legislativo do Estado, *Anais...* 11 / julho / 1894, 40ª sessão, p. 59. Cf. também: “Um Momento de brio...”, *A Federação*, Curitiba, 6 / julho / 1892, n. 42, p. 2.

¹⁵⁵ PARANÁ. Congresso Legislativo do Estado, *Anais...*, 29, jan / 1896, 2ª sessão, p. 356. Segundo Zoccoli, a maçonaria paranaense estava mais concentrada em Paranaguá. Cf. *A Maçonaria no Paraná*, vol. 1-7 (trabalho não publicado). Entrevista com autor em 17/abr/2003 (Curitiba).

¹⁵⁶ PARANÁ. Congresso Legislativo do Estado, *Anais...*, 5 / set / 1893, 5ª sessão, p. 21-22.

Juízes vindos da escolha do Governador e outros juízes, do voto do povo, concluindo que o poder judiciário transformar-se-ia em um verdadeiro poder político.¹⁵⁷

Os dois primeiros anos de experiência parlamentar de Pe. Alberto foram marcados por insistentes participações no plenário do Congresso Legislativo. Seu espírito novato lhe causava embaraços na hora de aplicar ações de encaminhamentos internos da casa. Transparecia um certo desconhecimento dos trâmites de funcionamento da Assembléia. A oposição via nesses pequenos tropeços a dimensão do caos no qual mergulhava o novo regime e um desespero de saber que o destino de um povo inteiro estava sendo decidido por representantes supostamente despreparados. O Jornal “A Federação” (pertencente ao grupo da União Republicana) batia nessa tecla constantemente. O alvo principal era, sem dúvida, Pe. Alberto. Fazia notar, o jornal, a gafe produzida pelo padre ao propor, na sua primeira manifestação em plenário, uma emenda acerca dos limites territoriais do Estado, querendo que constasse na Carta Constitucional o termo ex-5ª Comarca de São Paulo, ao invés de ex-província, uma evidente redundância.¹⁵⁸ Outra participação infeliz de Pe. Alberto foi quando da discussão sobre artigo de projeto que estabelecia a renovação bienal da Assembléia. O deputado Albino Silva apresentava uma emenda substitutiva desse artigo, acabando com o dispositivo da renovação bienal. Já havia terminado a discussão quando, imponentemente, o padre interrompeu os trabalhos da mesa e a consultou perguntando: “ – *Si passar essa emenda, o art. do projecto fica prejudicado?...* ”¹⁵⁹

No mesmo número, o Jornal “A Federação” mostrava um pouco mais das exageradas manifestações de pe. Alberto no Congresso Legislativo, agora, carregadas de pomposas ilações militarizadas. Discutia-se o tema do substituto do governador caso houvesse necessidade e quem deveria ficar como último substituto dele, de acordo com a Constituição.

¹⁵⁷ PARANÁ. Congresso Legislativo do Estado, *Anais...*, 24 / jan / 1896, 58ª sessão, p. 321.

¹⁵⁸ “Pontos nos i i”, *A Federação*, Curitiba, 27/ fev / 1892, n. 7, p.3.

¹⁵⁹ “Pontos nos i i”, *A Federação*, Curitiba, 12 / mar / 1892, n. 10, p.1

Pe. Alberto teria indicado como último substituto, com risos do Plenário, o comandante da polícia, recebendo um aparte imediato de Vicente Machado: “- *Essa não parece de padre, e sim de cabo de esquadra*”.¹⁶⁰

Mesmo assim, pe. Alberto continuou a ser prestigiado na comunidade curitibana. Por conta disso, participara de um banquete oferecido pelo ilustre Cônsul da Rússia para comemorar sua partida do Brasil, com direito a um menu francês acompanhado de vinhos finos. Além de pe. Alberto, estavam presentes também: Barão do Serro Azul, Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva, Doutores Faria Sobrinho Eisemback e Lamenha Lins, Comendador Orlandini, Cyro Velloso, Tenente-coronel Constantino P. da Cunha, Guilherme Hober e Leôncio Correia, a maioria conhecida e amiga de pe. Alberto, ligados pelos laços da política.¹⁶¹



Figura 24 – Santa Casa de Misericórdia - Padre Alberto foi curador. Foto do autor, 2004.

Como era de se esperar, pelo temperamento definido por ele mesmo de intempestivo (não conseguia ficar fora de uma polêmica, conforme relata José Pereira de

¹⁶⁰ “Pequena Chronica”, **A Federação**, Curitiba, 12 / mar / 1892, n. 10, p.2.

¹⁶¹ “D. Pedro Bogdanoff”, **A Republica**, Curitiba, 26 / julho / 1892, n. 720, p. 3.

Macedo),¹⁶² ameaçara o jornalista Menezes Doria de pancada, através de uma carta anônima, segundo dizia o jornalista, por tê-lo acusado de namorar as moças quando rezava missa, e a perseguir seus colegas de batina por não quererem apoiá-lo nas eleições.¹⁶³ Entretanto, no plenário do Congresso, seu comportamento era digno de cavalheirismo, conveniência de um grato colaborador pacífico do consenso. Ao discutir o projeto apresentado pelo deputado Arthur Sebrão sobre saúde pública, pe. Alberto pedia ao deputado Vicente Machado que: “*Si V. Ex. està de accordo com as humildes observações que acabo de fazer, eu tomaria a liberdade de pedir-lhe que propusesse a elliminação do projecto. Eu não quero fazel-o porque tenho certo receio de desagradar aos authores do mesmo, e para evitar, como disse, a pécha de radical*”.¹⁶⁴ O pacificador terminava sua missão como deputado estadual, mas a batalha maior estava por vir. Sua eleição para o Senado Federal definitivamente selou seu destino de Vigário político. Essa luta permaneceu eternamente com ele em seus embates.

¹⁶² “Dom Alberto”, **Revista da Academia Paranaense de Letras**, Curitiba, n. 11, 1946, p. 92.

¹⁶³ “Chronica de tres dias”, **A Federação**, Curitiba, 24 / dez / 1892, n. 87, p. 2-3.

¹⁶⁴ PARANÁ. Congresso Legislativo do Estado, **Anais...**, 8 / nov / 1892, 27ª sessão, p. 100.



Figura 25 – Dom Alberto José Gonçalves. 1º bispo Paranaense e 1º bispo da Ribeirão Preto 1909-1945. Imagem consta no livro “A Arquidiocese de Curitiba e sua história” – Década de 1950. Acervo Casa da Memória de Curitiba.

CONCLUSÃO

A trajetória eclesiástica de pe. Alberto, desde sua chegada a Curitiba, em 1888, ao assumir como padre colado a Paróquia de Nossa Senhora da Luz, até a fundação da diocese do Paraná (1892-94), teve como objetivo principal a implantação das chamadas Reformas Romanizadoras. Basicamente, tais Reformas estiveram delimitadas a campos específicos das atividades pastorais, tais como:

- Reformulação e renovação das irmandades;
- Redefinição das festas devocionais com a finalidade explícita de normatizar o culto aos santos;
- Reestruturação das instituições de caridade e criação de novas;
- Ênfase maior à prática dos sacramentos;
- Criação de novas paróquias em detrimento das capelas, inclusive, visando enfraquecer estas últimas.

Essas atividades pastorais, bem como outras, tinham como meta a centralização, nelas, da figura do padre e da hierarquização de toda vida eclesiástica, seguindo os planos traçados pela Santa Sé (Determinações expressas no Concílio Vaticano I). Apesar disso, houve divergências entre padres missionários estrangeiros e o clero secular brasileiro em relação ao caminho a ser seguido e a quem obedecer, se a Roma ou se ao bispo local. Essa situação fica evidenciada nas brigas viscerais entre o clero paranaense (principalmente depois que pe. Alberto assumiu o posto de Vigário-Geral Forense) e o clero italiano (representado pelo pe. Colbachini), como também pelo clero polonês. Ainda em relação às práticas pastorais, podemos dizer que, apesar de serem instrumentos de cunho religioso-catequéticos, não deixavam de ser também uma prática sócio-política ¹ que possibilitava a inserção da

¹ MANOEL, Ivan Aparecido. **O Pêndulo da História**, Tese de livre-docência em História, Franca: Unesp, 1998, p. 17.

Igreja em todas as esferas da sociedade paranaense, tendo a instituição e seu clero como protagonistas de ações e coações sobre os fiéis. Ao mesmo tempo, a Igreja seria palco ocupado pelos setores sociais que buscavam nela não só consolo e orientação espiritual, mas um órgão normatizador de sua posição social (estavam presentes nas irmandades, nas festas devocionais, nos sacramentos, na Comissão de Obras da Matriz de Curitiba, da qual pe; Alberto era seu presidente).

Nesse prisma, alavancam-se as pretensões de pe. Alberto ao ingressar na carreira político-parlamentar. É preciso que se diga que os propósitos de pe. Alberto na política não se resumiam a lutar em prol da instituição a qual pertencia, embora essa fosse prioridade. Seu ingresso na política teve também um caráter subjetivo, visto que, ao se tornar deputado, seu leque de relações se ampliou consideravelmente, suscitando admiráveis alianças e consolidando colaborações mútuas. Isso explicaria, relativamente, a facilidade de se integrar a negócios, desde aqueles para os quais se dedicou, como por exemplo, ao se tornar acionista da Cia de Bondes, até sua inserção em muitas escolas, inclusive públicas. Ao escrever sobre pe. Alberto, em forma de homenagem ao seu passamento, José Pereira de Macedo, amigo que conviveu com pe. Alberto, citando trechos do Jornal *A República*, relata uma característica lapidar que explica de forma contundente o motivo de pe. Alberto ter entrado na vida política, embora captando nas entrelinhas tais intenções: “... *Registramos (...) a passagem do aniversário natalício de um dos homens mais populares do Paraná (...) pelo modo afável e desinteressado (...) em servir a todos quantos lhe solicitam um favor*”.² A forma passiva com que esperava pedirem-lhe favores sugere o lugar de influência que pe. Alberto exercia no palco social e pressupõe o usufruto de instrumentos conquistados nos bastidores do poder que lhe renderam a função supervisora de intercessor, (sem o sentido

² Apud. MACEDO, José Pereira de. “D. Alberto”, *Revista da Academia Paranaense de Letras*, Curitiba, n. 11, 1946, p. 91.

transcendente, mas político), de interlocutor e intermediador. Uma vez feito o favor, o favorecido tornava-se adepto, afiliado, aliado do grande e poderoso vigário.

É pensando nessa direção que podemos afirmar que pe. Alberto teve uma atuação pequena e aquém da sua suposta grandeza no Parlamento Paranaense. Não obstante, essa atuação refletiu e se estendeu de maneira significativa sobre todos os segmentos da sociedade paranaense, primordialmente, no interior dos grupos sociais que lhe faziam oposição. Em outras palavras, pe. Alberto soube construir tentáculos através dos quais procurou determinar e influir no tabuleiro da política paranaense. Isso traz à baile as razões de um cidadão anônimo que dizia porque não votava em ninguém:

porque as urnas teem as forças do transformismo. –
 porque o voto é a perda da minha paz, é a ruína da minha casa, é a fome de meus filhos.
 porque é mais soberano o homem que dita, do que o povo que elege.
 porque está provado pela nova philosophia que nem a intelligencia tem a força intuitiva para avaliar as aptidões dos candidatos, nem existe a liberdade psychologica que moralisa a escolha; mas que uma e outras cousas são filhas da cega fatalidade, que por isso o seculo vai tão cego.³

Realismo e desilusão diante do jogo de cartas marcadas do Parlamento paranaense.

Pe. Alberto foi uma figura volátil, isto é, servindo-se da imagem de padre, elegeu-se deputado; valendo-se dos privilégios e regalias de deputado, conseguiu empreender as Reformas Romanizadoras, preconizadas pelas lideranças do episcopado, e constituiu o patrimônio da Igreja paranaense.

Esse patrimônio se fazia presente quando da notícia, feita em primeira mão por Manoel Corrêa de Freitas,⁴ da criação do Bispado do Paraná. Ele que escrevera para seu amigo Rocha Pombo, do Rio de Janeiro, anunciando a boa nova.

³ “Porque não voto”, “**A Federação**”, Curitiba, 5 / out / 1892, n. 64, p.2.

⁴ “Bispado de Curityba”. “**Diário do Comércio**”, Curitiba, 18 / julho / 1892, n.453, p. 1. Segundo Zoccoli, Manoel Corrêa de Freitas pertencia à maçonaria. Cf. **História da Maçonaria no Paraná**. Vol. 1 a 7 (obra não publicada), informação obtida por meio de entrevista em 17 /abril/2003. (Curitiba).

Ao se despedir dos paroquianos, Dom José Camargo de Barros ⁵ expunha o patrimônio da Diocese acumulado nos 10 primeiros anos de sua existência:

- Catedral e Igrejas filiais (sem quantidade)
- Seminário: - 1 em Curitiba
 - Só terreno: 1 São José dos Pinhás
 - 3 Tomazina
 - 2 Jacarezinho
- Casas com Terreno: 1 Curitiba
 - 1 Araucária
 - 1 Rio Negro
- Só terrenos: - 3 Curitiba
 - 1 São Mateus
 - 1 Araucária
- Paróquias e Curatos (82)
- Clero: * Secular: 68 padres (sendo 10 brasileiros)
 - * Ordens e Congregações: 85
 - * Religiosas: 171
 - * Associações Religiosas e Literárias (sem número)
- Colégios Católicos: internatos: 8
 - externatos ou escolas: 83.
- Periódicos Católicos: Estrella, boletim Ecclesiastico, Mensageiro de Santo Antonio, Guarapuavano, Der Kompas, Verdade, Cruzeiro do Sul, Sineta do Céu – Total: 8.

⁵ “Carta Pastoral de D. José C. Barros, Bispo eleito de São Paulo, despedindo-se dos seus Diocesanos de Corytiba”, 1904.

Conjugando-se perdas e ganhos, pode-se dizer que a Igreja do Paraná (que incluía o Estado de Santa Catarina) já se constituía em um aparato institucional poderoso.

O processo da criação da diocese foi um tanto quanto dificultado pela não adesão da comunidade paranaense. O jornal “A República” observava que a demora da efetivação da diocese se devia a questões do Governo Estadual.⁶ Talvez fosse um preâmbulo do pacto envolvendo o Estado e a Igreja que viria no decorrer dos meses seguintes.

Já em 1894, criada a Diocese, os paranaenses esperavam a chegada de seu primeiro bispo. Pe. Alberto convocava uma Comissão para recebê-lo.⁷ Pessoas ilustres compuseram a Comissão: Desembargador Agostinho E. de Leão, Manoel de Miranda Rosa, Joaquim Bittencourt, Manoel José Gonçalves, este último irmão de pe. Alberto e prefeito de Campina Grande (PR), dentre outros. Interessante notar que, no mesmo mês de setembro, em primeira página, o jornal oficial “A República” noticiava a chegada do bispo, o encaminhamento da festa de recepção a ele e, do lado, uma nota com os candidatos republicanos ao Senado e ao Congresso Legislativo.⁸

Qual seria a posição político-eclesiástica do bispo D. José Camargo de Barros? Azzi o coloca como sendo um bispo Reformador.⁹ O autor cita uma carta do ministro Badaró (Representante do Governo brasileiro junto à Santa Sé) endereçada ao bispo, estimulando-o a se inserir na vida pública. O ministro incentivava o bispo a se envolver na política republicana, motivava os católicos a assumirem cargos públicos, e concluía dizendo que o futuro da Igreja, no Brasil, estava nas mãos dos bispos. Para Azzi, o bispo manteve uma

⁶ “Bispado do Paraná” **A República**, Curitiba, 7 / dez / 1892, n. 827, p.2

⁷ “Notas Locaes”, **A República**, Curitiba, 15 / set / 1894, nº mutilado, p. 2.

⁸ “O Bispo Diocesano”, “Partido Republicano – Apresentação de Candidatos”, **A República**, Curitiba, 27 / set / 1894, n. 125, p. 1.

⁹ AZZI, R. **A Igreja e os Migrantes**, vol. 1, 1987, p. 255.

posição antiliberal, segundo o tom de sua Carta Pastoral. Constata-se, nesse detalhe, uma certa elasticidade e adaptabilidade do bispo em relação à sua postura reformadora (que dizia respeito às funções de foro interno da Igreja) comparada com sua postura política diante da realidade paranaense. Ora, pe. Alberto era secretário e chanceler do bispo e, ao mesmo tempo, um dos deputados mais influentes do Congresso Legislativo. E foi por intermédio dessa última função de pe. Alberto que se constituiu o patrimônio da diocese, como também o Seminário, na sua maior parte, erguido através dos benefícios públicos com ajuda do Estado paranaense. Até onde podemos enxergar, a Santa Sé recomendara, até mesmo por meio de Leão XIII, o paulatino distanciamento dos padres da vida política (que também seria uma forma mais fácil de Roma controlar o clero). A permanência de pe. Alberto na vida política demonstra que não houve, aparentemente, nenhuma intervenção do bispo D. José acerca da decisão do padre de prosseguir sua carreira política. Ademais, o ministro Badaró provavelmente não conhecia, com detalhes, a situação vantajosa na qual se encontrava a Igreja paranaense em relação ao Estado paranaense, ou seja, um perfeito e ajustado casamento entre ambos, consagrado pela figura heráldica de pe. Alberto. Talvez essa ligeira disposição do bispo em ter no padre um político tenha se esgotado em 1900, quando Pe. Alberto pediu renúncia da Paróquia de Nossa Senhora da Luz¹⁰, para continuar sua carreira política como Senador da República. O fato é que, até onde convinha, o bispo D. José, ultramontano, foi liberal ao se ajustar às circunstâncias que beneficiavam a Igreja. Ser antiliberal, somente em relação aos problemas tempestivos que a ciência do mundo moderno causava à doutrina eclesiástica.

¹⁰ GONÇALVES, A. J. **Auto de Renúncia de Benefício eclesiástico**, Curitiba, 26 / dez / 1900. Arquivo da Cúria Metropolitana de Curitiba.

Mas a participação do bispo D. José não se encerrava aí. O jornal **A República**¹¹ (Curitiba) publicava notícia que os próprios editores classificavam de exploração do Zé-povinho. Corria a notícia da aparição de uma “Santa” na localidade de Conceição do Serro Negro. Segundo o jornal, a fama da “Santa” havia corrido até ao Estado de São Paulo, que já estabelecia uma corrente de peregrinos para visitarem a “Santa”. Imediatamente, o bispo mandara um vigário para investigar o fato. Em 9 de abril, comunicava à população da capital do Estado o que estava ocorrendo na pequena cidade. Segundo o relato, uma menina de 12 anos havia visto uma estrela que se transformara em mulher. Esta teria ordenado à menina que, em honra do Frei Manoel do Santo Monge do Tibagy, mandasse fazer uma cruz de cedro e a erigisse no terreiro da Casa.

O bispo admoestava e censurava veementemente qualquer tipo de iniciativa desse quilate na comunidade dos fiéis. Além disso, classificava o episódio de ridículo, ignorante e contraditório frente à doutrina católica. Ficara sabendo o bispo que a comunidade de Serro Negro pretendia reagir contra qualquer atitude das autoridades, fossem essas civis ou católicas.¹² Obviamente, a pronta reação do bispo tinha um objetivo preciso, qual seja, impedir que a comunidade tomasse iniciativas de controle sobre a doutrina e a fé. Isso ia contra os desígnios das Reformas Romanizadoras e punha em “xeque” a função da hierarquia, a qual se expressava na condição de intermediadora única do homem com Deus.

Para confirmar tal força episcopal, D. José recebia, através do Breve Pontifício de 12 de junho de 1894, a faculdade de dar a bênção papal ou apostólica,¹³ do santo padre Leão XIII. A posição do papa, segundo o jornal **A República**, era categórica ao espalhar para todo o mundo católico suas demonstrações de afeto paternal “... *os thesouros espirituales da Igreja, e a efficacia de suas orações*”.¹⁴ Essa seria, conforme a visão da própria Igreja, a

¹¹ “Grave”, 16 / mar / 1895, n. 63, p. 1 e 2.

¹² BARROS, José Camargo de. (Bispo), Portaria, **A República**, Curitiba, 9 / abr / 1895, n.82, p.2.

¹³ “Secção Livre – Bênção Papal”, **A Republica**, Curitiba, 14 / abr / 1895, n. 86, p. 2.

¹⁴ Idem, Ibidem.

única ponte por meio da qual o mundo transcendente se comunicava com o mundo terreno. Tal postulado vai ao encontro da máxima axiológica da teologia da história, isto é, o agir católico-cristão como valor e conduta do mundo.

Tal qual teologia se apossaria da concepção política, segundo a autocompreensão da Igreja, para transformar em política teológica a história mundana. Estamos diante do fenômeno ultramontano. Nessa perspectiva, tangencia-se a união de duas ambições: a religião (agora não oficial na República) católica se insere na convergência dos costumes sócio-políticos; por sua vez, o poder do Estado se solidifica e se justifica pela incorporação de termos teológico-religiosos.

Como diz Euclides Marchi:

Mesmo que uma determinada Igreja estabeleça como núcleo central de sua ação a propagação da fé através de sua mensagem religiosa, dos atos litúrgicos e das práticas pastorais, certamente, como toda e qualquer instituição também defenderá outros interesses e buscará expandir sua influência, porque sabe que sua força e poder estão profundamente articulados ao seu relacionamento com outras instituições, ao número de sacerdotes que tiver, à quantidade de seguidores, ao crescimento institucional e à situação financeira, bem como ao intercâmbio que estabelece com os poderes constituídos, sua inserção no universo das relações econômicas e sociais e sua capacidade de atuar nas estruturas da sociedade em que se insere.¹⁵

Essa situação já se encontrava presente na Igreja no tempo do Império, embora estivesse tutelada pelo Estado. Não havia uma identidade precisa desse Estado, resultado de uma mistura político-ideológica contraditória, ou seja, uma combinação do liberalismo individualista, do discurso democrático, do sistema representativo, do racionalismo filosófico, do darwinismo racial, do nacionalismo indigenista, somados com o autoritarismo, o conservadorismo, a pecha escravocrata e uma religiosidade deísta, de uma Igreja habituada à posição de colaboradora do sistema, mediante o preenchimento de cargos administrativos

¹⁵ Religião e Igreja: A Consolidação do Poder Institucional, **História: Questões e Debates**, Curitiba, vol. 14, n. 26/27, 1997, p. 178.

importantes (jurisdições, registros de nascimentos, matrimônios, óbitos, administração dos cemitérios, interpretação dos testamentos, regularização das propriedades, dos eleitores).

Mudando o regime político, alternava-se a configuração de forças, apesar de prevalecer o “bom senso” conformista do consenso. Para afastar de vez o fantasma do monarquismo, os jacobinos, por uma questão de estratégia política, aparentemente, combateriam o perigo da permanência do colonialismo lusitano e do parasitismo clerical, representantes maiores da monarquia. No entanto, uma vez extirpado o perigo voltava-se às confabulações por debaixo do pano. A Igreja sai fortalecida, com a República, e corrobora para a consolidação do novo governo, sob o viés daquilo que os jacobinos abominavam.

À luz desse consenso, a Igreja se revestiu de uma roupagem toda própria de matiz ultramontano que se materializou no uso de conceitos seculares para exprimir idéias religiosas. Exemplo disso foi o discurso de pe. Julio Maria quando da inauguração do Seminário Episcopal do Paraná, que, a rigor, congratulava-se com a verdadeira **democracia** (grifo meu) que se acha no **evangelho** (grifo meu), seu legítimo fundamento.¹⁶

O Ultramontanismo da Igreja do Paraná já havia se encarnado no cotidiano dos ilustres representantes do povo - os senhores deputados - e de suas respectivas famílias. As Senhoras de Curitiba mandaram celebrar missa seguida de procissão em ação de graças pela pacificação do Estado. Na lista das senhoras contava-se a presença da mãe de pe. Alberto, Dona Constança Gonçalves, dentre outras.¹⁷ Em julho do mesmo ano, o governo do Estado mandava celebrar exéquias pela alma do Marechal Deodoro,¹⁸ o Sargentão, segundo pe. Alberto. Em pleno plenário da Assembléia Legislativa, o deputado Eduardo Chaves

¹⁶ DESCHAND, Desiderio. Apontamentos para a História do Seminário Episcopal. Apud HELLMANN, Gilmar José. Colégio Paranaense – **Esteio do Pensamento Católico em Curitiba – 1889 – 1938**. Trabalho de conclusão de Curso de Filosofia, Puc – PR, 1997, p. 73.

¹⁷ “Subscrição”, **A Republica**, Curitiba, 04 / fev / 1895, n.30, p. 2.

¹⁸ “Exéquias”, **A Republica**, Curitiba, 4 / julho / 1895, n. __ mutilado, p. 1.

apresentava um requerimento, pedindo que não houvesse sessão no dia 5 de janeiro de 1896 por conta do dia dos Reis Magos que a Igreja comemorava.¹⁹

Dentro do campo de sua autocompreensão, a Igreja se julga com os parâmetros ultramontanos e romanizadores, isto é, no lugar da ciência laica, a filosofia tomista; em vez da modernidade como critério de vida, a medievalidade como modelo no qual os valores religiosos determinavam as condutas; ao contrário do poder político dos soberanos civis, o despotismo (= poder do pai) papal, único capaz de interpretar a verdade revelada, esparramado pelo mundo todo através de seus guardiões, os bispos.

No entanto, a Igreja ultramontana permanecia refratária ao mundo moderno, mas, inserida nesse mesmo mundo, ligava-se simultaneamente ao Estado Republicano, aos grupos sociais das mais variadas posições (liberais, maçons, positivistas) políticas, instalava-se na realidade do final do século XIX empregando os meios de que dispunha, ou seja, adaptando-se às exigências de uma nova ordem social, política e cultural. Concretamente, a Igreja vai se servir da educação (seu principal meio de manutenção e sobrevivência nesse período) que continuou a ditar uma formação moral conservadora (especialmente nas famílias da oligarquia) em todas as esferas das elites sociais (tanto comercial quanto industrial); reforço da prática dos sacramentos, especificamente o hábito, que se tornou mais difundido, do sacramento da confissão, atingindo em particular mais às mulheres, o berço de orientação de conduta familiar; as instituições assistenciais, (Hospital da Santa Casa, Albergues, Asilos, Orfanatos, Pensionatos) que trouxeram um alento maior sobre profissões que possuíam características urbanas, ainda afetadas por tabus, como médicos, enfermeiras, lavadeiras, mercadores: rejuvenescimento das irmandades, agora sob os cuidados auspiciosos do padre da paróquia, muito embora ainda produzissem uma hierarquização social, passaram a angariar

¹⁹ PARANÁ. Congresso Legislativo do Estado, *Anais...*, 4 / jan / 1896, 42ª sessão, p. 278.

fundos para a sua distribuição junto às importantes casas de caridade para a população pobre, trazendo à Igreja uma imagem de protetora dos desvalidos.

Podemos dizer que essa era a atmosfera no Paraná. A Igreja se seculariza,²⁰ embora mantivesse seus arcabouços administrativo, doutrinário e eclesial. Entretanto, de forma dialética e em conformidade à ordem social já estabelecida, o Estado se sacramentaliza (isto é, se vale de conceitos religiosos para se legitimar de vez) de forma relativa, sem perder seu papel de máquina aglutinadora das divisões políticas. Tanto é assim que a imagem republicana é, por excelência, sedimentada na suposta idéia de que todos os cidadãos, livremente, construiriam a comunidade política, não só na condição de livres e iguais, mas irmãos (filhos de Deus) fraternos. Ao mesmo tempo, é, no mínimo, duvidoso se afirmar que o progresso do mundo moderno se mede pelo processo de laicização no pensamento político, uma vez que a dessacralização do mundo moderno não ocorreu de maneira definitivamente completa. Nem poderia ser assim, visto que a sacralização é um fenômeno que se adapta ao mundo moderno. Haja vista a presença cada vez maior da religião no mundo.

Quanto a pe. Alberto, ao assumir um número maior de papéis seculares, mormente o cargo de deputado, na Assembleia Legislativa do Paraná, sua vida eclesial se tornou mais mundana que religiosa. Não que ele deixasse de ser padre, mas predominava a figura do agente social em relação ao espiritual. Apesar disso, pe. Alberto procurou pulverizar a Igreja do Paraná da pecha de dissoluta e desunida, implantando, a mando dos bispos, a quem devia obediência, as reformas romanizadoras de cunho ultramontano.

A vida política de pe. Alberto foi a ponte de ligação entre a Igreja (e a complementação das reformas romanizadoras) e o Estado. O deputado pe. Alberto se tornou o mediador na Presidência da Mesa do Congresso Legislativo, o elo que conectou uma elite paranaense aos interesses da Igreja, ministrou uma continuidade harmoniosa com facções que

²⁰ SOUZA, Wlaumir Doniseti de. **Do Tridentino ao Pós-ultramontano – romano: o neo-ultramontanismo.** Pluris-Humanidades, Ribeirão Preto, vol. 1, n. 1, 2000, p. 102.

em outros Estados eram adversas (Maçonaria e Positivistas) à Igreja, como foi o caso da maçonaria do Rio de Janeiro. No Paraná, a maçonaria se harmonizava com o clero. Emblemático é o caso do maçom Cyro Velloso, de origem carioca, viera para o Paraná com o fim de se estabelecer como comerciante. Tornou-se diretor das loterias que acabaram financiando grande parte das Reformas Romanizadoras (criação da Diocese e do Seminário, principalmente). Cyro Velloso era pai de Dario Velloso, nada mais nada menos do que um dos mais combativos anticlericais de Curitiba.

O fato de ser deputado reforçou na pessoa de pe. Alberto o estigma de combatente contra o clero liberal e regalista, fosse ele estrangeiro, fosse brasileiro. Nesse ponto, a imprensa foi implacável com pe. Alberto. Lugar onde explodiam os confrontos, ele foi vilipendiado e tratado com sarcasmos e veementes ironias pela oposição, mas nunca sem as devidas respostas que lhe valeram o título de “brigão”.

O surto de imigração massiva para o Paraná, sobretudo de católicos, trouxe facilidades à Igreja e cristalizou sua posição de religião predominante, não obstante a já tradicional postura consolidada de religião oficial advinda do tempo Colonial e Imperial, o que causou contendas ideológicas, principalmente, com o movimento anticlerical.

Por fim, a falta ou ausência de uma posição política definida por parte de pe. Alberto (egresso do Partido Conservador, porque monarquista, por conveniência Membro do Partido Republicano, ultramontano de formação, mas liberal em termos de finanças pessoais) tal fato lhe valeu desgastes através de discussões intermináveis na imprensa, desqualificando, inclusive, seu discurso no Parlamento, quando, pela necessidade de se justificar, acabava separando o padre do político, como se tal operação metafísica fosse possível. Assim sendo, ser ultramontano dava condição a ele de interferir em assuntos temporais reforçado pela prerrogativa de estar agindo em nome de Deus e do bispo. Soma-se a isso o fato de que ser ultramontano lhe dava também condições de incorporar o pressuposto da retidão moral de

seus atos, de ser sempre absolutamente correto, o que lhe dava condição de agir como um regalista sem ser essencialmente tal qual, visto que era ultramontano. Essa suposta contradição não rompe a concepção histórica, mas a fortalece, pois o padre e o político não viveriam em linhas atemporais, mas, ao contrário, mundanizaram-se na finitude da história, o que se conclui que religião e política são correlatas, implicantes e inseparáveis.

BIBLIOGRAFIA GERAL

- ALBERIGO, Giuseppe (org.) História dos Concílios Ecumênicos. 2.ed. [Trad. José Maria de Almeida; Revisão Honório Dalbosco] São Paulo: Paulus, 1995.
- ALONSO, Ângela. Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil – Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- AUBERT, Roger. A Igreja na Sociedade Liberal e no Mundo Moderno. In: Aubert, R. L. J.: Knowles, M. D. Nova História da Igreja, vol. 5, Tomo I, Petrópolis: Vozes, 1975.
- AZEVEDO, Thales de. Igreja e Estado em Tensão e Crise: A Conquista Espiritual e o Padroado na Bahia. São Paulo: Ática, 1978.
- AZZI, R. A Igreja e os migrantes, vol. I, São Paulo:Paulinas, 1987.
- AZZI, R. O Estado leigo e o Projeto ultramontano, São Paulo: Paulinas, 1994. (História do Pensamento Católico no Brasil – vol. 4)
- BARROS, Roque S. M de. *Vida Espiritual*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.) História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II (O Brasil Monárquico), vol. 4, 4ª ed., São Paulo: Difel, 1985.
- BARRETO, Célia de Barros. Ação das Sociedades Secretas. In: Holanda, Sérgio Buarque de. História Geral da Civilização Brasileira, vol. 1, 1985.
- BEOZZO, José Oscar (org.). *A Igreja na crise final do Império (1875 -1888)*. In: Beozzo, José Oscar. História da Igreja no Brasil. Tomo 2, Petrópolis: Vozes 1980.
- BOEHRER, George C.. *A Igreja no Segundo Reinado: 1840 - 1889*. In: Keith, Henry H. e Edwards, S. F. (org.) Conflito e continuidade na sociedade brasileira Trad. José Laurêncio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- BOEHRER, George C.. Da Monarquia à República: História do Partido Republicano do Brasil (1870 – 1889). Trad. Berenice Xavier, Vinténs da Educação e Cultura. Serviço de Documentos, s/d.
- BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação. O clero no parlamento brasileiro, Vol. I. Brasília; Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1978.
- BRUNEAU, Thomas. O Catolicismo Brasileiro em Época de Transição. São Paulo: Loyola, 1974.
- CARVALHO, José Murilo de. A formação das Almas: O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CARVALHO, José Murilo de. A Construção da Ordem. A Elite Política Imperial; Teatro de Sombras: A Política Imperial. 2ª edição revista. Rio de Janeiro: Editora Universidade

Federal do Rio de Janeiro, Relume-Dumara, 1996.

CASTRO, Elizabeth Amorim de. A Arquitetura do Isolamento em Curitiba na República Velha. Curitiba: Maxigráfica, 2004.

COSTA, Emília Viotti da. Da Monarquia à República: Momentos Decisivos. 3ª edição São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.

COSTA, Samuel Guimarães da. História Política da Assembléia Legislativa do Paraná. Vol. 1. Curitiba: Assembléia Legislativa, 1994.

DELLA CAVA, Ralph. Milagre em Joazeiro; Trad. Maria Yedda Linhares. 2ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

Dicionário Histórico Biográfico do Estado do Paraná. Curitiba: Livraria do Chain, 1991.

FANCKIN, Reginaldo. Sistema Constitucional do Paraná: contribuição à história política do Estado. Curitiba: Poder Legislativo, 1974.

FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder: Formas do Parlamento Político Brasileiro. Vol. 2, 13 ed. São Paulo: Ed. Globo, 1998.

FEDALTO, Pedro. A arquidiocese de Curitiba na sua história. Curitiba: Cúria Metropolitana, 1958.

FERRARINI, Sebastião. A escravidão negra na província do Paraná. Curitiba: ed. Lítero técnica, 1971

FRAGOSO, Hugo. *A Igreja na Formação do Estado Liberal. (1840 - 1875)*. In: Beozzo José Oscar. História da Igreja no Brasil. Tomo 2, Petrópolis: Vozes, 1980.

FRANCO Jr. Hilário. O Feudalismo. São Paulo: Editora Brasiliense, 4ª edição, 1986.

GAETA, Maria A. J. Veiga. Os Percursos do Ultramontanismo em São Paulo no Episcopado de D. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho (1873 – 1894). São Paulo: F.F.L.C.H. Tese (Doutorado em História), USP, 1991)

GINZBURG, Carlo. Olhos de Madeira: Nove Reflexões Sobre a Distância. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

HAUCK, João Fagundes. *A Igreja na Emancipação (1808 - 1840)*. In: Beozzo José Oscar. História da Igreja no Brasil. Tomo 2, Petrópolis: Vozes, 1980.

HELLMANN, Gilmar José. Colégio paranaense: esteio do pensamento católico em Curitiba (1889-1938). Curitiba: dissertação (conclusão de curso de filosofia). PUC - Pr, 1997.

História do Poder Judiciário do Paraná. Secretaria da Cultura e do Esporte. Curitiba: Indústria Gráfica Serena, 1982.

- HOLANDA, Sérgio Buarque de. O Pássaro e a Sombra. In: HOLANDA, Sérgio B. de. (Org) História Geral da Civilização Brasileira, tomo 2, vol 5, 1985.
- _____ Crise do Regime. In: HOLANDA, Sérgio B de.(org) História Geral da Civilização Brasileira, tomo 2, vol 5, 1985.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. Os Subversivos da República. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.
- JANUS. O Papa e o Concílio. Vol. 1. Trad. e Introdução de Rui Barbosa. 2. ed. reimp. Londrina: Leopoldo Machado, 2002
- KANTOROWICZ, Ernest H. Os Dois Corpos do Rei: Um Estudo Sobre Teologia Política Medieval: Trad. Cid Kuipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- LENHARO, Alcir. Sacralização da Política. Campinas: Unicamp/Papirus, 1986.
- LIMA, Ruy Cirne. Pequena história territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura. Arquivo do Estado de São Paulo, 1990.
- LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. A presença da Igreja no Brasil. São Paulo: Ed. Giro, 1977.
- LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. Política e Igreja: o Partido Católico no Brasil: Mito ou Realidade. São Paulo: Paulinas, 1982.
- LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. Reformismo da Igreja no Brasil Império: do Celibato à Caixa Eclesiástica. São Paulo: Ed. Loyola, 1985.
- MANOEL, Ivan Aparecido. Igreja e educação feminina: os colégios das irmãs de São José de Chambery (1859-1919). SP. Tese (doutorado em História). FFLCH, USP, 1988.
- MANOEL, Ivan Aparecido. O Pêndulo da História. A Filosofia da História do Catolicismo Conservador (1800-1960). Tese (Livre-Docência em História) Franca: Unesp, 1998.
- MARCHETTE, Tatiana Dantas. Corvos nos Galhos das Acácias: o movimento anticlerical em Curitiba (1896-1912), Curitiba: Aos Quatros Ventos, 1999.
- MARRAMAIO, Giacomo. Céu e Terra: Genealogia da secularização. Trad. Guilherme Alberto Gomes de Andrade – São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997.
- MARTINS, José de Souza. O Poder do Atraso, Ensaios de Sociologia da História Lenta, São Paulo: Hucitec, 1994.
- MARTINS, Romário. História do Paraná. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense Placida e Silva & Cia, 1937.
- _____ Quantos Somos, Quem Somos. A história e a estatística do povoamento do Paraná. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1944.
- MELLO Neto, Candido de. O anarquismo experimental de Giovanni Rossi. 2ª ed. Ponta Grossa: UEPG, 1998.

- Memória da federação espírita do Paraná no seu centenário.(1902-2002). Curitiba: edição comemorativa, 2002.
- MENDONÇA, Antônio Gouvêa de. O Celeste porvir: A inserção do Protestantismo no Brasil. São Paulo: Paulinas, 1984.
- MERCADANTE, Paulo, A consciência conservadora no Brasil: contribuição ao estudo da formação brasileira, 4ª ed., Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.
- MICELI, Sérgio. A Elite Eclesiástica Brasileira. Coleção Corpo e Alma do Brasil. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- MOURA, Sérgio Lobo de; Almeida, José Maria Gouveia de. A Igreja na Primeira República. In: Fausto, Boris (org.). História Geral da Civilização Brasileira. Tomo 3, vol. 2, 3.ed.. São Paulo: Difel, 1985.
- NEGRÃO, Francisco. Genealogia Paranaense. Curitiba: Imprensa Paranaense S.A., 1946.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. As Desventuras do Liberalismo: Joaquim Nabuco, A Monarquia e a República. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- NICOLAS, Maria. Cem anos de vida parlamentar: deputados provinciais e estaduais do Paraná (1854-1954). Curitiba: Assembléia Legislativa do Estado de Paraná, 1954.
- OLIVEIRA, Ricardo Costa de. O Silêncio dos Vencedores: Genealogia, Classe Dominante e Estado no Paraná, Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.
- PEREIRA, Luiz Fernando Lopes. Paranismo: O Paraná inventado: cultura e imaginário no Paraná da 1ª República, Curitiba: Aos Quatros Ventos, 1997.
- PEREIRA, Magnus Roberto Mello. Semeando iras rumo ao progresso, Curitiba: UFPR, 1996.
- PEREIRA, Marco Aurélio Monteiro. Casar em Curitiba – Nupcialidade e Normatização Populacional (1890 – 1921), Curitiba: dissertação (Mestrado em História) UFPR, 1989.
- POMBO, J. da Rocha. História do Paraná: resumo didático. São Paulo: Cia Melhoramentos de São Paulo, 1930.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira e Outros Ensaios. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1976.
- RÉMOND, René. O Século XIX: 1815 – 1914. Introdução à História do Novo Tempo. Trad. Frederico Pessoa de Barros, São Paulo: Cultrix, 1990.
- RÉMOND, René. (org) Por uma História Política. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

- RIBEIRO, Boanerges. Protestantismo no Brasil Monárquico 1822-1888: Aspectos culturais de aceitação do protestantismo no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1973.
- RODRIGUES, Anna Maria Moog (org). A Igreja na República. Brasília: UNB / Câmara dos Deputados, 1981.
- ROMANO, Roberto. Brasil: Igreja contra Estado (Crítica ao Populismo Católico). São Paulo: Kairós, 1979.
- SANTANA, Ana Lúcia Jansen de Mello de. Tributação versus Constitucionalidade: um estudo de caso no Paraná, 1892-1918. Curitiba, 1988, Dissertação (Mestrado em História), FCHLA, UFPR.
- SODRÉ, Nelson Werneck. Panorama do Segundo Império. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1939.
- SOUZA, Newton Stadler de. O anarquismo da colônia Cecília. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- STRAUBE, Ernani Costa. Do Licêo de Curitiba ao Colégio Estadual do Paraná: 1846-1993. Curitiba: Fundepar, 1993.
- TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. Clotildes ou Marias: mulheres de Curitiba na Primeira República. Curitiba: Fundação Cultural, 1996.
- VAINFAS, Ronaldo. Casamento, amor e desejo no ocidente cristão (série Princípios, Nº 69). São Paulo: Ática, s/d.
- _____ (org.). Dicionário do Brasil imperial. Rio de Janeiro: objetiva, 2002.
- VIEIRA, David Gueiros. O Protestantismo, a Maçonaria, e a Questão Religiosa no Brasil. 2.ed. , Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1980.
- WACHOWICZ, Ruy Christovam. História do Paraná. 6.ed.. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1988.
- WACHOWICZ, Ruy Christovam. As moradas da Senhora da Luz. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1993.
- _____ O camponês polonês no Brasil. Curitiba: Fundação Cultural Casa Romário Martins, 1981.
- WESTPHALEN, Cecília Maria et ali. História do Paraná. Curitiba: Grafipar, 1969.
- WERNET, Augustin. A Igreja Paulista no Século XIX: a Reforma de D. Antônio Joaquim de Mello (1851-1861). São Paulo: Ática, 1987.

REVISTAS

ALVES, Francisco das Neves. *Legislação de imprensa no Brasil(1823-1923): um contraponto entre a monarquia e a república*. Revista da Sociedade brasileira de Pesquisa Histórica, Curitiba, nº 15: 37-55, 1998.

AZZI, Riolando. *Dom Antonio de Macedo Costa e a reforma da Igreja do Brasil*. Revista Eclesiástica brasileira. Petrópolis, vol. 35, fasc.139: 683-701, set, 1975.

AZZI, Riolando. As Romarias de Juazeiro: Catolicismo Luso-brasileiro versus catolicismo romanizado. Reb, Rio de Janeiro, vol. 51, 332 – 352, 1991.

BALHANA, Altiva Pilatti. *Religião e Imigração*. Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes, Curitiba, nº 7:51-60, jul, 1993.

BONI, Maria Ignês Mancini de. Vigilância e Punição: o espaço da criminalidade na Constituição do Trabalhador Urbano – Curitiba 1890 – 1920, História: Questões e Debates, Curitiba 8(14/15) 45-99, jun – dez, 1987.

DOLHNIKOFF, Miriam. O lugar das Elites Regionais. Revista Usp. São Paulo, nº 58, 116-133, 2003

DUARTE, D. Luciano José Cabral. Dom Pedro II e a Igreja. Revista Eclesiástica Brasileira, Petrópolis, vol. 35, fasc. 140: 929-945, dez, 1975.

HOONAERT, Eduardo. Leão I e Leão XIII: Dois Papas, Duas Épocas. Reb. Petrópolis: Vol. 23, pág. 88 – 99, Março de 1963.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. Pio IX e o Catolicismo no Brasil. Reb., Petrópolis, Vol. 40, Nº 158, pág. 270 - 285, Junho de 1980.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. *Separação da Igreja e do Estado no Brasil (1980): Uma passagem para a libertação*, Reb., Petrópolis, Vol. 35, Nº 139, pág. 624 - 647, set. de 1975.

BOSI, Alfredo, Rerum Novarum: uma encíclica entre a reação e o progresso. Folha de São Paulo, 11 de maio 1991. Letras, pág. 6 - 1e 6 - 2.

MACEDO, José Pereira, D. Alberto. Revista da Academia Paranaense de Letra, Curitiba Nº 11, pág. 86 - 100, Janeiro de 1946.

MALATIAN, Teresa Maria. Catolicismo e monarquia na 1ª República, História, 11 : 259-269, 1992.

MANOEL, Ivan Aparecido. D. Antonio de Macedo Costa e Rui Barbosa: a Igreja católica na ordem republicana brasileira. Pós-História, Assis, v.5:67-81, 1997.

_____. Dom Macedo Costa e a laicização do Estado: a pastoral de 1890. História, nº especial: 179-192,1989.

_____. Donoso Cortés e a antidemocracia católica no século XIX.

História, 11:229-241, 1992.

_____. No centenário da Rerum Novarum: a doutrina católica sobre o capitalismo. Revista da SBPH, 7 : 23-32, 1992.

MARCHI, Euclides. Uma Igreja no Estado livre: o discurso da hierarquia católica sobre a República. História: questões e debates, Curitiba, 10 (18-19): 213-259, jun/dez, 1989.

_____. A invenção do herói: a América pela vontade de Deus. História: questões e debates, Curitiba, 12 (22-23): 133-150, jun/dez, 1991.

_____. Religião e Igreja: a consolidação do poder institucional, História: Questões e Debates, Curitiba, vol 14, n. 21/27, p. 172 – 195, jan/dez, 1997.

PENA, Eduardo Spiller. Escravos, libertos e imigrantes: fragmentos da transição em Curitiba na segunda metade do século XIX. História: Questões e Debates, Curitiba, 9(16) 83 – 103, jun/1988.

ROMANO, Roberto, Rerum Novarum: Encíclica provocou mudanças no colosso milenar Católico. Folha de São Paulo. 11 de maio 1991. Letras, pág.6 - 4.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. A natureza como paisagem: imagem e representação no segundo reinado. Revista USP, São Paulo, nº 58: 6-29, jun/ago, 2003.

SOUZA, Wlaumir Donizeti de. A proposta de pastoral do imigrante italiano católico na América de Dom João Batista Scalabrini: 1887-1905. Estudos de História, Franca, v.5, nº1: 41-55, 1997.

SOUZA, Wlaumir Donizete de. Do Tridentino ao Pós-Ultramontano-romano: o neo-ultramontanismo, Plures – Humanidades, Ribeirão Preto, vol. 1, nº 1, 80-103, 2000.

VECHIA, Ariclê. Igreja e escola: a identidade dos imigrantes poloneses em Curitiba na Segunda metade do século XIX. Anais da XX reunião da SBPH, Rio de Janeiro, 21: 269-273, 2001.

VECHIA, Ariclê. Italianos X Católicos: a questão da educação dos imigrantes italianos em Curitiba na década de 1880. Anais da XX reunião da SBPH, Rio de Janeiro, 21: 297-301, 2000.

WERNET, Augustin. A vinda de Congregações Estrangeiras e a europeização do catolicismo no centro- sul do Brasil. Revista da SBPH, Curitiba, nº 6: 43-52, 1991.

WESTPHALEN, Cecília Maria. A recepção da revolução francesa no Paraná: do combate à adesão. In: WESTPHALEN, Cecília Maria. Revoluções e Conferências, Curitiba: SBPH, 1989.

_____. A República no Paraná. In: WESTPHALEN, C.M.; BALHANA, A. Revoluções e Conferências, Curitiba: SBPH, 1989.

_____. A ideologia e a práxis republicanas no Paraná. In: Revoluções e Conferências,

Revista da SBPH, Curitiba: 59-73, 1989.

Serro Azul: uma incógnita, um problema. Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes, n. 8, 53-58, jul, 1994.

FONTES

1 - DOCUMENTOS PONTIFÍCIOS

Leão XIII:

-Encíclica Rerum Novarum. 15. Maio. 1891. **In:** Doc. Pontif., 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1954.

- Inscrutabili Dei Consilio. 21/abr./1878. **In:** Documentos Pontifícios, 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1956.

- Diuturnum Illud, 29 de junho de 1881, In: Doc. Pont., 3.ed, Petrópolis: Vozes, 1951.

Pio IX:

-Qui Pluribus: 08 de Dezembro de 1864. **In:** Doc. Ponto 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1960.

- Quanta Cura e Syllabus Errorum: 18 de Março de 1861, 3. ed, Petrópolis: Vozes, 1959.

2 - ANAIS

- PARANÁ. Congresso Constituinte e Legislativo, Anais... Gráfica Oficial, 1892.

- PARANÁ. Congresso Legislativo, Anais... Gráfica Oficial, 1893-1896.

- RIO DE JANEIRO. Senado Federal, Congresso Nacional, Anais... Imprensa Nacional, vol 2, 43ª sessão, 8/jul/1896, 1896.

3. RELATÓRIOS

- Relatórios da Província do Paraná, Gráfica Oficial, 1892-1895.
- Atos e Leis de 1890, 91, 92.
- Relatório do Presidente da Província, 1865. Biblioteca Pública do Paraná, Seção Paranista.

4. CARTA PASTORAL:

- BARROS, José Camargo. (bispo) . Carta Pastoral despedindo-se dos seus Diocesanos de Corytiba, Typografia Impressora Paranaense, 1904.

5. DOCUMENTOS MANUSCRITOS:

- GONÇALVES, Alberto José. Processo de Genere , 06/ 07/1882.
- GONÇALVES, Alberto José. Comunica que entrou em exercício do cargo de Vigário Colado da Paróquia Nossa Senhora da Luz, Ofícios, Ap 842, vol 14, 10/set/1888 – Arquivo Público do Estado do Paraná (APEP).
- GONÇALVES, Alberto José. Comunica que aceita nomeação para presidir a Comissão de Obras da Matriz, Ofícios, Ap 842, vol 14, 1888 – Arquivo Público do Estado do Paraná (APEP).
- GONÇALVES, Alberto José. Presidente da Comissão de Obras da Matriz propõe redução de despesas, Ofícios, Ap. 844, vol 16, 30/out/1888 – Arquivo Público do Estado do Paraná (APEP).
- GONÇALVES, Alberto José. Pe. Alberto pede exoneração do cargo de membro da Comissão de Obras da Matriz, Requerimento, Ap. 878, vol 5, 14/nov/1889 – Arquivo Público do Estado do Paraná (APEP).

- GONÇALVES, Alberto José. Pe. Alberto solicita autorização para lecionar religião nas escolas públicas, *Ofícios*, ap. 854, vol 1, 1889 – Arquivo Público do Estado do Paraná (APEP).

GONÇALVES, Alberto José. Acordo celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e padre Alberto José Gonçalves, Presidente da Comissão de Obras da Matriz da Capital, *Ofícios*, Ap. 973, vol 5, 1893 – Arquivo Público do Estado do Paraná (APEP).

- Livro II de Registros da Vigararia Geral Forense, 1886 – 90. (Arquivo da Cúria Metropolitana de Curitiba).

6. ENTREVISTA:

ZOCCOLI, Hiran Luiz. A Maçonaria no Paraná. Vol 1 a 7. Entrevista 17/abr/2003 (Curitiba).

7. JORNAIS

O Cenáculo, – 1895-1897

Club Curitibano – 1890-1896

A Cigarra – 1857-1929

Correio Municipal – 1895

Correio Oficial do Paraná – 1891-1892

Dezenove de dezembro – 1854/1888 (jun-dez); 1889 (jul-ago-set-dez); 1890.

Diário do Comércio – 1891-1892-1893-1894

Diário do Paraná – 1890/1892

A Federação – 1892

Gazeta Paranaense – 1882/1888-1889

A Idéia – 1889

Operário – 1895

O Paranaense – 1877/1882

Pátria Livre – 1889

Quinze de Novembro – 1890

A República – 1888-1890-1891-1892/1894-1895

A Semana – 1893

25 de Março – 1876 (jul/out)

8. LOCAIS PESQUISADOS:

- Arquivo do Círculo de Estudos Bandeirantes. Órgão ligado à PUC-PR.
- Casa da Memória – Fundação Casa Romário Martins.
- Instituto Histórico e Geográfico do Paraná.
- Museu Paranaense.
- Biblioteca Pública do Estado do Paraná.
- Arquivo Público do Estado do Paraná.
- Arquivo da Cúria Metropolitana de Curitiba.

ANEXO A

Textos manuscritos do original.

Secretaria de Finanças Commercio e Industrias Estado do Paraná (*)

Em 11 de fevereiro de 1893.

Cidadão Secretario do Interior

Para que façais chegar ás mãos do Dr. Governador do Estado, incluso remetto-vos o Requerimento do Revmo. Padre Alberto José Gonçalves, membro da Commissão encarregada das obras da Matriz desta capital, bem como a informação que, a respeito, prestou o diretor desta Secretaria.

Saude e fraternidade.

Na ausencia do Secretário:

Agostinho José Pereira Lima

Director

Lima, Agostinho José Pereira, director, Secretaria de Finança, Commercio e Industria, Curitiba, 11.02, ao Secretario do Interior, comunica e envia Requerimento de padre Alberto José Gonçalves, membro da Commissão das Obras da Matriz desta capital.

Documento anexo.

* * Correspondência do Governo do Estado, Officios, 1893, vol. 5. ap. 973, p. 23 (APEP).

Secretaria de Finanças, Comercio e Industria

Estado do Paraná (*)

Directoria

Em 10 de Fevereiro de 1893.

“Cidadão Secretario.

Nem no orçamento que vigorou até 31 de dezembro de 1892, cuja liquidação vae a 31 de março próximo, e nem no que está em vigor, foi consignado verba para o pagamento de accordo feito em 17 de outubro de 1890 entre o governador d’então – o Dr. Innocencio Serzedello Corrêa – e a Commissão encarregada das obras da matriz desta capital, representada por seu digno Presidente o Revmo. Snr. Padre Alberto José Gonçalves. Conseqüentemente ao Snr. Dr. Governador do Estado cabe resolver o pagamento determinado no requerimento incluso pela forma que julgar mais conveniente, certo de que o referido accordo, ainda em cerca de R\$ 50:000\$000 como se verifica da respectiva copia que junto achareis. E para que fiqueis orientado do movimento havido com o serviço de loterias, depois do mensionado accôrdo até agora, junto vos remetto uma demonstração pela qual se conclui ser de Reis 24:593\$006 o saldo que ficou nos cofres do Estado.

Saude e fraternidade”

O Director:

Assina: Agostinho José Pereira Lima.

* * Correspondência do governo do Estado, **Offcios**, 1893, vol. 5, Ap. 973, p. 24. (APEP)

Accordo celebrado entre o governo do Estado do Paraná e o Padre Alberto José Gonçalves, vigário da Parochia de Curitiba e Presidente da Comissão das obras da Matriz desta capital. (*)

1ª

“ O Governo do Estado manda pôr no thesouro á disposição da Commissão de Obras da Matriz Nossa desta Capital, a quantia de Cem contos de Reis para satisfaser mensalmente as despesas da construção da referida Matriz.

2ª

O governo do Estado concederá mais cerca de cinquenta contos de reis em loterias do Estado para o mesmo fim.

3ª

No caso de não poderem ser extrahidas as loterias, o Estado entrará com a importância correspondente em moeda corrente quando puder.

4ª

A Commissão das Obras da Matriz, declara que o excedente dessa importancia da dívida de que era responsavel o Estado, fica pertencendo ao mesmo Estado, sem direito a reclamações futuras por parte da dita Commissão.

E para claresa assignão as partes accordantes e em duplicata para um só effeito.

Curitiba, 17 de outubro de 1890 (assinagdos) Innocencio Serzedello Corrêa, Padre Alberto José Gonçalves.

Estará (?) uma estampilha de duzentos reis devidamente inutilisada”. Confê. O Director.

* * Correspondência do Governo do Estado, **Offícios**, 1893, vol. 5, Ap. 973, p. 25 (APEP)

Quadro Demonstrativo da Receita e Despesa das Loterias do Estado, a contar de 17 de outubro de 1890, até a presente data. (*)

	RECEITAS	DESPESA	SALDO
R\$	99:015.000	74:421.994	24:593.006

1ª __ (ilegível) da Secretaria de Finanças, 10 de Fevereiro de 1893

Servindo de Chefe

Carlos J. Pedrera (?)

* * Correspondência do Governo do Estado, **Ofícios**, 1893, vol. 5, ap. 973, p. 26.

Xavier, Luís Antonio, Secretaria de finanças, commercio e industria, Curitiba, 17 / fev /. Ao Secretário do Interior, solicita abertura de crédito p/ comissão das obras da matriz desta capital. (*)

Secretaria de finanças, commercio e Indústria

Estado do Paraná

Em, 17 de fevereiro de 1893

Cidadão Secretario do Interior.

“Em additamento ao meo officio sob n° 99 de 11 do corrente cumpre-me ponderar-vos que p/ ser cumprido o despacho do Governo do Estado no Requerimento do Revmo Padre Alberto José Gonçalves, membro da Commissão encarregado das obras da matriz desta capital, é necessário seja aberto um credito extraordinário á Rubrica do § 9º Art 2º do orçamento vigente da quantia de cincoenta contos de Reis. Como verificareis dos papeis que acompanharam aquelle officio, entre o governo do Estado e a referida Commissão lavrou-se accordo para ser á esta fornecida a mencionada importancia, com o produto das loterias extraídas, ou, na falta destas, pelos cofres do Estado...”

“Despacho n° 7 O Governador decreta:

Artº único. É aberta a verba do § 9º do Art. 2º do orçamento vigente um crédito extraordinário de cincoenta contos de Reis para por elle ser feito o pagamento accordado entre a Commissão das obras da Matriz da capital e o governo do Estado em 17 de outubro de 1890”.

* * “Correspondência do Governo do Estado”, **Offícios**, 1893, vol. 5, Ap. 0973, p. 172 (APEP).

ANEXO B

1) Nota de classificados, revelando a ousadia da Fábrica de Chocolates, ao utilizar a imagem da Matriz, símbolo maior do catolicismo paranaense.

2) Propaganda da Fábrica de Chocolates Roessle & C. , três dias depois, já sem a imagem da Matriz.

DOMINGO 6 DE FEVEREIRO DE 1895

Manuel A. Guimarães

Agente Geral do Commercio

Escriptorio Provisorio--Rua do Assunguy N

2/ fev/1895- 01-29

COMPRA:

Ouro e prata em moedas pelo cambio do dia.
Ouro e prata em obras velhas pelo cambio de 9.
Accões do Club Gironidinos.
Titulos do Club Curitybano.

EMPRESTA dinheiro a juros modicos.

VENDA:

Terrenos no quadro urbano.
Accões do Banco do Paraná.
Titulos da Companhia Promotor
rimentos.

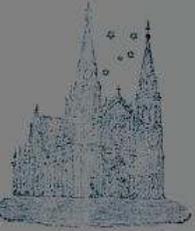
PAGA cadernetas da Caixa

Nova Industria Paranaense

Roessle & C.

Com fabrica de chocolate de cacáo baunilha, Caramellos etc.

Estado do Paraná



MARCA DA FABRICA

Curityba--Estado do Paraná

Este novo estabelecimento recommenda ao respeitavel publico e ao commercio em geral, os productos de sua manufactura como seção:
Chocolate em taboas, palvrisados de baunilha, caramellos de fructas, de ca do etc. etc.

Rua de S. Francisco n. 14
CURITYBA

ROYAL

Companhia de Seguros
CONTRA FOGO

LIVERPOOL--INGLATERRA

Fundado m 1845

Fundos accumulados 8.000.000 libras esterlinas.
Acceta seguros sobre Casas, Engenhos, Fabricas, Casas de Negocio, Mobi-

ESCHOLA AMERICANA

Rua Commandador Araujo no. 23 e 28

Os preços certo pagos adiantamento por semestre do modo seguinte:

Pensionista.....	350\$000	EXTERNO:	
Joa de entrada.....	40\$000	Ensino primario.....	32\$000
Musica.....	80\$000	" intermediario..	50\$000
Lavagem de roupa....	25\$000	" secundario.....	64\$000

Directoras:
ELINDA KUH.
MARY P. DASCOB.

CURITYBA

Farinha de mandioca, o que ha de melhor, neste genero, na casa do Abel Riachuelo 25.

Aguardente, superior a 360 a garrada na casa n 25 da Rua do Riachuelo.

Quem quiser comprar barato, va a casa do Abel Riachuelo 25.

Sal, em sacros de 45 e 20 litros vende-se ou troca-se com qualquer negociante, por menos do custo. Riachuelo 25.

Foguista

Um com pratica, deseja empregar-se; informa-se u esta typographia.

CIRURGAO DENTISTA

Trizo resoldo dos Estados Unidos apparieto os mais modernos, e tem mais que 20 annos de experiencia superior, para ser empregado publico ou privado de qualquer gatil.

QUINTA M. CONTRA FUGA

RUA 15 DE NOYEMBRO

Attençã

Na antiga disposição de quantidade

Chev

que vende

8\$500, 9\$00

Garante-se

Alfaiatar

BRUNO

Apromptam-se ternos completos em 24 horas, com purificação e conforma u do fragaç.

Rua Ipiranga 4.

TYPOGRAPHIA

Da "República"

AO COMMERCIO E AO PUBLICO

Este bem montado e importante e unico em Curityba, acha-se em contactar qualquer trabalho typographico que seja sua confecção.

"A República" – de 06/fev/1895, n. 31, p. 4. Nota de classificados, revelando a ousadia da Fábrica de Chocolates, ao utilizar a imagem da Matriz, símbolo maior do catolicismo paranaense.

ANEXO C

FOTOS



Figura 26 - Visão interna do Plenário da atual Assembléia Legislativa, foto do autor, 2004.



Figura 27 – Plenário da Assembléia Legislativa, atual Câmara Municipal de Curitiba, foto do autor, 2004.

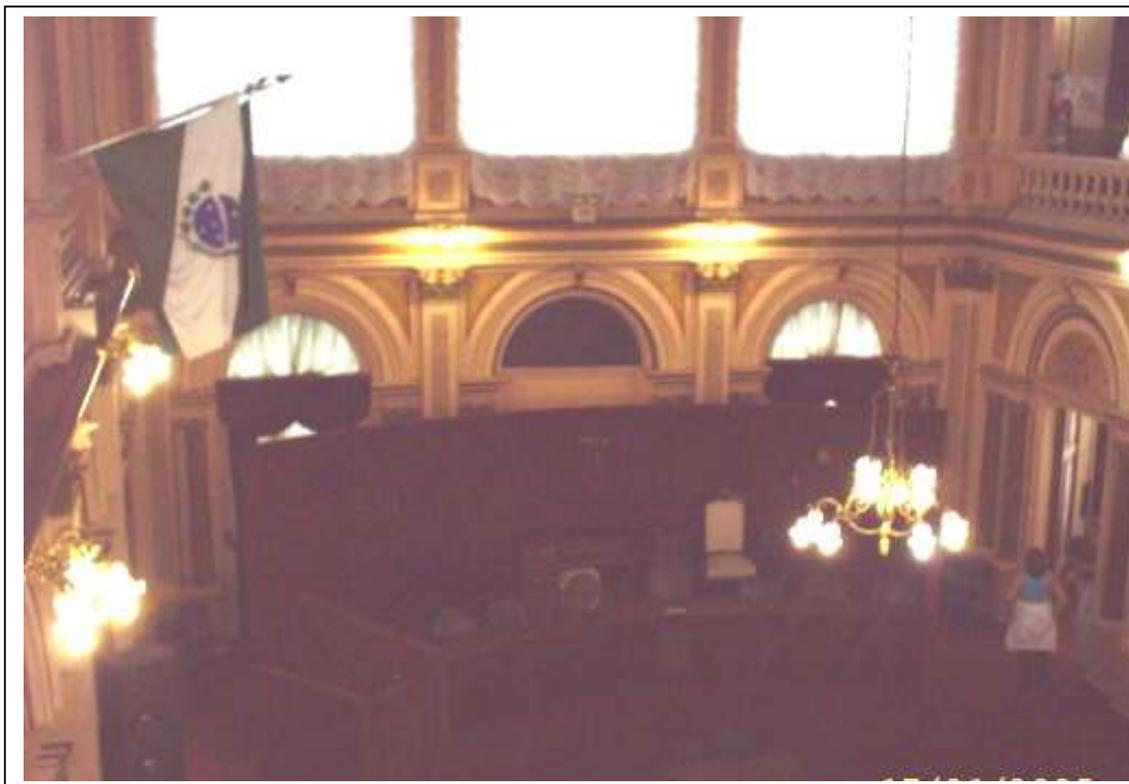
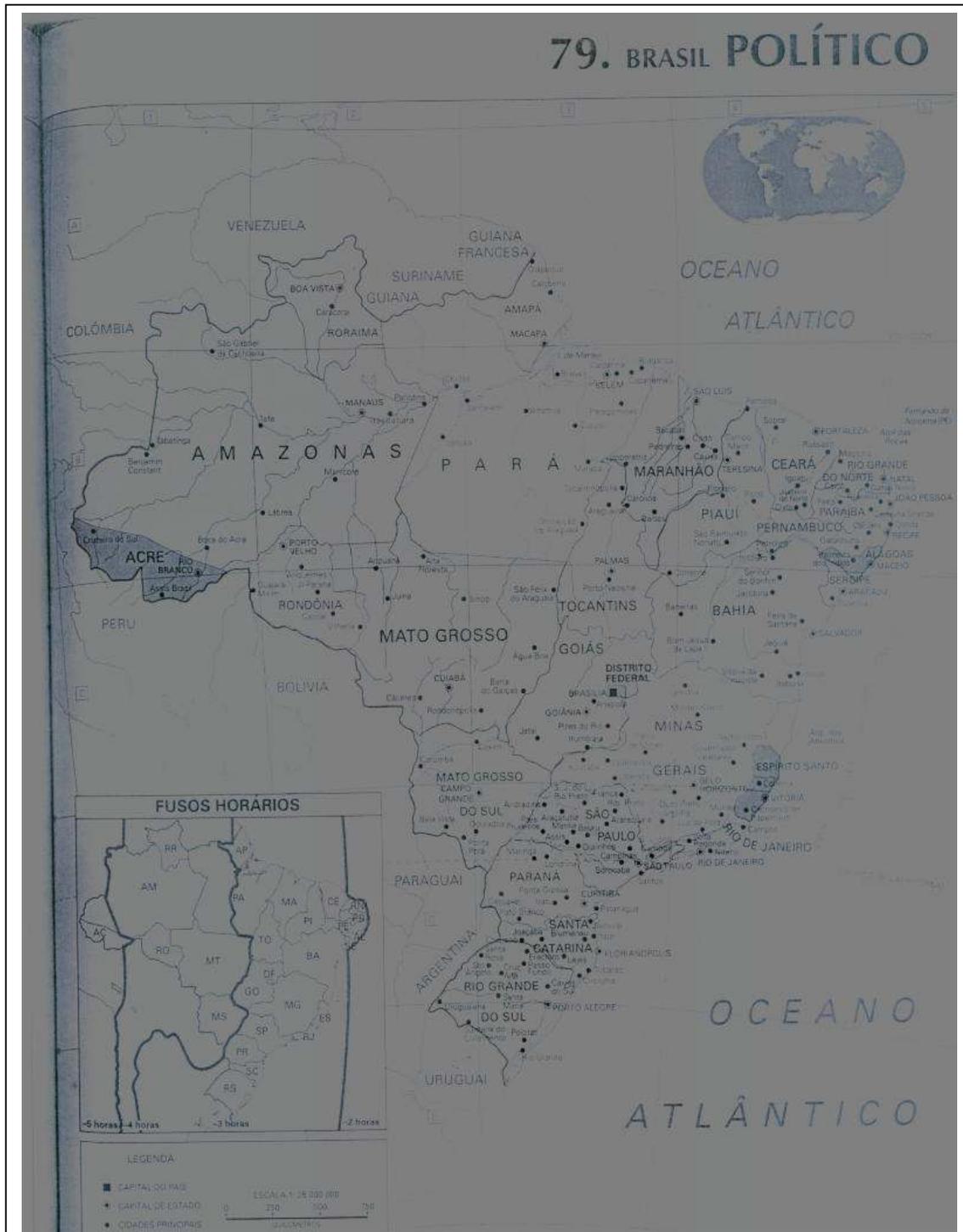


Figura 28 – Mesa da Assembléia Legislativa, foto do autor, 2005.

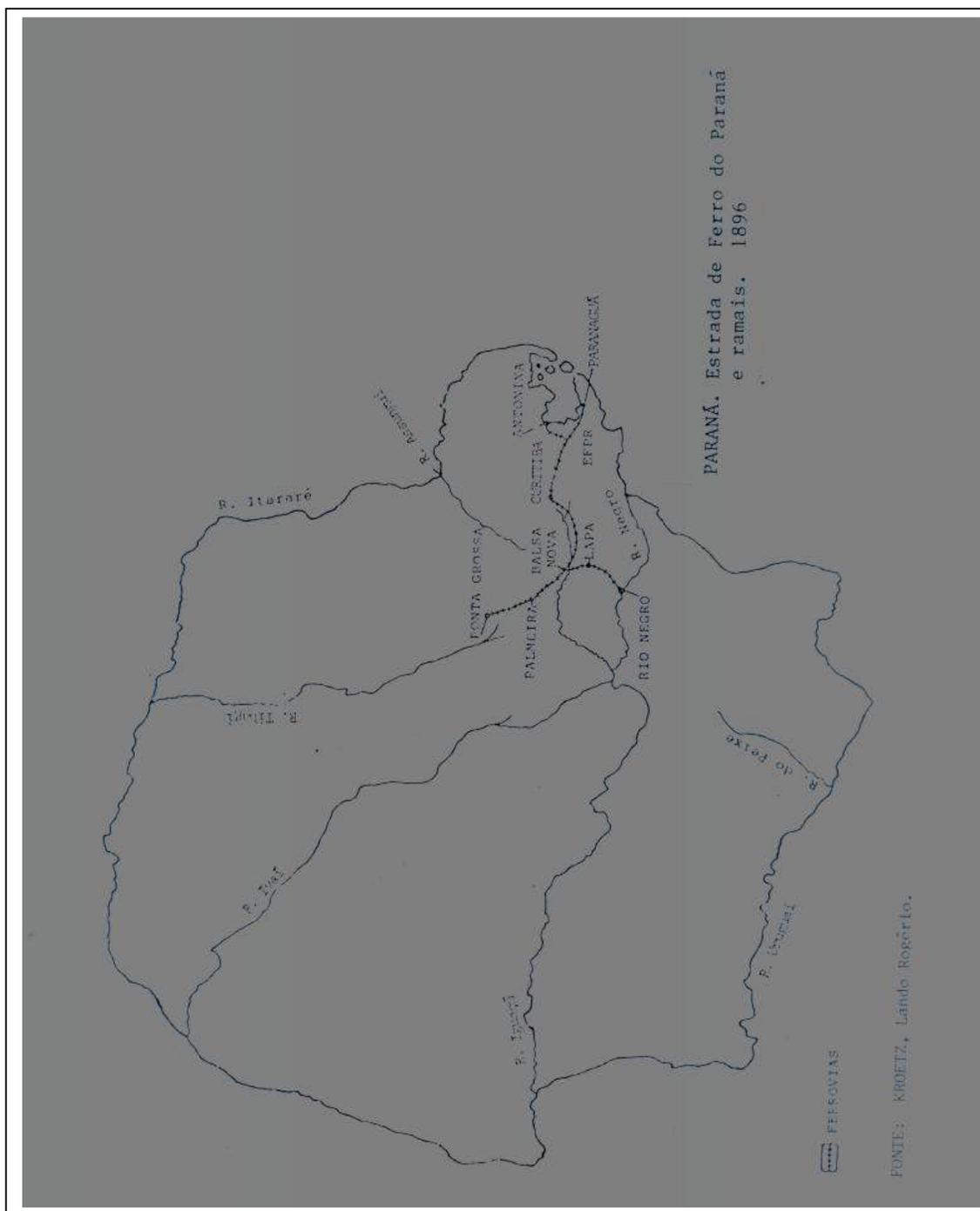
ANEXO D

- 1) Mapa do Brasil
- 2) Mapas históricos do Estado do Paraná



Mapa 04 – Brasil Político atual

Simielli, Maria Elena. Geoatlas, São Paulo, Ática, 2000, p. 79.



Mapa 07 – Estrada de Ferro do Paraná e ramais – 1896.

Apud Santana, Ana Lúcia Jansen de Mello de. Tributação versus Constitucionalidade. Um estudo de caso no Paraná – 1892 – 1918 – Mestrado em História UFPr – Curitiba, 1988.

